

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**O TERRITÓRIO DO TABACO NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL
DIANTE DA CONVENÇÃO QUADRO PARA O CONTROLE DO
TABACO**

RONI HILSINGER

Orientação: Prof.(a) Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Porto Alegre, RS
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O TERRITÓRIO DO TABACO NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL
DIANTE DA CONVENÇÃO QUADRO PARA O CONTROLE DO
TABACO**

RONI HILSINGER

Orientação: Prof.(a) Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (POSGEA/UFRGS)
Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (POSGEA/UFRGS)
Profa. Dra. Giancarla Salamoni (PPGeo/UFPel)
Profa. Dra. Carmen Rejane Flores Wizniewsky (PPGGEO/UFSM)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Porto Alegre, RS
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Hilsinger, Roni

O território do tabaco no Sul do Rio Grande do Sul
diante da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
/ Roni Hilsinger. -- 2016.
223 f.

Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Geografia. 2. Território. 3. Agricultura
Familiar. 4. Tabaco. 5. Convenção Quadro. I.
Medeiros, Rosa Maria Vieira, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio incondicional;
À Fabiana, minha fiel companheira, pela motivação e compreensão;
Aos amigos, pela força.

Agradecimentos

A vida é feita de esforços. A vida é feita de sonhos. Seguir os sonhos e buscar torná-los realidade exigem mais esforços. Para uns, é tão fácil; é banal. Para mim, é a certeza da minha superação. Contudo, superar e ver os resultados de seu esforço é sem dúvida uma sensação gratificante.

As inúmeras vezes que pensei em desistir da conclusão desse trabalho expressam que no momento as dificuldades pareciam ser bem superiores à minha capacidade de superá-los. Inúmeras vezes pessoas próximas não permitiram que eu me abatesse, me incentivaram a seguir até o final.

Recordar de um momento de dificuldade serviu como estímulo pessoal para a superação dos demais. Quando obtive aprovação no processo seletivo, alguns dias após a prova escrita eu fracturei minha perna direita. Quando estava marcada a entrevista (2ª fase do processo seletivo), ignorei as orientações médicas e familiares e com auxílio de muletas e perna inchada compareci para entrevista. Por que era o que eu queria; era o meu sonho.

Acreditando nas pessoas e na minha capacidade de superação, esse trabalho gradativamente se tornou realidade. Torná-lo realidade me proporcionou conhecer melhor a realidade regional onde vivo e me permitiu compreender a racionalidade que impulsiona a resistência e a reprodução dos agricultores familiares, ator social tão importante para a produção de alimentos no Brasil, ainda que muitas vezes não possam viver exclusivamente da produção de alimentos.

Em gratidão a todos àqueles que acreditam no meu trabalho e que contribuíram positivamente para que a realização desse trabalho se tornasse possível, quero agradecer com toda a sinceridade:

- À família que indiscutivelmente sempre me apoia, me proporciona tranquilidade;
- À Fabiana pela paciência, cumplicidade, motivação e compreensão.
- À professora Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros pela sua indispensável orientação, pelo apoio e confiança em mim depositados e principalmente pela motivação durante os momentos de dificuldades.
- À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que permitiu que pudesse frequentar uma das melhores e mais respeitadas instituições de ensino do país.
- Ao Programa de Pós Graduação em Geografia (POSGEA) que representa um importante espaço de formação de professores/geógrafos e, um respeitado centro de produção científica acadêmica da Geografia brasileira.
- Aos demais professores dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sem os quais nada disso seria realidade. Cada um deixou foi e continuará importante no processo de formação.
- Agradeço aos meus queridos alunos e colegas professores na Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Lutero e da Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Rodolfo Bersch, que souberam ser pacientes e compreensivos comigo diante do meu enorme desafio de concluir a escrita do trabalho. É por eles, pela educação de qualidade que me proponho os desafios.
- Aos agricultores familiares dos municípios de São Lourenço do Sul, Cristal, Canguçu, Turuçu, Pelotas e Arroio do Padre que me receberam com muita satisfação e orgulho de sua condição de agricultor. Contribuíram imensamente com o meu trabalho, me mostrando o que fazem, dizendo o que pensam e defendendo o seu modo de vida bem como as suas estratégias de sobrevivência e resistência como grupo social, como ator econômico, como sujeito cultural, etc.
- Às diversas entidades e empresas que contribuíram para a realização dessa pesquisa. Em especial à EMATER de Canguçu, na pessoa de

Claiison Krummreich que me auxiliou no contato com produtores e formatação de roteiros, à Afubra, ao Sinditabaco, aos orientadores agrícolas – em especial ao Odair Dietrich – que durante conversas informais me permitiram compreender a forma como cada parte da cadeia pensa as suas estratégias de mercado, aos transportadores terceirizados que colaboraram com informações e dados.

- Agradecimento especial à Michele que me auxiliou na elaboração dos mapas que auxiliam a compreensão do texto; ao colega Éder que desde os tempos da graduação já compartilhava ideias comigo; à Professora Maristela pelo empenho na tradução dos textos e do resumo.
- Enfim, a todos os amigos.

*“Descobri como é bom chegar quando se tem paciência. E para se chegar, onde quer que seja, aprendi que não é preciso dominar a força, mas a razão. É preciso, antes de mais nada, querer”. (Trecho de **Cem dias entre céu e mar**)*

Amyr Klink – Velejador brasileiro

Realizou a 1ª travessia solitária do Oceano Atlântico com barco a remo.

Resumo

A cadeia produtiva do tabaco brasileiro restringe-se aos estados do Sul do Brasil responsáveis por aproximadamente 90% da produção brasileira. O cultivo é encontrado em aproximadamente 700 municípios, ocupa aproximadamente 376 mil hectares e integra 186 mil pequenos produtores. A organização da cadeia ocorreu no começo do século XX sob a liderança do capital industrial e coincidiu com o processo de industrialização do tabaco e a sua modificação na forma de consumo, priorizando o cigarro, as transformações promovidas pela modernização agrícola no contexto da revolução verde, a crise na agropecuária brasileira da década de 1980, etc. A perda de renda e dificuldades de comercialização da produção levou milhares de familiares a buscar alternativas. As condições oferecidas pela integração à agroindústria do tabaco centralizada em Santa Cruz do Sul, como por exemplo, oferecer uma elevada renda em pequenas áreas de exploração, a garantia de comercialização de toda a produção, a oferta de assistência técnica e financeira, etc. atraíram milhares de agricultores familiares. A indústria tabaqueira ampliou a oferta de matéria-prima para atender ao crescente mercado cigareteiro em expansão no Brasil até a primeira década de 2000 e ocupou espaços deixados por importantes *players* no mercado internacional. O Brasil tornou-se desde a década de 1990, um dos maiores produtores mundiais e o maior exportador de tabaco em folha, com a produção alcançando 712.750 toneladas na safra 2012/13. A expansão do mercado consumidor (interno e externo) expandiu o cultivo para diversas regiões do Sul do Brasil, periféricas ao núcleo agroindustrial. Na década de 1960, o cultivo do tabaco incluiu os municípios das Microrregiões de Pelotas/RS e Camaquã/RS que experimentaram uma forte expansão da produção no começo da década de 2000 elevando esses municípios ao patamar de maiores produtores nacionais. A importância econômica e social do tabaco para milhares de famílias no Sul do Brasil e para os territórios fumicultores não implica, entretanto, na ausência de críticas a este cultivo. A grande fragilidade reside no fato de que o tabaco é uma matéria-prima destinada quase exclusivamente para a fabricação de cigarros. Historicamente o tabagismo nunca foi bem aceito, por isso alvo de grandes taxações. Recentemente a Organização Mundial da Saúde (OMS) vem articulando a implantação de acordos supranacionais que visam a redução do consumo, como por exemplo, a Convenção Quadro para o Controle do Consumo do Tabaco, que congrega mais de 170 países e visa regulamentar a atividade, sobretudo o consumo. As consequências diretas dessas medidas não são facilmente percebidas no Brasil devido ao posicionamento ambíguo do Governo Brasileiro com relação à implantação das medidas previstas pela Convenção e principalmente pela forte inserção da cadeia produtiva brasileira no mercado internacional, onde mais de 85% da produção é destinada à exportação, sobretudo para países com consumo em franca expansão. A incerteza promovida pela Convenção configura o grande desafio para a cadeia. Por outro lado, para os agricultores familiares vinculados à atividade, uma possível limitação ou proibição representaria um grave problema social, uma vez que a cultura da produção de tabaco está, em muitos casos, enraizada no modo de vida desses agricultores, portanto, está diretamente ligada à sua reprodução.

Palavras Chaves: Geografia. Território. Agricultura Familiar. Tabaco. Convenção-Quadro.

Abstract

The productive chain of Brazilian tobacco is restricted to the southern states of Brazil accounted for approximately 90% of Brazilian production. Cultivation is found in approximately 700 municipalities, it occupies approximately 376,000 hectares and includes 186 000 small farmers. The organization of the chain occurred in the early twentieth century under the leadership of industrial capital and coincided with the tobacco industrialization process and its modification in the form of consumption, prioritizing the cigarette, the changes promoted by agricultural modernization in the context of the green revolution, the crisis in Brazilian agriculture in the 1980s, etc. The loss of income and difficulties marketing of the production took thousands of families to search alternatives. The conditions offered by the integration into the agricultural industry of tobacco centralized in Santa Cruz do Sul, as an example, offer a high income in small areas of exploration, the warranties of merchantability of all production, the supply of technical and financial assistance, etc.,it attracted thousands of family farmers. The tobacco industry has expanded the supply of raw materials to attend the growing of the tobacco market in expansion in Brazil until the beginning of 2000s and occupied spaces left by major *players* in the international market. Brazil has become since the 1990s, one of the largest producers and the largest exporter of tobacco leaf, with production reaching 712.750 tonnes in 2012/13 crop. The expansion of the consumer market (domestic and foreign) it expanded the farming to several regions of southern of Brazil, peripheral to the agro-industrial core. In the 1960s, tobacco cultivation included the municipalities of Microregions of Pelotas / RS and Camaquã / RS that have experienced a strong expansion of production in the early 2000s bringing these municipalities to the largest national producer level. The economic and social importance of tobacco for thousands of families in southern of Brazil and for tobacco growers territories does not imply, however, in the absence of criticism to this crop. The great fragility is in the fact that tobacco is a raw material used almost exclusively for the manufacture of cigarettes. Historically, smoking has never been well accepted, because of this it is target of great taxation. Recently the World Health Organization (WHO) is coordinating the implementation of supranational agreements aiming the reduction of the consumption, as an example, the Framework Convention on Tobacco Consumption Control, which brings together more than 170 countries and aims to regulate the activity, especially consumption. The direct consequences of these measures are not easily perceived in Brazil due to the ambiguous position of the Brazilian government regarding the implementation of the measures forseen by the Convention and mainly by the strong integration of the Brazilian productive chain in the international market, where more than 85% of production is destined for export, especially to countries with consumption booming. The uncertainty promoted by the Convention sets the big challenge to the chain. On the other hand, for family farmers linked to the activity, a possible limitation or prohibition would represent a serious social problem, because the tobacco crop production is, in many cases, rooted in the way of life of farmers, therefore, is directly linked to its reproduction.

Key Words: Geography. Territory. Family farming. Tobacco. Framework Convention.

Resumen

La cadena productiva del tabaco brasilero se reduce a los estados del Sur de Brasil responsables aproximadamente 90 % de la producción brasilera. El cultivo es encontrado en aproximadamente 700 municipios, ocupa aproximadamente 376 mil hectarias e integra 186 mil pequeños productores. La organización de la cadena ocurrió en inicio del siglo XX con el liderazgo del capital industrial y coincidió con el proceso de industrialización del tabaco y a su modificación en la forma de consumo, dando prioridad al cigarrillo, las transformaciones promovidas por la modernización agrícola en el contexto de la revolución verde, la crisis en la agropecuaria brasilera de la década de 1980, etc. La pérdida de la renta y dificultades de comercialización de la producción llevó a millones de familias a buscar alternativas. Las condiciones ofrecidas por la integración a la agroindustria del tabaco centralizada en Santa Cruz do Sul, como por ejemplo, ofrece una elevada renta en pequeñas áreas de exploración, la garantía de comercialización de toda la producción, la oferta de asistencia técnica y financiera, etc, atrayeron millones de agricultores familiares. La industria tabaquera amplió la oferta de la materia prima para atender al creciente mercado cigarrero en expansión en Brasil hasta la primera década de 2000 y ocupó espacios dejados por importantes players en el mercado internacional. Brasil se volvió desde la década de 1990, uno de los mayores productores mundiales y el mayor exportador de producción alcanzando 712.750 toneladas en la cosecha 2012/13. La expansión del mercado consumidor (interno y externo) extendió el cultivo para diversas regiones del Sur de Brasil, periféricas al núcleo agroindustrial. En la década de 1960, el cultivo del tabaco incluyó los municipios de las microrregiones de Pelotas/RS y Camaquã/RS que experimentaron una fuerte expansión de la producción en el inicio de la década de 2000 elevando esos municipios al patamar de mayores productores nacionales. La importancia económica y social del tabaco para millares de familias en el Sur de Brasil y para los territorios fumicultores no implica, entre tanto, en la ausencia de críticas a este cultivo. La gran fragilidad reside en el hecho de que el tabaco es una materia prima destinada casi que exclusivamente para la fabricación de cigarrillos. Históricamente el tabaquismo nunca fue bien acepto, por eso albo de grandes tasaciones. Recientemente la organización Mundial de la Salud (OMS) viene articulando la implantación de acuerdos supranacionales que tienen por objetivo la reducción del consumo, como por ejemplo, la Convención Cuadro para el control del consumo del tabaco, que congrega más de 170 países e intenta reglamentar la actividad, principalmente el consumo. Las consecuencias directas de esas medidas no son fácilmente percibidas en Brasil debido al posicionamiento ambiguo del gobierno brasilero con relación a la implantación de las medidas calculadas por la Convención y principalmente por la fuerte inserción de la cadena productiva brasilera en el comercio internacional, donde más del 85 % de la producción es destinada a la exportación, sobre todo para países con consumo en gran expansión. La incertidumbre promovida por la Convención muestra el gran desafío para la cadena. Por otro lado, para los agricultores familiares vinculados a la actividad, una posible limitación o prohibición representaría un grave problema social, una vez que la cultura de la producción de tabaco está, en muchos casos, enraizada en el modo de vida de esos agricultores, por lo que, está directamente ligada a su reproducción.

Palabras claves: Geografía. Territorio. Agricultura Familiar. Tabaco. Convención Cuadro.

Sumário

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	9
ABSTRACT	10
RESUMEN	11
SUMÁRIO	12
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	14
LISTA DE TABELAS	16
LISTA DE QUADROS	16
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
JUSTIFICATIVA.....	22
ÁREA DE ESTUDO	24
OBJETIVO PRINCIPAL.....	30
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
HIPÓTESES	31
METODOLOGIA	32
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
1. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE TABACO NO MUNDO 42	
2. A PRODUÇÃO MUNDIAL DE TABACO	51
2.1. PRODUÇÃO DE TABACO NA CHINA	52
2.2. PRODUÇÃO DE TABACO NA ÍNDIA.....	53
2.3. PRODUÇÃO DE TABACO NOS ESTADOS UNIDOS	54
2.4. PRODUÇÃO DE TABACO NO MALAUÍ.....	55
2.5. MERCADO MUNDIAL DO TABACO	56
3. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL	59
3.1 A PRODUÇÃO DE TABACO NO NORDESTE BRASILEIRO	69

4. A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TABACO	73
4.1 A PRODUÇÃO DE TABACO NO SUL DO BRASIL	77
4.2 ORGANIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO.....	81
4.3 AS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE DA INDÚSTRIA DO TABACO.....	85
4.3.1 SINDITABACO.....	85
4.3.2 ABIFUMO.....	85
4.4 AS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE DOS AGRICULTORES/PRODUTORES DE TABACO .	86
4.4.1 AFUBRA.....	86
4.4.2 FETAG/CONTAG.....	87
4.4.3 FETRAF.....	89
4.4.4 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANPA).....	90
4.4.5 FARSUL/Sindicato Rural.....	91
4.5 CÂMARA SETORIAL DO TABACO	91
5. O TABAGISMO E A CONVENÇÃO QUADRO DE CONTROLE DO TABACO	94
6. O TERRITÓRIO DO PLANTIO DE TABACO NO SUL DO BRASIL.....	110
7. A AGRICULTURA FAMILIAR	117
7.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL	122
8. A PRODUÇÃO DO TABACO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR	133
8.1 AS ALTERNATIVAS DOS PRODUTORES DE TABACO	158
9. O TERRITÓRIO DO TABACO NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL	165
9.1 CARACTERÍSTICAS NATURAIS	165
9.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS.....	168
9.3 A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO TABACO NA MICRORREGIÃO DE PELOTAS.	179
9.3.1 Produtores.....	182
9.3.2 O SINDITABACO.....	187
9.3.3 A AFUBRA	188
9.3.4 Os Sindicatos	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS.....	205
APÊNDICES.....	216
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE PRODUTORES.....	217
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A AFUBRA	218
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SINDITABACO	220
APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A FETRAF-SUL.....	222
APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A FETAG/RS.....	223

Lista de Ilustrações

FIGURA 1 - OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM CULTIVO DE TABACO	25
FIGURA 2 - REGIÃO SUL DO BRASIL: PRINCIPAIS ÁREAS DE PRODUÇÃO DE TABACO EM FOLHA; 2006.	27
FIGURA 3 - MAPA DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO SUL – 2009 ..	29
FIGURA 4 – GRAVURAS DE JEAN NICOT E DA RAINHA CATARINA DE MÉDICIS.....	45
FIGURA 5 – INFOGRÁFICO DOS PRINCIPAIS MERCADOS COMPRADORES DO TABACO BRASILEIRO.....	57
FIGURA 6 – ESQUEMA DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO.	83
FIGURA 7 – MOSAICO DE IMAGENS DE ALERTA VINCULADAS ÀS EMBALAGENS DE CIGARROS.	100
FIGURA 8 – LAVOURA DE TABACO ATINGIDA POR TEMPESTADE DE GRANIZO.	134
FIGURA 9 – SISTEMA FLOAT PARA PRODUÇÃO DE MUDAS DE TABACO.	135
FIGURA 10 – BANDEJA DE PLÁSTICO COM MUDAS DE TABACO.	136
FIGURA 11 – PROPRIEDADE FAMILIAR PRODUTORA DE TABACO.....	138
FIGURA 12– FORMAS DE PREPARO DO SOLO PARA O CULTIVO DO TABACO.	139
FIGURA 13– AGRICULTORES FAZENDO ADUBAÇÃO DE COBERTURA E O CRESCIMENTO DA PLANTA.	140
FIGURA 14– AGRICULTOR APLICANDO AGROTÓXICO QUE IMPEDE A REBROTAÇÃO APÓS A CAPAÇÃO DA FLOR.	141
FIGURA 15 - LAVOURA DE FUMO EM FASE DE DESENVOLVIMENTO INTERMEDIÁRIO E FINAL.	142
FIGURA 16– COLHEITA DO TABACO.	142
FIGURA 17– LAVOURA DE TABACO VIRGÍNIA E LAVOURA DE TABACO BURLEY	143
FIGURA 18 – PROCESSO DE GRAMPEAMENTO DO TABACO PARA SER COLOCADO NA ESTUFA ELÉTRICA.	144
FIGURA 19 – MOSAICO COM IMAGENS DE DIFERENTES TIPOS DE ESTUFAS UTILIZADAS PARA A CURA DO TABACO.....	146
FIGURA 20 – FAMÍLIA DE FUMICULTORES DE SÃO LOURENÇO DO SUL CLASSIFICANDO O TABACO PARA A COMERCIALIZAÇÃO.	148
FIGURA 21 – AS CLASSES DE TABACO E A SUA LOCALIZAÇÃO DA PLANTA.	149
FIGURA 22 – MANOCAS DE TABACO E O MODO DE FAZER DAS MANOCAS OU BONECAS DE TABACO.	150
FIGURA 23 – TABACO EM MANOCAS APÓS O PROCESSO DE ENFARDAMENTO.	151

FIGURA 24 – FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA TRANSPORTADORA DE SÃO LOURENÇO DO SUL CARREGANDO O TABACO PARA SER COMERCIALIZADO NA UNIDADE DE BENEFICIAMENTO.	152
FIGURA 25 – OS FARDOS DE TABACO DESLIZANDO NA ESTEIRA DA UNIDADE DE BENEFICIAMENTO.	153
FIGURA 26 – MOSAICO DE FOTOGRAFIAS QUE RETRATAM AS INSTALAÇÕES E A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE UMA PROPRIEDADE PRODUTORA DE TABACO.	154
FIGURA 27 - MOSAICO DE FOTOGRAFIAS QUE RETRATAM A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA DAS PROPRIEDADES FUMICULTORAS NO SUL DO BRASIL	159
FIGURA 28– LENHA PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTO PARA UTILIZAÇÃO NOS FORNOS DAS ESTUFAS DE FUMO.....	163
FIGURA 29 – VISÃO PANORÂMICA DO RELEVO DA ÁREA ESTUDADA.	166
FIGURA 30 – UNIDADES DO RELEVO DO RIO GRANDE DO SUL.....	167
FIGURA 31 – IMAGEM DE UMA PROPRIEDADE FUMICULTORA ABANDONADA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS.	170
FIGURA 32 – ESTUFA DE SECAGEM DE TABACO PIONEIRA NO INTERIOR DE SÃO LOURENÇO DO SUL.	171
FIGURA 33 – GRÁFICO DA PRODUÇÃO DE TABACO NA MICRORREGIÃO DE PELOTAS/RS ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2013.	174
FIGURA 34 - MAPA DA MICRORREGIÃO DE PELOTAS E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS ...	175
FIGURA 35 - MAPA DA PRODUÇÃO DE TABACO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PELOTAS.....	178
FIGURA 36 - QUANTIDADE DE TABACO PRODUZIDO POR ESTRATO DE ÁREA NO BRASIL ...	183
FIGURA 37 – CULTIVO DE PESSEGUEIROS AO LADO DE UMA PLANTAÇÃO DE TABACO NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS E CULTIVO DE MORANGO NO MUNICÍPIO DE TURUÇU/RS.	184
FIGURA 38 - QUANTIDADE DE TABACO POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO BRASIL	185
FIGURA 39 – EXEMPLOS DE MECANIZAÇÃO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS APLICADAS À PRODUÇÃO DE TABACO.....	186
FIGURA 40 – ESTUFA ELÉTRICA UTILIZADA PARA FAZER A SECAGEM DAS FOLHAS DE TABACO.	201
FIGURA 41 – MOSAICO DE FOTOGRAFIAS QUE RETRATAM AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS VOLTADAS PARA A MECANIZAÇÃO DA FUMICULTURA	203

Lista de Tabelas

TABELA 1- NÚMERO DE PRODUTORES DE TABACO ENTREVISTADOS NO TRABALHO DE CAMPO	38
TABELA 2- PRODUÇÃO MUNDIAL DE TABACO – 2011	51
TABELA 3- PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL E EM ESTADOS SELECIONADOS 1990-2013 (EM TONELADAS)	75
TABELA 4- - PRODUÇÃO DE TABACO NAS MICRORREGIÕES SELECIONADAS / 1990-2013 (EM TONELADAS)	79
TABELA 5- Os 10 MUNICÍPIOS GAÚCHOS MAIORES PRODUTORES DE TABACO – 2006.....	80
TABELA 6- PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CIGARROS - 2000/2013*	97
TABELA 7- PRODUÇÃO DE TABACO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PELOTAS – 2010	174

Lista de Quadros

QUADRO 1 - TABELA DE PREÇOS PARA O TABACO BRASILEIRO – SAFRA 2013/2014.....	157
QUADRO 2 - NÚMERO DE EMPREGOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO	182

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACTBr - Aliança de Controle do Tabagismo
AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil.
AL – Alagoas
AMPROTABACO - Associação dos Municípios Produtores de Tabaco
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASCAR - EMATER - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.
BA - Bahia
BAT - British American Tobacco.
CAI - Complexo AgroIndustrial.
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CEASA – Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul.
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CONICQ – Comitê Nacional de Implementação da Convenção Quadro
COP - Conferência das Partes
CQCT - Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.
CTRI - Instituto Central de Investigação sobre o Tabaco (Índia)
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DF – Distrito Federal
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
F.O.B. – do inglês *Free On Board*; em tradução livre, (livre de custos até o transbordo para o navio)
FAG - Frente Agrária Gaúcha.
FAO - Organização Americana da Agricultura e Alimentação.
FARSUL - Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.
FEE - Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCa - Instituto Nacional do Câncer
INCRA - Instituto Nacional de Coordenação da Reforma Agrária.
INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Criminal (do inglês *International Criminal Police Organization*)
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.
ITGA - Associação Internacional de Produtores de Tabaco
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MST - Movimento dos Sem Terra.
NPK - Nitrogênio, Fósforo e Potássio.
OMS – Organização Mundial da Saúde.
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto.
PNSN - Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição
PR - Paraná
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SE - Sergipe

SINDITABACO – Sindicato da Indústria do Tabaco
SIPT – Sistema Integrado de Produção de Tabaco
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

Introdução

O campo brasileiro expõe uma enorme diversidade de formas de produção, de organização social, de atores sociais e estratégias de reprodução social. É resultado da pluralidade e coexistências de inúmeras formas de reprodução social dispostos lado a lado, sob diferentes conceitos e terminologias, como por exemplo, agronegócio, campesinato, agricultura familiar, etc. utilizados para definir o campo brasileiro.

O Brasil se encontra entre os três maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas e apresenta potencial para liderança no setor. Diversos fatores determinam essa competitividade do campo brasileiro. Alguns fatores são naturais, como por exemplo, a oferta de terras agricultáveis, água, climas favoráveis, outros são sociais, como por exemplo, a grande concentração da terra na mão de poucos proprietários, os fatores econômicos e tecnológicos, como por exemplo, uma pesquisa agropecuária avançada, alto grau de mecanização de algumas culturas, o acesso a importantes mercados emergentes (Ásia), uma política cambial que estimula as exportações, mão de obra barata, etc.

O Brasil lidera o *ranking* do comércio mundial de importantes produtos agropecuários: café, açúcar, suco de laranja, soja, carne de frango, tabaco e celulose. Detém o maior rebanho bovino do mundo. A eficiência do setor se reflete no desempenho econômico: o PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio em 2011 alcançou US\$ 548,2 bilhões, correspondente a 22,51% do PIB nacional. (Jornal Valor Econômico 20/11/12)

O país reúne condições para uma importância ainda maior no cenário da produção agropecuária mundial. Há disponibilidade de pelo menos 70 milhões de hectares que poderiam ser mais bem aproveitados. São áreas degradadas – em geral áreas de pastagens – onde podem ser adotadas tecnologias de baixo carbono, como a integração lavoura-pecuária-floresta ou sistema de plantio direto. A adoção dessas medidas pode contribuir para elevar a produção de grãos e fibras em 136,9%, de 160 para 379 milhões de toneladas ao ano. O mesmo ocorre com a produção anual de carne, que pode passar das atuais 9,1 milhões de toneladas para 15 milhões de toneladas, apenas com o melhor aproveitamento dessa área. (Jornal Valor Econômico 20/11/12)

A agropecuária brasileira é ampla e complexa. Qualquer tentativa de análise implicará numa delimitação do objeto de estudo. O objeto desse trabalho de pesquisa busca analisar e discutir a cadeia produtiva brasileira do tabaco diante das políticas restritivas ao tabagismo. Entre elas, a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco¹ (CQCT) configura atualmente um tema de grande relevância para a cadeia produtiva do tabaco.

O Brasil configura como segundo maior produtor mundial de tabaco e o maior exportador mundial desde 1993. O Brasil exporta aproximadamente 85% de sua produção (638 mil toneladas em 2012) para vários mercados compradores mundiais, como por exemplo, China, Bélgica, Estados Unidos, Holanda, Alemanha, Polônia e Indonésia respectivamente. (SCHÜNKE/SINDITABACO, 2013)

A cadeia produtiva do tabaco brasileiro é bastante restrita aos estados do Sul do Brasil que juntos respondem por aproximadamente 90% da produção brasileira. A cultura está presente em mais de 700 municípios, ocupa aproximadamente 376 mil hectares e integra 186 mil pequenos produtores. (SCHNEIDER/Câmara Setorial do Tabaco, 2010).

O perfil socioeconômico da produção brasileira de tabaco aponta como sendo uma atividade predominantemente desenvolvida por agricultores familiares, que trabalham com uso intensivo de mão de obra familiar a sua pequena propriedade, na maior parte das vezes, oriundas de históricos projetos de

¹ A Convenção Quadro é definida como um instrumento legal, sob a forma de um tratado internacional, no qual os estados signatários concordam em empreender esforços para circunscrever a epidemia causada pelo tabaco, reconhecida como um problema global com consequências graves para a saúde. (INCA, 2004).

colonização com imigrantes europeus, conduzidas por iniciativa particular e/ou pública, durante os séculos XIX e XX.

O tabaco é uma *commodity*² que possui a sua produção, comercialização e industrialização fortemente controlada pelo capital estrangeiro que atua na coordenação da cadeia por poucos atores oligopolizados que centralizam e comandam os rumos de toda a cadeia produtiva.

A integração desse ator social (*colono*, camponês, agricultor familiar) com a cadeia produtiva do tabaco aconteceu com maior intensidade a partir da década de 1980³, diante do aprofundamento das consequências do processo de modernização, quando os agricultores passaram racionalmente a optar por culturas e/ou criações melhor remuneradas pelo mercado.

Conforme avançamos no tempo e chegamos à atualidade, a produção de tabaco vem se tornando gradativamente uma atividade agrícola polêmica, envolvendo a academia e os seus pesquisadores, os produtores, a indústria, o sistema de saúde, etc. De um lado surgem argumentos que defendem a atividade (geração de emprego e renda, atividade com grande rentabilidade para as pequenas propriedades, atividade adequada aos minifúndios, etc.) e do outro há como contrapeso os argumentos que questionam, repudiam a atividade (malefícios à saúde, trabalho infantil, desmatamento, perda de autonomia do agricultor, dependência do produtor em relação à indústria, etc.).

O questionamento à atividade produtora de tabaco se acentua após a articulação de um tratado internacional que visa regulamentar a atividade, sobretudo o consumo. Esse tratado é denominado Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) e congrega interesses de mais de 170 países. Diante desse tratado internacional, a estrutura, o funcionamento e a continuidade da fumicultura no Brasil passam a vislumbrar incertezas quanto à sustentabilidade e continuidade da cadeia no médio e longo prazo.

² O termo em inglês para designar matérias-primas de origem vegetal, animal ou mineral ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores, oferecidos no mercado internacional, com cotação e negociação globais, por meio de bolsas de valores.

³ A Companhia Souza Cruz mantém o Sistema Integrado de Produção com famílias produtoras de tabaco desde 1918. Evidente que na década de 1980 houve uma expansão do número de famílias envolvidas, inclusão de novas áreas produtoras bem como a chegada de outras empresas para o setor.

Até o presente, o governo brasileiro adota uma política ambígua em relação à produção de tabaco. De um lado promove a expansão da produção e de outro restringe o seu consumo.

Os cigarros são produtos que têm uma alta carga tributária. As indústrias de cigarro são as maiores pagadoras de impostos. No Brasil, os impostos representaram 74,73% do preço final do cigarro. O setor foi responsável por uma arrecadação estimada em R\$ 8,50 bilhões em tributos e taxas, no ano de 2010. (SCHNEIDER/Câmara Setorial do Tabaco, 2010).

O ambiente da produção de tabaco no Brasil assume cenários de incerteza diante dos desdobramentos da CQCT. Qual a possibilidade do Brasil adotar medidas que visem reduzir o consumo e conseqüentemente a produção?

As conseqüências ainda não são claramente perceptíveis à cadeia produtiva devido a sua forte inserção no mercado internacional e à qualidade superior do tabaco brasileiro. A maior parte da produção sul brasileira é destinada à exportação. Os mercados compradores do tabaco brasileiro, como por exemplo, a Ásia e o Leste Europeu, são por enquanto mercados muito pouco regulados e em franca expansão do consumo.

A redução do plantio de tabaco em vários países e regiões (Estados Unidos, União Europeia) tem refletido na demanda por tabaco do Brasil, influenciando os preços e o volume crescente de produção, a forte internacionalização do setor mediante a entrada e instalação de empresas multinacionais no mercado brasileiro.

Justificativa

Alheio às polêmicas que envolvem o setor, é inegável a importância que representa o cultivo do tabaco para uma considerável parcela de agricultores familiares do Sul do Brasil.

O Sul do Brasil responde por aproximadamente 90% da produção nacional de tabaco. O tabaco é cultivado por 186.350 famílias brasileiras, sendo 89% localizadas no Sul do Brasil. O tabaco ocupa 345.050 hectares e 95% da área está localizada no Sul do Brasil. A produção na safra 2012/13 alcançou 712.750 toneladas sendo 97% produzido nos três Estados do Sul do Brasil. (WERNER/AFUBRA, 2013)

O desmembramento desses números mostra que no estado do Paraná, os municípios de Rio Azul, São João do Triunfo, Prudentópolis e Ipiranga, no Sudeste Paranaense, produzem aproximadamente $\frac{1}{4}$ da produção de tabaco do estado do Paraná. No estado de Santa Catarina, os municípios de Canoinhas, Itaiópolis, Santa Terezinha, Ireneópolis, Papanduva e Bela Vista do Todo, no Norte Catarinense, são responsáveis por $\frac{1}{4}$ da produção de tabaco do estado de Santa Catarina.

Dentro do estado do Rio Grande do Sul, os municípios com maior número de estabelecimentos, produção e área ocupada ficam localizados do Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz) e no Sul do Rio Grande do Sul (Canguçu, São Lourenço do Sul, Camaquã, Dom Feliciano).

Em 2011, o Rio Grande do Sul exportou mais de US\$ 1,5 bilhão (F.O.B.). O fumo em folhas e seus derivados representaram 8,91% das exportações gaúchas em 2011 (MIDIC/SECEX, 2013). O tabaco é um importante produto na pauta de exportações do Rio Grande do Sul, gerando importantes divisas para a economia gaúcha.

Em vários municípios gaúchos a produção de tabaco já se encontra enraizada na cultura das comunidades rurais; é um componente cultural importante a ser considerado na paisagem. Isso é perceptível nas construções, na organização da propriedade e principalmente nas histórias de vida dessas pessoas que se entrecruzam com o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Percebe-se que o cultivo do tabaco possui uma íntima relação com o processo de colonização com imigrantes europeus na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. A fumicultura se adaptou muito bem nos municípios que tiveram no seu território ou que surgiram em decorrência da colonização alemã, italiana e polonesa. Conforme relatos históricos esses imigrantes já tinham um pré-conhecimento (sobretudo na produção de fumos claros) da atividade, trazido da Europa junto consigo.

Nesse contexto os municípios da Microrregião de Pelotas beneficiaram-se no século XIX com projetos de colonização alemã/pomerana, italiana e francesa.

Todavia o cenário para a produção e o mercado do tabaco se tornam incertos devido a movimentos articulados que visam à redução do consumo, como por exemplo, a CQCT articulada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um tratado internacional que congrega mais de 170 países e visa regulamentar a atividade, sobretudo o consumo.

As repercussões no Brasil e as possíveis consequências se refletem principalmente nos municípios do Sul do Brasil, onde o tabaco é a principal fonte de renda e onde está instalado um dos maiores complexos industriais de tabaco do mundo, com milhares de agricultores familiares de centenas de municípios ocupados com a produção de tabaco.

É necessário que essa discussão seja repercutida no meio acadêmico para divulgar a realidade empírica vivida por milhares de agricultores familiares do Sul do Brasil e contribuir para a compreensão da complexidade que envolve o caso.

Área de Estudo

Todo estudo requer uma delimitação espacial. Essa necessidade é potencializada, sobretudo na Geografia. Não podemos admitir os equívocos na escala num estudo geográfico. A preocupação com a escala se tornou mais evidente após o surgimento da Geografia Regional, à medida que a fragmentação e a especialização da ciência exigem escalas menores e discussões mais aprofundadas sobre determinado tema. De trabalhos totalizantes e holísticos, a ciência geográfica avança “com a lupa na mão”. (grifo do autor)

O critério inicial utilizado para a delimitação da escala geográfica a ser utilizada no estudo baseou-se na detecção da atividade econômica do tabaco nos municípios brasileiros com base das estatísticas do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com base nesse critério inicial ficou evidente que a produção de tabaco está concentrada basicamente nos municípios do Sul do Brasil, conforme retrata o mapa abaixo (Figura 1). Embora haja municípios produtores de tabaco em outras regiões brasileiras, como por exemplo, em alguns estados do Norte e principalmente no Nordeste do Brasil, a sua produção representa menos de 10% da produção nacional.

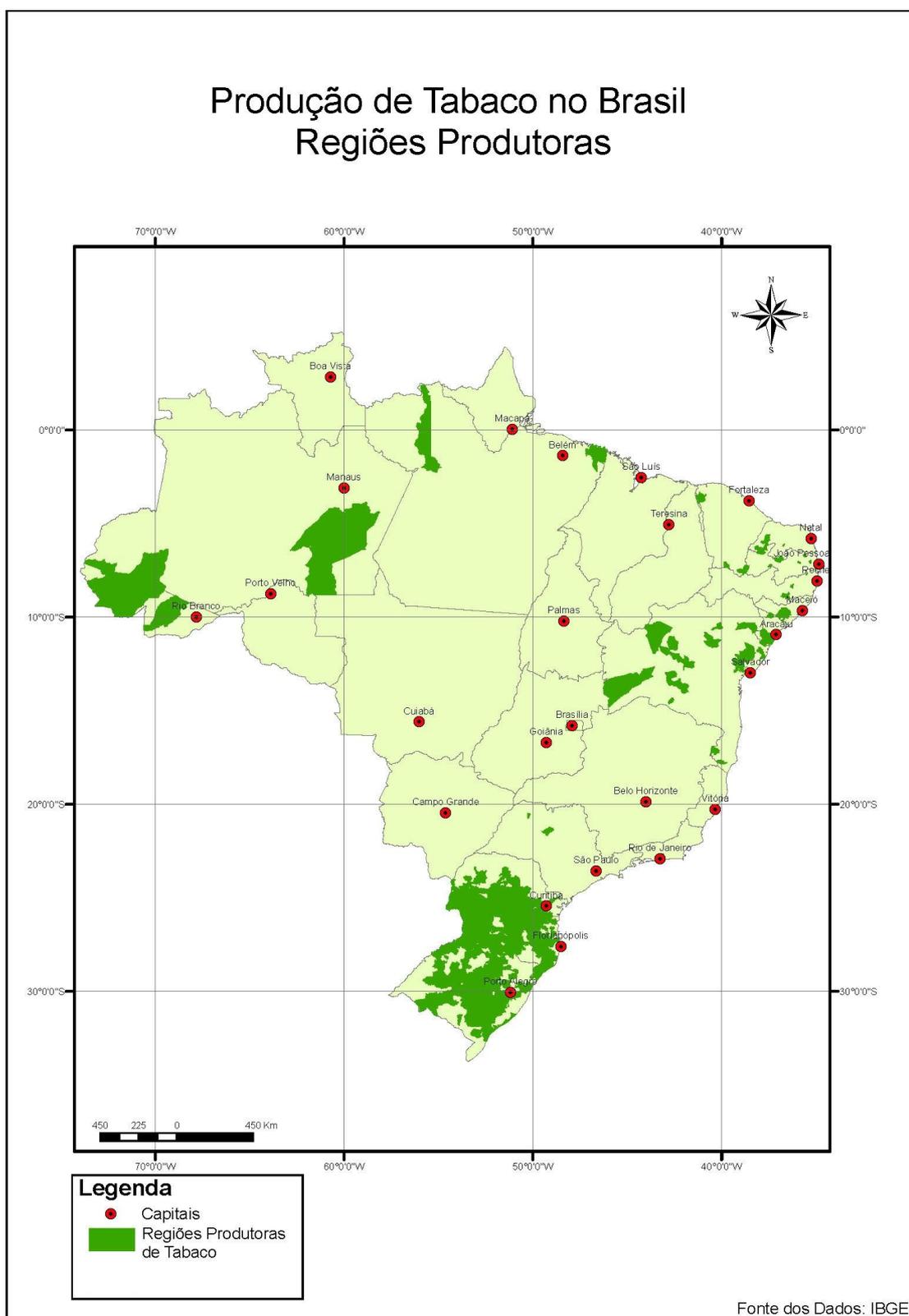


Figura 1 - Os Municípios Brasileiros com Cultivo de Tabaco
 Fonte: IBGE/Censo Agropecuário; Elaborado por Michele B. da Silva Moraes.

A pesquisa optou em estudar apenas a produção de fumos claros (sobretudo a variedade *Virgínia*), utilizados para a fabricação de cigarros. Os fumos claros são a principal matéria-prima na fabricação de cigarros, alvos da principal estratégia de atuação da CQCT; a redução do consumo de cigarros.

A Figura 2 retrata a opção metodológica que restringiu a pesquisa apenas aos municípios do Sul do Brasil. Neste cenário observa-se como a produção de tabacos claros é presente nos três estados sulinos.

Por razões operacionais da pesquisa, como por exemplo, realização do trabalho de campo, houve a necessidade de restringir ainda mais a área estudada. Nesse novo recorte metodológico foi utilizado o critério de volume de produção. Observou-se que os maiores volumes de tabaco são produzidos no Rio Grande do Sul.

Dentro do Rio Grande do Sul, os municípios com maior número de estabelecimentos, produção e área ocupada, ficam localizados no Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Candelária, Vale do Sol, Sinimbu, Vale Verde) e no Sul do Rio Grande do Sul (Canguçu, São Lourenço do Sul, Pelotas, Turuçu, Camaquã, Cristal, Dom Feliciano, Chувиска, Amaral Ferrador, Barão do Triunfo e Sertão Santana).

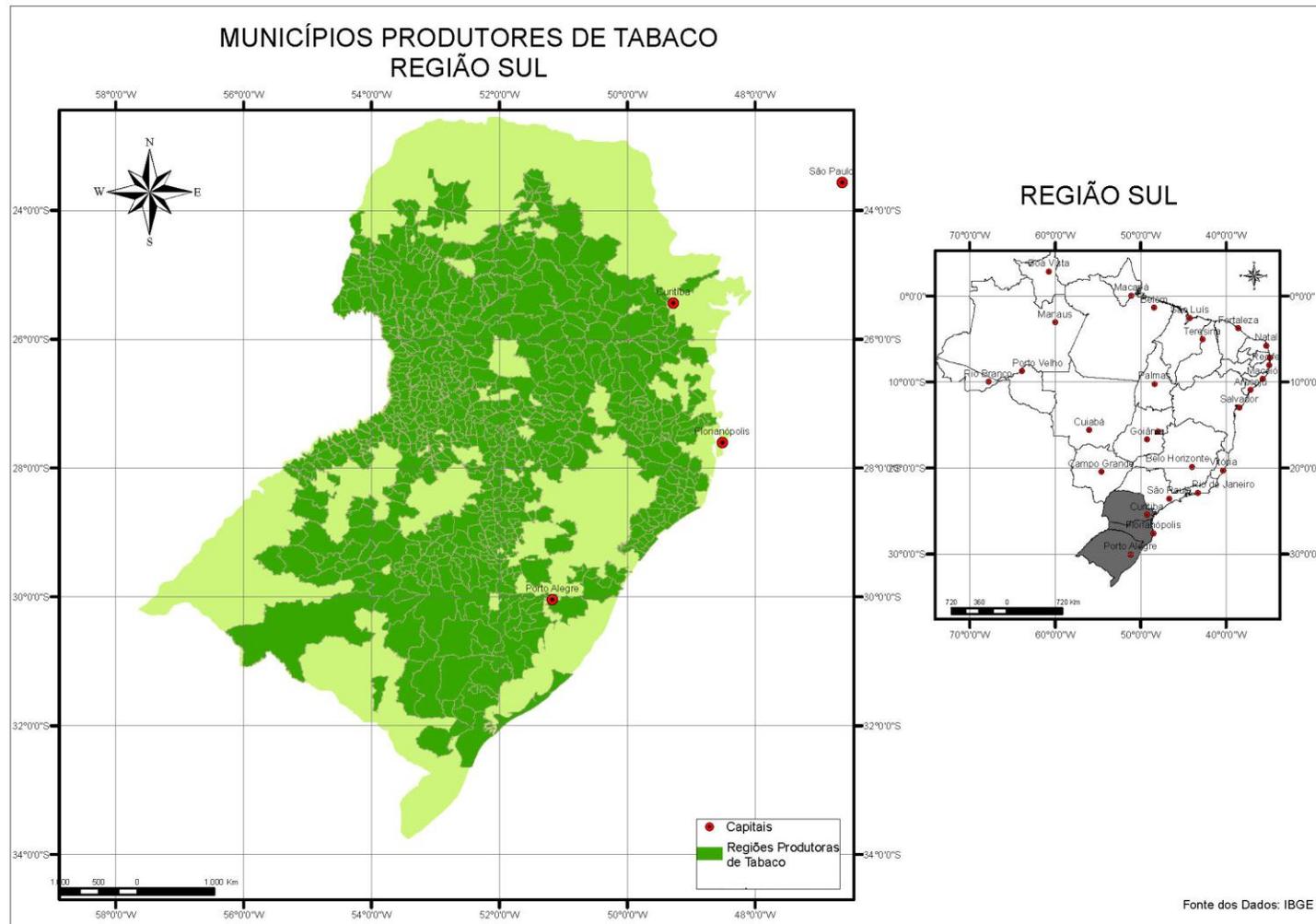


Figura 2 - Região Sul do Brasil: principais áreas de produção de tabaco em folha; 2006.
 Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaborado por Michele B. da Silva Moraes.

De acordo com a regionalização do IBGE, o Rio Grande do Sul está dividido em 35 microrregiões geográficas, retratadas na Figura 3. São elas: Cachoeira do Sul, Camaquã, Campanha Central, Campanha Meridional, Campanha Ocidental, Carazinho, Caxias do Sul, Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Gramado-Canela, Guaporé, Ijuí, Jaguarão, Lajeado-Estrela, Litoral Lagunar, Montenegro, Não-Me-Toque, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Restinga Seca, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Jerônimo, Serras do Sudeste, Soledade, Três Passos e Vacaria.

De acordo com a FEE (Fundação de Economia e Estatística), a microrregião

é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo frequente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. (FEE, 2013)

A finalidade da regionalização em microrregiões é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Entretanto, na maioria das vezes, as microrregiões são conhecidas em função de seu uso prático pelo IBGE para fins estatísticos.

Em todas as 35 microrregiões retratadas na Figura 3 ocorre a produção de tabaco. A produção de tabaco aparece de forma mais expressiva em 10 microrregiões: Cachoeira do Sul, Camaquã, Frederico Westphalen, Guaporé, Lajeado-Estrela, Pelotas, Restinga Seca, São Gerônimo, Soledade e Santa Cruz do Sul. Juntas, respondem por mais de 90% do tabaco gaúcho.

Há muito tempo que a fumicultura é uma atividade bastante consolidada no Vale do Rio Pardo. Por isso já foi tema inúmeras vezes em diversos estudos anteriores. Portanto a sua dinâmica, os seus componentes já são bastante conhecidos.

O terceiro critério foi selecionar uma região fumicultora do estado do Rio Grande do Sul relativamente recente, portanto, rica em dados e informações inéditas. Dentro desse critério a Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul se destaca na produção de tabaco.

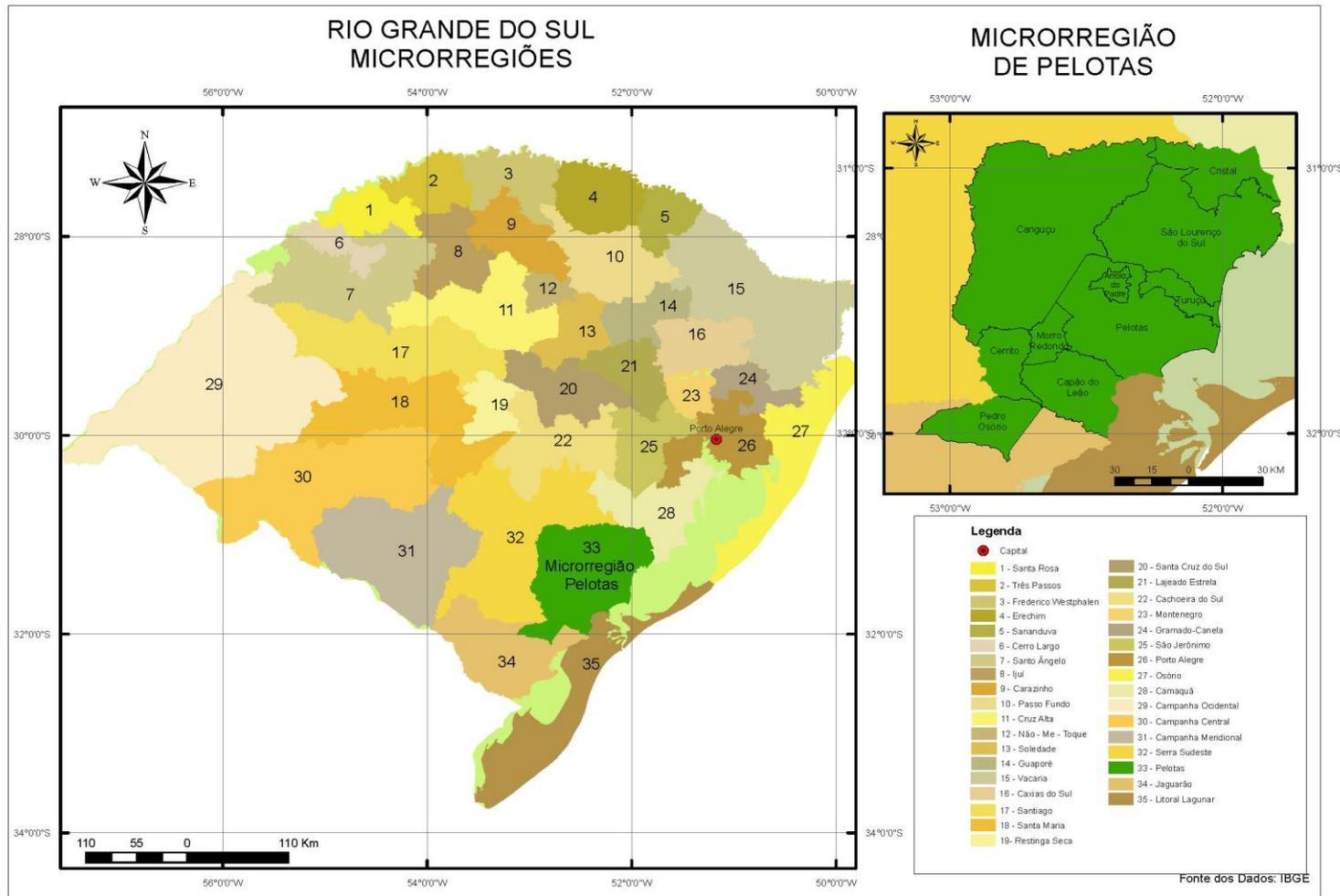


Figura 3 - Mapa das Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul – 2009

Fonte: FEE/IBGE. Elaborado por Michele B. da Silva Moraes

No Sul do Rio Grande do Sul, a fumicultura se consolidou mais recentemente e em alguns municípios está em plena fase de consolidação (Canguçu). O estudo sugere a formação de um território da fumicultura que continua se consolidando no Sul do Rio Grande do Sul, marcado fortemente pelos traços culturais, no modo de vida dos agricultores, etc.

A análise da cadeia produtiva do tabaco não pode ignorar as relações existentes entre o global x local e vice-versa. Como serão analisados os reflexos de políticas definidas por organismos supranacionais (globais) e nacionais (como é o caso da CQCT e a atuação dos grandes grupos transnacionais) na escala local, considerar as relações que este mantém com o global e vice-versa fornecem importantes elementos para uma compreensão mais ampla da temática. "O domínio das escalas é, portanto, um elemento prévio a toda a ação" (RAFFESTIN Et. All., 1983, p.134)

Na Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, delimitou-se o estudo à Microrregião de Pelotas destacada na Figura 3. A Microrregião de Pelotas é composta pelos respectivos municípios:

- Pelotas – Arroio do Padre, Pedro Osório, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

A opção por essa microrregião geográfica retratada no mapa acima – localizada à margem ocidental da Laguna dos Patos, no Sul do Rio Grande do Sul – acontece devido a produção de tabaco ser bastante expressiva nesses municípios. Alguns dos municípios com as maiores produções nacionais de tabaco estão localizados nessa microrregião.

Objetivo Principal

Analisar o processo de expansão e consolidação do cultivo do tabaco e consolidação de novos territórios no Sul do Rio Grande do Sul diante de políticas restritivas globais ao tabaco.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que compõem o corpo de explicações, utilizados para fundamentar a análise do objetivo principal, englobam diversos aspectos, tais como;

- Descrever a evolução histórica da cultura do tabaco na Microrregião de Pelotas, relacionando-a com contexto nacional e internacional;
- Identificar as origens da produção e da expansão comercial do tabaco brasileiro no mercado interno e internacional, até a primeira década do século XXI;
- Identificar e retratar os componentes do território do tabaco na Microrregião de Pelotas;
- Buscar os indicadores de território que permitam delimitar os territórios da plantação de tabaco no Sul do Rio Grande do Sul;
- Conhecer os atores envolvidos (fumicultor), a história de vida das pessoas que fazem do tabaco a sua subsistência e reprodução social;
- Entender a cultura camponesa/rural, a sua racionalidade, como se organizam, bem como compreender a ligação que mantém com a complexa e internacionalizada cadeia produtiva do tabaco;
- Analisar as políticas restritivas ao tabagismo em curso, encampadas pela Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT), com reflexos na cadeia produtiva do tabaco.

Hipóteses

1. A principal motivação dos agricultores que plantam tabaco está nos retornos financeiros que são proporcionados pelo cultivo, ainda que esse retorno financeiro submeta os agricultores à condição de dependência.
2. A existência de dados que apontam os municípios da Microrregião de Pelotas como um território da produção de tabaco.
3. O avanço das medidas restritivas previstas na CQCT configura ações ambíguas e/ou antagônicas nas intenções do Governo Brasileiro.

4. A redução do plantio de tabaco na agricultura familiar acontecerá naturalmente no médio e longo prazo motivado pelas políticas de controle do tabagismo e opção pessoal dos jovens agricultores.
5. O sistema integrado de produção de tabaco (SIPT) permitiu a organização da cadeia produtiva e o fornecimento estável de matéria-prima de qualidade para o mercado internacional de tabaco.

Metodologia

A Geografia Agrária, um ramo da Geografia de forma muito peculiar tem contribuído enormemente para uma interpretação aprofundada dos movimentos sociais no campo, da recriação do campesinato e do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo.

A compreensão dos fenômenos que ocorrem no campo brasileiro exige a adoção de um método claro e objetivo. O método indica o caminho e o raciocínio utilizados para alcançar determinada resposta para um problema/hipótese; deve permitir que outros pesquisadores possam chegar a resultados semelhantes utilizando as mesmas técnicas e raciocínio.

Santos (1997) afirma que o método é fundamental para a ciência. O método trata da construção de um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista, não sendo isso um dado *a priori*, mas "uma construção", no sentido de que "a realidade social é intelectualmente construída".

Severino (1992 apud Spósito, 2004) define o método como um "conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos".

O método mais adequado ao que o presente trabalho se propõe é o método dialético. A realidade é demais complexa e inacabada para dela extrair a verdade, sendo assim o método dialético é o mais apropriado porque "procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão". (JAPIASSU & MARCONDES, 1990, p.167 apud SPÓSITO, 2004, p.39).

Na realidade percebida nos discursos que envolvem a produção de tabaco no Sul do Brasil existem questões que na maioria das vezes são contraditórias, pois não representam fielmente uma única verdade. A verdade assume diversas faces. Essa contradição é dinâmica no espaço e no tempo. A razão e a origem das contradições podem estar distantes no tempo e no espaço.

A análise das questões antagônicas expõe uma adequação da verdade de acordo com os interesses de quem o defende. É evidente que o discurso do agricultor não é o mesmo que o da indústria. Mas há um núcleo consensual.

Com o propósito de analisar melhor essas diferenças, o método dialético se mostra o mais indicado porque permite “[...] verificar com mais rigor os objetos de análise, justamente por serem postos frente a frente com o teste de suas contradições possíveis”. (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2003, p.72)

O método dialético é essencialmente um método histórico. O método dialético-histórico é utilizado com frequência pela Geografia Agrária. Monbeig (1944a, p.9) cita Albert Demangeon “a geografia humana estuda as relações entre as sociedades humanas e o meio no presente e no passado”. Procurar explicar o gênero de vida atual analisando seus elementos à luz do método histórico que é o único a fazer compreender o lugar que ocupam hoje, [...] o estudo de um gênero de vida é a aplicação de método histórico à atualidade regional. (Ibidem, p.10)

Estudar os atores sociais e a sua reprodução no espaço, como é o caso da agricultura familiar, significa compreender também a cultura que está intrínseca ao objeto estudado. A Geografia Agrária deve procurar incluir na sua análise os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola, buscando a interpretar os vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, reprodução social cotidiana e silenciosa. Sem dúvida há uma considerável fonte de explicações para o estágio atual da agricultura familiar do Sul do Brasil na herança história da colonização no século XIX, nas consequências da modernização da agricultura na década de 1980, e na integração dos agricultores familiares aos complexos agroindustriais numa posição de sujeição e exploração, etc.

Baseado em Demangeon, Monbeig (1945c, p.165-6) destaca três pilares metodológicos da geografia, “o primeiro é que a geografia localiza [...] em segundo lugar, a geografia descreve [...] depois de ter localizado, depois de ter descrito, o geógrafo compara”, ou seja, a ferramenta principal do geógrafo é observação, na

qual ele realiza um processo de descrição do que ele vê e a partir disso faz relações com outras paisagens ou elementos.

A leitura de paisagens é um procedimento metodológico bastante utilizado pela Geografia. Monbeig (1945) afirma que;

sem exagero, que a *geografia é a arte de saber ver*. Saber ver a paisagem, saber ver um mapa, uma fotografia. Esse estudo analítico das paisagens ou de suas reproduções, que é feito por uma leitura atenciosa e precisa, constitui um excelente exercício de observação [...] a observação é a fase inicial da descrição e isso conduz a uma *reflexão sistematizada*. (Monbeig (1945c, p.166).

A paisagem é o resultado momentâneo da organização de um conjunto de elementos intrínsecos, construídos e reconstruídos ao longo de um período histórico envolvendo determinados atores sociais. A paisagem é dotada de uma dinâmica que nos permite estabelecer para cada paisagem uma determinada forma de intervenção e uma noção de escala temporal. A sucessão dos atores sociais que atuam sobre determinado espaço deixa marcas próprias visíveis na paisagem, por vezes, perpetuadas no tempo.

Waibel (apud ETGES, 2000a) denominou as diferentes paisagens agrícolas de *formações econômicas*, um dos conceitos chaves de sua teoria e justificativa para considerar a Geografia Agrária como pertencente da Geografia Econômica. Segundo Waibel (apud ETGES, 2000a) a observação dá à Geografia Agrária seu cunho científico tal como o deu à Geografia em seu conjunto, em meados do século XIX.

O geógrafo precisa ver – sinônimo de olhar – associado ao ato inteligente de refletir o que foi visto: observar com critérios. Isto é, não basta descrever a paisagem; é necessário interpretá-la, compreender como funciona cada um dos elementos que nela se refletem.

Essa interpretação não deve se basear apenas na interpretação racional, mas também deve considerar os valores simbólicos (culturais e signos) presentes nessa paisagem.

Ver como a paisagem é reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo; é um trabalho de análise que ele precisa fazer para distinguir o que provém do solo, do clima e também da técnica agrícola, da organização social. A análise da paisagem apresenta-se como um jogo de quebra-cabeças; mas, enquanto o jogo se torna logo fastidioso, é apaixonante o estudo da paisagem: apaixonante porque nos põe em contato com a humilde tarefa quotidiana e milenar das sociedades humanas; ela mostra o homem lutando sem cessar para aperfeiçoar-se. (MONBEIG, 1940, p.248)

A paisagem expressa, portanto, uma grande quantidade de dados e informações sobre um determinado lugar. Embora a paisagem possa ser um elemento pré-humano, fazendo parte das possibilidades da própria natureza, é sobretudo por meio da ação humana sobre o espaço que se criam novas paisagens e as consequentes transformações.

Das inúmeras e diferentes paisagens rurais existentes no Sul do Brasil, há uma paisagem rural bastante frequente. Existe no Sul do Brasil, uma configuração espacial própria decorrente da produção de tabaco que é frequente em aproximadamente 700 municípios, englobando aproximadamente 187 mil pequenas propriedades, onde o tabaco ocupa uma área aproximada de 373 mil hectares.

A partir dessa paisagem é possível abstrair vários elementos tais como o objetivo da produção e reprodução da mesma, as influências sociais, culturais e econômicas, as forças produtivas aplicadas, as relações de produção e trabalho, etc. A paisagem também esconde inconscientemente as relações de poder que são exercidas sobre ela. Logo, quando relações de poder se manifestam sobre determinada paisagem, surge o território.

A globalização e a multinacionalização da economia ocorridos de forma mais acentuada na segunda metade do século XX são os pontos de partida para a identificação e compreensão dos territórios do tabaco no Sul do Brasil.

Os territórios do tabaco no Sul do Brasil são resultado de disputas constantes de poder entre diferentes atores. O poder hegemônico nos territórios do tabaco no Sul do Brasil é o da indústria global. Um número reduzido de grandes corporações transnacionais e algumas empresas nacionais controlam e comandam o território, o trabalho e a produção de milhares de agricultores familiares.

Procedimentos Metodológicos

A definição do método não assegura as respostas que um determinado problema/hipótese demanda. É preciso delimitar os procedimentos metodológicos necessários para alcançar a explicação da realidade.

Gil (1991) salienta:

Que como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas. Desse modo concebe-se o planejamento como a primeira fase da pesquisa, que envolve a formulação do problema, a especificação de

seus objetivos, a construção de hipóteses e operacionalização de conceitos. (GIL, 1991, p. 21)

Um dos grandes problemas que envolvem a produção de tabaco são as recentes políticas de restrição de seu consumo. Portanto, compreender melhor o que é previsto na CQCT bem como as suas consequências para as principais regiões produtoras constitui um dos pontos centrais do estudo.

Outro passo importante foi a definição da escala temporal e da escala geográfica do estudo. A clareza desses aspectos permitiu que então fossem coletados dados e informações sobre a área pesquisada.

Foram fundamentais os dados primários obtidos durante os trabalhos de campo junto aos produtores, entidades de classe e sindicatos. Foram coletadas entrevistas (ver a seção de Apêndices) que facilitaram a elucidação do tema estudado.

A adoção de métodos qualitativos de obtenção de dados e informações durante essa etapa da pesquisa teve como propósito viver e compreender *in loco* as particularidades envolvidas na produção familiar de tabaco. Determinados aspectos somente são percebidos mediante o contato pessoal do pesquisador com o objeto do estudo.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência entre sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo subjetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

Sendo a Geografia a ciência que historicamente se envolve no estudo da diferenciação regional da superfície da Terra, esta tem que ser feita tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo.

Demo (2004, p.119) recomenda "que toda a pesquisa precisa mesclar quantidade e qualidade, forma e intensidade, estrutura e dinâmica. A pesquisa qualitativa apenas quer realçar as dinâmicas, mas sem perder de vista que toda dinâmica revela formas".

Os dados quantitativos são imprescindíveis para dar uma ideia concreta da importância relativa dos aspectos analisados, por conseguinte da significação que os tem sobre o contexto analisado.

[...] a existência de pesquisas qualitativas onde não se descarta a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de um campo, ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação entre fenômenos particulares (CHIZZOTTI, 1995, p. 84).

A coleta dos dados e obtenção de informações mediante realização de entrevistas durante o trabalho de campo exigiu o dimensionamento da amostra e o tipo de amostragem a ser utilizado, fundamentalmente, quando se evoca o ângulo qualitativo da análise. É preciso ter em conta o que destacam Deslauriers e Kerisit (2008), ao afirmar que, “[...] contrariamente ao que certos pesquisadores pensam, a pesquisa qualitativa também recorre à amostra”.

Pires (2008), ao referir-se ao universo de amostra, diz que:

A palavra 'amostra' pode conter uma dupla significação. No sentido estrito ou operacional, ela designa exclusivamente o resultado de um procedimento visando extrair uma parte de um todo bem determinado; no sentido amplo, ela designa o resultado de qualquer operação visando constituir o corpus empírico de uma pesquisa. É no âmbito desse segundo sentido que se deve entender aqui a referida palavra. Assim compreendida, a noção de amostra concerne tanto às grandes investigações por questionário quanto às pesquisas referidas a um único indivíduo. [...] As estratégias de amostragem são, então, portadoras de uma parte razoavelmente grande de imprevisível. (p. 154-155)

Segundo Almeida (1989), a utilização do método da amostragem restringe-se a selecionar uma parcela da população, realizar observações sobre essa parcela e generalizar os resultados para toda a população.

As evidências apontam que, nas áreas rurais, há dificuldades para estabelecer contato com as pessoas, pela dificuldade de acesso às propriedades, a rotina diária dos agricultores e por um fato bem peculiar, que está relacionado à cultura local; a desconfiança inicial dos agricultores (com razão visto que diversas formas de violência também estão presentes nas zonas rurais) em participar de uma pesquisa.

Por isso é fundamental criar uma relação de confiança junto à população rural. Uma estratégia bem-sucedida é fazer o contato com a intermediação de instituições locais (escolas, igrejas) ou profissionais que atuam na área de estudo.

Foi elaborado um questionário semiestruturado com questões abertas. Durante as visitas às propriedades essas questões foram indagadas aos proprietários. As entrevistas foram eventualmente gravadas com o auxílio de um gravador de som (celular). Na maioria das vezes se percebeu um desconforto nos produtores quando sabiam que estavam sendo gravados, inibindo-os a se manifestar naturalmente, inclusive em dialeto alemão/pomerano.

Foram visitadas 37 propriedades com objetivo de formar um perfil bastante próximo à realidade da área de estudo que contempla os municípios da Microrregião de Pelotas.

As famílias foram entrevistadas com objetivo de formar um perfil socioeconômico dos agricultores familiares vinculados ao agronegócio do tabaco. Buscou-se manter uma proporcionalidade de entrevistas com o número de total de produtores.

Não foram entrevistados produtores de Cerrito, Pedro Osório, Capão do Leão e Morro Redondo. O custo financeiro e os tempos dispensados na realização do trabalho de campo foram direcionados a contemplar prioritariamente os produtores que moram em municípios onde a produção é mais expressiva.

A Tabela 1 detalha o número de famílias entrevistadas em cada município pesquisado do território do tabaco da Microrregião de Pelotas.

Tabela 1- Número de Produtores de Tabaco Entrevistados no Trabalho de Campo

Município	Número de Produtores
Canguçu	10
São Lourenço do Sul	10
Pelotas	4
Arroio do Padre	3
Turuçú	6
Cristal	4
Morro Redondo	0
Cerrito	0
Capão do Leão	0
Total	37

Fonte: Organizado pelo autor.

A escolha e indicação dos produtores inicialmente levaram em conta a parceria com escolas localizadas na zona rural dos municípios de São Lourenço do Sul e Cristal. No município de Canguçu esse contato foi intermediado por um técnico da Emater que identificou alguns produtores e formatou os roteiros. A partir desses roteiros e produtores previamente definidos foi possível incluir outros produtores não previstos inicialmente a partir de indicação dos moradores de cada localidade.

Nos municípios de Arroio do Padre, Turuçu, Pelotas, houve apenas a identificação prévia das principais localidades envolvidas na produção de tabaco. Diferente da metodologia adotada em São Lourenço, Cristal e Canguçu, não houve contato prévio com os produtores. As entrevistas/visitas seguiram um critério aleatório e de acaso, utilizando o elemento surpresa.

A utilização das duas formas de abordagem foi válida e tiveram pontos positivos e negativos. Quando as visitas eram agendadas, os produtores se preparavam para a recepção, organizavam os galpões, o pátio. Em alguma medida buscavam simular uma realidade ideal. Quando as visitas ocorriam aleatoriamente sem nenhum agendamento, a realidade encontrada parece ser mais autêntica.

Por outro lado, quando não havia um agendamento prévio, havia uma grande chance de não encontrar em casa o responsável pela propriedade (devido as entrevistas coincidir com o período de transplante das mudas) e a as famílias não demonstravam tanta receptividade. Em parte, as famílias demonstraram ser muito desconfiadas, justificada pela sensação de insegurança que também existe atualmente na zona rural (frequentes assaltos, roubos de agrotóxicos, ferramentas, etc.).

Uma preocupação levada em conta no processo de escolha dos produtores era a necessidade de escolher em cada município produtores diferenciados entre si, quanto ao nível socioeconômico. Também se levou em consideração escolher produtores das mais variadas empresas integradoras.

Concluindo, o estudo se baseou em diferentes fontes principais de informação:

- a) Fontes estatísticas secundárias – como tabelas disponibilizadas pela Afubra, Sinditaco, FEE e IBGE.
- b) Houve a utilização de fontes documentais tais como levantamento de dados em diversos locais incluindo a rede mundial de computadores, institutos de pesquisas como a FEE, o IBGE, EMATER, AFUBRA, SINDITABACO, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Câncer, Receita Federal, cooperativas, empresas fumageiras, etc.
- c) Entrevistas e questionários semi-estruturados – aplicado junto aos atores envolvidos na cadeia produtiva do tabaco, como por exemplo, os produtores, as associações de classe, os transportadores, orientadores agrícolas.
- d) Apropriação da bibliografia disponível sobre o tema – utilizando a produção de SEFFRIN (1995), FROZZA *et alii* (1998), VOGT (1997), COLLINS e HAWKS JÚNIOR (1993), NARDI (1985), SILVA (2002), DESER (BIOLCHI, 2005), entre outros.

- e) Acompanhamento da mídia – A mídia é uma ferramenta utilizada com grande intensidade pelos diferentes atores envolvidos. Houve o acompanhamento das principais manchetes envolvendo a cadeia produtiva tabaco em jornais de circulação nacional, como por exemplo, o Valor Econômico, Zero Hora e Correio do Povo.
- f) Acompanhamento das discussões na Câmara Setorial do Tabaco do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - As atas das reuniões e o material de suas apresentações por partes dos participantes relacionadas com a CQCT disponibilizadas na página na internet foram acompanhadas desde a sua fundação.
- g) Utilização de imagens – em grande parte, obtidas pessoalmente pelo autor durante o trabalho de campo, destacando o modo de vida, o patrimônio cultural construído.
- h) De caráter complementar, a experiência e o conhecimento empírico do pesquisador sobre o tema e da área de estudo permitiu a construção de uma relação de confiança necessário a uma boa pesquisa. O acompanhamento de famílias produtoras em municípios do Sul do Rio Grande do Sul (sobretudo em São Lourenço do Sul, onde o pesquisador atua numa escola rural de Ensino Médio que tem alcance municipal) onde o tabaco possui grande expressão na economia por meio de visitas a campo (*in loco*) trouxe elementos qualitativos (fotos, relatos, etc.) muito próximas à realidade do produtor e da cadeia produtiva do tabaco.

O uso de tabelas e gráficos auxiliou na apresentação visual desses dados quantitativos e qualitativos coletados durante as entrevistas. A utilização de produtos visuais e cartográficos serve, contudo, para orientar as pesquisas de campo e localizar espacialmente os eventos observados. Associada a utilização de imagens (fotografias e imagens de satélites) constituem os elementos gráficos imprescindíveis para a apresentação das principais ideias do estudo.

Se em épocas pretéritas o caráter ilustrativo dos trabalhos acadêmicos ficava por conta da habilidade de pintores e desenhistas (ex. catalogação de espécies na Botânica, gravuras retratando eventos históricos importantes), hoje o auxílio das lentes de uma máquina fotográfica ou satélite permitem imortalizar no

papel as imagens (paisagens) que por si tem uma grande capacidade explicativa e auxiliam na argumentação teórica de um trabalho acadêmico.

Verdum (2009), Tacca (2005) e Costa e Benites (2009) trazem significativas contribuições sobre metodologias de captura, leitura e utilização de imagens em trabalhos acadêmicos.

1. Uma Abordagem Histórica da Produção de Tabaco no Mundo⁴

O tabaco ou fumo é uma planta cujo nome científico é *Nicotiana tabacum*, da família das *Solanáceas* da qual é extraída uma substância alcaloide básica, líqüida e de cor amarela, chamada nicotina, assim chamada em homenagem Jean Nicot, diplomata francês em Lisboa (Portugal) que difundiu no século XVI o uso do tabaco na Europa. As suas folhas são colhidas e curadas (secas) em estufas. Com as folhas secas são produzidos charutos, rapé, cachimbos e, principalmente cigarros.

A origem e a posterior disseminação do tabaco pelo mundo são discutidas por diversos historiadores/pesquisadores. Não há um consenso definitivo sobre a delimitação temporal e espacial do surgimento do tabaco no mundo. As hipóteses mais prováveis dão conta de que o tabaco é originário do continente americano, cultivado e consumido por povos nativos, expandindo-se o seu plantio e consumo para os outros continentes, devido principalmente às relações comerciais entre as colônias americanas com as suas Metrôpoles europeias: as Grandes Navegações.

Os autores salientam que a origem do nome tabaco está atrelada a uma pequena ilha do Caribe chamada Tobago. Cristóvão Colombo chegou a Tobago em 1498 e seis anos antes ao atual Haiti, encontrando a palavra entre os índios Arawak. Outros autores, como por exemplo, SANGIRARDI (1983), NARDI (*apud* SEFFRIN, 1995) e AFUBRA, destacam que é possível que o tabaco já fosse conhecido na Ásia (China) desde o século IX, tendo sua origem na palavra árabe “tabbâq” ou “*tabbaq*”, que designava determinadas plantas fumadas em cachimbo.

⁴ A delimitação temporal e espacial do surgimento do tabaco no mundo e no Brasil não encontra consensos plenos e definitivos entre os autores que o pesquisaram. SEFFRIN (1995), FROZZA *et alii* (1998), VOGT (1997), COLLINS e HAWKS JÚNIOR (1993), NARDI (1985), SOUZA CRUZ (2013), SILVA (2002), DESER (BIOLCHI, 2005).

Embora não seja possível afirmar com exatidão o período e nem mesmo os motivos que levaram as pessoas a adquirir esse hábito e o presente estudo não propõe a esse feito, é consenso na literatura existente que, conforme relatos históricos, o hábito de fumar é muito antigo na civilização. Estima-se que há mais de quatro mil anos o cultivo e o uso do tabaco já eram desenvolvidos pela civilização Maia na região da América do Norte e América Central. (FROZZA *et alii* 1998)

COLLINS e HAWKS JÚNIOR (1993) compartilham da ideia de que o tabaco surgiu na América Central, antes da era cristã. De acordo com autores, a primeira identificação da existência do fumo se deu a partir de uma pintura esculpida em pedra, encontrada no México, datada de aproximadamente 600 anos a.C. (SILVA, 2002, p.12)

Supõe-se que a partir de então, outros povos indígenas da América aprenderam como cultivar a planta e elaborar o produto para utilizá-lo em cerimoniais religiosos. É importante que se leve em conta o caráter nômade de algumas tribos e o comportamento expansionistas de algumas civilizações pré-colombianas, como por exemplo, os astecas, maias e incas.

A cangueira⁵ era a principal forma usada para se fumar o tabaco, mas também eram feitos cigarros simples enrolando-se as folhas secas. Para os índios, o uso do tabaco era algo de grande valor cerimonial, acreditavam que a inalação da fumaça os aproximava dos Deuses. O uso do cachimbo para apreciar o tabaco é atribuído principalmente às tribos nativas norte-americanas.

O fumo era parte do cotidiano dos nativos da América, muito antes dos europeus chegarem a essas terras. E, especificamente no caso brasileiro, o fumo tinha um caráter sagrado e origem mítica (como o milho e a mandioca).

NARDI (1985) assegura que o fumo servia para a iniciação de pajés e em cerimônias tribais. “Por meio dele, o pajé entrava em transe no qual contatava (*sic!*) com os deuses, espíritos, almas dos mortos, ou ainda predizia o melhor momento para ir à caça, viajar ou atacar o inimigo” (NARDI, 1985, p.5).

Portanto quando os europeus chegam à América no final do século XV visualizaram nos nativos, entre outras coisas – como, por exemplo, as vestimentas ou a falta delas, as pinturas corporais – o hábito de consumir as folhas de tabaco.

⁵ Espécie de charuto com folhas de fumo secas, enroladas numa folha de milho ou de palmeira, na forma de uma vela.

Existem relatos sobre esse hábito nas cartas ao reino da Espanha, conforme assinalaram COLLINS e HAWKS JÚNIOR (1993). (SILVA, 2002, p.15)

No caso do Brasil, Nardi (1985) afirma que quando Cabral desembarcou na costa brasileira em 1500, as tribos nativas Tupinambás já mantinham o cultivo e o consumo do tabaco.

Considerando o espírito desbravador, a curiosidade e a habilidade de estabelecer relações de troca entre os navegadores europeus e os nativos americanos, seria impossível evitar que a planta do tabaco não fosse catalogada e levada para a Europa. Essa difusão se deu rapidamente, graças a toda a mistificação que o envolvia.

A entrada do tabaco na Europa aconteceu por dois caminhos principais. Conforme Nardi (1985),

“A primeira através dos marinheiros e dos soldados, para quem o fumo era um bom meio de passar o tempo durante os longos meses que duravam as viagens. Eles se habituaram a fumar e também a mascar, introduzindo assim o costume nas camadas populares dos países europeus, da África e do Oriente” (NARDI, 1985, p.6).

O outro caminho é mais específico ao Brasil. Em 1530, a expedição de Martim Afonso de Souza veio acompanhada pelo donatário Luiz de Góis. Durante 12 anos ele percorreu o Brasil mapeando e catalogando novidades a respeito das terras do Novo Continente. Quando retornou a Portugal levou consigo mudas e sementes de tabaco para serem cultivadas na Europa com finalidade ornamental e eventual valor medicinal.

Assim foi cultivada nos jardins do quintal da infanta D. Maria e, conforme SOUZA CRUZ (2001) passou a causar muita curiosidade na corte de Lisboa, devido às ditas propriedades curativas. “A partir de então se consolida, na Europa, a fama, a mística e a curiosidade em torno do tabaco”. (SILVA, 2002, p.19)

Na Espanha, os missionários e descobridores enviaram sementes de tabaco ao Imperador Carlos V, que eram cultivadas por curiosidade. Essas experiências renderam aos espanhóis a iniciativa de estimular a plantação comercial de tabaco na América (Haiti e Antilhas a partir de 1531) visando exportá-lo para a Europa.

Em meados do século XVI (1560), o embaixador francês em Lisboa, Jean Nicot, iniciou o cultivo da planta para consumo. Acreditava que a inalação da fumaça do tabaco tivesse efeitos medicinais⁶.

Nicot enviou sementes e mudas à rainha, Catarina de Médici, residente em Paris, que sofria com contínuas crises de enxaqueca. A rainha recebeu a encomenda e imediatamente começou o consumo de pequenos cigarros e a cheirar o pó feito do tabaco (rapé), sendo seguida pelos nobres de sua corte e, logo, pelos nobres de todas as cortes europeias.

Por essa razão a planta passou a ser denominada como *Nicotiana tabacum*⁷, em homenagem a Nicot, pelo botânico De la Champ (SOUZA CRUZ, 2001 Apud SILVA, 2002, p.20).



Figura 4 – Gravuras de Jean Nicot e da rainha Catarina de Médici

Fonte: <http://www.delcampe.net> e <http://www2.uol.com.br/historiaviva>. Acesso em 06/11/2015

⁶ Isso fez com que vários grupos de atendentes de saúde europeus da época desenvolvessem teorias e teses sobre o tabaco, sobre a capacidade da folha curar, de acordo com doses e combinações específicas, nevralgias, gengivites, fístulas, pústulas, dores de dente, bicheiras e outras doenças de animais e doenças de pele, entre outros males.

⁷ Entre os cientistas dedicados à botânica, estabeleceu-se longa polêmica sobre a prioridade do tabagismo, havendo partidários de Nicot e de Thevet. Na sua obra “L’histoire des plantes” Jacques Delachamps, médico e agrônomo, denominou a planta, “erva de Nicot”. Em 1584, o dicionário francês-latim de Etienne e Thiery incluiu o verbete “nicotiana”. Os partidários de Thevet contestaram essa nomenclatura, propondo a denominação thevetiana. A controvérsia arrastou-se por cerca de dois séculos, sendo definitivamente encerrada a favor de Nicot, em 1737 com a primeira classificação científica de Linneu, registrando “*Nicotiana tabacum*” e as variedades “*nicotiana rústica*”, “*nicotiana glutinosa*” e “*nicotiana penicilata*”.

Do hábito sagrado de fumar dos indígenas ao medicinal de Nicot, o fumo passou a ser considerado um hábito de prazer e status social. Embora de alto custo, importado da América e pelo fato de ser um produto consumido pela nobreza europeia, seu consumo espalhou-se rapidamente. Por volta de 1600, foram abertas várias lojas de tabaco na Europa. Entre 1650 e 1750 a popularização do tabaco foi favorecida pela grande expansão do comércio ultramarino.

A partir de então, o tabaco foi difundido em todo o mundo através dos marinheiros, comerciantes, colonos e missionários. O pacto colonial entre as colônias americanas com as emergentes metrópoles europeias influenciou a disseminação do consumo de tabaco. Ao ser utilizado como moeda de troca para a compra de escravos, o tabaco acabou também sendo disseminado no continente africano.

O tabaco espalhou-se rapidamente pela Europa. Cinquenta anos após sua chegada, praticamente se fumava cachimbo em todo o continente: nobres, plebeus, soldados e marinheiros. Para os ricos criaram-se as “*Tabagies*”, onde homens e mulheres se reuniam em tertúlias, fumando longos cachimbos. Rapidamente o tabaco integrou-se a todas as populações do mundo civilizado (ROSEMBERG, 2003)

COLLINS e HAWKS JÚNIOR (1993) defendem que o início do cultivo do tabaco em moldes comerciais ocorreu, no Haiti, em 1531, pelos espanhóis, com sementes originárias do México e a produção se estendeu pelas demais ilhas caribenhas. Chegou a Cuba por volta de 1580, dirigindo-se, em seguida, às Guianas e ao Brasil. (SILVA, 2002, p.15)

O fumo originado na América, cuja função tinha ligação religiosa e mística, passou, conforme NARDI (1985), “a ser um gênero comercial das colônias europeias e, mais particularmente, das Antilhas, da Virgínia (só a partir de 1612) e evidentemente do Brasil” (NARDI, 1985, p.6).

A colônia inglesa da Virgínia, na América do Norte, também detém solo e clima ideais para a cultura. A produção estadunidense abasteceu o mercado inglês. A produção comercial na Virgínia cresceu rapidamente, passando de uma tonelada, em 1610, para 680 toneladas em 1628 e 46 mil toneladas em 1775, no início da Guerra da Independência Americana.

Portugal importava tabaco de suas colônias no Oriente. Os colonos holandeses cultivavam o produto na Indonésia. A China contribuiu muito para que o

consumo se espalhasse pela Ásia. A Turquia dominava o mercado na Rússia e a Europa Oriental recebia o fumo da Itália.

Na Prússia, o tabagismo difundiu-se impulsionado por Frederico Guilherme que no início do século 18, em sua corte, fundou o “*Tabak Collegium*”, na qual diariamente ministros, generais, políticos e literatos discutiam, propunham e assinavam decretos, sentados em torno de imensa mesa fumando cachimbos com hastes de meio metro ou mais.

Na África, o cultivo do tabaco se espalhou rapidamente a partir de postos e províncias costeiras, servindo como moeda na compra de escravos. Os holandeses por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais se encarregaram do comércio e da distribuição do tabaco pela Europa e outros continentes.

A partir do século XVII, na Europa, praticamente todos os generais, soldados e populares fumavam. Um exemplo disso é o enorme navio “*Vasa*”, orgulho da frota escandinava, que afundou em 1628. Em 1961 ele foi içado, com sua estrutura e utensílios intactos. Entre estes, recuperaram-se centenas de cachimbos de argila, testemunhando como já no início do século 17, o tabagismo estava tão disseminado. Tapeçarias dos séculos 17 e 18, flamengas, francesas e de outros países, mostram personagens com cachimbos. Pintores célebres de toda Europa, desses referidos séculos, reproduziram em suas telas, personagens fumando ou aspirando rapé.

A ampliação do mercado consumidor na Europa e das plantações na América fizeram os governantes europeus a visualizarem uma importante fonte de arrecadação de impostos. O fumo brasileiro, por exemplo, teve uma estimativa de rendimento superior a 2 milhões de libras esterlinas aos cofres da coroa portuguesa (SOUZA CRUZ, 2001).

Logo os governantes começaram a cobrar pesadas taxas e tributos para a importação e o consumo do produto. Na Europa, leis especiais vetavam o cultivo ou controlavam severamente a cultura. A venda do tabaco somente era permitida mediante uma licença especial⁸. O controle estatal da indústria só muito

⁸ Na França, em 1811 (ARIZA e BARBEIRO, 1983), durante a festa de casamento do então imperador Napoleão Bonaparte com Maria Luíza, o mesmo conheceu a riqueza gerada pelo tabaco, a partir dos trajes e joias de uma convidada burguesa, esposa de um fabricante de cigarros. Isso fez com que Napoleão, em uma típica atitude sua de anulação das liberdades individuais, transformasse a comercialização do produto em monopólio estatal, eliminando regras que favoreciam a propriedade privada, já que o considerou uma espetacular fonte de lucro e, por isso, não poderia ficar sob o poder de particulares.

recentemente foi liberalizado em vários países da Europa, no Leste Europeu e ainda hoje é fortemente controlado na China.

Tão logo surgiram as restrições e até mesmo proibições contra o consumo do tabaco. Na Ásia (Turquia, Japão e Pérsia) as penas incluíam castigos físicos contra os contraventores e até a pena de morte.

Na Europa, as restrições que surgiram foram de cunho fiscal ou ainda proibições de comércio do tabaco. O rei Luiz XIII, que governou a França de 1618 a 1643, período em que foi instituído o absolutismo no país, fez proibições ao comércio e criou leis severas contra os fumantes. O mesmo fez o rei Jaime I, que governou a Inglaterra de 1603 a 1625 e foi conhecido por seu autoritarismo ao fechar o Parlamento e promover uma perseguição aos católicos e puritanos.

A oposição ao tabaco também foi seguida pela Igreja Católica que proibiu o uso do rapé, através do Papa Urbano VIII, que condenou e ordenou aplicação de penitências a quem o usasse no interior das igrejas. Os sucessores Papa Inocêncio X e Papa Bento XIII amenizaram as penas antes apresentadas.

No Brasil Colônia, conforme SOUZA CRUZ (2001), o donatário da capitania hereditária do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, religioso, promoveu uma campanha de difamação do tabaco, por acreditar que o hábito de queimar e botar fumaça pela boca e pelo nariz seria algo diabólico.

O governador do Brasil, entre 1553 e 1558, Duarte da Costa, com um pensamento mais voltado aos rendimentos econômicos que a Colônia poderia trazer para a Metrópole, decidiu defender a planta, louvando suas propriedades, considerando-as maravilhosas, vistas a partir de suas propriedades medicinais.

As proibições e restrições de todos os tipos foram ignoradas ou não alcançaram pleno êxito e o consumo de tabaco. Pelo contrário, aumentou o seu consumo. Na Europa, desde a sua chegada, no início do século XVI, o seu consumo se expandiu constantemente.

As guerras na Europa influenciaram diretamente o consumo do tabaco e a introdução de novos tipos de cigarros e derivados. No início do século XIX, durante a Guerra Peninsular (1808-1813), o charuto foi introduzido na Europa e, através dos soldados franceses e ingleses. Espalhou-se por todo o continente. Ao longo do século XIX, o consumo de charutos foi rapidamente superado pelo consumo de cigarros.

Na era das máquinas e da industrialização⁹, os cigarros tornaram-se mais baratos e sua fabricação era mais fácil e rápida que os outros produtos derivados do tabaco, passando a ser acessível às classes de mais baixa renda da sociedade. As duas Grandes Guerras Mundiais promoveram em grande escala o uso do cigarro mais do que qualquer outro acontecimento histórico. O cigarro passou a ser o “companheiro” de milhares de soldados que lutavam nas batalhas.

O processo de produção foi potencializado após a industrialização tornando a produção de cigarros uma produção em massa. O processo industrial alterou estruturalmente a forma de consumo do tabaco. Antes da industrialização o tabaco era bastante consumido na forma de rapé e por meio de cachimbos. Enquanto a produção de charutos, cachimbos e rapé declinavam, o volume de cigarros consumidos batia recorde, ano após ano.

A industrialização torna o cigarro mais barato, mais prático, mais acessível aos consumidores. Soma-se ainda o surgimento de uma poderosa indústria de publicidade, propaganda e cinema que construiu um imaginário na sociedade daquela época de que fumar era sinônimo de liberdade e *status* social.

A partir da década de 60, os filmes e as propagandas transformaram o hábito de fumar em um fenômeno de moda. Os meios de comunicação tiveram uma forte influência sobre a ampliação do consumo de cigarros em nível mundial.

Paralelo à expansão do mercado consumidor para cigarros proporcionado pela construção social positiva do hábito de fumar, no campo, havia a expansão da produção com a inclusão crescente de agricultores. Esse momento coincide com o período de modernização da agricultura, também conhecido como “revolução verde”. Uma característica marcante é integração e subordinação da produção agrícola com a indústria. Naturalmente que a produção de tabaco, em muitos países como, por exemplo, o Brasil, absorveu essa forma de organização.

Em outros países como China e Índia, o Estado despontou como organizador da cadeia produtiva do tabaco sob a forma de monopólio. O oposto ocorreu nos Estados Unidos. A produção de tabaco norte-americana é bastante independente do Estado e das agroindústrias. É o agricultor que assume os riscos e a organização da produção.

⁹ A introdução de máquinas no processo de fabricação de cigarros iniciou com James Buchanan Duke.

A produção de tabaco no Brasil foi organizada como um Complexo Agroindustrial (CAI), liderado, sobretudo por empresas beneficiadoras, constituídas por capitais de grandes empresas transnacionais.

As décadas seguintes seriam palco de uma intensa organização e reorganização desses grupos industriais transnacionais mediante aquisições e fusões empresariais. O resultado dessa concentração proporcionada pela evolução do capitalismo mundial é um mercado ocupado por poucos concorrentes; um oligopólio. “O setor tabaqueiro é considerado, no Brasil, aquele com o maior nível de internacionalização de capitais, nos dias atuais”. (SILVA, 2002, p.53)

A década de 1990 marca o início de campanhas antitabagistas em vários países, interferindo na continuidade do crescimento do consumo de cigarros. Entretanto, um rearranjo do mercado em virtude de liberalização e abertura econômica para o comércio e industrialização em muitos países, principalmente China e Leste Europeu, tem mantido o mercado dinâmico, porém com um cenário de incertezas no médio e longo prazo.

A compreensão histórica desde seu provável surgimento, a evolução do uso e consumo do tabaco nos encaminham ao próximo capítulo que aborda a produção de tabaco na atualidade em alguns países selecionados de grande importância do cenário da produção mundial de tabaco, sobretudo o Brasil.

2. A Produção Mundial de Tabaco

O continente asiático e americano detêm a maior parte da produção mundial de tabaco, com 66% e 21%, respectivamente (FAO/2014). De acordo com a Tabela 2, a China, o Brasil e a Índia são respectivamente os maiores produtores mundiais de tabaco.

Tabela 2- Produção Mundial de Tabaco – 2011

País	Volume em Toneladas
China, mainland	3.157.000
Brazil	951.933
India	830.000
United States of America	271.363
Malawi	174.928
Argentina	145.000
Indonesia	130.300
United Republic of Tanzania	130.000
Zimbabwe	111.570
Pakistan	102.834
Italy	82.175
Bangladesh	79.234
Democratic People's Republic of Korea	79.000
Mozambique	70.000
Thailand	67.900
Zambia	60.329
Viet Nam	49.395
Turkey	45.000
Philippines	44.944
Lao People's Democratic Republic	43.000
Outros (109 países)	753.205
Total	7.379.110

Fonte: © FAO; 2014; FAOSTAT. In: <http://faostat3.fao.org/faostat-gateway/go/to/download/Q/QC/E>. Acesso em 17/01/2014. (Organizado pelo autor)

Os quatro países com a maior produção (China, Brasil, Índia e Estados Unidos) respondem por 75% da produção mundial. Os vinte países com maior produção somam 90% da produção mundial de tabaco.

Embora o tabaco se adapte melhor a solos arenosos com baixa capacidade de retenção de água, é uma planta bastante rústica, o que facilita a sua adaptação a diferentes condições edafo-climáticas e topográficas. Em 2011, o tabaco estava presente em 129 países (FAO/2014).

A maior parte (em torno de 80 países) são países em desenvolvimento.

“Em 1997, a China cultivou cerca de 42% da produção mundial de tabaco; Brasil, Índia e os Estados Unidos, em conjunto, respondem por 24%. [...] Outros 15% são plantados pela Turquia, Zimbábue, Indonésia, Itália, Grécia, Malawi e Argentina”. (TOSCANO, 2006, p.16)

A produção mundial de tabaco avançou de 4,2 milhões de toneladas em 1971 para 6,9 milhões toneladas em 1998-2000. Seu crescimento ocorreu quase inteiramente em países em desenvolvimento. A produção global atingiu 7,3 milhões de toneladas em 2010. O recorde de produção ocorreu na supersafra em 1992/93.

Durante a década de 1990 a produção tabaco em países desenvolvidos diminuiu de forma constante. Essa redução continua ocorrendo. Um exemplo interessante é a produção dos Estados Unidos que desde 1997 vem apresentando redução no volume produzido. Nos países em desenvolvimento, no entanto, no mesmo período, a produção de tabaco cresceu e deve continuar crescendo. As projeções indicam que a China continuará a ser o maior produtor do mundo, com uma produção superior a três milhões de toneladas em 2010, muito superior à da Índia e do Brasil. (FAO/2014)

2.1. Produção de Tabaco na China

A República Popular da China (China) é o maior produtor e consumidor de tabaco do mundo. Em 2011 a produção superou 3 milhões de toneladas, o que representa 43% de toda a produção mundial. Devido ao tamanho do seu mercado interno, ao mesmo tempo, a China é o maior importador de tabaco do mundo.

Nos últimos 30 anos a produção de tabaco vem crescendo na China. Após crescer a taxas elevadas, na última década a produção teve uma evolução mais modesta. Apesar de o tabaco ser plantado em quase todas as províncias da China, os maiores volumes de produção estão concentrados em poucas províncias, ou

seja, Yunnan, Guizhou, em Sichuan e Henan. Em 1999, essas quatro províncias foram responsáveis por quase 60% da área total de plantio.

Desde 1992, com a criação da lei que instituiu o monopólio estatal do tabaco no país, todas as etapas de produção, comercialização, processamento e exportação do tabaco, bem como a fabricação e a comercialização de cigarros são planejadas e realizadas pelo governo chinês. O controle absoluto pelo Estado na cadeia produtiva do tabaco, se por um lado impede a entrada das corporações multinacionais no mercado interno, viabiliza uma importante fonte de arrecadação de impostos aos governos províncias e federal, mas impõe aos fumicultores chineses uma alta taxa de exploração do trabalho familiar pelo Estado devido ao baixíssimo valor pago pela produção realizada (FAO, 2003).

Em 1998, a produção total de cigarros atingiu cerca de 1,6 trilhões de cigarros, representando mais de 30% da produção mundial de cigarros. Estima-se que mais de 320 milhões de chineses sejam fumantes e quase 500 milhões sejam fumantes passivos, o que fez da China o maior consumidor de cigarros do mundo e, portanto, um dos mais vulneráveis aos riscos de saúde associados ao tabagismo. Existem mais 1.000 marcas diferentes de cigarros com os mais variados preços e 150 empresas fabricantes nacionais dirigidas pelo governo chinês.

2.2. Produção de Tabaco na Índia

Na Índia a produção de tabaco também está presente em praticamente todo o território, e com usos e modos de consumo variados como o cigarro, o rapé, o tabaco para mascar, e o charuto. A produção apresenta-se mais concentrada nos estados de Andhra Pradesh, Karnataka e Gujarat, localizados no Centro e Sul do país.

A produção é realizada por aproximadamente 850 mil produtores em pequenas propriedades familiares, sendo que cerca de 50% dos produtores possuem propriedades com menos de 02 hectares. O governo federal indiano tem tido nos últimos vinte anos um papel central no aumento da produção, da produtividade e da qualidade do tabaco, bem como na melhora da remuneração dos produtores, notadamente da variedade *Virginia*, através de ações da Junta do Tabaco e do Instituto Central de Investigação sobre o Tabaco (CTRI).

Tais ações envolvendo: o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico no cultivo do tabaco, a introdução e difusão de novas tecnologias e técnicas produtivas nas etapas de cultivo, de colheita, de cura e de processamento; o apoio institucional e normativo à cadeia produtiva através da concessão de subsídios diretos a aquisição de fertilizantes e da maior oferta de crédito aos produtores, da regulação de preços, e da promoção das exportações, permitiram à Índia ampliar a quantidade e a qualidade da sua produção de tabaco.

A Junta do Tabaco coordena e regula a comercialização do tabaco da variedade *Virginia* através de um sistema obrigatório de leilões, com a participação das empresas exportadoras de tabaco, dos fabricantes de cigarros e dos comerciantes de tabaco.

2.3. Produção de Tabaco nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o número de propriedades rurais que cultivam o tabaco, bem como o total da área plantada vem diminuindo fortemente em razão da queda de demanda de tabaco ocasionada com a diminuição dos níveis de consumo do cigarro, bem como pela política dos estados americanos em estimular a diversificação de áreas produtoras de tabaco e subsídio governamental para outras culturas agrícolas.

Uma característica da produção de tabaco nos Estados Unidos é uma maior autonomia do produtor. A produção não ocorre por meio de contratos (a exemplo do SIPT brasileiro). O custeio da lavoura é assumido pelo produtor. Da mesma forma, a comercialização da produção é mais autônoma. São os produtores que escolhem as empresas com as quais vão negociar a produção.

Em 1954 havia 512.000 propriedades produtoras de tabaco em uma área total de 626.070 hectares, e em 2002 esse número caiu para cerca de 57.000 propriedades agrícolas, num total de 173.616 hectares. Essas propriedades estão localizadas principalmente no Sudeste do país, nos Estados da Carolina do Norte, Kentucky, Tennessee, Carolina do Sul, Virginia, e Geórgia, que juntos respondem por aproximadamente mais de 90% da produção dos Estados Unidos.

O tabaco é produzido em propriedades rurais médias e grandes que em 2002, apresentavam, em média, uma extensão de 70 hectares. Nessas

propriedades, a dimensão da área ocupada com as lavouras de tabaco, em média, varia de 15 a 20 hectares (Buainain e Souza Filho, 2009).

Quanto ao modo de produção, desde os anos 1960 os produtores de tabaco começaram a introduzir o emprego de máquinas e equipamentos, e de insumos químicos que contribuíram para ampliar os níveis de produtividade e diminuir progressivamente o custo da mão de obra ocupada na produção e colheita do tabaco.

Atualmente a produção, colheita e cura do tabaco são inteiramente mecanizadas. Em que pese o elevado custo de produção, as crescentes campanhas de diversificação produtiva, e a perspectiva de redução do plantio do tabaco no país, o cultivo do tabaco ainda se apresenta vantajoso, em termos de renda, para os produtores norte-americanos que permanecem na cultura.

A produção de tabaco nos Estados Unidos é regulada pelo governo federal que anualmente estabelece cotas de produção, define um preço mínimo ao tabaco e impõe barreiras fiscais e alfandegárias ao tabaco importado. Desde 1991, alguns governos estaduais americanos têm permitido a permuta e a venda de cotas de produção de tabaco entre produtores de outros municípios e de outros Estados, o que tem levado à concentração da produção de tabaco por um número menor de propriedades agrícolas, algumas das quais de propriedade de empresas. A comercialização do tabaco é realizada anualmente, obedecendo ao limite de preços mínimos, envolvendo a celebração de contratos comerciais entre os produtores e as empresas.

2.4. Produção de Tabaco no Malauí

No Malauí – localizado no sudeste do continente africano – o tabaco constitui a principal cultura agrícola comercial, e sua produção e exportação responde por 15% do PIB nacional. Em 2000 havia 42 mil produtores de tabaco, e cerca de 70% da produção de tabaco eram realizados nas chamadas “*haciendas*”, pequenas propriedades em sua grande maioria.

Em 2002, aproximadamente 70% das propriedades, possuíam menos de 20 hectares, enquanto 10% apresentavam mais de 40 hectares. Enquanto nas pequenas propriedades há o predomínio da contratação de mão de obra, nas grandes propriedades adota-se o sistema de arrendamento.

De modo geral, a produção de tabaco não é intensiva e especializada, já que predomina o modelo de rotação de culturas, em que o tabaco é cultivado a cada três anos, e ocupa uma área de 2 a 3 hectares por propriedade.

A produção de tabaco, mesmo nas grandes propriedades, é realizada basicamente através do emprego do trabalho manual, com pouco emprego de maquinaria no cultivo e na colheita, fato vinculado à baixíssima remuneração dos trabalhadores agrícolas.

Até 1989, havia um rigoroso controle da produção de tabaco pelo governo, em que somente os proprietários de terra podiam produzir tabaco, uma vez registrados e com a posse da licença concedida pela Comissão para o Controle do Tabaco, órgão regulador governamental.

A partir de 1995, no bojo de um conjunto de reformas econômicas estruturais recomendadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, e adotadas pelo governo de Malauí, houve uma progressiva liberalização das condições de produção e da comercialização de produtos e insumos agrícolas, o que contribui para o rápido crescimento da produção de tabaco, sobretudo da variedade *Burley* (FAO, 2003).

2.5. Mercado Mundial do Tabaco

O consumo mundial de tabaco tem sido estável nos últimos anos. Observa-se que embora o consumo esteja diminuindo principalmente nos países desenvolvidos existe um fluxo crescente de tabaco entre os países produtores e os países consumidores. Entre 1996 a 2005 as exportações mundiais de tabaco cresceram de 3,4 milhões para 3,9 milhões de toneladas/ano. (BUAINAIN, 2009, p.65).

O Brasil é o maior exportador mundial desde a década de 1990 quando superou os Estados Unidos, seu principal concorrente no mercado mundial de fumos finos ou de qualidade superior.

A China aparece como segundo maior exportador, com um volume bem inferior ao brasileiro. Porém, as exportações chinesas não competem diretamente com as brasileiras devido o tabaco chinês ser de qualidade inferior, também conhecido como tabaco de enchimento, no processo de fabricação de cigarros.

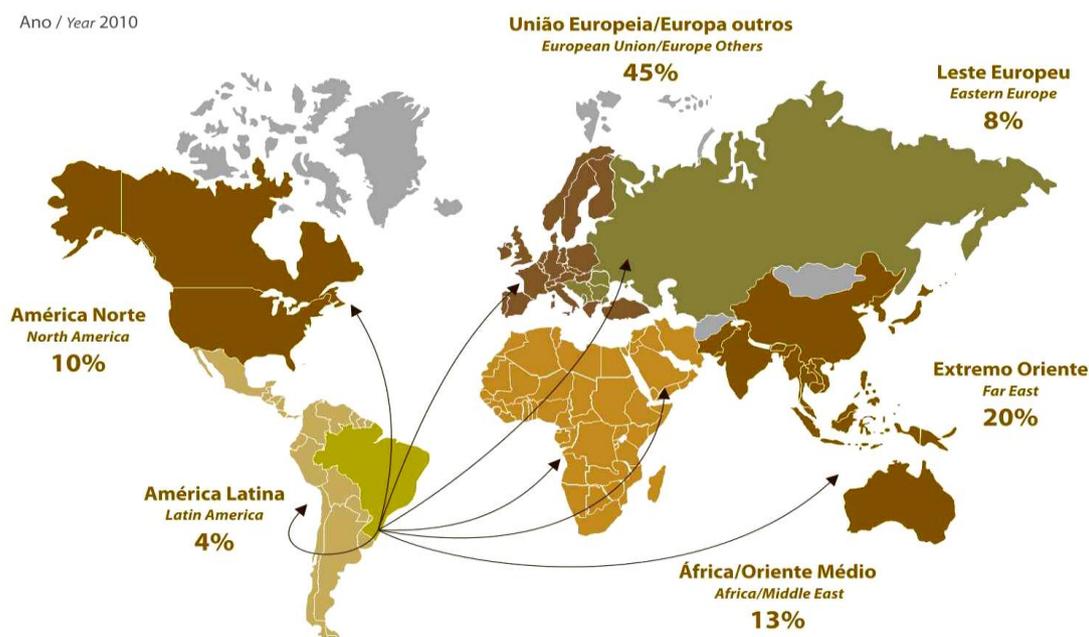
Comparativamente ao total produzido, o Brasil exporta cerca de 85% de sua produção, seguido pelos Estados Unidos que exportam aproximadamente a metade da produção.

Conforme apresentado na Figura 5, os principais mercados compradores do tabaco no mercado mundial são a Federação Russa, Alemanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido e China. A dinâmica do comércio mundial do tabaco está indiretamente relacionada com a localização dos principais parques fabris de cigarros e a composição dos diferentes *blends* usados na fabricação dos cigarros. Por esse motivo, por exemplo, a China e os Estados Unidos aparecem tanto como importantes exportadores e concomitantemente também importantes importadores de tabaco.

Mercados do Tabaco Brasileiro

Markets for Brazilian Tobacco

Ano / Year 2010



Fonte / Source: PricewaterhouseCoopers survey

Figura 5 – Infográfico dos Principais Mercados Compradores do Tabaco Brasileiro.

Fonte: SINDITABACO, 2012.

De acordo com o Sinditabaco (2012), os principais mercados para o tabaco brasileiro são os países da União Europeia (45%), seguido pelos países da Ásia (20%), África/Oriente Médio (13%) e os Estados Unidos (10%), conforme retratado na Figura 5.

Essas regiões do planeta têm aumentado a procura pelo tabaco brasileiro. Curiosamente alguns desses países estão internamente reduzindo a sua produção e conseqüentemente aumentando o volume comprado no mercado internacional, como por exemplo, os Estados Unidos e alguns países da União Europeia.

Ao mesmo tempo, os países do Leste Europeu, Ásia e Oriente Médio são mercados em franca expansão do número de fumantes.

A partir do próximo capítulo a análise se concentrará no caso brasileiro. A análise da trajetória histórica do tabaco no Brasil permitirá compreender os principais passos que foram tomados pelos atores envolvidos para a constituição da cadeia produtiva nos moldes dos complexos agroindustriais.

3. A Trajetória Histórica da Produção de Tabaco no Brasil

O tabaco está presente na História do Brasil desde que o Brasil ainda nem existia como tal. Durante muito tempo já, os nativos o cultivavam em pequenos roçados e o consumiam em rituais religiosos.

A origem do tabaco no Brasil não é possível definir com precisão. Jean Batista Nardi, na sua obra *A História do Fumo Brasileiro*, coloca como hipótese mais provável que a planta tenha nascido nos vales orientais dos Andes Bolivianos e se difundido no atual território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo Tupis-guaranis.

As primeiras lavouras de tabaco formadas pelos colonizadores portugueses surgiram da necessidade de garantir o consumo próprio e evitar a dependência ao tabaco indígena. Inicialmente os portugueses tentaram cultivar tabaco utilizando mão de obra nativa, porém, os índios não acostumados com trabalho regado e rotinas, imediatamente se rebelaram contra os colonizadores. À medida que o mercado foi se formando, colonos portugueses iniciaram, a partir de 1570, o cultivo visando o abastecimento do mercado europeu, embora não tenha representado uma atividade tão intensa e cuja produção fosse volumosa tal qual foram o ciclo do pau-brasil e da cana-de-açúcar.

O ciclo de exploração do pau-brasil foi curto devido ao esgotamento do estoque arbóreo próximo ao litoral. O ciclo da cana-de-açúcar que o sucedeu priorizava áreas com solos férteis (massapé) em detrimento de outras regiões nordestinas como solos mais pobres. Ao contrário da cana-de-açúcar, cultivada em grande escala por fazendeiros, o tabaco foi plantado pelos colonizadores em áreas reduzidas desde o início da colonização. Foi na faixa litorânea entre Salvador e

Recife, e, sobretudo nos arredores de Cachoeira, na Bahia, que surgiram as primeiras lavouras comerciais de tabaco no Brasil.

A partir do século XVII, surgiram produtores com maior capacidade, que passaram a empregar mão de obra escrava¹⁰. Diversos autores afirmam que a produção tabaqueira se dava em extensões de terras relativamente menores do que aquelas utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar. PRADO JÚNIOR (1972) e SIMONSEN (1967), por exemplo, expuseram que o plantio do fumo podia ser exercido em pequenas propriedades, em terras não apropriadas aos canaviais e sem a necessidade de grandes aplicações de capital.

A produção de tabaco sempre teve um caráter econômico complementar. Não competia com as áreas destinadas à cana-de-açúcar. É pouco provável que houvesse a monocultura do tabaco. O fumo “nunca chegou a ser propriamente um ciclo econômico, mas apenas uma atividade econômica auxiliar dos ciclos principais” (BRUM, 1998, p.136). Por outro lado, as necessidades crescentes de escravos, para exploração da cana-de-açúcar e para as minas de ouro fizeram com que o comércio de fumo prosperasse (NARDI, 1985).

A produção de tabaco no Nordeste do Brasil sempre esteve baseada na produção de fumos escuros, também conhecidos como fumo de corda, do qual era feito o rapé. Além disso, o produto era utilizado em larga escala, para fabricação de cigarros e para ser saboreado em forma de charuto. Sua comercialização ocorria em rolos de 8 arrobas (aproximadamente 117,5 kg), destinados para Lisboa e em rolos de 3 arrobas (aproximadamente 44 kg) para a África (SIMONSEN, 1967).

Durante a ocupação holandesa em Pernambuco (início do século XVII), o fumo produzido ocupou papel importante na carteira comercial de produtos oferecidos pela Companhia das Índias Ocidentais. É oportuno lembrar que os holandeses foram os principais comerciantes do tabaco na Europa e os grandes responsáveis pela sua disseminação pelo mundo colonial da época (Ásia, África).

SIMONSEN (1967) afirma que o fumo era comercializado com a Europa, desde 1548. Isso porque os primeiros autores assinalaram que nos anos trinta e quarenta, do século XVI, o produto brasileiro já circulava entre os nobres das cortes europeias.

¹⁰ Existem controvérsias entre VOGT (1997) e NARDI (1985) em relação ao tamanho das propriedades e estrutura produtiva.

Para PRADO JÚNIOR (1972), o fumo teve grande aceitação na Europa, no início do século XVII. Contudo, o principal atributo da folha foi o de servir como moeda de troca no tráfico de escravos e, por que motivo, a cultura se transformou em um negócio crescente que auxiliou no crescimento econômico brasileiro.

A produção fumageira nacional seguia o caminho da África, onde se tornou uma espécie de moeda, ao lado da aguardente, e servia para a compra de escravos a baixo custo, viabilizando a importação de mais escravos e proporcionando aos traficantes maiores lucros. (Brum,1998)

SIMONSEN (1967) aponta os volumes de tabaco exportados, no século XVIII. Por exemplo, de 1761 a 1763, a exportação atingiu 248.197 arrobas, sendo 185.000 arrobas para a África e 56.500 arrobas para Lisboa. O restante foi consumido nas colônias vizinhas do Prata. Ou seja, ao redor de 74,5% do total se destinava à África, enquanto pouco mais de 22,76% do tabaco exportado tinha a direção da Europa. Na maioria das vezes, o fumo produzido no Brasil que servia para a compra de escravos era de qualidade inferior.

NARDI (1985) obtém percentuais diferentes a respeito do comércio brasileiro de tabaco no século. NARDI (1985) citou que somente 30% do produto eram comercializados com o continente africano, sendo geralmente enviado o fumo de terceira qualidade. Os fumos de primeira e de segunda qualidade eram, prioritariamente, mandados para Lisboa, onde eram reexportados para o restante da Europa. Isso começou a ocorrer timidamente ainda no século XVI e se expandiu a partir da primeira metade do século XVII, quando da chegada dos holandeses ao litoral brasileiro. Esses foram os principais responsáveis pela expansão do fumo brasileiro no mundo.

A partir da chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil (1808), ocorreu o incremento das relações do Brasil com a Europa. O aumento das relações comerciais entre o Brasil Colônia com a Europa, via Inglaterra, forjou uma vocação do tabaco brasileiro para o mercado externo, que se mantém até os dias atuais.

Conforme FURTADO (1991):

“(o fumo) apresenta relativa recuperação na segunda metade do século (XIX). Produto antes principalmente destinado ao escambo de escravos, o fumo brasileiro na segunda metade do século passou a encontrar mercado crescente na Europa. A quantidade exportada aumentou 361 por cento entre os anos quarenta e os noventa e os preços médios subiram 41 por cento. Se considerarmos conjuntamente o cacau e o fumo, o valor médio de suas exportações aumenta de 151 mil para 1.057.000 libras, no meio século referido”. (FURTADO, 1991, p.147).

O consenso teórico que existe é que até meados do século XVIII, o tabaco era produzido no Brasil, de forma bastante isolada geograficamente no interior do país, com técnicas de produção bastante rudimentares e volumes de produção bem modestos, visando atender inicialmente o mercado interno local. Todavia, na Bahia existia uma produção bem mais consistente destinada principalmente ao mercado externo; a África e Europa. Com a abolição da escravatura o comércio com a África cedeu.

Contudo a extinção do tráfico de escravos, não significou redução da produção de tabaco no Brasil porque o mercado europeu e interno era crescente. As quantidades que tinham como objetivo, atender ao comércio com a África, passaram a ser destinados a outros mercados. E ao final do século XIX, o mercado europeu absorvia 75% do tabaco brasileiro. No final do século XIX, o mercado interno absorvia um fumo de pior qualidade e sua representação não ultrapassava 10% do total comercializado do produto.

Com o estabelecimento definitivo da Coroa portuguesa no Brasil, começaram a aparecer as primeiras legislações reguladoras da atividade. As primeiras medidas de regulamentação começaram após a expulsão dos holandeses do Brasil.

SIMONSEN (1967) afirma que, em 1642, durante a ocupação espanhola, o comércio do tabaco foi monopolizado. Mais tarde, o comércio passou a ser livre, mas com os direitos alfandegários cobrados em favor de Portugal. Voltou a ser monopólio, em 1659, no qual o contrato teria o valor em torno de 7.200 libras.

Em 1674, foi estabelecido o monopólio português do tabaco (Junta de Administração do Tabaco) que tinha a função de reger o comércio do fumo em Portugal e suas colônias. O surgimento da Junta significou o início de uma pesada tributação sobre o fumo (dízimos, taxas aduaneiras, donativos, direitos locais), que vigoraram principalmente na Bahia e em Pernambuco, sobretudo sobre a produção de charutos e do fumo em rapé.

SIMONSEN (1967) aponta que, em 1716, Portugal fez um novo contrato de monopólio. Porém, desta vez, o valor já foi de 160.000 libras.

Em 1751, Marquês de Pombal criou a Mesa de Inspeção do Tabaco e organizou um regulamento coerente com a situação do fumo brasileiro. Para NARDI

(1985), a legislação, mais equilibrada e bem elaborada, se estabilizou e vigorou até após a Independência.

Aos poucos o tabaco passou a ser a segunda principal receita do Estado, após a alfândega. SIMONSEN (1967) aponta que o valor do arrendamento foi de 320 mil libras, em 1808, e que, em 1820, juntamente com o sabão, atingiu 400 mil libras. Em nenhum ano o ouro ou os diamantes do País geraram mais arrecadação para Portugal.

A importância do tabaco na economia brasileira no período colonial justifica a presença da flor do tabaco na bandeira do Brasil Império e permaneceu no Brasão Nacional após a proclamação da República.

Associada à regulamentação da atividade do tabaco está a incidência de impostos e taxas. Os impostos e demais cobranças sobre o tabaco existem desde o período colonial e, no século XIX, foram incrementados, não apenas em suas alíquotas e valores, mas também em sua complexidade, de maneira a ampliar a arrecadação pública sobre o setor que o formava.

SOUZA CRUZ (2001) permite visualizar melhor como ocorreu tal evolução. A partir de meados do século XIX, os produtores já tinham que recolher ao fisco impostos sobre circulação, sobre a indústria e sobre a produção e o consumo. A tributação surgia nos níveis municipal, estadual e federal. No plano municipal havia uma grande diversidade de alíquotas. Cada estado (província) possuía legislação tributária própria. No contexto nacional (Colônia) também havia taxações.

Diferentemente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) existente atualmente, o imposto sobre circulação incidia principalmente sobre a exportação, a importação e o trânsito de mercadorias, e eram definidos pelas assembleias legislativas, que no período imperial tinham o poder de criar impostos locais sobre o comércio de gêneros, ainda que os mesmos não fossem produzidos em suas províncias.

No início do século XIX a legislação tributária foi complementada com a tributação de indústrias e profissões (um similar Imposto de Renda). Mais tarde surgiu o imposto de relevante destaque dentro do setor e para os próprios cofres públicos, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O seu processo de criação foi iniciado em 1891, quando Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda do Governo Provisório da República, apresentou uma proposta de reforma tributária, com vistas a aumentar a arrecadação da União e reduzir o déficit público. A sugestão surgia

para modificar vários impostos que incidiam sobre a renda das famílias e das empresas, a produção de álcool, a posse de terras e incluía serviços de postagem. Sobre o fumo, Rui Barbosa tomou como exemplo os casos de países como os Estados Unidos, a França, a Rússia e a Itália.

Do final do período colonial (1800) até as três primeiras décadas do século XX, ocorreu a concentração espacial, agrícola e industrial, assim como o estabelecimento das estruturas atuais. O fumo passou a ser cultivado também em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde a chegada dos imigrantes europeus, principalmente os alemães e italianos (com ênfase particularmente nas colônias de São Leopoldo e Santa Cruz do Sul - RS) permitia um excedente de mão de obra. Atualmente, o maior polo nacional de produção e beneficiamento do tabaco está localizado em Santa Cruz do Sul. (ETGES, 1991).

Conforme SOUZA CRUZ (2001), em Minas Gerais, no século XIX, a produção do fumo foi expandida a partir da chegada de italianos que se concentraram na região de Ubá. Segundo NARDI (1985), em São Paulo a cultura foi favorecida pelo aumento populacional, decorrente do sucesso econômico da atividade cafeeira. Em São Paulo e Rio de Janeiro estabeleceram-se fábricas de cigarros e de charutos¹¹.

Em Goiás, onde se produzia em reduzidas áreas desde o fim do século XVIII, na primeira metade do século seguinte o fumo ganhou novas áreas de produção e passou a ser conhecido e bem acolhido em todo o Brasil e até mesmo no exterior, pois foi nos Estados Unidos que, em 1875, a região conquistou o primeiro prêmio na exposição da Filadélfia. O diferencial era que se cultivava uma espécie típica da região, única no mercado nacional e internacional.

A qualidade do tabaco produzido permaneceu um problema a ser resolvido até 1817. Embora várias tentativas de introduzir os fumos claros na Bahia, considerados de qualidade superior, esse objetivo somente foi alcançado mais tarde quando a produção de tabaco se estende ao Sul do Brasil.

O fumo passou a ser cultivado pelos alemães em 1824, na recém-fundada colônia de São Leopoldo e, em 1850, na colônia de Santa Cruz (ano de sua

¹¹ A Souza Cruz surgiu no Rio de Janeiro e posteriormente foi adquirida pela British American Tobacco.

fundação). Concomitante a isso, houve o impulso da comercialização do produto e a introdução de novas variedades da folha, como por exemplo, a variedade Virgínia.

NARDI (1985) comentou que “enquanto a Bahia continuava a cultivar fumos escuros locais (tipo brasil-bahia), as demais regiões começaram a utilizar ou mesmo criar, outras variedades, como sul de minas, goiânia, flor branca, kentucky, etc.” (NARDI, 1985, p.9).

Essa ruptura baseada no tipo de tabaco cultivado é crucial na história da produção de tabaco no Brasil. O polo produtivo mais dinâmico se transfere da Bahia para o Rio Grande do Sul. Esse processo se consolida após 1920, quando a produção de fumos claros se sobrepõe aos fumos escuros.

Os fumos claros,

Deram resultado efetivo no estado do Rio Grande do Sul, importados de Cuba e dos Estados Unidos da América. Em 1870 foi introduzido o tipo ‘chinês’ do qual se originou o ‘amarelinho’ que passou a ser cultivado em larga escala na província. O tipo ‘Virgínia’ foi introduzido em 1920 e rapidamente, por suas vantagens em termos de rendimento, facilidade na secagem e boa qualidade apresentada, transformou-se numa das variedades bastante cultivada no Brasil. (ETGES, 1991).

Entre os fatores que permitiram a ampliação do cultivo do fumo no Rio Grande do Sul está a disponibilidade de mão de obra nas colônias de origem europeia¹², permitindo a consolidação do estado como um dos principais produtores de fumo. Mas também é preciso destacar que gradualmente muitas empresas passaram a transferir ou implantar novas indústrias, possibilitando assim maior dinamismo ao setor, facilitando a comercialização da produção oriunda das propriedades produtoras.

A imigração alemã no Sul do Brasil abriu as portas para o mercado alemão. A tentativa de implantar fumos claros na região se dava porque os compradores europeus, sobretudo os alemães, desejavam o produto, principalmente o tipo Virgínia. Aos poucos, os volumes de exportação passaram a ser escoados a partir do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

NARDI (1985) aponta que as quantidades exportadas evoluíram muito no século XIX. No decênio 1821/30 foram exportadas 42.409 toneladas; no período de 1841 a 1850, exportou-se 46.230 toneladas. No decênio 1851/60 foram enviadas ao

¹² Frequentemente atribuem aos imigrantes alemães a adesão pela produção de tabaco no Sul do Brasil. Entretanto, o cultivo do tabaco também é desenvolvido por descendentes de açorianos (Rio Pardo), italianos (Segredo e Sobradinho) e poloneses (Dom Feliciano, Chuvisca).

mercado exterior 80.126 toneladas e entre os anos de 1891 a 1900 foram exportadas 211.812 toneladas. No início do século XX, verifica-se uma concentração da produção na Bahia e no Rio Grande do Sul, havendo redução gradativa na produção dos demais Estados.

Conforme SOUZA CRUZ (2001), as primeiras fábricas de rapé (fumo) estavam localizadas no Rio de Janeiro. A empresa Caetano Januário foi fundada em 1817 e Pedro José Bernardes em 1818. Na Bahia, o suíço Frederic Meuron criou a fábrica de Area Preta, em 1819. Essa criou posteriormente sucursais em Andarahy Pequeno (Rio de Janeiro, 1832) e em Chora Menino (Pernambuco, 1836). Mais duas fábricas foram fundadas na Bahia, em 1833. Em 1850, o Rio de Janeiro era o principal produtor do rapé brasileiro, possuindo cinco fábricas.

A fábrica de João Paulo Cordeiro, localizada no Rio de Janeiro era a mais importante do Estado e que posteriormente seria vendida para a Souza Cruz.

A virada do século XIX para o XX marcou também a alteração da forma de consumo do tabaco. As fábricas de rapé declinaram para dar lugar às fábricas de charutos e principalmente às fábricas de cigarros.

A fabricação de charutos era um processo essencialmente artesanal, não demandava grandes investimentos em máquinas, instalações e equipamentos. Por essa razão surgiram nessa época, centenas de pequenas fábricas de charutos.

Na Bahia, em 1851, surgiram duas das fábricas que se tornaram as principais do setor: a de Costa Ferreira & Penna e a de Vieira de Melo.

“A partir de 1870, nomes como Danneman, Suerdieck e Pimentel e Companhia de Charutos Poock (**localizada no Rio Grande do Sul**) começaram também a fixar suas marcas no mercado. Quase totalmente consumida no País, a produção charuteira chegava aos 40 milhões de unidades/ano em meados do século XIX, subindo para 60 ou 70 milhões no fim do século” (SOUZA CRUZ, 2001, p.1) **Grifo do autor.**

Gradualmente, os cigarros se tornaram mais baratos com o surgimento da manufatura. A redução do preço do cigarro propiciou um crescimento no consumo do tabaco em forma de cigarro em detrimento do charuto e do rapé. A decadência das fábricas de charutos é abordada por SILVA (2002, p.50) que afirma; em 1920 apenas 5 empresas eram responsáveis por 75% da produção nacional, em 1930, 3 empresas produziam quase a totalidade da produção brasileira de charutos.

Na cronologia da industrialização do tabaco, verifica-se a atitude de José Francisco Correia, em 1874, de estabelecer um pequeno negócio de fumo no centro da cidade do Rio de Janeiro. Dois anos depois, a fábrica foi ampliada, já com o

nome de Imperial Estabelecimento de Fumo, responsável pela produção do fumo Veado. A fábrica foi transferida para Niterói e manteve-se por vários anos como líder no mercado nacional.

Em 1880, outra fábrica de fumo surgiu em Pelotas (RS). A marca Cerrito permaneceu no mercado e, em 1912, conquistou prêmios de qualidade em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Turim e Milão. Na região de Pelotas existiram várias pequenas fábricas de charuto, cigarro entre os séculos XVII e XX.

Em 1917, em Santa Cruz do Sul, instalou-se a The Brazilian Tobacco Corporation, uma empresa do grupo BAT que desde 1914 atuava na fabricação de cigarros no Rio de Janeiro.

Em Santa Cruz do Sul (RS) seis empresas¹³ se uniram em 1918 e criaram a Companhia de Fumos Santa Cruz, marcando o pioneirismo da cidade no beneficiamento e mais tarde na industrialização do tabaco. Posteriormente passou a pertencer à Companhia Souza Cruz.

Aos poucos, as pequenas empresas de caráter familiar foram dando lugar às fábricas de maior envergadura, resultantes da associação de empresas ou da aquisição de uma pela outra, com o objetivo de dominar o mercado. O número de fábricas crescera rapidamente, devido à procura sempre maior no mercado interno. Ficavam localizadas, principalmente, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em 1912, as maiores empresas do setor já resultavam de associações de empresários, como ocorreu com José Francisco Correia & Cia., a Souza Cruz & Cia., a Lopes Sã & Cia. e a Paulino Salgado & Cia., todas do Rio de Janeiro. Além dessas, havia a Leite & Alves, com uma fábrica no Rio de Janeiro e outra na Bahia; a Gonçalves & Guimarães – a maior do ramo no estado de São Paulo; a Hennig & Cia. e a dos irmãos Schultz, ambas no Rio Grande do Sul.

Os estados nos quais se desenvolveu a atividade fumageira em nível industrial foram São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Também os estados do Ceará, de Sergipe e do Maranhão produziam, em 1900, respectivamente, 3,5 milhões, 200 mil e 35 mil unidades de cigarros, tinham a produção rapidamente consumida internamente.

¹³ Conforme SEFFRIN (1995), as empresas que se uniram para criar a Companhia de Fumos Santa Cruz foram: a Irmãos Schültz, a Adolfo Iserhardt, a Lindolfo Grawunder, a Schilling & Cia, a João Nicolau Kliemanm e a José Etges Filho & Cia.

O processo industrial potencializou a produção de cigarros por meio da produção em série, em grande escala. A industrialização tornou o cigarro mais barato, mais acessível aos consumidores. No mesmo tempo histórico, o cigarro se tornou um verdadeiro “companheiro de guerra” nos campos de batalha da 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Soma-se ainda o surgimento de uma poderosa indústria de publicidade, propaganda e cinema que construiu um imaginário de que fumar era sinônimo de liberdade e status social.

A produção em escala industrial exige das empresas uma capitalização cada vez maior para manutenção na atividade e consolidar o mercado. Concomitantemente, o Brasil vive a partir das primeiras décadas do século XX, um processo de abertura para a chegada de grandes empresas, predominantemente transnacionais, em praticamente todos os ramos da economia. Esse contexto marca a chegada do grupo inglês British American Tobacco (BAT) no mercado brasileiro de tabaco ao adquirir, em 1914, a Companhia Souza Cruz, fundada em 1903, no Rio de Janeiro.

A evolução da cadeia produtiva do tabaco no Sul do Brasil é marcada pelo crescimento industrial do setor que foi sendo concentrado, à medida que as mudanças, tanto no comportamento do mercado, quanto do fisco, forçaram tal atitude por parte dos industriais. Observaram-se fusões, aquisições e incorporações que provocaram a formação de uma estrutura oligopolizada da produção fumageira verificada até os dias atuais. Como resultado surge um setor econômico bastante internacionalizado, operado por um pequeno número de grandes empresas, sobretudo, de capital transnacional, onde as decisões econômicas partem de cidades globais, como por exemplo, Londres e Nova Iorque.

A partir de 1957, os preços do fumo sofreram uma severa depressão. A queda, porém, foi compensada pelo acréscimo da produção e das exportações. A partir de 1966, inverteu-se a tendência dos preços, seguindo-se um período de crescimento. Os preços dobram entre 1966 e 1973. De 1973 a 1981, crescem para os produtores e 192% para os exportadores.

As indústrias organizam a cadeia produtiva de acordo com a sua lógica de reprodução do capital e apropriação do trabalho dos agricultores por meio do SIPT. A sua infiltração no território brasileiro se deu forma seletiva e apresenta diferentes intensidades. Mas a sua atuação alcança todos os municípios brasileiros quando falamos dos consumidores.

O tabaco representa atualmente um ramo do agronegócio que expressa bem o poder de organizacional e de gestão do espaço pelas grandes empresas do capitalismo mundial. A participação do Estado se reservou no apoio financeiro inicial a esses grandes grupos e a regulamentação da atividade. O Estado brasileiro apoia cadeia produtiva do tabaco como componente do agronegócio enquanto se torna um sócio, à medida que a indústria de cigarros é uma das maiores contribuintes aos cofres públicos devido à alta carga tributária que incide sobre os cigarros.

Nessa organização, os diferentes espaços assumem papéis diferentes e específicos, atribuindo uma divisão territorial do trabalho aos diferentes espaços do território brasileiro. Essa organização não considera a regionalização oficial ou os limites administrativos. A delimitação espacial que se impõe é aquele resultante da lógica capitalista.

Nessa lógica prevalece a análise de potencialidades das regiões mais adequadas para a produção, considerando condições agronômicas e culturais; a escolha de lugares estratégicos do ponto de vista da distribuição priorizando a acessibilidade aos principais eixos viários e a proximidade com o mercado consumidor; a localização estratégica das unidades de beneficiamento e industrialização levando em conta aspectos logísticos, tecnologia de produção e mão de obra disponível, etc.

Outro exemplo da aplicação da racionalidade à cadeia produtiva do fumo é a seleção de variedades mais produtivas e adaptadas ao que é exigido pelo mercado. No começo, numerosas eram as variedades cultivadas, algumas importadas e outras obtidas a partir de cruzamentos feitos pelos próprios colonos, mas basicamente podem ser classificados em dois ramos: (i) fumos escuros; (ii) fumos claros.

3.1 A Produção de Tabaco no Nordeste Brasileiro

O Nordeste do Brasil foi o precursor na fumicultura. A produção de tabaco possuiu uma grande importância histórica para o Nordeste brasileiro. É importante salientar que os tempos áureos se transformaram numa grave crise vivida atualmente pela cadeia produtiva do tabaco na Bahia (BA), Alagoas (AL) e Sergipe (SE). Os estados mais representativos na produção nordestina de tabaco são Bahia (Recôncavo Baiano), Alagoas (Arapiraca) e Sergipe.

Os municípios de Cachoeira, São Félix, Muritiba e seus arredores representaram, portanto, o centro da cultura fumageira na Bahia, desde a colonização até o período de retração econômica iniciado na década de 1950, seja pela qualidade do fumo, seja pela qualidade e pelos produtos ali produzidos.

Num processo de sucessão histórica e ecológica o polo fumageiro foi, gradativamente, sendo transferido para Cruz das Almas e outras áreas, como se pode verificar já através da produção do ano de 1926, quando Cachoeira, São Félix e Muritiba juntos produziram 1.140.000 quilos de fumo e Cruz das Almas, sozinho, produziu 1.660.000. (SILVA, 2001)

Nos anos 30 do século XX, a lavoura do fumo já havia se estendido a outras áreas do Estado, como por exemplo, Coração de Maria, São Miguel das Matas, São Gonçalo dos Campos e Castro Alves, chegando a 101 municípios dos 152 existentes na época, no estado da Bahia, o que caracterizou uma expansão que demonstra sua importância como produto agrícola de peso na economia baiana. Atualmente, dos 417 municípios baianos, a produção de tabaco está presente em apenas 36 municípios.

Essa expansão vivida no início do século XX contribuiu para a instalação e ampliação de várias empresas manufactureiras, inicialmente de pequeno porte com tecnologia de produção bastante artesanal, localizado principalmente nas cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba.

A exportação do tabaco baiano cedeu espaço com o surgimento da indústria de charutos. A instalação das primeiras fábricas de charutos finos na Bahia data do final do século XIX, coincidindo com o mesmo processo da expansão industrial tabaqueira que ocorreu em Cuba, em condições semelhantes no que se refere ao comércio e a utilização de mão de obra. No início do século XX o setor passou por um processo de fusão e concentração, do qual restaram poucas indústrias de médio e grande porte, geralmente comandadas por companhias internacionais.

Entretanto, a produção de tabaco no Nordeste Brasileiro enfrenta uma séria crise desde a década de 1950. As causas da decadência da fumicultura baiana e nordestina são diversas: baixa produtividade (inferior a 1.000 quilos/ha), concorrência do cigarro industrializado, redução do consumo de charutos, concorrência do charuto importado, penalização tributária, intervenção governamental de fábricas de charutos durante a 2ª Guerra Mundial (caso da Dannemann e em parte a Suerdieck).

Atualmente permanecem cerca de 20 mil produtores de tabaco na Bahia e Alagoas. Os dois municípios nordestinos mais importantes na produção de tabaco permanecem Cruz das Almas (BA), no Recôncavo Baiano, que se dedica a produção de fumos escuros destinados a produção de charutos e Arapiraca (AL) que se dedica a produção do fumo em corda, destinado a fabricação de cigarros artesanais.

Em Arapiraca (AL), a área plantada na década de 1970 chegava a 45 mil hectares, atualmente não ultrapassa 10 mil hectares. A crise da fumicultura em Arapiraca (AL) se aprofundou na década de 1990, quando a população passou a migrar do fumo em corda para os cigarros industrializados, amplamente divulgados pela publicidade nos meios de comunicação em massa (TV, rádio e jornal), intensificação do contrabando de cigarros vindos do Paraguai, características do fumo alagoano (rico em nitrosina, substância cancerígena) que são evitados pela demanda atual da indústria de cigarros, que privilegia os fumos claros.

A produção de tabaco para a produção de charutos na Bahia passou a enfrentar uma forte concorrência internacional de tradicionais produtores de charutos de excelente qualidade, como por exemplo, República Dominicana, Honduras, Nicarágua e, sobretudo de Cuba, que foi privilegiado com o acordo Cuba-Mercosul de 2006, que isenta de impostos as importações de charutos cubanos. Por isso, 50% dos charutos consumidos no Brasil são importados de Cuba.

As adversidades fecharam centenas de fábricas de charutos¹⁴, desde as pequenas até as grandes. A Suerdieck encerrou a produção no ano de 1999. A Dannemann, controlada pelo grupo suíço Burger, combina a produção de charutos como o turismo. Os turistas que visitam a fábrica podem assistir cerca de 20 charuteiras fazendo charutos, conhecer toda a história da produção de charutos na Bahia, e inclusive, fazer o seu próprio charuto. Contudo, a maior receita do grupo Burger é a exportação de tabaco por meio da Danco, outra empresa do grupo, instalada em Cruz das Almas (BA).

Embora Cruz das Almas (BA) seja a capital do fumo nordestino, que concentra as principais beneficiadoras e exportadoras de tabaco do Nordeste do

¹⁴ Atualmente restam apenas sete fabricantes de charutos na Bahia. São elas: Chaba – Charutos da Bahia (Alagoinhas), Dannemann (São Félix), Menendez & Amerino (São Gonçalo dos Campos), Le Cigar – Manufatura Tabaqueira (Cruz das Almas), Paraguaçu (Cachoeira), Talvis (Cachoeira) e Josefina (Cruz das Almas).

Brasil, é uma cidade que contrasta as desigualdades sociais, bem típicas do Nordeste.

Atualmente, existem cerca de 15 mil produtores de tabaco no Recôncavo Baiano, sendo 7 mil produtores permanentes. Algumas empresas processadoras também mantêm áreas de produção própria, como por exemplo, a Fumex Tabacalera¹⁵ (empresa estadunidense controlada pelo grupo Hail Cotton) que cultiva anualmente entre 100 e 120 hectares e mantém um sistema integrado de produção com cerca de 1.100 pequenos produtores da região.

Mesmo com a crise do setor, o tabaco continua sendo um produto de destaque na economia nordestina (sobretudo na Bahia e Alagoas). A especialização na produção de fumos escuros, a opção pela produção de charutos foram decisões antagônicas às tendências do mercado de tabaco pós-guerra que passou a optar pela produção de fumos claros e a produção de cigarros em larga escala.

A decadência da produção de tabaco no Nordeste não lhe tira algumas virtudes, como por exemplo, a produção de charutos de qualidade reconhecida e exportados para vários países¹⁶. O fumo produzido no Nordeste, também chamado de Brasil-Bahia é muito bem conceituado na produção de charutos, geralmente integra o *blend* dos melhores charutos produzidos no mundo.

Por outro lado expõe a falta de alternativas para um significativo número de agricultores nordestinos. Aqueles que possuem uma propriedade com razoável tamanho tem se dedicado à produção de alimentos, sobretudo a mandioca. Outros que possuem propriedades muito pequenas e/ou trabalhavam em forma de parceria ficaram mais vulneráveis, tendo em grande parte a sua subsistência assegurada por meio dos programas sociais do Governo Federal.

O próximo capítulo abordará a produção brasileira de tabaco. O capítulo busca compreender como a produção de tabaco se tornou expressiva ao longo dos anos ao ponto do Brasil ocupar posições de destaque na produção e exportação de tabaco, porque a produção se concentrou espacialmente, quais são as virtudes do SIPT na formatação da cadeia produtiva, quais foram os fatores locais e internacionais que facilitaram a consolidação da produção, etc.

¹⁵ É uma das cinco poucas empresas exportadoras de tabaco da Bahia remanescentes, juntamente com a Menendez & e Amerino, Danco, Carl Leoni e Ermor Tabarama. Na década de 1970 eram 32 empresas exportadoras, em 1982 restavam 18, que continuavam num processo de fusão e concentração.

¹⁶ Os charutos baianos são exportados para os Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Holanda, Suíça, França, Inglaterra, Itália e Argentina.

4. A Produção Brasileira de Tabaco

O tabaco está presente na produção agropecuária brasileira desde o período colonial. A organização da cadeia produtiva do tabaco no Brasil deu-se inicialmente através Companhia Souza Cruz e algumas outras empresas fumageiras de menor expressão. As decisões sobre a formatação da cadeia produtiva do tabaco no Brasil em grande parte foram tomadas em Londres (Inglaterra), ou seja, bem distante das áreas produtoras e consumidoras. A cadeia produtiva do tabaco interliga pontos centrais globais e lugares periféricos pulverizados no território brasileiro criando uma rede hierárquica de controle, comando, produção e consumo.

Esse pioneirismo favoreceu a consolidação da cadeia e a concentração do mercado favorável à Companhia Souza Cruz e algumas outras empresas resultantes de diversas fusões e aquisições mútuas, com massiva participação de capital internacional. A inserção do tabaco brasileiro no comércio internacional foi favorecida pela quebra do monopólio em vários países europeus (França, Itália, Alemanha) que estimulou a instalação das grandes companhias estadunidenses e inglesas nesses países.

No final dos anos sessenta, com a independência da Rodésia (hoje Zimbábue), e em consequência do boicote dos compradores europeus ao tabaco produzido naquele país, o Brasil começou a expandir a cultura e a exportar em maior quantidade. As empresas instaladas no Brasil assumiram o posto de fornecedoras confiáveis de tabaco de boa qualidade para o mercado mundial, posição que mantêm até à atualidade.

Nos anos oitenta, aproveitando-se de alterações no arranjo do mercado internacional de fumo e contando com incentivos governamentais, o Brasil tornou-se

um dos maiores produtores mundiais e, desde 1993, mantém a liderança mundial nas exportações de fumo em folha, ocupando espaços deixados pelo país africano.

Nos anos de 1970 e início dos anos 1980 o processo de modernização implicou alterações na estrutura agrária e produtiva dos principais cultivos agrícolas. A implantação dos CAIs possibilitou a expansão do cultivo de fumo nos anos pós-década de 80 impondo nova lógica aos processos produtivos e por consequência intensificando as relações de produção.

Essa expansão deu-se fundamentalmente pelo suporte fornecido e pelas relações estabelecidas a partir da existência e consolidação do SIPT, criado pela indústria para fomentar a produção de matéria-prima, baseado em garantias contratuais de compra e venda, por exemplo.

A década de 1970 marca uma entrada maior de investimento estrangeiro no setor com a entrada de várias empresas multinacionais. Vieram investimentos em tecnologia de produção visando aumentar a qualidade do tabaco para a fabricação de cigarros. A década de 1970 foi de confirmação da atual estrutura fumageira do sul do Brasil. Santa Cruz do Sul, juntamente com os municípios vizinhos de Vera Cruz e Venâncio Aires (maior produtor do Estado), passaram a concentrar o maior parque industrial de beneficiamento e exportação do tabaco no mundo.

No decorrer da organização da cadeia produtiva do tabaco, a produção e beneficiamento de tabaco passaram a se concentrar espacialmente em basicamente dois estados; no estado do Rio Grande do Sul e na Bahia. O estado da Bahia continua produzindo fumos escuros, para a produção de charutos.

A região Sul do Brasil assume o posto de principal região produtora. Os fatores que explicam o aumento da produção brasileira de tabaco pós-1990 podem ser atribuídos à expansão do crédito agrícola, ao trabalho de extensão rural e ao aprofundamento das consequências da modernização agrícola que exigiu a especialização dos agricultores em determinados cultivos.

Conforme dados de Vogt (1997), no Sul do Brasil a produção aumentou em aproximadamente 60% entre as safras de 1987/88 e 1992/93. Além disso, desde 1993 o setor é líder mundial em exportações, desbancando países líderes de mercado, como os Estados Unidos e o Zimbábue (SEFFRIN, 1995; ANUÁRIO, 2006) Se estendermos essa escala temporal até a safra 2007/2008, o aumento foi de 150%.

Tabela 3- Produção de Tabaco no Brasil e em Estados Seleccionados 1990-2013 (em Toneladas)

Unidade da Federação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Brasil	445.489	413.831	575.652	655.739	519.541	455.986	476.638	596.952	505.353	629.525	579.727	568.505
Rio Grande do Sul	204.615	186.568	280.330	318.690	229.524	223.159	206.918	274.451	235.519	306.393	294.873	298.193
Santa Catarina	152.396	145.048	198.201	226.421	173.372	135.732	166.468	200.736	163.768	204.675	188.327	178.207
Paraná	40.315	41.494	61.000	67.141	63.304	52.638	59.531	74.493	57.312	67.872	64.554	68.554
Bahia	10.549	11.617	7.583	5.261	11.250	11.970	12.944	9.630	10.508	9.491	8.419	8.846
Alagoas	31.584	22.152	22.398	28.896	33.201	23.120	21.688	29.322	31.270	32.148	15.876	10.638

Unidade da Federação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	670.309	656.200	921.281	889.426	900.381	908.679	851.058	863.079	787.817	951.933	810.550	850.673
Rio Grande do Sul	339.832	322.078	482.968	430.347	472.726	474.668	445.507	443.813	343.682	499.455	396.861	430.905
Santa Catarina	223.382	213.339	284.825	280.045	244.011	249.015	230.641	247.758	252.771	261.776	237.213	244.513
Paraná	82.459	97.237	127.329	152.371	155.201	156.644	148.036	151.625	164.894	171.837	156.834	160.293
Bahia	9.947	11.192	9.730	10.987	13.069	10.722	8.662	4.581	6.147	3.971	3.000	3.167
Alagoas	10.425	8.775	13.295	11.206	10.972	13.022	14.000	11.255	16.334	11.673	14.718	10.699

Fonte: IBGE (organizado pelo autor)

A Tabela 3 expressa algumas das transformações ocorridas da produção de tabaco nos últimos 24 anos em nível nacional, regional e estadual. A produção brasileira e gaúcha de tabaco dobrou nesse período. A série histórica do IBGE, apresentada na Tabela 3, mostra a produção brasileira de tabaco é ascendente. Em 1990 a produção brasileira estava em torno de 400 mil toneladas/ano. Em 2013 essa produção alcançou 850 mil toneladas.

O desmembramento dos números apresentados na Tabela 4 aponta que durante o período analisado a produção cresceu gradativamente nos estados do Sul do Brasil enquanto os dois estados nordestinos selecionados apresentaram uma redução gradual do volume de produção. Isso confirma a importância assumida pelo Sul do Brasil, em parte devido à opção de cultivar variedades mais aptas à industrialização (Virgínia e Burley) e comprova a decadência da fumicultura no Nordeste do Brasil, especializada em fumos escuros, destinados à fabricação de charutos.

O volume de produção e o tipo de tabaco a ser produzido é determinado pelas estratégias das grandes empresas do setor que acompanham o comportamento do mercado brasileiro e mundial de tabaco. A incorporação de inovações tecnológicas, como sementes melhoradas, adoção de variedades mais produtivas e de melhor qualidade, adequações no manejo das lavouras, etc. também influenciaram a elevação do volume produzido.

O tabaco aparece como uma das principais *commodities*¹⁷ exportadas pelo Brasil. Em 2012 o Brasil exportou US\$ 3,2 bilhões (F.O.B.)¹⁸ de Fumo em folhas, o que equivale 1,32% das exportações brasileiras. Os principais destinos para o tabaco brasileiro são China, Bélgica, Estados Unidos, Rússia, Holanda, Alemanha, Polônia, Indonésia, Reino Unido e Paraguai, respectivamente. Esses países compram 70% do tabaco exportado pelo Brasil. (MIDIC/SECEX, 2013)

O tabaco não exportado é absorvido pela indústria nacional de cigarros. Três empresas dominam o mercado brasileiro de cigarros; a Souza Cruz, Philip Morris e a JTI.

¹⁷ São produtos padronizados cujos processos de produção são dominados em todos os países (o que gera uma alta competitividade) e cujos preços não são definidos pelos produtores. Geralmente são negociados em Bolsa de Valores internacionais, e seu valor é definido pelas condições do mercado. Ex. café, soja, petróleo, etc.

¹⁸ São as iniciais da expressão inglesa *Free On Board*. Quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador.

4.1 A Produção de Tabaco no Sul do Brasil

Desde a década de 1990, o Sul do Brasil responde por aproximadamente 90% da produção brasileira de tabaco. O tabaco é cultivado por 186.350 famílias brasileiras, sendo 89% localizadas no Sul do Brasil. O tabaco ocupa 345.050 hectares onde 95% da área estão localizados no Sul do Brasil. A produção alcançada na safra 2012/13 foi de 712.750 toneladas sendo 97% produzido nos três Estados do Sul do Brasil¹⁹. (SCHNEIDER/AFUBRA, 2012)

Conforme os dados da Afubra, a safra 2012/2013 aponta para uma tendência de redução de ocupação de área, famílias envolvidas e produção. Na safra 2012/2013 o cultivo do tabaco estava presente em 640 municípios (já foram mais de 700 municípios em 2010), ocupava aproximadamente 313.675 hectares (já foram 376 mil hectares em 2010) e integrava 159.595 produtores (já foram 186 mil pequenos produtores em 2010). (SCHNEIDER/Câmara Setorial do Tabaco, 2010 e WERNER/AFUBRA, 2013).

O Rio Grande do Sul é responsável por 45 a 50% da produção nacional. Na sequência aparecem Santa Catarina (30%) e Paraná (20%).

A cadeia produtiva do tabaco iniciou e se difundiu a partir do polo industrial instalado desde o começo do século XX na cidade de Santa Cruz do Sul e arredores. A mesorregião do Vale do Rio Pardo, portanto, constitui o território pioneiro na especialização na produção de tabaco.

Com o aumento da demanda por tabaco brasileiro, a sua produção foi expandida sob os interesses da indústria fumageira para mesorregiões e microrregiões adjacentes, como por exemplo, as microrregiões de Camaquã e Pelotas, que reúnem os municípios maiores produtores nacionais de tabaco.

Em 2011, o Rio Grande do Sul exportou mais de US\$ 1,5 bilhão (F.O.B.). O fumo em folhas e seus derivados representaram 8,91% das exportações gaúchas em 2011 (MIDIC/SECEX, 2013). Portanto, o tabaco é um importante componente na

¹⁹ Segundo SCHNEIDER Et. Al. (2013, p.57) In: SILVEIRA (ORG., 2013) Existe uma divergência entre as estatísticas do IBGE e as estatísticas divulgadas pela AFUBRA. A justificativa está, em parte, nos procedimentos metodológicos aplicados pelas entidades, enquanto o IBGE elege a propriedade como variável de análise, a AFUBRA contabiliza o número de famílias envolvidas e inclui produtores sem a propriedade da terra. O número de famílias produtoras de tabaco equivale a quantidade de produtores vinculados às empresas membros do Sinditabaco. Isso pode provocar distorções, uma vez que algumas famílias possuem contratos com mais de uma empresa ao mesmo tempo. Todavia, as estatísticas divulgadas pela AFUBRA tendem a ser atualizadas com maior frequência a àquelas divulgadas pelo IBGE.

pauta de exportações do Rio Grande do Sul, gerando importantes divisas para a economia gaúcha.

Dentro do Rio Grande do Sul, em todas as 35 Microrregiões do Rio Grande do Sul ocorre a produção de tabaco. Entretanto a produção de tabaco aparece de forma mais expressiva em 10 microrregiões: Cachoeira do Sul, Camaquã, Frederico Westphalen, Guaporé, Lajeado-Estrela, Pelotas, Restinga Seca, São Gerônimo, Soledade e Santa Cruz do Sul. Juntas, respondem por mais de 90% do tabaco gaúcho. Os municípios com maior número de estabelecimentos, produção e área ocupada, ficam localizados do Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Candelária, Vale do Sol, Sinimbu, Vale Verde) e no Sul do Rio Grande do Sul (Canguçu, São Lourenço do Sul, Pelotas, Turuçu, Camaquã, Cristal, Dom Feliciano, Chувиска, Amaral Ferrador, Barão do Triunfo e Sertão Santana).

Analisando mais detalhadamente a produção estadual gaúcha, percebemos que as três Microrregiões gaúchas, selecionadas na Tabela 4, que mais produzem tabaco são Santa Cruz do Sul, Camaquã e Pelotas. Juntas, elas respondem por mais da metade da produção estadual.

Tabela 4- - Produção de Tabaco nas Microrregiões Seleccionadas / 1990-2013 (em Toneladas)

Microrregião/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Brasil	445.489	413.831	575.652	655.739	519.541	455.986	476.638	596.952	505.353	629.525	579.727	568.505
Rio Grande do Sul	204.615	186.568	280.330	318.690	229.524	223.159	206.918	274.451	235.519	306.393	294.873	298.193
Santa Cruz do Sul - RS	88.580	74.450	110.790	122.280	88.482	91.294	75.831	107.782	88.772	117.085	116.408	112.783
Camaquã - RS	19.087	17.566	23.403	29.113	19.508	19.514	21.687	29.392	25.497	35.791	36.341	38.127
Pelotas - RS	8.324	10.988	20.697	21.491	13.336	12.723	13.367	16.592	19.108	23.007	19.024	22.666
Em relação ao RS												
Pelotas %	4,068128	5,889542	7,383084	6,743544	5,810286	5,701316	6,460047	6,045524	8,113146	7,508984	6,451591	7,601117
Camaquã %	9,328251	9,415334	8,348375	9,13521	8,499329	8,744438	10,48096	10,70938	10,82588	11,6814	12,32429	12,78601
Santa Cruz do Sul %	43,29106	39,90502	39,52128	38,36958	38,55022	40,90984	36,64785	39,27186	37,69208	38,21399	39,47733	37,82215

Microrregião/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	670.309	656.200	921.281	889.426	900.381	908.679	851.058	863.079	787.817	951.933	810.550	850.673
Rio Grande do Sul	339.832	322.078	482.968	430.347	472.726	474.668	445.507	443.813	343.682	499.455	396.861	430.905
Santa Cruz do Sul - RS	123.558	101.991	152.370	145.703	150.092	156.873	147.028	146.263	117.706	172.988	135.137	151.959
Camaquã – RS	38.923	38.295	57.468	40.619	49.554	47.870	48.846	49.310	34.600	46.417	44.015	43.941
Pelotas – RS	26.087	35.170	56.296	52.858	59.954	55.714	50.024	53.328	41.888	62.675	56.821	59.324
Em relação ao RS												
Pelotas %	7,67644	10,91972	11,65626	12,28265	12,68261	11,73747	11,22856	12,01587	12,18801	12,54868	14,31761	13,7673
Camaquã %	11,4536	11,88998	11,89892	9,438662	10,48261	10,08494	10,96414	11,11054	10,06745	9,29353	11,09078	10,19738
Santa Cruz do Sul %	36,35855	31,66655	31,54867	33,8571	31,75032	33,04899	33,0024	32,956	34,24852	34,63535	34,05147	35,26508

Fonte: IBGE (organizado pelo autor)

De acordo com a Tabela 4, a Microrregião de Santa Cruz continua liderando o ranking da produção, porém a sua participação na produção estadual vem caindo. Em 1990, 43% do tabaco gaúcho eram oriundos dessa Microrregião. Em 2013 essa participação era de apenas 35%.

A produção de tabaco na Microrregião de Camaquã dobrou nesse período. Mas a sua participação na produção gaúcha vem sendo estável, variando pouco a maior ou a menor, entre as diferentes safras.

Os dados da Tabela 4 deixam evidente o aumento da participação da Microrregião de Pelotas no cenário estadual da produção de tabaco. Em 1990, apenas 4% do tabaco gaúcho era oriundo dessa Microrregião, ao passo que em 2013 esse percentual se elevou para 13,76% da produção gaúcha. A produção de tabaco na Microrregião de Pelotas multiplicou por 7 nos últimos 24 anos (700%).

No Rio Grande do Sul estão os municípios que são os maiores produtores de tabaco do Brasil. Dos 10 municípios brasileiros maiores produtores de tabaco, 7 são do Rio Grande do Sul, sendo 2 da Microrregião de Pelotas (São Lourenço do Sul e Canguçu). A Tabela 5 apresenta os municípios gaúchos que se destacam na produção brasileira de tabaco.

Tabela 5- Os 10 Municípios gaúchos maiores produtores de Tabaco – 2006

Município	Produção (ton.)
Venâncio Aires – RS	21.080
<i>São Lourenço do Sul - RS</i>	14.875
Santa Cruz do Sul - RS	14.124
Candelária – RS	14.696
<i>Canguçu – RS</i>	13.362
Camaquã – RS	12.813
Arroio do Tigre – RS	12.687
Vale do Sol – RS	10.850
Dom Feliciano – RS	9.724
Agudo – RS	8.120
TOTAL	132.331

Fonte: Censo Agropecuário 1996/2006/IBGE

Conforme apontado na Tabela 4, no Sul do Rio Grande do Sul, além da tradicional Microrregião de Santa Cruz do Sul, destacam-se as Microrregiões de Camaquã e Pelotas onde a fumicultura se consolidou mais recentemente e em alguns municípios está em plena fase de consolidação.

Em diversos municípios gaúchos a produção de tabaco já se encontra cristalizada na cultura das comunidades rurais; constituindo um componente cultural dominante na paisagem. Isso é perceptível nas construções, na organização da propriedade e principalmente nas histórias de vida dessas pessoas.

4.2 Organização da Cadeia Produtiva do Tabaco

O enfoque desse estudo são os extremos da cadeia produtiva: a indústria – sob o papel de coordenadora – e o produtor como fornecedor de matéria-prima para a cadeia, mas ao mesmo tempo existem diversos outros atores vinculados à cadeia, seja na produção (fornecedores de insumos, equipamentos e máquinas) na circulação e logística (transportadores, “picaretas²⁰”), no processamento e exportação e/ou industrialização do tabaco e o consumidor final (o fumante).

A forma como o CAI do tabaco do Sul do Brasil está organizado é apontada como uma das razões de sua importância do setor no mercado nacional e internacional. Junto ao agricultor, essa organização se manifesta principalmente por meio do SIPT, criado inicialmente pela Souza Cruz e mais tarde socializado por todas as grandes empresas fumageiras, que permitiu que a indústria estabelecesse com os produtores uma estabilidade do fornecimento de matéria-prima, fundamental para o seu plano de negócios. No outro lado, assegurou ao produtor a comercialização de sua produção, viabilizando renda e conseqüente a sua reprodução como agricultor familiar.

A Figura 6 é uma reprodução do material institucional da Afubra que busca representar os principais componentes da cadeia, o tipo de vinculação e o fluxo dentro da cadeia.

Uma da alteração sugerida pelo presente estudo no esquema institucional da Afubra se refere na inclusão do *picareta* no esquema. O *picareta* é considerado

²⁰ É o termo pelo qual são denominados os compradores autônomos de tabaco que competem com as empresas integradoras. Geralmente são comerciantes da própria localidade que compram informalmente parte do tabaco que os produtores desviam. O recurso do picareta é utilizado prioritariamente por agricultores endividados que buscam transformar o seu produto em dinheiro rápido ou por agricultores que buscam uma melhor classificação para o seu produto, uma vez que o picareta define a classificação no ato da compra. Os picaretas têm acesso a informação mercadológica privilegiada em relação aos produtores devido ao isolamento do produtor. O picareta pode influenciar a comercialização do tabaco, principalmente contra as empresas mau pagadoras (que penalizam o produtor por meio da classificação do produto). Por outro lado, outras empresas veem no picareta (que concentra volume de tabaco) uma forma de obter no mercado *spot* significativos volumes de tabaco (de outras empresas) que teoricamente não estavam estimados no seu SIPT.

um componente indesejado na cadeia e na maioria das vezes não bem quisto sob a visão das empresas integradoras (*praga no sistema*) por que compromete o funcionamento ideal do SIPT, eleva a inadimplência e o endividamento dos agricultores.

O mercado paralelo é geralmente representado pelo *picareta*, mas não exclusivo, porque inclusive algumas empresas, em safras com forte demanda por tabaco costumam atuar no mercado paralelo, adquirindo tabaco de produtores independentes ou vinculadas a outras empresas, principalmente por meio dos produtores mistos²¹.

Ainda que o tabaco adquirido no mercado paralelo (que pode ser formal e informal) pelo *picareta* ou pelas próprias empresas seja destinado às empresas integradoras (devido ao mercado concentrado), o *picareta* assume um papel importante de contra poder ou de barganha dos agricultores contra a exploração excessiva das empresas integradoras. Esses conflitos de interesse se manifestam no momento da comercialização.

Quando o produtor não chega a uma negociação “justa” com a empresa integradora, embora infringindo cláusulas contratuais, ele tem a possibilidade de buscar uma negociação melhor no mercado paralelo.

A negociação do produtor com o *picareta* não significa ausência de expropriação do trabalho do produtor. O trabalho de campo (conversas com *picaretas* e produtores) indica que no caso de agricultores sem grande poder de barganha (pobres, endividados, limitado nível cultural) essa exploração pode ser até mais intensa.

²¹ Produtores que mantêm contratos com mais de uma empresa integradora.

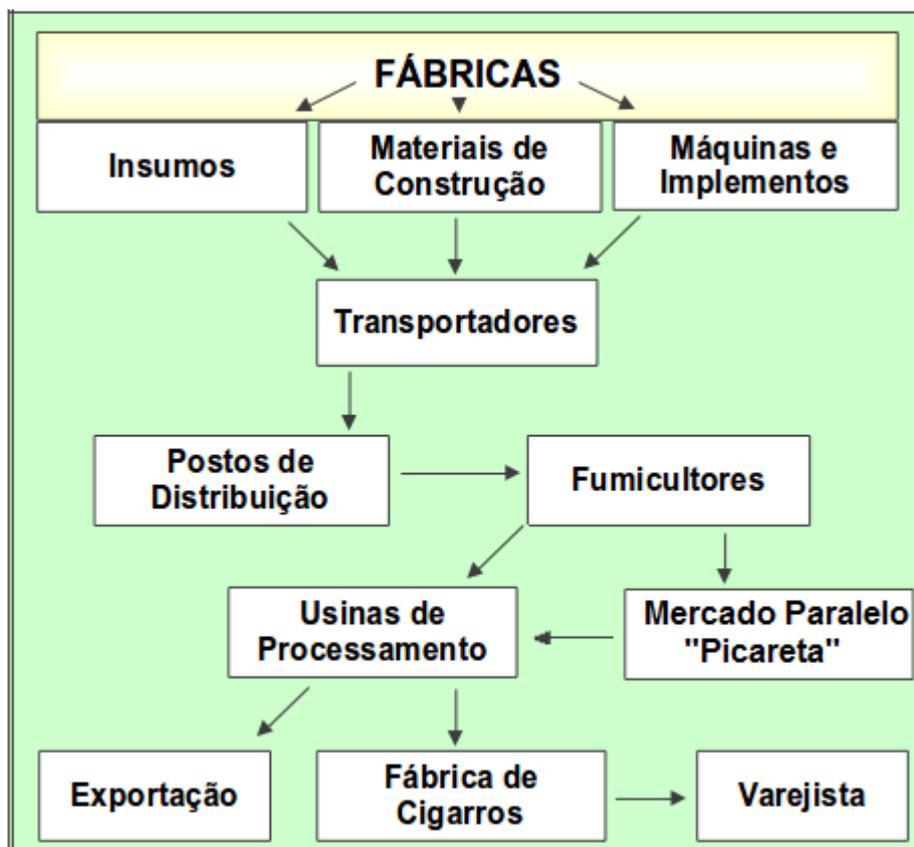


Figura 6 – Esquema da cadeia produtiva do tabaco.

Fonte: Afubra (com adaptações do autor)

A estrutura da cadeia evidencia que se trata de um setor altamente centralizado nas decisões da indústria, que define mediante contratos a quantidade de tabaco a ser produzido, os indicadores de qualidade do produto, os pacotes tecnológicos que devem ser seguidos, responsabilidade social e ambiental na produção da matéria-prima, etc. Muitas vezes, o produtor nem tem consciência da “engrenagem” da qual faz parte.

As decisões econômicas a respeito da cadeia produtiva são lideradas pela indústria para com os produtores. Essas seguem critérios financeiros e de acumulação e nos quais procuram atender satisfatoriamente as expectativas dos agricultores visando construir uma relação de dependência mútua e duradoura. Trata-se de uma relação assimétrica, em boa medida favorável à indústria.

O setor industrial é caracterizado por um grupo bem limitado de empresas, com predomínio para as grandes empresas multinacionais, originadas de inúmeras aquisições, fusões e incorporações. Algumas operam apenas na compra, beneficiamento e exportação de fumo em folha enquanto outras exploram todas as

etapas, desde a compra, beneficiamento, industrialização e exportação de fumo em folha e cigarros industrializados.

A indústria fumageira transfere ao agricultor parceiro a missão de produzir a matéria-prima de qualidade que seus clientes nacionais e estrangeiros demandam, uma vez que ela é altamente intensiva de mão de obra, portanto, inviável economicamente à indústria. Em troca, a indústria assegura a compra de toda a produção dos produtores e presta assistência técnica e financeira para viabilizar a produção.

O transporte dos insumos é terceirizado aos transportadores da região. A atividade de logística do sistema demanda um número considerável de transportadores terceirizados. Além de transportar o tabaco seco da propriedade até a indústria, os transportadores se encarregam de levar os insumos até a propriedade dos produtores, como por exemplo, transportar os fertilizantes de Rio Grande até os depósitos das empresas integradoras, a partir de onde serão redistribuídos, etc.

Para monitorar a evolução da produção e dos produtores as empresas mantêm departamentos agrícolas com técnicos agrícolas. Eles assumem o papel de ligação entre a empresa integradora e os produtores, sendo responsáveis pelo fluxo de informações nos dois sentidos. A empresa transmite aos produtores as informações sobre as suas demandas em termos de tipos e especificações do tabaco, práticas e tecnologias agrícolas, preços e classificação. Os produtores transmitem à empresa integradora informações como a sua insatisfação com a classificação do produto, comentários sobre a sua atuação e os pacotes tecnológicos adotados pelas empresas concorrentes.

Conforme relatos obtidos junto a orientadores agrícolas das empresas, durante o trabalho de campo, o papel central do trabalho dos orientadores agrícolas é fazer estimativas de produção, projeção de volume produzido, etc. Com base nessas informações, a indústria prospecta antecipadamente os contratos de exportação com seus clientes. Muitas decisões da indústria são embasadas por informações e dados que foram coletados no campo pelos orientadores agrícolas.

Também faz parte de suas atribuições o acompanhamento burocrático do relacionamento produtor-indústria, fiscalização do cumprimento do contrato quanto aos itens de responsabilidade social e ambiental, assinaturas de contratos, acompanhamento da frequência dos alunos na rede escolar, elaboração de relatórios, etc.

4.3 As Organizações de Classe da Indústria do Tabaco

Os diversos atores envolvidos no CAI do tabaco são representados por associações de classe para a defesa de seus interesses.

Por lado da indústria existem duas entidades: o Sinditabaco e a Abifumo (Associação Brasileira da Indústria de Fumo).

4.3.1 SINDITABACO

O trabalho do Sinditabaco é representar os interesses da indústria do tabaco, como por exemplo, promover o tabaco brasileiro no mercado internacional, o combate ao contrabando de cigarro, promover campanhas de combate ao trabalho infantil, campanhas de recolhimento de embalagens de agrotóxicos, etc.

Em 2015, 16 empresas industriais do setor estavam associadas ao SINDITABACO. São elas: Souza Cruz S/A, Aliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda, China-Brasil Tabacos Exportadora S/A, Universal Leaf Tabacos Ltda., Brasfumo - Indústria Brasileira de Fumos S/A, CTA - Continental Tobaccos Alliance S/A, JTI Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda., Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda., Intab – Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda., ATC – Associated Tobacco Company Ltda., Sul América Tabacos Ltda., KBH&C Tabacos Ltda., Premium Tabacos do Brasil S/A, Tabacos Marasca Ltda., Tabacos Novo Horizonte Ltda., Unifumo Brasil Ltda., Industrial Boettcher de Tabacos Ltda.

A sindicalização das principais empresas do setor provoca uma uniformização das práticas das empresas com relação aos produtores. Os contratos das empresas membros do Sinditabaco são iguais, prevendo as mesmas vantagens e as mesmas penalidades para o agricultor.

A unificação das empresas por meio do Sinditabaco torna-as fortalecidas em relação ao produtor.

4.3.2 ABIFUMO

A Abifumo foi fundada em 1979, no Rio de Janeiro, com o objetivo de defender os interesses da indústria do tabaco fora da esfera sindical. É composta por empresas do setor fumageiro no Brasil. Essas empresas atuam em diferentes áreas da cadeia produtiva, incluindo beneficiadoras de tabaco e fabricantes de produtos derivados do tabaco, como cigarros, cigarrilhas e charutos. (ABIFUMO, 2015)

A Abifumo representa a indústria perante órgãos governamentais e a sociedade civil, exercendo um papel de relações públicas e *marketing* corporativo, de forma a gerar uma imagem de modernidade e de confiabilidade técnico científica diante de negociadores globais, dos técnicos do poder público e da opinião pública. (Boeira, 2002)

4.4 As Organizações de Classe dos Agricultores/Produtores de Tabaco

Da mesma forma que a agricultura familiar e outros setores do meio rural (arrozeiros, pecuaristas, trabalhadores rurais, etc.), os agricultores envolvidos com a produção de tabaco também mantêm as suas organizações de representação.

As entidades comprometidas com o CAI do tabaco são: a AFUBRA, a FETAG/CONTAG, a FETRAF, a FARSUL/CNA, MPA/ANPA. É importante mencionar que existe disputa de espaço e influência entre algumas entidades. A FETAG/CONTAG disputa com a FETRAF e com o MPA a prerrogativa de representar os agricultores familiares. Por outro lado, a FETRAF e o MPA não são plenamente reconhecidos pela AFUBRA e o SINDITABACO nas discussões que envolvem o CAI.

4.4.1 AFUBRA

As dificuldades inerentes à produção, os conflitos entre empresas e produtores, o seguro da lavoura, as discussões da política de preços entre outras atribuições foram encampadas pela Afubra.

“A criação da Afubra, em 21 de março de 1955, em Santa Cruz do Sul/RS, foi motivada pela inexistência de defesa e assistência aos fumicultores quanto à falta de amparo financeiro em decorrência de prejuízos com granizo e também a instabilidade do mercado e do preço do fumo. A primeira Assembleia reuniu 1.500 produtores e nasceu a Associação dos Plantadores de Fumo em Folha do Rio Grande do Sul. Como não se teve retorno positivo quanto a uma garantia de indenização sobre os danos causados pelo granizo, em 5 de novembro de 1956, os próprios fumicultores criaram o Sistema Mutualista. Em 1963, a entidade passou a atuar também em Santa Catarina e Paraná, passando a chamar-se Associação dos Fumicultores do Brasil. Iniciou com cerca de 100 associados e hoje, passa de 100 mil associados (este número varia a cada ano)”. (WERNER, 2015, entrevista pessoal)

A atuação da Afubra é bem ampla e cresceu com passar dos anos:

- Atua na oferta do seu tradicional sistema mutualista (similar a seguro agrícola) com cobertura para sinistros causados por granizo e/ou tufão; contra incêndios em estufas e auxílio funeral.

- Integra o grupo que fomenta o Sistema Integrado de Produção de Tabaco, que planeja o cultivo do tabaco no Sul do País;
- Integra o Sistema de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos;
- Integra os trabalhos de prevenção ao trabalho infantil;
- Mantém, há 24 anos, o Projeto Verde é Vida;
- Mantém uma rede de lojas que vendem uma variada gama de produtos (eletrodomésticos, insumos agrícolas, ferramentas, etc.) que atualmente conta 22 lojas físicas e 2 lojas virtuais espalhadas nos três estados do Sul, prioritariamente nas regiões produtoras de tabaco.
- É uma organização membro da Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA), criada na década de 1980 para defender os interesses do setor internacionalmente diante da elevação da tributação, o antitabagismo, a convenção quadro, do aumento dos estoques mundiais e da redução de renda dos agricultores nos principais países produtores.
- Mantém um Centro de difusão de culturas;
- Sedia programas de estágios;
- Mantém o Viveiro Florestal;
- Promove, há 15 anos, a Expoagro Afubra (Exposição agropecuária destinada à Agricultura Familiar);
- Insere-se em atividades esportivas e culturais (mantém o Coral e o Coro Masculino da Afubra).

De acordo com o presidente da entidade, os principais desafios da Afubra perante a cadeia produtiva do tabaco atualmente são:

- Encontrar alternativas para que o produtor possa continuar no campo com vida digna e garantindo a sua sucessão;
- Adequar o setor às legislações; (que se torna cada vez mais restritiva)
- Adequar a produção primária à oferta e demanda;
- O combate ao contrabando de cigarros.

4.4.2 FETAG/CONTAG

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) ligados à FETAG foram criados na década de 1960 com o objetivo de defender os interesses da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais cujo principal objetivo é organizar a classe

trabalhadora rural e o pequeno produtor rural com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida, reivindicar melhores preços aos produtos agrícolas e melhores salários aos trabalhadores.

Conforme DA ROS (2006 Apud MENGEL, 2011), desde a sua criação em 1965, a atuação da FETAG passou por várias transformações. Inicialmente a preocupação estava em torno da educação rural (surgimento de Institutos de Educação Rural e Escolas de Educação Familiar) e a política agrícola. A segunda fase (década de 1970) esteve muito voltada para o acesso do produtor rural aos serviços previdenciários. A terceira fase (década de 1980) foi mais radical e revolucionária devido a mobilização dos agricultores sem-terra, dos agricultores atingidos por barragens e a luta por melhores serviços de saúde pública. A quarta fase (década de 1990) marca a opção pela agricultura familiar como público-alvo prioritário.

A FETAG conta atualmente no Rio Grande do Sul com 348 sindicatos filiados, organizados em 23 regionais sindicais, contemplando cerca de 1,5 milhão de agricultores familiares. (FETAG, 2015) A FETAG/RS é filiada à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Por meio de sua atuante participação na CONTAG, a FETAG/RS assume espaço na representação da CONTAG na Câmara Setorial do Tabaco do MAPA. A FETAG/RS por meio de sua Comissão Estadual do Fumo auxilia da elaboração de estudos a respeito do custo de produção e participa nas discussões que definem a cada safra o preço pago pela indústria ao tabaco produzido pelos produtores.

Outra via de trabalho da FETAG/RS junto aos produtores de tabaco visa a preocupação com a saúde dos agricultores (que vão desde a distribuição de protetor solar, distribuição de EPIs em parceria com as indústrias, redução da utilização de agrotóxicos na produção de tabaco, etc.).

Uma das lutas da entidade é defender o cultivo do tabaco (cerca de 100 mil associados são fumicultores) no âmbito das discussões da CQCT. A FETAG/RS, embora reconheça os malefícios do tabagismo, está engajada ao lado de outras entidades, na manutenção do CAI do tabaco por que reconhece a importância socioeconômica que o cultivo tem para a agricultura familiar gaúcha.

4.4.3 FETRAF

A FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) entidade ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores) foi criada no Sul do Brasil na primeira década do século XX (ano de 2001) para ser uma terceira via do sindicalismo, visto que ela considera as representações de classe local da agricultura familiar, acomodadas e assistencialistas.

A FETRAF se posiciona de forma crítica em relação à FETAG/CONTAG a acusando de assistencialista.

A FETRAF surgiu no contexto da chegada da esquerda ao governo federal, inicialmente com o presidente Lula e depois com a presidente Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). O seu comprometimento com o governo petista lhe permitiu acessar recursos, aumentar a abrangência de atuação e expansão do número de filiados.

A FETRAF tornou-se FETRAF-Sul em 2004, deu origem a FETRAF-Brasil que compreende 600 sindicatos e associações sindicais em 1.000 municípios, em 18 estados, reunindo aproximadamente 500 mil agricultores. É comum a parceria da FETRAF com outras entidades, como por exemplo, o Sistema Cresol (cooperativas de crédito solidário), a Cooperhaf (cooperativa de habitação rural) e cooperativas locais.

A sua atuação visa permitir agilidade às reivindicações dos produtores familiares, como por exemplo, preço justo pelos produtos agrícolas; incentivo aos agricultores a criarem uma atitude empreendedora criando agroindústrias; desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo, com a preocupação de operar em todo o ciclo – começando pela busca do crédito, a produção, a agroindustrialização e a comercialização – sob a gestão dos agricultores.

A FETRAF está dividida em 22 microrregiões de atuação espalhadas pelos estados do Sul do Brasil, congregando 93 sindicatos, abrangendo 288 municípios. (FETRAF-Sul, 2015).

Desde a sua criação o objetivo da FETRAF-Sul é ocupar um espaço nas discussões da formação de preço do tabaco. A FETRAF-Sul inclusive chegou a frequentar algumas vezes as reuniões da Câmara Setorial do Tabaco. No entanto, a FETRAF acusa que devido a mesma não ser oficialmente reconhecida pelo Sinditabaco e pela Afubra (coordenadoras da cadeia) como uma entidade de representação dos fumicultores, ela não tem espaço nas discussões.

Mesmo tendo em sua base de associados cerca de 60 mil produtores de tabaco, a atuação da FETRAF com relação ao CAI do tabaco é controversa. Tem adotado uma postura crítica quanto à organização da cadeia, quanto à formação do preço do tabaco. Com frequência faz denúncias, como por exemplo, a utilização de trabalho infantil, desmatamento de vegetação nativa, intoxicação com agrotóxicos, etc. Um de seus canais de divulgação são os estudos publicados pelo DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais).

Outro ponto divergente entre a FETRAF-Sul e outras entidades representativas dos fumicultores ficou exposto quanto a sua postura nas discussões da CQCT. A FETRAF-Sul passou a adotar uma postura crítica ao CAI do tabaco, incentivar a sua gradual redução e substituição da cultura. Para a FETRAF-Sul, a CQCT é uma oportunidade para incentivar os agricultores familiares a produzir alimentos, a ser menos dependentes do tabaco e das grandes empresas transnacionais.

4.4.4 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANPA)

O MPA surgiu em 1996 após uma ruptura entre lideranças da FETAG/RS e FETRAF-Sul com relação aos rumos da mobilização de 1995 que reivindicava liberação de recursos para os pequenos agricultores após a seca que assolou o Rio Grande do Sul em 1995.

O processo de constituição de movimentos sociais estava em curso desde a década de década de 1970, quando o MPA já estava sendo organizado como um movimento de oposição à ditadura militar muito influenciado pela Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra, entidade ligada à Igreja Católica.

A sua base social é formada em sua maioria pelos agricultores mais desfavorecidos e pobres. A sua atuação se caracteriza por adotar como estratégia principal a pressão política sobre os governos para ver atendidas as suas reivindicações (DA ROS, 2006).

O MPA assume uma postura rebelde e revolucionária ao defender o fim da integração da agricultura familiar com os CAIs. Defende a substituição do modelo tecnológico vigente pelo modelo da agricultura ecológica, a reforma agrária como forma de redistribuir a terra, a soberania alimentar para o povo brasileiro. (DA ROS, 2006, p.189 Apud MENGEL, 2011, p.127)

Embora produtores associados atrelados à produção de tabaco, a postura do MPA com relação ao CAI do tabaco e à CQCT é a crítica contra o SIPT, acusa o SIPT de ser um sistema formal de exploração dos agricultores. O mercado e as grandes empresas transnacionais são vistos como as grandes culpadas pelos inúmeros problemas enfrentados pelos agricultores.

O MPA encara a CQCT com indiferença, sem grandes perspectivas de mudanças. Segundo apurado por MENGEL (2011, p.131-132) a ratificação da CQCT pelo Governo Brasileiro não representam grandes transformações na realidade posta. Talvez a única vantagem aos agricultores seja a necessidade do Governo Brasileiro fomentar políticas públicas que estimulem atividades alternativas para substituição das lavouras de tabaco, à medida que for implantado o Artigo 17 da CQCT.

4.4.5 FARSUL/Sindicato Rural

Embora a FARSUL participe das discussões da cadeia, sobretudo na definição dos preços ao produtor e tenha participação nas discussões da Câmara Setorial do Tabaco, historicamente a FARSUL não tem tradição na fumicultura e o seu foco não são os agricultores familiares. Defende principalmente outras categorias (pecuaristas, arroteiros) do espaço rural.

Conforme MENGEL (2011) a vinculação da FARSUL às discussões da cadeia produtiva do tabaco surgiu da influência do Sindicato Rural de Candelária (um dos maiores produtores nacionais de tabaco) dentro da FARSUL, a partir de 1984. Dessa forma a FARSUL passou a participar anualmente das reuniões de elaboração do custo de produção e negociação dos preços a serem praticados pelas indústrias. Conseqüentemente passou a ocupar espaço dentro da Câmara Setorial do Tabaco.

4.5 Câmara Setorial do Tabaco

A Câmara Setorial do Tabaco compõe a estrutura do MAPA. Foi instalada em 2003. Tem por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das entidades da cadeia produtiva do tabaco e dos setores a ele vinculados.

É composta por representantes de entidades empresariais, de agricultores, organização não-governamentais e outros órgãos públicos relacionados com o sistema produtivo da cadeia do tabaco.

A participação das entidades que participam da Câmara é dinâmica. Existe uma relação de 38 entidades que compõem oficialmente a cadeia. Existem entidades que participam das reuniões como convidadas. Algumas frequentam a Câmara eventualmente, de acordo com a pauta da reunião. Há entidades que boicotaram a participação (FETRAF, MPA, além de outras). Há entidades que foram incluídas, etc.

A Câmara se reúne quatro vezes ao ano, na maioria das vezes, na sede do MAPA em Brasília (DF). Eventualmente há reuniões em outros locais, principalmente nas cidades de Rio Pardo (RS), na ocasião da Expoagro Afubra e em Cruz das Almas (BA).

As discussões são divididas em quatro Grupos de Trabalho: combate ao mercado ilegal de cigarros, renda do tabaco e diversificação da renda, Convenção Quadro e Controle do Tabaco e acompanhamento de Projetos de Lei na Câmara de Deputados e Senado Federal.

As atas das reuniões da Câmara apontam como as entidades mais assíduas: AFUBRA, SINDICATO, ABIFUMO, Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA (CGAC/SE/MAPA), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos e Afins (CNTA), Associação de Municípios do Vale do Rio Pardo (AMVARP), Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Sindicato da Indústria de Fumo do estado de São Paulo (SINDFUMO/SP), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), etc.

O trabalho da Câmara Nacional do Tabaco visa:

- Promover o diagnóstico sobre múltiplos aspectos de curto, médio e longo prazo que envolve a cadeia por meio de Grupos de Trabalho.
- Propor e encaminhar soluções ao MAPA que vise aprimorar a cadeia produtiva do tabaco.
- Acompanhar nos órgãos competentes a tramitação das propostas e sugestões emanadas da Câmara.

- Avaliar o andamento da safra de tabaco quanto a ocorrência de intempéries climáticas, pragas e doenças, política de classificação e preço do tabaco.
- Acompanhar o trabalho legislativo sobre assuntos da cadeia produtiva do tabaco.

Após a comprovação científica dos malefícios do cigarro à saúde, o tabagismo passou a enfrentar restrições. Inicialmente o questionamento ao tabagismo era restrito aos países desenvolvidos. Atualmente, as medidas restritivas ao consumo do tabaco têm alcance global devido a formação de legislações restritivas em diversos países e devido a ação da OMS, por meio da CQCT. Esse é o contexto da discussão do próximo capítulo.

5. O Tabagismo e a Convenção Quadro de Controle do Tabaco

A existência de um complexo agroindustrial do tabaco expressa necessariamente a existência de um mercado consumidor. Não haveria sentido existir e ampliar a produção de tabaco se não houvesse consumo. O tabaco possui uma característica bastante peculiar, não se trata de um alimento ou algo básico no consumo das pessoas.

A fragilidade da cadeia produtiva do tabaco reside no fato que, senão a única, mas a principal forma de consumo do tabaco ocorre por meio do tabagismo. Acrescenta-se o fato, que o hábito de fumar nunca foi totalmente aceito pela sociedade e, cada vez mais é marginalizado pela sociedade por meio de legislações cada vez mais restritivas.

Embora não seja possível afirmar com exatidão o período e nem mesmo os motivos que levaram as pessoas a adquirir esse hábito, é consenso que, conforme relatos históricos, o hábito de fumar é muito antigo na civilização. Estima-se que há mais de quatro mil anos o cultivo e o uso do tabaco já eram desenvolvidos pela civilização Maia na região da América do Norte e América Central. (FROZZA *et alii* 1998)

Levado para a Europa, o tabaco, considerado durante algum tempo como a “erva do diabo”, passou a ter valor medicinal e utilizado como cicatrizante e analgésico. Também era consumido de diversas formas e por diferentes públicos. O consumo na forma de charutos e cachimbos era hábito refinado típico da nobreza europeia, enquanto a população comum costumava aspirá-lo na forma de rapé ou tragar a sua fumaça na forma de cigarros.

O tabagismo sempre foi visto com preocupação e nunca foi plenamente aceito. A primeira obra nesse sentido é de 1604, escrita pelo rei da Inglaterra, Jaime I (1556-1625), a quem é atribuída a afirmação de que “fumar é um costume repulsivo para os olhos, detestável para o olfato, daninho para o cérebro, perigoso para os pulmões”. Vários países tentaram proibir o consumo no início do século XVII. O papa Urbano VIII proibiu o uso de tabaco entre eclesiásticos em 1642 (NARDI, 1996). Mais tarde, na década de 1830, a Igreja Adventista (EUA) deu consistência a uma tradição cristã antitabagista e de combate ao alcoolismo.

Independente de todos os apelos morais e religiosos, a popularização do consumo do tabaco ocorre após as Grandes Guerras Mundiais do século XX, quando o hábito de fumar foi difundido entre os soldados. O cigarro assumia o papel psicológico de “fiel companheiro” e reunia propriedades calmantes, nos conturbados campos de batalha.

A produção de cigarros foi potencializada após a industrialização, que lhe tirou o aspecto artesanal e a tornou uma produção em série. A industrialização do tabaco também alterou a forma como o tabaco era consumido. O volume de cigarros crescia ano após ano, enquanto a produção de charutos, cachimbos e rapé declinava. A industrialização tornou o cigarro mais barato, mais prático, mais acessível aos consumidores.

A expansão do consumo mundial de cigarros está associada a poderosa indústria de publicidade, propaganda e do cinema que construiu no imaginário das pessoas a ideia de que fumar era sinônimo de liberdade, sociabilidade e *status* social.

Os meios de comunicação tiveram uma forte influência sobre a ampliação do consumo de cigarros em nível mundial. A partir da década de 1960, os filmes e as propagandas transformaram o hábito de fumar em um fenômeno de moda. Os atores e atrizes famosas de Hollywood²² exibiam nas cenas o hábito de degustar um

²² Reportagem do jornal Folha de São Paulo afirma que a indústria do tabaco foi uma das financiadoras do cinema de Hollywood entre as décadas de 20 e 50 e pagou a importantes nomes da época para promover o tabagismo, entre eles Clark Gable, Joan Crawford, John Wayne, Bette Davis e Henry Fonda. Documentos mostram que a American Tobacco, fabricante do cigarro Lucky Strike, pagou a 42 atores para promover essa marca entre 1937 e 1938. Clark Gable embolsou US\$ 10 mil, o que segundo o estudo corresponderia a mais de US\$ 140 mil hoje. A mesma quantia receberam Gary Cooper e Carole Lombard. A American Tobacco aumentou em 53%, aproximadamente US\$ 128 milhões atuais, o seu orçamento para anúncios impressos e no rádio. Artistas de cinema considerados "top A" participavam das campanhas. Um dos estúdios mais beneficiados pelas campanhas foi a Warner Brothers. O ator Al Jolson aparece em uma delas defendendo que o Lucky

cigarro. Esse hábito passou a ser comum nos filmes brasileiros, nas novelas, etc. A indústria de cigarros financiava o cinema, os eventos esportivos, os meios de comunicação com atraentes cotas de patrocínio. A contrapartida era formar uma cultura permissiva ao tabagismo.

A influência da mídia nas décadas de 1960-70, no Brasil, era tão eficaz que as pessoas não fumantes eram vistas com indiferença, pois o tabagismo era quase regra. Inicialmente era um hábito, sobretudo masculino, logo passou a ser assimilado pelas mulheres que lutavam para provar a sua igualdade numa sociedade ainda muito machista. Mais tarde conquistou os jovens que incluíram o tabagismo para buscar a sua afirmação social.

A consolidação do mercado consumidor para o tabaco brasileiro²³ foi desempenhado principalmente pela Companhia Souza Cruz. A sua expansão pelo Brasil se baseou na escolha de centros decisivos no território brasileiro para a abertura de filiais (fábricas de cigarros e depósitos, escritórios), aquisição de empresas concorrentes (concentração do mercado), antecipação do mercado (ex. Brasília e Norte do Brasil), etc. Para alcançar a liderança no mercado de cigarros utilizou-se de agressivas estratégias comerciais e buscou a capilaridade da empresa por todo o interior do Brasil.

Desde a sua instalação no Brasil (1914) o consumo de cigarros teve um crescimento anual ininterrupto até a década de 1990. No Brasil atravessamos o século XX num movimento de expansão do número de fumantes, estabilização e recentemente acompanhamos uma redução do tabagismo no Brasil. A expansão do tabagismo no Brasil está relacionada com a migração da população para as cidades, a melhoria da renda da população, uma baixa escolaridade das pessoas, entre outros fatores.

Segundo dados do IBGE e Receita Federal, foram produzidos 108 bilhões de cigarros em 1975, 147 bilhões em 1985 (série antiga do IBGE), chegando ao máximo de 183 bilhões em 1997, para finalmente voltar a 112 bilhões em 2006 (série nova do IBGE/Receita Federal). Em 2014 a produção brasileira de cigarros alcançou 72,7 bilhões de unidades.

Strike é uma alternativa a "doces engordantes", que fez parte da campanha veiculada entre 1928 e 1929 intitulada "Pegue um Lucky em vez de um doce". (Folha de São Paulo/27/09/2008)

²³ A trajetória de expansão horizontal e vertical da Companhia Souza Cruz é abordada por Roberto Lobato Corrêa. CORRÊA, R. L. **Corporação e Organização Espacial: Um Estudo de Caso**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 53 (3); 1991; 33-66.

Tabela 6- Produção Brasileira de Cigarros - 2000/2013*

Ano	Produção Total	Exportação	% exportado
2000	4.867.922.778	40.328.871	0,83
2001	5.346.219.997	21.027.630	0,39
2002	5.110.545.058	7.236.700	0,14
2003	5.353.050.062	1.472.724	0,03
2004	5.540.029.712	42.211.950	0,76
2005	5.614.441.534	23.958.970	0,43
2006	5.603.383.165	45.876.966	0,82
2007	5.701.585.971	165.508.855	2,90
2008	5.410.313.930	115.204.731	2,13
2009	4.925.672.958	60.716.632	1,23
2010	4.860.072.153	11.721.780	0,24
2011	4.878.812.545	8.980.697	0,18
2012	4.455.585.589	5.737.712	0,13
2013	3.827.238.968	31.331.646	0,82
2014	3.635.198.380	14.241.122	0,39

Fonte: Secretaria da Receita Federal. * N° de embalagens com 20 unidades. In: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 28/01/2014

A oscilação na produção brasileira de cigarros não expressa exatamente o comportamento do mercado nacional. Para sua compreensão é necessário considerar o comportamento das exportações, bem como da produção e das importações ilegais (contrabando). As exportações começaram mais fortemente em 1992, quando chegou a 16,33% da produção, para atingir um máximo de 42,49% em 1998, e finalmente, cair de forma drástica para 5,86% em 1999.

Conforme a Tabela 6, de 2000 a 2014, as exportações brasileiras de cigarros não superam 1% da produção total. As exceções foram os anos entre 2007 e 2009 quando superou 1%. (Secretaria da Receita Federal, 2014)

À medida que a produção e o consumo mundial de cigarros cresciam, aumentava também o número de fumantes/dependentes. Durante décadas a indústria omitiu os efeitos nocivos de seu produto. Quando pesquisadores encontraram evidências da relação do tabagismo com inúmeras doenças (a partir da década de 1950), a indústria negou as evidências e tentou desmerecer esses resultados, persuadindo a opinião pública, mesmo sabendo há muito tempo que os seus produtos eram nocivos à saúde humana.

A constatação científica dos malefícios do cigarro às pessoas vigorou o desenvolvimento de campanhas antitabagistas com a substituição do apelo religioso pelo endosso científico da Medicina. As políticas fiscais sobre a produção de

cigarros se tornaram mais severas à indústria, ocorrendo a ampliação das restrições à propaganda do produto em diversos países. Inicialmente nos países mais desenvolvidos (União Europeia, Estados Unidos) de onde se espalharam para outros países em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil. As consequências do hábito de fumar passaram a ser temas recorrentes das Assembleias Mundiais de Saúde desde a 23ª edição, em 1970.

As indústrias naturalmente reagem para preservar as suas vendas e os seus mercados. Uma das estratégias utilizadas é confundir a opinião pública. Segundo a sentença da ação²⁴ que o governo dos Estados Unidos moveu contra a Philip Morris e outras representantes da indústria do tabaco²⁵, as práticas da indústria de cigarros incluem supressão de informação; publicidade para os jovens; negação da dependência química e dos efeitos nocivos da fumaça do cigarro; negação das consequências da fumaça do cigarro sobre o fumante passivo; corrupção de projetos de pesquisa e pesquisadores em seu benefício; até a infiltração em setores decisivos da sociedade, como por exemplo, na política, na justiça, ocupação de importantes cargos em instituições públicas (hospitais, centros de pesquisas, ministérios de Estado, etc.).

Concomitantemente, de forma estratégica a indústria mundial de cigarros busca novos mercados menos controlados para os seus produtos, onde a população não está fortemente conscientizada sobre os riscos à saúde derivados do tabagismo. Em Taiwan, onde até 1990, só era vendida uma marca local de cigarros, o consumo entre estudantes cresceu 50% depois que as grifes americanas acionaram suas táticas de marketing. Em 1996, uma pesquisa na China, onde se consomem 30% dos cigarros do mundo, revelou que 61% da população compreendiam que o vício causa pouco ou nenhum dano à saúde.

²⁴ Em 1999, o governo federal norte americano promoveu ação judicial contra um consórcio de 11 indústrias de cigarros por violação da legislação que cuida de crime organizado, extorsão e organizações corruptas. Em 2006, em sentença histórica de 1.700 páginas, a Juíza Gladys Kessler condenou as indústrias de cigarro e reconheceu que durante 50 anos a indústria está por trás da epidemia tabagista e atua em conjunto e coordenadamente para enganar a opinião pública, governo, comunidade de saúde e consumidores.

²⁵ Philip Morris, Inc., atualmente Philip Morris USA, Inc. ("Philip Morris"); R.J.Reynolds Tobacco Co., atualmente Reynolds American ("R.J.Reynolds" ou "RJR"); Brown and Williamson Tobacco Co., hoje parte da Reynolds American ("Brown & Williamson" ou "B&W"); Lorillard Tobacco Company ("Lorillard"); The Liggett Group, Inc. ("Liggett"); American Tobacco Co., que se fundiu com a Brown & Williamson, atualmente parte da Reynolds American ("American Tobacco"); Philip Morris Cos., atualmente Altria ("Altria"); B.A.T. Industries p.l.c. ("BAT Ind."), atualmente parte da BATCo, British American Tobacco (Investments) Ltd. ("BATCo"); The Council for Tobacco Research – U.S.A., Inc. ("CTR"); The *Tobacco Institute*, Inc. ("TI")

No Brasil, o combate ao tabagismo tem como protagonista o Instituto Nacional do Câncer (INCa) – um órgão do Ministério da Saúde – que desenvolve desde a década de 1980 campanhas de conscientização e combate ao tabagismo e que foi o principal interlocutor brasileiro nas negociações internacionais na OMS que resultaram na criação da CQCT. Na primeira década do século XXI foi criada a Aliança de Controle do Tabagismo (ACTBr), organização não governamental que passou a lutar contra o tabagismo no Brasil. A sua vinculação a pesquisadores e outras organizações internacionais similares deu respaldo e credibilidade ao seu trabalho.

As primeiras medidas oficiais do INCa datam de 1986²⁶, quando foi instituído o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Desde 1987 é comemorado no Brasil o “Dia Mundial Sem Tabaco”, em 31 de maio. Em 1989, a OMS estendeu a sua comemoração a todo o mundo. Em 1988, com redemocratização do Brasil, a nova Constituição Federal, promulgada em 1988, no Art. 220 estabelece “a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita à restrição legal”.

Seguiram-se medidas diversas restringindo a publicidade, determinando a inserção de advertências nos produtos derivado do tabaco, restringindo seu uso em espaços públicos e criação do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, vinculado ao Instituto Nacional do Câncer (INCa).

Aos poucos, o Brasil criou uma das legislações mais restritivas do mundo para o tabagismo. Em 1996 foi aprovada a Lei Federal nº 9.294/96, que proíbe fumar em ambientes públicos fechados, que representou importante avanço para esse aspecto do controle do tabagismo. Com isso passou a ser proibido fumar no interior de repartições públicas (escolas, hospitais, prédios públicos, etc.). A exceção era permitida, desde que houvesse um ambiente específico para fumantes.

Desde 1995 o Governo Brasileiro restringe a publicidade do cigarro, inicialmente estipulando os horários para veiculação das propagandas. Em 2000, a Lei Federal nº 10.167 baniu totalmente a propaganda e o patrocínio de eventos culturais e esportivos por produtos de tabaco no território brasileiro. Atualmente a legislação brasileira proíbe a propaganda na TV, rádio, revistas, jornais e outdoors; proíbe a propaganda de cigarros relacionando-os aos esportes ou eventos culturais.

²⁶ Desde 1971, o Conselho Federal de Medicina adota recomendações da Organização Mundial da Saúde que proíbe o uso do fumo durante reuniões daquela entidade de classe.

A proibição da publicidade do cigarro foi estendida para internet depois que a indústria de cigarros passou a utilizar esse meio para divulgar seu produto.

Com a Lei Federal nº 10.167/2000, o cigarro foi completamente banido nos transportes coletivos independentemente do tempo de duração da viagem ou existência de locais específicos para fumantes revogando a Lei Federal nº 9.294/96 que permitia, em ambientes específicos, o uso de cigarros em voos de longo alcance.

Outra estratégia para combater o tabagismo tem sido a exigência de mensagens e alertas nas embalagens de cigarro. A primeira mensagem de advertência foi introduzida em agosto de 1988: “O Ministério da Saúde adverte: Fumar faz mal à saúde”. Ao longo dos anos, essa medida tornou-se progressivamente mais forte, até culminar com as atuais mensagens de advertência ilustradas por fotos (como por exemplo, ilustrado na Figura 7), aprovada em 2001 e implantada a partir de 2002.



Figura 7 – Mosaico de imagens de alerta vinculadas às embalagens de cigarros.

Fonte: Ministério da Saúde/INCa - Organização do autor.

Em 1995, o INCa lançou a proposta de que era necessário regulamentar os conteúdos que compõem os cigarros após enviar amostras das cinco marcas mais vendidas no Brasil para a análise dos teores de substâncias tóxicas num laboratório canadense e constatar que havia sérias desconformidades nos níveis de várias substâncias analisadas. A Lei Federal nº 9.782/1999 criou a regulamentação, controle e fiscalização dos cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto derivado do tabaco por parte da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90) no Art. 81 e 243 expressam que “é proibida a venda a crianças e adolescentes de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica”.

A Lei 10.702/2003 reforça a proibição da venda de cigarros para menores de 18 anos de idade, uma vez que é comprovado que a iniciação no tabagismo ocorre na infância e adolescência. Outras medidas que passaram a ser adotadas foram a proibição da venda de cigarro rotulados de “*light*” ou “*suave*”, proibiu a associação de cores das embalagens às marcas de cigarros, elevação da tributação e do preço da carteira de cigarros, combate ao contrabando, etc. Atualmente existem estudos que pretendem implantar embalagens únicas, sem o *layout* das marcas, como já está sendo implantado em alguns países, como por exemplo, na Austrália.

Essas são algumas ações do Governo Federal Brasileiro na tentativa de combater o tabagismo. Essa legislação se torna mais restritiva a cada ano. Paralelamente vários estados estão criando suas próprias normas restringindo o tabagismo. O objetivo central é reduzir o número de fumantes e ao mesmo tempo evitar que outras pessoas, sobretudo crianças e jovens, se tornem fumantes.

Sob o ponto de vista da saúde pública, todas as ações mencionadas acima geram resultados positivos. No Brasil houve redução do número de fumantes após a década de 1990 influenciada principalmente por várias medidas que visavam a redução do tabagismo. A prevalência de fumantes bem como o consumo per capita de cigarros vem caindo. Entre 2006 e 2010, a proporção de brasileiros fumantes caiu de 16,2% para 15,1%. O percentual representa uma redução expressiva em relação ao índice de 1989, quando a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou 34,8% de fumantes na população.

Embora tenha alcançado êxito nos seus programas de prevenção e combate ao tabagismo no Brasil, alguns aspectos tornam o combate ao tabagismo mais

complicado, como por exemplo: a pressão imposta pelas indústrias de cigarros e de organizações vinculadas, o preço do cigarro brasileiro que é um dos mais baratos²⁷ do mundo e outro agravante é o significativo percentual de cigarros contrabandeado de países vizinhos²⁸, onde a legislação e a tributação são mais brandas.

Da mesma forma as indústrias de cigarros reconhecem que os seus mercados nos países desenvolvidos e/ou nos países com legislação mais severa para o tabagismo tendem a ter uma redução no consumo. Portanto, é primordial buscar mercados menos controlados e em franca expansão, como por exemplo, na Ásia (China, Índia, Indonésia, Bangladesh, Filipinas), na África, na América Latina (com exceção do Brasil), em alguns países do Leste Europeu, etc.

A atuação da indústria ocorre de forma integrada e as suas ações são dinâmicas e abrangentes: em escala global. Para fazer frente a essa mobilidade, abrangência e dinamismo da indústria de cigarros, a OMS concluiu que as medidas de controle do tabagismo teriam a sua efetividade comprometida se fossem executadas individualmente por cada país porque a grande variedade de legislações existentes nos diferentes países – algumas mais severas, outras mais brandas ou mesmo a inexistência de legislação – permite “brechas” importantes para a indústria de cigarros continuar vendendo os seus produtos.

Essa constatação exigiu da OMS uma ação integrada de alcance mundial, semelhante ao alcance das indústrias. A justificativa para um tratado internacional para o controle do tabaco foi dada afirmando-se que o uso do tabaco tornou-se uma epidemia que traz consequências muito graves à saúde pública e que as empresas fumageiras (que promovem o uso do tabaco) agem globalmente e dessa forma a política de controle deveria ser, da mesma maneira, global.

A 49ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em maio de 1996, adotou uma resolução voltada para a elaboração do primeiro tratado internacional de saúde pública, a Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT).

²⁷ Para elevar o preço do cigarro brasileiro, o Governo Federal criou uma lei que eleva gradualmente, ano após ano, o valor mínimo da carteira de cigarros. Começou em 2012 com o valor mínimo de R\$3,00, aumentando R\$0,50 a cada ano para chegar em 2015 com o valor mínimo de R\$4,50 para uma carteira de cigarros.

²⁸ Segundo estimativas do SINDITABACO, 30% dos cigarros vendidos no Brasil são resultado de contrabando, principalmente do Paraguai. Esses cigarros estão isentos das regulamentações da ANVISA e também significam sonegação de impostos.

A CQCT cria padrões internacionais para o controle do tabaco na área de propaganda, política de impostos e preços, etiquetagem dos produtos, comércio ilícito, tabagismo passivo e outros.

Esse tratado internacional foi negociado durante quatro anos por 192 países, entre 1999 e 2003. Em maio de 2003, o texto final da Convenção foi aprovado, por consenso, durante a 56ª edição da Assembleia Mundial da Saúde. Entrou em vigor em fevereiro de 2005, depois que 40 países ratificaram a adesão ao tratado. Atualmente, a CQCT já conta com 168 assinaturas e com 176 ratificações, que contemplam 90% da população mundial, fazendo história como o tratado da ONU (Organização das Nações Unidas) que mais rapidamente ganhou adesões e entrou em vigor.

O Brasil teve uma participação de destaque durante todo o processo de negociação do Tratado, sendo o segundo país a assinar a CQCT. Porém a ratificação foi um processo bastante tumultuado e expôs a força do *lobby* da indústria, seja diretamente ou indiretamente, por meio de organizações vinculadas²⁹, como, por exemplo, a Afubra, ou por meio dos parlamentares financiados pela indústria e publicamente comprometidos com a produção de tabaco³⁰ ou por meio dos produtores individualmente e organizados em sindicatos.

Durante as entrevistas com as entidades e analisando as Atas da Câmara Setorial do Tabaco no MAPA, a Afubra e o Sinditaco alegam que durante todo o processo de discussão, adesão e ratificação do Brasil à CQCT, não tiveram espaço para dialogar com o CONICQ. A discussão oficial do Governo Brasileiro esteve confinada aos setores vinculados principalmente ao Ministério da Saúde. Alegam que por representarem a cadeia produtiva no país, deveriam ter tido o mesmo espaço que outros setores tiveram nas discussões. Contudo, esse isolamento das duas entidades representativas não significou sua imobilização diante de um assunto tão importante e complexo.

Após ser um dos primeiros países a assinar a CQCT, essa intenção do Governo Brasileiro legalmente precisava ser apreciada e aprovada pelo Congresso

²⁹ Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra); Associação Brasileira da Indústria de Fumo (Abifumo); Sinditabaco (Sindicato Interestadual das Indústrias de Tabaco).

³⁰ Existem diversos políticos comprometidos publicamente com a defesa da cadeia produtiva do tabaco, como por exemplo, os deputados federais e estaduais gaúchos Pedro Pereira, Afonso Hamm, Sérgio Moraes, José Otávio Germano, Luiz Carlos Heinze, Mendes Ribeiro Filho, Jerônimo Goergen, etc. em contrapartida, embora nem sempre apareça de forma explícita nas prestações de contas das campanhas eleitorais, os políticos são apoiados pelo setor do tabaco.

Nacional. A aprovação na Câmara de Deputados ocorreu em 2004 de forma sumária. A decisão no Senado Federal culminou com um clima tenso e de inquietação da opinião pública articulada pelas partes interessadas.

Essa mobilização protagonizada pela Afubra e de seus associados forçou o Governo Federal a realizar cinco Audiências Públicas, uma na Comissão de Relações Exteriores em Brasília (DF), e outras quatro, pela primeira vez fora de Brasília: uma no estado da Bahia e, três nos estados do Sul do Brasil, realizadas em Camaquã (RS), Irati (PR), Florianópolis (SC).

Esse debate envolvendo a ratificação da CQCT durou aproximadamente um ano. O Senado Federal designou uma comissão para acompanhar as discussões e elaborar um parecer sobre a questão, que ao final, assim se manifestou;

Como forma de subsidiar a elaboração deste Parecer, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou Audiências Públicas nas principais regiões produtoras do país. Visitamos Irati, no Paraná, Camaquã, no Rio Grande do Sul, Florianópolis, em Santa Catarina, e, por fim, estivemos em Cruz das Almas, no Estado da Bahia. Em todas essas visitas, ficou clara a preocupação dos pequenos produtores familiares com a aprovação desta Convenção-Quadro. Todos temiam que a Convenção retirasse deles a atividade econômica que há anos proporciona renda às suas famílias. A mobilização desses segmentos foi um dos fatos mais notáveis de todo este processo. E foi no contato direto com milhares daqueles agricultores que percebi o outro lado da questão. Verifiquei que, se o vício do tabaco causa a morte, a cultura do tabaco é o ganha-pão de muitas famílias, ou seja, promove a vida. Não se pode retirar o meio de sustento dessas famílias de uma hora para outra, sem oferecer-lhes alternativas com rentabilidade econômica compatível. [...]

Por esse motivo, realizamos diversas reuniões com representantes do Governo, que também participaram das Audiências Públicas, clamando por uma sinalização de que os produtores de tabaco não seriam prejudicados pela aprovação da Convenção Quadro. (COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, Parecer nº 1.830; 2005) Publicado no Diário do Senado (28/10/2005)

A partir dessas considerações o Senado Federal aprovou em 2005, às vésperas da 1ª Conferência das Partes (COP1)³¹, a ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco com uma declaração de interpretação onde deixava claro que o Brasil compreendia que o tratado não previa a proibição do plantio. Associada a essa interpretação estava um plano interministerial de

³¹ Após a Convenção ser ratificada por 40 países, ela passou a ter mérito de resolução internacional, conforme o Artigo 36 da Convenção. Nesse momento a Convenção Quadro ainda representava um tratado muito genérico e muitos artigos. Paralelamente ao processo de assinatura e ratificação do texto da Convenção, acordos mais específicos – os Protocolos – são negociados para suplementar e especificar o texto genérico e definir de forma mais detalhada as regras de implementação dos objetivos gerais do texto da Convenção. O Brasil precisava ratificar a Convenção a tempo de poder participar da COP1, para então almejar a liderança e assim impor melhor os seus interesses ambíguos relacionados ao tabaco.

diversificação produtiva nas áreas produtoras de tabaco, reivindicação coletada nas Audiências Públicas realizadas.

O objetivo geral previsto pela CQCT é:

Proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. (BRASIL, 2012)

Dentre as diretrizes e medidas contidas na CQCT, pode-se citar: gradual substituição do cultivo do tabaco; elaboração e atualização de políticas de controle de tabaco, em conformidade com a Convenção e seus Protocolos; proteção das políticas nacionais contra os interesses da indústria do tabaco; aplicação de políticas tributárias e de preços com vistas à redução do consumo; desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os malefícios causados pelo tabaco; proibição de publicidade, promoção e patrocínio; criação e implementação de programas de tratamento da dependência da nicotina; apresentação de relatórios sobre a implementação da Convenção.

A CQCT é discutida periodicamente pelos países que a integram por meio das reuniões do COP (Conferência das Partes). Até o momento foram realizadas seis Conferências das Partes.

A **Primeira Conferência das Partes (COP1)** foi realizada de 6 a 17 de fevereiro de 2006 em Genebra (Suíça). Ao final da sessão, a Convenção entrou em vigor para 113 Partes. Durante essa sessão as Regras de Procedimento e de Financiamento para a COP foram adotadas por consenso. A COP também decidiu que um secretariado permanente deveria ser estabelecido dentro da OMS e sediado em Genebra. A direção do Secretariado da Convenção responde para a COP sobre as atividades técnicas do tratado e para o Diretor Geral da OMS para assuntos administrativos e de pessoal.

A **Segunda Conferência das Partes (COP2)** foi realizada de 30 de junho até 30 de julho de 2007, em Bancoc, na Tailândia. A Convenção já contava com a adesão de 146 Partes. Nela foram aprovadas as diretrizes para a implementação do artigo 8³² da CQCT, que trata da proteção à exposição à fumaça do tabaco e adoção

³² Artigo 8 - Proteção contra a exposição à fumaça do tabaco

de ambientes 100% livres de fumo. Foram também criados novos grupos de trabalho e adotados os planos de trabalho e o orçamento para o período. Durante a COP2 foi também decidido o estabelecimento de um Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI) para elaborar e negociar um Protocolo sobre o mercado ilícito de produtos do tabaco que será construído a partir das provisões do Artigo 15 da CQCT.

A **Terceira Conferência das Partes (COP3)** foi realizada de 17 a 22 de novembro de 2008, em Durban na África do Sul e nela foram aprovadas diretrizes para a implementação dos artigos 5.3³³, Artigo 11 – Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco e Artigo 13 – Publicidade, Promoção e Patrocínio de Tabaco.

A **Quarta Conferência das Partes (COP4)** foi realizada de 15 a 20 de novembro de 2010 em Punta Del Este no Uruguai e nela foram aprovadas as diretrizes parciais para implementação dos artigos 9 e 10 (Regulamentação do conteúdo e divulgação das informações sobre os produtos de tabaco), do artigo 12 (Educação, Comunicação, treinamento e conscientização do público), do artigo 14 (medidas de redução da demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco). A COP4 também decidiu criar um grupo de trabalho para elaboração de diretrizes sobre o artigo 6 (preços e impostos) e continuar o trabalho relativo aos artigos 17 e 18 (apoio a atividades alternativas economicamente viáveis e proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas) para elaborar uma lista de opções de políticas públicas para tratar desses temas. Decidiu também que as negociações sobre o Protocolo sobre o Mercado Ilícito continuam em mais uma sessão em 2012. Foi também estabelecido um grupo de especialistas na área de publicidade transfronteiriça, promoção e patrocínio que apresentará um relatório de progresso para a COP. As Partes também adotaram a Declaração de Punta Del Este, com objetivo de fortalecer e proteger as políticas de saúde pública.

1. As Partes reconhecem que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que a exposição à fumaça do tabaco causa morte, doença e incapacidade.

2. Cada Parte adotará e aplicará, em áreas de sua jurisdição nacional existente, e conforme determine a legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes de proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público, lugares públicos fechados e, se for o caso, outros lugares públicos, e promoverá ativamente a adoção e aplicação dessas medidas em outros níveis jurisdicionais.

³³ Artigo 5.3 - Ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional.

A **Quinta Conferência das Partes (COP5)** foi realizada entre os dias 12 e 17 de novembro de 2012, em Seul, capital da Coreia do Sul. Foram discutidos os artigos 17 e 18 que falam sobre alternativas economicamente viáveis à substituição do cultivo do fumo. Um acontecimento importante ocorrido foi a aprovação do Protocolo para Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, um componente essencial para o controle global do tabagismo. A aprovação do Protocolo abre caminho para o aumento da cooperação internacional em torno do combate ao contrabando de produtos de tabaco, através do estabelecimento de mecanismos para maior controle da produção. Também é importante destacar o envolvimento de ministérios da Fazenda nas negociações do artigo 6, que trata do aumento de preços e impostos e o fato de terem chegado a um consenso em relação à importância dos impostos na política de controle do tabaco.

As reuniões das Partes (COP) mostram avanços que tendem a um maior controle sobre a produção, comercialização e consumo do tabaco. Com o propósito de impedir o *lobby* da indústria fumageira influencie as discussões, a OMS restringe a participação de integrantes ligados a qualquer das organizações que participam da ITGA, que representam mais de 30 milhões de produtores espalhados por mais de 20 países em quatro continentes. Ainda assim a indústria busca se infiltrar em diversas organizações para poder participar das discussões, como por exemplo, na COP5 ela esteve camuflada na reunião por meio da participação da INTERPOL (Organização Internacional de Polícia Criminal), entidade que participou como entidade ouvinte. O governo brasileiro também adota medidas que são ambíguas a respeito da CQCT. Durante a COP5 solicitou o retorno de quatro integrantes da comitiva brasileira (dois servidores da ANVISA e dois do INCa) durante a COP5. Conseqüentemente a atuação da comitiva brasileira foi prejudicada.

A **Sexta Conferência das Partes (COP6)** foi realizada entre os dias 13 e 18 de outubro de 2014, em Moscou, capital da Rússia foram discutidos os seguintes assuntos:

- Aprovação do documento “Opções de Políticas e Recomendações para Orientar a Implementação dos Artigos 17 e 18 da CQCT” (que tratam, respectivamente, sobre alternativas economicamente viáveis à produção de fumo, e proteção da saúde do trabalhador e do meio ambiente em relação à produção de fumo). Sua aprovação foi resultado de um grande

esforço do Brasil, que durante sete anos liderou o grupo de trabalho que elaborou a minuta desse documento.

- A aprovação das Diretrizes de melhores práticas para Implementação do Artigo 6º da CQCT, que trata de ajustes nas políticas nacionais de preços e impostos sobre produtos de tabaco com vistas a reduzir seu consumo.
- Discussão sobre os dispositivos eletrônicos para liberação de nicotina, incluindo o cigarro eletrônico. Os países foram convocados a considerar a proibição ou regulação desses dispositivos, a banir a propaganda e promoção dos mesmos e a monitorar o seu uso através da inclusão perguntas sobre seu consumo em inquéritos nacionais que alimentam os sistemas de vigilância em saúde.
- A mesma regulamentação passou a ser estendida para os produtos que não produzem fumaça (tabaco mascado, rapé e outros). Foi acordado que seu uso também seja monitorado, que sejam incluídos nas políticas nacionais de preços e impostos, que sejam alvo de regulação como os demais produtos de tabaco, que sejam adotadas medidas como advertências sanitárias, proibição da propaganda, dentre outras. O *narguilé* ou cachimbo d'água também sofreu deliberações pela COP6. Uma das recomendações foi que os países também incluam perguntas sobre o uso de *narguilé* nos seus inquéritos de vigilância e apliquem as medidas da Convenção sobre esses produtos (proibição da propaganda, advertências sanitárias, ações educativas, taxaço, etc).
- Será criado um painel de especialistas para dar apoio aos países que desejam ratificar o Protocolo para Eliminação do Combate ao Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, a fim de que seu texto entre em vigor e fortaleça o combate ao contrabando de cigarros.
- Foram discutidas controvérsias envolvendo a medida adotada pela Austrália, que padronizou as embalagens de produtos de tabaco, e agora está sendo questionada por outros países na Organização Mundial do Comércio. Essa discussão será retomada na próxima reunião que acontecerá em 2016. A próxima Conferência das Partes acontecerá em Calcutá (Índia).

Nos últimos 30 anos o Brasil vem consolidando uma das legislações antitabagistas mais restritivas do mundo. O principal órgão brasileiro que comanda as ações de combate ao tabagismo no Brasil é o INCa. A ação do INCa está em sintonia com as políticas empreendidas pela OMS desde a década de 1970 e que culminaram na criação da CQCT.

A CQCT é uma política que ainda está em construção. A sua implementação no Brasil é negociada pelo CONICQ. Periodicamente novos artigos (temas) são regulamentados nos encontros das Conferências das Partes (COP). Até o momento o foco da CQCT está na restrição do tabagismo (consumo). A redução do tabagismo no Brasil não teve importância expressiva na oferta/procura devido à forte inserção da cadeia produtiva no mercado internacional.

A preocupação da cadeia produtiva está na possibilidade da CQCT regulamentar no futuro a produção, ou seja, limitando ou proibindo a plantação do tabaco. A sustentabilidade da cadeia produtiva no médio e longo prazo está condicionada pelos rumos que serão dados pela CQCT durante as próximas Conferências das Partes (COP).

O próximo capítulo restringirá a análise à região Sul do Brasil. O capítulo traz discussões sobre a constituição de diferentes territórios, principalmente o território da produção de tabaco no Sul do Brasil. Esse processo é coordenado pela indústria que estabelece relações com os agricultores familiares e outros atores com o propósito de garantir o fornecimento de matéria-prima e seu posterior beneficiamento e exportação para o mercado internacional.

6. O Território do Plantio de Tabaco no Sul do Brasil

Uma das ideias defendidas no presente estudo é a configuração de um território da plantação de tabaco que engloba grande parte da superfície territorial dos municípios da Microrregião de Pelotas. A delimitação do território do tabaco na Microrregião de Pelotas acompanha o relevo irregular do Planalto Sul-Rio-grandense. Nesse território se estabeleceu uma paisagem dominante formada pelo cultivo do fumo, visíveis na configuração das lavouras, nas construções (galpões, estufas) ferramentas (aleirador, grampeadeira, tecedeira) e também perceptível na história de vida e na cultura local dos agricultores.

O território pode receber diferentes abordagens porque reúne num determinado espaço geográfico as relações econômicas, políticas, culturais, condicionadas e influenciadas por relações de poder. O território é resultado da dinâmica do constante enfrentamento e imposição do poder e de seus interesses entre os diferentes atores que estão estabelecidos num determinado espaço.

Inicialmente, Ratzel traz o conceito de território para a Geografia e para as ciências humanas. Segundo o autor, “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL, 1990, p. 74)

Raffestin (1993) contrapõem-se à ideia de território de Ratzel. Raffestin começa sua tese afirmando que: “o quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, mas seria errôneo condená-lo por ter "naturalizado" a geografia política, algo que às vezes ocorreu.” (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

Para o autor, as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com espaço, estão no poder, como coloca:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Sendo assim,

O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

O território na perspectiva materialista é mediado por relações de poder que modificam o espaço. O território é uma conexão ideal entre espaço e a política. O território implica no exercício da posse ou do controle sobre determinado espaço.

Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. (GOTMANN, 2012, p.523)

O território apresenta o atributo da mutabilidade, se transforma no tempo assim como os seus sujeitos. O território pode servir como abrigo e ao mesmo tempo servir como recurso para os atores que nele se estabelecem ou que com ele se relacionam.

O conceito de território é repleto de subjetividades, simbolismos e culturas. O território ganha simbolismos e significados a partir de seu uso, o "território usado" nas palavras de Milton Santos (1994), ou "território do cotidiano". Avançando a compreensão do território a partir de uma compreensão do simbólico-afetivo chegamos às dimensões de poder e identidade.

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, apud SILVA, 2009, p. 109).

A concepção material do território atribui ao território um valor de troca obtido ou atribuído mediante as relações que envolvem agentes políticos e econômicos, podendo ser públicos e/ou privados. A concepção simbólica do território se estabelece pelo valor de uso, pelo vivido, pela subjetividade, a chamada "identificação positiva" com o local que adquire a mesma força de realidade como as relações de poder abstratas.

Num determinado espaço pode surgir diversos territórios, onde alguns podem ser concomitantes, alguns temporalmente subjugar outros, seja por razão de seu tamanho, recursos naturais, tamanho da sua população ou principalmente pela sua capacidade de organização e acesso às inovações técnicas.

O território tem na sua constituição o poder. As relações do poder nunca são plenas, unânimes e definitivas. O poder é um atributo que é construído e conquistado diante da relação com o outro. O poder é relacional. (Foucault, 1979, p. 248).

Isso explica a gradual transferência dos centros de decisões para o meio urbano, sobretudo para países desenvolvidos; centrais no atual sistema-mundo. O território se relaciona simultaneamente com escalas globais e escalas locais. O território pode assumir o lado homogeneizador da globalização como também pode ser o esteio da resistência, o lado diversificador da cultura (HAESBAERT, 2004, p. 40).

A materialização de um território ocorre por meio da apropriação de um espaço mediante a atuação dos diferentes atores.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

De acordo SAQUET (2007, p.66) “O território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”.

A efetivação de um território ocorre por meio das forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas. Ela é uma construção espaço-temporal dinâmica executada por um determinado grupo social. Sua efetividade pode ser temporária ou permanente e abranger diferentes escalas. A apropriação desigual do território pelos atores decorrentes da diferente imposição de seu poder e utilização da técnica cria espaços heterogêneos e contraditórios.

A compreensão do território exige a identificação dos atores que o constroem como tal, os agentes que exercem influência e poder sobre um determinado espaço geográfico. Esses atores podem ser pessoas (agricultores, líderes locais e comunitários) a grandes grupos econômicos complexos, como por exemplo, as empresas transnacionais.

O território acompanha as transformações econômicas e políticas. A defesa do território pelos grupos supõe uma forte interligação do território com a identidade e com a ideia de pertencimento a um lugar.

Cada ator social busca se organizar de modo a deixar a sua marca sobre o espaço geográfico a fim de delimitar o seu território, o faz assim como uma estratégia de resistência perante as pressões locais e internacionais de outros atores sociais. Essa resistência tende a ser ainda maior num espaço democrático.

A relação entre identidade e território é tão forte que “toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária” (COSTA & COSTA, 2008) Atualmente o território assume a busca de bem-estar do povo que o ocupa.

O território pode ser visto como um elemento da organização social, um trunfo de poder, um meio pelo qual ele se realiza (RAFFESTIN, 1993, p.59).

No Sul do Brasil, em aproximadamente 700 municípios está consolidada a cadeia da produção de tabaco envolvendo aproximadamente 180 mil famílias de agricultores familiares. Essa configuração espacial adquire características que permitem a definição de território. Existem ali atuando de forma coordenada diferentes atores que se relacionam numa hierarquia de poder, que possuem identificação cultural com o espaço que ocupam e deixam as suas marcas sobre o espaço que ocupam.

Esses territórios pertencem a uma complexa rede globalizada, operacionalizada por poucas grandes corporações transnacionais, que mantêm atividades simultaneamente em diversos países e continentes e o destino da sua produção está vinculado basicamente ao mercado externo.

A centralização desse território no Sul do Brasil fica em Santa Cruz do Sul (RS).

Na região de Santa Cruz do Sul estão sediadas as principais companhias do mundo. Tal estrutura, existente a partir dos anos sessenta e construída sob a base de uma estrutura de mercado em oligopólio concorrencial [...] Isso consolidou a região de Santa Cruz do Sul como o maior polo produtivo mundial do tabaco, altamente competitivo no mercado internacional. (SILVA, 2002, p.263)

Um dos atores mais atuantes e poderosos nos territórios do tabaco no Sul do Brasil é o seleto grupo de empresas agroindustriais processadoras e industrializadoras do tabaco produzido que canalizam o fruto do trabalho de milhares

de agricultores. Do outro lado estão milhares agricultores que quando analisados de forma isolada, apresentam-se extremamente frágeis diante da organização da indústria. Talvez a única tentativa de equilíbrio de poder entre esses atores interdependentes possa ser alcançada por meio da organização desses milhares de agricultores, por meio de entidades de classe e sindicatos.

A constituição de um território bem como a imposição de um poder sobre esse território se dá por meio da ação motivada e consciente dos atores sociais. Na maioria das vezes essas relações de poder são assimétricas. Giddens (2003, p. 4)

É a indústria a grande coordenadora do território do tabaco. A gestão do território é a dimensão espacial do processo de gestão, vinculando-se ao território sobre controle de um Estado, grupo social, instituição ou empresa.

A gestão do território é

"a criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos, como concentração e dispersão espaciais, que conformam a organização do espaço em suas origens e dinâmica" (CORRÊA, 1992, p.115).

Desde o pós-guerra são as empresas transnacionais que desempenham a função de organização do espaço de acordo com os seus interesses e objetivos, atuando em amplos e diferenciados territórios por ela controlados, deste modo garantindo eficientemente a acumulação capitalista e a reprodução de suas condições de produção (CORRÊA, 1992). Trata-se de um espaço relativo na abrangência territorial e dinâmico na escala temporal.

O complexo agroindustrial do tabaco do Sul do Brasil, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul, é resultado da gestão territorial liderada pela indústria, sobretudo por empresas transnacionais.

Corrêa (1991) define as empresas transnacionais como;

São diversificadas em termos de atividades, segmentadas em termos de papéis que suas subsidiárias desempenham, têm unidades-filiais dispersas em amplo espaço e dispõem de poderoso poder econômico e político (CORRÊA, 1991).

Outra característica dos grandes grupos transnacionais é a diversificação da atuação e a complexidade da sua base acionária. Aquisições, fusões, *joint ventures* dão origem a *holdings* e trustes complexos. O mesmo grupo pode reunir empresas distintas que são concorrentes em determinados mercados e parceiros em outros.

A consolidação do complexo agroindustrial do tabaco no Sul do Brasil se deve à atuação intensa da Companhia Souza Cruz, uma empresa brasileira, com

sede no Rio de Janeiro, adquirida em 1914 pela British American Tobacco, uma parte do enorme conglomerado inglês BAT Industries Group.

Após a injeção de capital estrangeiro, a Souza Cruz iniciou um ávido processo de expansão geográfica e concentração do mercado de tabaco no Brasil.

A organização do território expressa claramente que existem lugares centrais – as metrópoles nacionais e globais organizadas numa hierarquia – onde são concebidas as estratégias de ação e controle do território. As metrópoles nacionais e globais são os nós que estruturam uma malha variável, conforme o tamanho da empresa. É a partir desses centros que são feitos investimentos e tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um amplo espaço.

Essa organização é a mesma que drena os recursos naturais (matérias-primas) e a mais-valia da população em direção aos centros. Uma empresa multinacional beneficiadora de tabaco possui seus entrepostos, escritórios em vários países produtores de tabaco, porém, os resultados financeiros de sua atuação no mercado são remetidos à matriz, que fica localizada em algum grande centro; uma cidade global. Dessa maneira, as metrópoles são centros de acumulação capitalista.

A acumulação do capital foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. Essa perpétua realização do “ajuste espacial” das contradições internas do capital (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica), associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital cujo caráter precisa ser bem entendido [...]. MARX, ENGELS, 1952, p. 42-43).

Um dos passos dessa expansão é a instalação em Santa Cruz do Sul da empresa The Brazilian Tobacco Corporation (BAT) em 1917. Essa empresa estava vinculada à Souza Cruz sediada no Rio de Janeiro. Em 1920 passou a se chamar Companhia Brasileira de Fumo em Folha. Em 1955 passou a se chamar Companhia de Cigarros Souza Cruz.

A trajetória da Companhia de Cigarros Souza Cruz rumo à liderança e concentração do mercado de tabaco brasileiro mesclou estratégias comerciais inovadoras e conhecimento. A Souza Cruz soube aproveitar influências históricas e culturais, como por exemplo, a colonização europeia no Sul do Brasil, a pequena propriedade, o trabalho familiar, famílias numerosas, o tabaco já era cultivado, etc. bem como fazer uma adequada leitura dos momentos econômicos que o Brasil

atravessava, como por exemplo, o “milagre econômico”, a modernização agrícola, o aumento da população urbana, melhoria do padrão de renda da população, etc.

A Companhia Souza Cruz dependia de matéria-prima para a sua produção ascendente de cigarros. Devido a essa dependência investia em aprimoramentos técnicos da produção e sua expansão territorial sobre áreas que já tinham contato com a produção de tabaco. Isso inclui também áreas produtoras de Santa Catarina e do Paraná.

É atribuída à Souza Cruz a iniciativa de incentivar a produção de fumos claros no Sul do Brasil diferenciando-se da produção de tabaco nordestina especializada em fumos escuros. Outra inovação na produção de tabaco atribuída à Souza Cruz é o sistema de produção integrado, baseado em contratos de produção.

Paralelamente a Souza Cruz introduziu inovações tecnológicas, como por exemplo, em 1920, a secagem e cura das folhas de tabaco em estufas, que permitiram a obtenção de matéria-prima de alta qualidade para produção de cigarros e, sobretudo para ser vendido no mercado internacional.

A partir de 1924 a Companhia Souza Cruz começou a incentivar o uso de insumos químicos nas lavouras. Além dos adubos, houve um maior controle de seleção e melhoramento genético das sementes, o que permitiu a obtenção de melhores qualidades do fumo e, logo, de ativos mais específicos. Isso aconteceu concomitante à redução do ciclo vegetativo da planta.

O território da produção de tabaco do Rio Grande do Sul também representa um elo cultural de identificação do produtor com a terra. A produção de tabaco está fortemente inserida na cultura de milhares de produtores/agricultores familiares. Portanto, é necessário compreender a ideia do sujeito e com quais atos culturais o sujeito desenvolve-se no seu território (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

O território constitui o *locus* da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno com os outros homens, tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva.

No próximo capítulo será dada uma ênfase na outra extremidade dessa complexa organização produtiva: o agricultor familiar. O objetivo é compreender o surgimento desse ator social na estrutura fundiária brasileira, as suas estratégias de reprodução social e as circunstâncias que levaram a agricultura familiar no Sul do Brasil a se vincular com o capital agroindustrial.

7. A Agricultura Familiar

O território do tabaco no Sul do Rio Grande do Sul não é definido apenas pelos aspectos produtivos, de controle e administrativos. Há outros matizes (antropológico, cultural, religioso, social) que delimitam o território da produção de tabaco.

O espaço é, portanto, também palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não apenas como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Compreender os aspectos culturais e simbólicos que estão ligados à produção de tabaco exige conhecer os atores sociais envolvidos na produção de tabaco; compreender a identidade cultural do produtor de tabaco. Quem é o produtor de tabaco? Qual a origem desse produtor de tabaco?

O tabaco é produzido predominantemente por agricultores que exploram pequenas áreas (minifúndios). Também são denominados como agricultores familiares, camponeses, colonos, etc. Existem diversas denominações utilizadas pelos diversos autores que abordam o campesinato³⁴, como por exemplo, agricultura

³⁴ As palavras camponês e campesinato são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo, que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região. Famoso tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná e do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado *caçara*. No nordeste do país, chamam-no de *tabaréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo*, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios

familiar³⁵, agricultura camponesa, etc., conforme cada caso e afinidade teórica do autor.

Conforme Medeiros (2006), a origem do campesinato no Brasil se confunde com a própria formação histórica do território brasileiro.

Já no século XVI muitos registros identificaram a presença de camponeses na figura do morador e do proprietário do sítio junto às áreas produtoras de cana-de-açúcar. Estes agricultores, segundo Manoel Correia de Andrade (1995), foram o germe do campesinato nordestino. Nesse sentido, também é importante lembrar as comunidades dos quilombos. No entanto, é a partir da decisão do governo português de trazer agricultores para o Brasil que o campesinato ganha importância. Inicialmente foram os açorianos vindo para o Sul, ainda no período colonial, seguidos pelos suíços em Nova Friburgo; no governo imperial foi a criação das colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina atraindo principalmente alemães, num primeiro momento, e italianos a seguir. Importante ressaltar que estes imigrantes vindos para o Sul vieram todos na condição de proprietários da terra uma vez que o principal objetivo do governo era a ocupação do espaço. (MEDEIROS, 2006, p.1)

A origem de formas diversas de produção, incluindo a agricultura familiar, está essencialmente na Europa, na transição do sistema de produção feudal para o sistema capitalista de produção. Portanto, são produtos originários do próprio sistema capitalista. "Diríamos até que esse camponês, livre da servidão, produtor de mercadorias, é produto das transformações que a agricultura feudal sofreu na sua transição para o capitalismo". (OLIVEIRA, 1990, p.67-68)

De qualquer maneira, a transição do feudalismo ao capitalismo gerou no campo um conjunto muito grande de formas de produção não especificamente capitalistas, o que, particularmente, resultou na aparição de uma volumosa massa de camponeses proprietários individuais que, na lógica geral do desenvolvimento capitalista, deveriam posteriormente desaparecer,

e brancos; no norte e centro-oeste do país é a palavra empregada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco; em várias regiões é palavra que designa o homem do campo, o trabalhador. São palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou ingênuos, inacessíveis. Tem também o sentido de tonto, tolo. Às vezes querem dizer também preguiçoso, que não gosta do trabalho. No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas. Isso talvez explique porque essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano, encontrando o último refúgio nos dicionários folcloristas. É significativo que a progressiva inutilidade dessas palavras tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate nacional (MARTINS, 1995, p 21-22).

³⁵ O conceito de agricultor familiar surgiu na década de 90 em substituição aos conceitos de colonos, trabalhadores rurais ou pequenos agricultores, no sentido de superar algumas imprecisões que estes conceitos carregavam. "Em face dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nessa época, tais como os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capazes de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros que não podiam mais ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais". (SCHNEIDER, 2003, p. 31.)

em função da chamada superioridade técnica da grande produção capitalista. Entretanto a sua persistência e crescimento, dos séculos passados até hoje, têm solicitado dos estudiosos uma resposta a essa questão. (OLIVEIRA, 1990, p.26)

O termo campesinato ficou por muito tempo escondido ou camuflado sob outras denominações.

[...] na década de 70, o conceito de pequena produção passa a ser usado como alternativa ao de camponês por seu caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. (MARQUES, 2002, p.3)

Portanto o termo "agricultura familiar" é recente na literatura acadêmica derivada das também recentes discussões sobre campesinato no Brasil. A agricultura familiar é uma categoria pertencente ao conceito de campesinato.

O conceito campesinato engloba uma grande diversidade de formas de produção agrícolas. As definições do campesinato são o uso força de trabalho familiar, e a forma como se articula com o mercado local e o mercado capitalista, levando em consideração as singularidades atreladas à totalidade da dinâmica de reprodução.

É certo que nem todas as categorias de campesinato possuem o mesmo grau de integração com o mercado. Porém, a condição de ser camponês não significa não estar vinculado ao mercado.

Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado – sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa – esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. (SOUZA, 2008, p.125)

ABRAMOVAY (1992) defende que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim, um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Nesse estudo optou-se utilizar o termo "agricultura familiar", pois é assim que os agricultores costumam se definir e são definidos pela imprensa, pelas associações de classe, etc.

A opção pelo termo agricultura familiar se dá em virtude de ser uma categoria de agricultores que possuem grande vinculação aos CAIs, fato que os torna diferenciados das demais categorias do campesinato.

O conceito “agricultura familiar” é um conceito jovem na literatura. Em 2006 o reconhecimento da importância socioeconômica da agricultura familiar foi transformado em lei³⁶.

A agricultura familiar é aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle de *o que* e de *como* produzir, havendo uma relação direta entre o que é produzido e o que é consumido (são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. (BRASIL/MDA,2005)

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os próprios agricultores familiares que dirigem o processo produtivo. Segundo o estudo da FAO/INCRA (1996), a agricultura familiar possui três características básicas que a definem:

- A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizada são executados por indivíduos que mantém entre si laços de parentesco ou de matrimônio;
- A maior parte do trabalho é igualmente proporcionada por membros da família; e
- A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade familiar. (FAO/INCRA, 1996)

As reivindicações por políticas específicas para a agricultura familiar ganharam evidência durante a Constituinte em 1988, com a elaboração de uma proposta de lei agrícola pelas entidades representativas, a qual incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar. Em 1993, os movimentos sociais representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) apresentaram ao governo uma proposta de crédito de investimento subsidiado para agricultores familiares, em que se destacava a necessidade de um programa que contemplasse a diversidade existente nesse tipo de atividade rural [DESER, Manual do PRONAF, 1997].

³⁶ Lei N° 11.322/06. Lei da Agricultura Familiar que cria e reconhece legalmente a categoria.

O "Novo Mundo Rural", programa do governo de Fernando Henrique Cardoso que adotou as contribuições dos estudos mencionados, marcou uma mudança de paradigma em relação à agricultura familiar, adotada pelo Estado brasileiro. "As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais". (NETO, 2004, p.30)

Uma importante contribuição para mudar a visão histórica que governos tinham em relação à agricultura familiar brasileira foi o estudo realizado em conjunto pela FAO e pelo INCRA, em 1994, que propôs vários instrumentos de política para a agricultura familiar, o qual serviu de base para a elaboração do PRONAF em 1995-96 [FAO/INCRA, 1994].

Somam-se a esse arcabouço teórico os estudos de ABRAMOVAY (1992) especialmente a tese de doutorado denominada de "*De camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*" e publicada com o título: "*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*"³⁷. O estudo da FAO/INCRA, as orientações do Banco Mundial, os estudos de Abramovay indicam que a agricultura familiar e/ou camponesa, a partir da década de 1990, é direcionada para a integração ao capital, constituindo assim uma categoria distinta daquela historicamente defendida. Surge e dissemina assim o conceito *agricultura familiar*.

Atualmente é quase impossível, mas a existência de agricultores que não estão inseridos no mercado se dá principalmente por viverem em locais isolados e de difícil acesso, o que dificulta a comercialização dos produtos oriundos dessas propriedades. Por outro lado, os agricultores que não estão inseridos no mercado são os mais propensos ao êxodo rural, especialmente das populações jovens.

À medida que a lógica do regime econômico-social capitalista se impõe mais vigorosamente, os agricultores passam a seguir dois caminhos distintos. Ou são gradualmente integrados à agroindústria, como ocorreu com os fumicultores, os avicultores, pecuaristas familiares, alterando os seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna e, em especial, desenvolvendo uma nova

³⁷ A Tese retrata a mudança paradigmática na agricultura familiar e é parte de um amplo conjunto de estudos sobre a *Agricultura Familiar*, noção que ganhou status em detrimento do conceito de camponês durante a década de 1990. Esse paradigma defende que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar.

racionalidade e formas de ação social, ou engrossam as correntes migratórias e deixam o campo (NAVARRO, 2010.).

A agricultura familiar é um setor importante na economia brasileira e, sobretudo na economia gaúcha. Tomando dados do estudo de Guilhoto, Et Al. (2005), a agricultura familiar respondeu em 2003 por 10% do PIB brasileiro e 27% do PIB do Rio Grande do Sul (RS). No período de 1995 e 2003, o RS possuía 6% da população brasileira, e participou com 8,2% do PIB nacional. Nesse período, o PIB gaúcho cresceu mais que o nacional, 25,1% contra 15,9%.

O Censo Agropecuário (2006) indica que, do total de 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, no Brasil, 4.366.267 pertenciam ao sistema de produção comandado pela agricultura familiar, o que representa 84% dos estabelecimentos do país. Em termos de área total, ocupavam apenas 24% da área, ao passo que a agricultura patronal detinha 75% da área, com 15% do total de estabelecimentos.

7.1 A Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul

A estrutura produtiva do Rio Grande do Sul é semelhante daquela observada no contexto nacional, porém diferencia-se dos números nacionais no que se refere à participação da agricultura familiar na economia, assim como no complexo do agronegócio³⁸, que possui um peso muito maior na economia gaúcha, 50,1% em 2003. No caso do agronegócio familiar, enquanto no Brasil este participa com aproximadamente 33% do agronegócio total, no Rio Grande do Sul a participação encontra-se ao redor de 55%. A comparação entre as participações percentuais do agronegócio familiar e patronal no PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil torna evidente que a contribuição das propriedades definidas como familiares é bastante superior para a economia do Rio Grande do Sul do que para a esfera nacional.

O agronegócio familiar gaúcho é responsável 27% do PIB gaúcho. Entre as principais atividades, destacam-se na pecuária; a suinocultura que é responsável pela maior parcela do PIB do agronegócio pecuário familiar (27% em 2003), a importância das outras categorias pecuárias é distribuída de forma semelhante entre o restante das criações. A avicultura, bovinocultura para corte e para leite têm níveis

³⁸ Guilhoto Et. Al. (2005) tratam os agricultores familiares como um segmento do complexo maior da chamada economia do agronegócio, conferindo-lhes uma identidade econômica própria.

de importância parecidos ao redor de 20%. Na agricultura, a produção de fumo corresponde a 9% do PIB do agronegócio agrícola familiar (2003), a soja que entre 1995 e 2003 tem observado um crescimento vertiginoso, corresponde por 27,1% (2003), o milho corresponde por 7,5% do PIB do agronegócio agrícola familiar gaúcho.

A indústria tem um peso menos significativo no agronegócio da agricultura familiar (27,3% em 2003) do que no agronegócio da agricultura patronal (39,3% em 2003). Isso indica que a produção familiar em boa parte é comercializada *in natura*, ou seja, não passa por nenhum processo de transformação industrial, reduzindo dessa forma, a sua agregação de valor. Há um grande espaço para a agregação de valor nos cultivos e criações desenvolvidas pelos agricultores familiares, significando uma participação potencial ainda mais expressivo das cadeias produtivas articuladas à agricultura familiar. Os melhores resultados obtidos devem-se principalmente a maior integração da agricultura familiar à indústria e à utilização plena do potencial das terras. A interação da agricultura familiar com a indústria ocorre principalmente no ramo alimentício, nas atividades da pecuária de pequeno e médio porte (leite e aves) altamente articulada com as cadeias agroindustriais, e na fumicultura.

O Rio Grande do Sul tem peculiaridades que possibilitam esse tipo de êxito rural. Fatores inerentes à forma de colonização e à herança cultural de povos europeus capacitaram os produtores a desenvolverem formas de associativismo, permitindo que pequenas unidades produtoras pudessem competir com as grandes propriedades. Isso porque os ganhos de escala obtidos nas grandes propriedades (especialmente devido à mecanização agrícola) não são tão discrepantes. A cooperação mútua entre pequenos produtores e a disponibilidade de serviços agrícolas de forma terceirizada, nos mercados locais supre a demanda por serviços mecanizados e reduz a diferença de rentabilidade que existe entre os cultivos em pequena e em larga escala.

A agricultura familiar é um segmento econômico bastante heterogêneo, resultado das transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas no campo brasileiro. Os determinantes internos dessa heterogeneidade estão relacionados ao desenvolvimento endógeno das unidades de produção familiares, tais como o número de crianças e idosos fora do processo produtivo (força de trabalho ativa/número de dependentes), nível de escolaridade, sucessão na administração da

propriedade, tipo de atividades desenvolvidas e nível de autossuficiência (produção de alimentos para autoconsumo, integração agroindustrial).

Uma característica da agricultura familiar gaúcha é o componente cultural vinculado aos processos de colonização amplamente incentivados no Brasil, principalmente nos séculos XIX e XX. A formação do campesinato gaúcho iniciou com a colonização europeia; inicialmente os açorianos, seguido pelos alemães e italianos, em maior número.

Para compreender a constituição da agricultura familiar ou campesinato no Rio Grande do Sul é necessário compreender o processo de formação histórico e territorial do Rio Grande do Sul para identificar quais são os seus elementos impulsionadores.

A agricultura familiar se diferencia dos demais segmentos do campesinato pelo fato de que teve acesso a terra (seja por meio de doação ou principalmente por meio da aquisição) durante o processo de colonização no século XIX. Os negros libertos ou os nativos (índios) não tiveram a posse formal da terra.

A indústria se alia ao camponês imigrante europeu que tinha necessidade de comercializar os seus excedentes de produção. Essa relação camponês/indústria transforma o primeiro num segmento diferenciado de camponês denominado de agricultor familiar.

O território do tabaco no Sul do Rio Grande do Sul não possui nenhuma relação direta com a forma como era a ocupação do espaço gaúcho existente até metade do século XIX. O elemento humano que impulsionará o cultivo do tabaco chega ao Rio Grande do Sul a partir do século XIX, no contexto das políticas de imigração/colonização em voga no Brasil Império com objetivos bem definidos e distintos. No sudeste do Brasil (sobretudo São Paulo) o objetivo era a substituição da mão de obra escrava após a abolição da escravatura. No sul do Brasil o objetivo era ocupar o território para defendê-lo das ameaças de invasão platinas.

Com a expansão do capitalismo a nível mundial, os países europeus passavam por grandes mudanças entre elas a concentração da propriedade da terra, acumulação capitalista e a Revolução Industrial, que fizeram com que Inglaterra, Alemanha, Itália e França gerassem um excedente de população sem-terra e desempregados que convergiam para um intenso foco de tensão social. Além disso, esses países vinham passando por conturbações políticas internas, como a queda da estrutura feudal e o processo de unificação (da Alemanha e Itália).

Dessa forma a colonização e a imigração para o Brasil resolviam dois problemas: tornava-se uma excelente opção a "exportação" de excedentes populacionais europeus, pois possibilitava amenizar a crise social enfrentada pelos seus habitantes e ainda abria a perspectiva de retorno de capitais, já que esses núcleos europeus no exterior estariam ligados economicamente aos seus países de origem e tornar-se-iam consumidores de seus produtos industrializados. Isso fica evidente em FACHEL (2002) por meio das ideias de Friedrich Fabri, que na segunda metade do século XIX, na condição de presidente do Comitê Evangélico para os Alemães Protestantes na América, disse;

[...] é certo que nossos conterrâneos que para lá emigraram nunca serão e nem poderão ser nossos concorrentes na área agrária. Da mesma forma - pelo menos durante séculos - não o serão na área da produção industrial. Ao contrário, nosso comércio e exportação ultramarinos crescerão muito devido à maior colonização na América do Sul. (WITT Apud. FACHEL, 2002, p.54)

O território brasileiro passa a ser mais bem ocupado, instalou-se uma produção de autoconsumo associada à produção de excedentes para atender o mercado interno com seus produtos coloniais. São novas relações de trabalho baseadas na mão de obra livre além das contribuições tecnológicas que vieram juntos. Segundo Pesavento (1985, p.46) a vinda dos alemães ao Brasil tinha ainda outro objetivo, "vir a neutralizar, pelo seu peso, o poder da oligarquia regional.

A colonização alemã no Rio Grande do Sul começou em julho de 1824 quando chegaram 126 colonos alemães a São Leopoldo, e ocuparam a fazenda dividida em quinhões, da antiga Feitoria do Linho Cânhamo, na localidade de Faxinal da Courita. Privilegiados pela ampla rede fluvial que lhes possibilitava o transporte fluvial dos produtos da lavoura e das mercadorias da indústria incipiente, essas colônias prosperaram rapidamente, desenvolveram um intenso comércio e isso possibilitou a formação de indústrias, principalmente coureiras, com a instalação de curtumes, selarias, fábricas de calçados evoluindo ao importante complexo fabril coureiro-calçadista que representa atualmente, com projeção internacional.

De 1824 a 1830 o fluxo de imigrantes alemães foi intenso, vindo principalmente da Alemanha e Áustria. Nesse período ingressaram no estado 4.856 imigrantes. Esse fluxo foi interrompido pelo conflito da Revolução Farroupilha (1835-1845) e pela pressão que os latifundiários do Sul fizeram ao governo imperial, justificando que destinar verbas à colonização significava mais uma "concessão à

política abolicionista preconizada pela Inglaterra" (ROCHE p. 82 apud SINGER, 1977, p. 156.).

De 1847 a 1854 o ingresso de imigrantes caiu para 2.635, enquanto que entre 1860 a 1870 ingressaram 6.355. Segundo TRINDADE (2004, p.24) no período de 1824 a 1914 ingressaram no Rio Grande do Sul 48.037 imigrantes alojados em 135 assentamentos, núcleos ou colônias. Sendo que no período de 1854 a 1874 quando ingressaram 15.587 imigrantes: 8.975 eram do sexo masculino e 6.612 do sexo feminino; 5.575 eram católicos e 10.013 protestantes; e 8.013 eram agricultores contra 7.574 pessoas que tinham ocupações diversas.

Com esse intenso fluxo de imigrantes abriram-se "picadas"³⁹ nos vales e altiplanos da encosta da Serra, tanto para o interior como para o litoral. Às margens dessas "linhas"⁴⁰ surgiam muitos núcleos oficiais outros particulares, principalmente nos municípios de Taquara, Novo Hamburgo, Lajeado, Estrela, Montenegro, Caí, Santa Cruz, Venâncio Aires, Santa Maria, Santo Ângelo, Soledade, Torres; e à margem ocidental da Lagoa dos Patos, próximos à Pelotas; em São Lourenço do Sul (1858), Santa Emília (1865), Arroio do Padre (1868), Cerrito (1868), Santa Silvana (1869), Santa Clara (1869), Arroio (1881) e Municipal (1882).

A imigração e a colonização com elementos europeus inicialmente haviam sido agenciadas por europeus, solicitados por colonizadores brasileiros, mas outros imigrantes já vinham por iniciativa própria. Mais gente teria vindo assim se não houvesse eventos que viriam a estancar esse processo. Entre eles está a proibição decretada pelo governo da Prússia, através do Rescrito de Heidt de 1859; a Guerra entre a Prússia e Áustria (1866) e pela Guerra franco-prussiana (1870-1871). Internamente ocorreram a Revolução Farroupilha, a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai (1846-1870).

Os projetos de colonização conduzidos no Brasil, sobretudo no Sul do Brasil, atribuíram às regiões de colonização, uma estrutura fundiária muito peculiar quando comparada com a tradicional estrutura fundiária brasileira herdada da colonização portuguesa (capitanias hereditárias; sesmarias). Os imigrantes alemães que se estabeleceram no Rio Grande do Sul ganharam em doação uma fração de terras com 77 hectares (ha). A partir de 1854, os lotes passaram a ser comprados em longo prazo e seu tamanho a partir de 1848 reduziu-se para 48 ha.

³⁹ Termo utilizado para denominar novas localidades recém-formadas no interior do território gaúcho.

⁴⁰ Estradas abertas no interior da mata que ligava aos lotes dos colonos imigrantes recém-instalados.

A colonização europeia introduz no Sul do Brasil o conceito da pequena propriedade explorada pela mão de obra familiar, uma vez que a maioria era composta de agricultores.

Não menos importante que a imigração alemã, é a imigração italiana ao Brasil. No centro do país a imigração italiana veio atender as necessidades de mão de obra da economia cafeeira que estava fortemente desenvolvida no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, mais especificamente no vale do Paraíba. Além da imigração alemã e italiana, o Brasil e o Rio Grande do Sul também receberam outras etnias que não são expressivos numericamente.

Esse é o elemento humano que irá se vincular à cadeia produtiva do tabaco após a segunda metade do século XX. Um ator social que possui uma forte ligação cultural com a Europa que veio para o Brasil como imigrante; estabelecido em pequenas propriedades resultantes do processo de colonização (lotes pequenos) e que trabalha basicamente na agropecuária, com mão de obra da família.

No século XX, sobretudo após a década de 1960, a constante divisão das propriedades devido ao crescimento vegetativo da população, a perda de fertilidade e a ocupação jurídica de toda a área impedindo a abertura de novas áreas incentivou o êxodo de colonos gaúchos, que não encontravam mais terras no Rio Grande do Sul, para outras regiões do país. Inicialmente ao oeste do Paraná e em seguida Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Brasília e Paraguai.

Nesse período o Brasil passou por enorme mudança estrutural planejada pelo Estado visando o crescimento econômico via modernização do país, a construção de infraestrutura e o exercício do controle estratégico sobre o território. Houve a abertura do país ao capital estrangeiro que ingressou juntamente com as empresas multinacionais que começaram a atuar em todos os setores da economia. Dessa forma o capital estrangeiro ingressou no setor agrícola e industrial combinando os dois, abrangendo indústrias de insumos para as atividades agropecuárias, as agroindústrias para o beneficiamento e industrialização das matérias-primas produzidas no campo e as grandes empresas de comercialização dos produtos agrícolas no mercado internacional.

Nessa nova organização da produção agrícola mundial, os países desenvolvidos detentores do capital transferiram para os países subdesenvolvidos algumas de suas unidades de beneficiamento e industrialização. Essa mudança permitiu uma grande acumulação capitalista pelas empresas multinacionais

mediante a redução nos custos operacionais obtidos aproveitando a mão de obra abundante e barata, automação, redução nos custos com transportes e energia além dos vantajosos subsídios fiscais governamentais.

O Estado por meio do planejamento da economia facilitava a rápida industrialização e modernização da estrutura produtiva do país. Para isso abria estradas, investia em ferrovias, portos, programava políticas de crédito, assinava contratos de cooperação científica com países desenvolvidos, criava a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tudo isso permitiu que o país importasse para o meio rural brasileiro a "Revolução Verde", que estava em curso nesses países desenvolvidos com os quais o Brasil tinha cooperação científica. A revolução verde abriu um grande mercado para as multinacionais e empresas brasileiras produtoras de insumos e de desenvolvimento de tecnologia agropecuária e foi a alternativa de mais rápido efeito, embora por um curto período de tempo, para a crise pela qual passava a agropecuária colonial desde a década de 1940.

A operacionalização dessa modernização do campo ou da penetração do capitalismo no campo veio com os CAIs, uma setorização da produção agropecuária em cadeias produtivas diretamente ligadas à indústria, às políticas de crédito e adoção de modernos pacotes tecnológicos. Segundo Callegaro (1989);

Este é o sistema de produção de milhares de unidades produtivas camponesas no sul do País, a exemplo da unidade produtiva de uvas, pêssego, morango, fumo, aves, suínos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde o trabalho integral da família está voltado à produção destinada ao abastecimento da agroindústria processadora e distribuidora. (CALLEGARO, 1989, p70-71 apud SALAMONI, 2000, p.123)

Essa modernização abalou a estrutura da agricultura brasileira, sobretudo a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Se por um lado permitiu um avanço nas técnicas adotadas e um aumento da produtividade por área, por outro lado ela instaurou uma crise que fez com que muitos agricultores descapitalizados e empobrecidos ou que tinham uma propriedade muito pequena deixassem o campo ou fossem expulsos pelo campo.

A modernização no campo gaúcho desencadeou um intenso fluxo migratório. Principalmente no norte do estado onde as propriedades originalmente foram menores e a posterior divisão das propriedades entre os filhos fez com que ela não mais sustentasse as necessidades da família que a explorava. Além disso, a capitalização no campo valorizou as terras impedindo a expansão das propriedades pelas famílias descapitalizadas.

Percebe-se que o processo de modernização na agricultura não ocorreu de forma homogênea, favoreceu apenas os produtores que tinham uma propriedade com a dimensão adequada à integração aos CAIs, da mesma forma que possibilitou uma melhoria de qualidade de vida para essa parcela da população e deteriorou a qualidade de vida dos demais agricultores, que ficaram marginalizados. Até mesmo no nível regional o processo de modernização do campo ocorreu de maneira diferenciada, na região sul do Rio Grande do Sul esse processo não foi tão intenso ou foi mais tardio.

No outro lado do processo a atividade industrial se expandia servindo de atrativo para o processo de migração rural-urbano desencadeando a proletarização de uma grande parcela da população gaúcha. A urbanização foi a solução da crise que estava instalada no campo gaúcho. Segundo Oliveira (2001, p.475) no momento de sua expansão o capital “separou” e “ligou” o campo da cidade otimizando a capacidade produtiva no campo a custos menores e com menos pessoas e por outro lado concentrou os consumidores nas cidades, mas que indiretamente continuaram interligados.

Até 1960 a agricultura familiar vivia mais independente numa lógica própria de reprodução, sendo mais autônoma e até mesmo autossuficiente na sua propriedade. A consolidação do processo urbano-industrial, a constante submissão da agricultura familiar, a territorialização do capital e a monopolização do território por esse modelo essencialmente capitalista fizeram com que a agricultura familiar perdesse bastante autonomia e adotasse gradativamente perfis mais urbano-industriais de produção e de consumo, embora sem desfazer-se da sua lógica própria de reprodução do capital, o que *a priori* cria um desequilíbrio no modo de produção familiar.

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também. (GONÇALVES NETO, 1997, p.78)

Essa integração e por vezes submissão da agricultura familiar ao capital urbano-industrial caracterizam-se pela perda da independência do agricultor familiar quanto ao seu poder nas decisões econômicas. Cria novas relações que reduzem "o

produtor à situação de mero fornecedor de matéria-prima e comprador de produtos industriais". E ainda, cria relações diretas de "exploração entre empresários industriais e produtores familiares". (SALAMONI, op. cit., p52)

Nas palavras de Oliveira (2001), a indústria,

utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos trabalhadores camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la em dinheiro. Assim, transformam a renda da terra em capital... produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 2001, p.479)

A organização social da agricultura familiar também teve mudanças enormes com a modernização do campo. Para aqueles agricultores que permaneceram no campo as dificuldades foram surgindo aos poucos quando perceberam que as suas posições nas relações comerciais com o mercado eram cada vez mais desfavoráveis. Com o objetivo de organizar o sistema de comercialização e ganhar mais peso nas trocas comerciais ressurgiu na segunda metade do século XX o sindicalismo e o associativismo que ocorreu por meio do cooperativismo, "que foi uma resposta daqueles setores que não conseguiam ajustar-se aos ditames deste sistema, sendo uma reação à 'livre concorrência' proposta pelo capitalismo e que, de certa forma, só é livre para o mais forte". (TAMBARA, op. cit., p.52) Dessa forma os agricultores buscaram uma proteção contra as desvantagens que a pequena propriedade tinha na hora de vender a sua produção.

Já a população que deixou o campo a partir de 1940, uma parte avançou em direção às fronteiras agrícolas e muitos migraram para as cidades, que surgiam no Estado, onde grande parte foi aproveitada pela indústria que estava em franca expansão. O processo de urbanização no Brasil começou na década de 1950, na região Sudeste e atingiu as demais regiões na década de 1970.

O censo de 1940, o primeiro a dividir a população brasileira em rural e urbana, registrou que 31,1% dos habitantes estavam nas cidades. Hoje a grande maioria da população brasileira – 84,4 % dos habitantes - reside nas áreas urbanas⁴¹. (IBGE. Censo Demográfico, 2010).

A urbanização em massa e a sobra de mão de obra dificultou a vida milhares de pessoas. Muitos se organizaram em movimentos sociais para reivindicar seus

⁴¹ José Ely da Veiga em "Cidades Imaginárias: ..." (2000, p.62-66) problematiza a metodologia utilizada pelo IBGE para definir o urbano e defende que o Brasil é bem menos urbano do que é apontado pelas estatísticas oficiais.

direitos, embora as conjunturas políticas não fossem favoráveis, como por exemplo, os agricultores expropriados de suas terras que se mobilizaram e formaram no Rio Grande do Sul na década de 1980 o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER). Mais tarde o Movimento dos Sem Terra (MST), veio como uma resposta às contradições do modelo agrícola implantado cujo objetivo era a realização de uma reforma agrária no Brasil e a sindicalização. Com exceção da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - FARSUL que já havia sido criada desde 1909 e congregava um movimento de elite que defendia os interesses dos grandes proprietários, a partir de 1960 surgiram como resposta ao MASTER outros movimentos sociais, principalmente ligados à Igreja Católica, como é o caso da Frente Agrária Gaúcha (FAG) que tinha uma concepção contrária ao MASTER e propagava "o espírito de associativismo, solidariedade, fraternidade e justiça social, através da promoção, conscientização e valorização do agricultor para que ele se tornasse protagonista de sua promoção". (FETAG, p.1 apud TAMBARA, 1985, p.64) Para isso a FAG estimulava o sindicalismo dos agricultores para contrapor os sindicatos do MASTER e por meio dessas organizações de classe conseguir assistência médico-hospitalar, odontológica e jurídica. Sob orientações da FAG surgiu o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais em Viamão no ano de 1962, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG) em 1963. No ano de 1970 a FETAG já congregava 223 sindicatos no estado com cerca de 400 mil associados.

Diversos mecanismos para contrapor ou proteger as classes foram criados tanto pelos agricultores que resistiram no campo como por aqueles que migraram para as cidades ou outros estados. Além dos movimentos já citados vários outros surgiram, embora que alguns não institucionalizados, com o objetivo de defender os diversos setores produtivos incorporados pelos CAIs como por exemplo a AFUBRA para defender a classe produtora de fumo; FEDERARROZ para defender a classe produtora de arroz, movimentos dos produtores de leite, etc.

Atualmente a principal característica da organização do espaço rural é a subordinação às atividades industriais, sobretudo ao capital ou nas variações que ele assume;

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da

transformação dos produtos e sua distribuição, respondem ao mercado mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação.” (SANTOS, 2002, p.304)

A origem dessa integração da agricultura familiar com a indústria se acentuou à medida que a industrialização da agricultura avançava e quando os agricultores gradativamente passaram a optar por culturas e/ou criações melhor remuneradas pelo mercado.

A fomicultura acabou sendo uma alternativa importante para grande parte dos produtores que resistiram à ideia do êxodo rural, uma vez que a produção de leite; a avicultura e a suinocultura eram sistemas bem mais seletivos e geralmente exigiam um maior aporte financeiro inicial.

O próximo capítulo tem como objetivo familiarizar o leitor com a rotina e o cotidiano dos fomicultores ao longo do ano agrícola. Ele abordará as etapas necessárias entre o planejamento da safra (pelas indústrias), passando pelas etapas da produção, acompanhamento, classificação e comercialização da matéria-prima produzida pelos agricultores, bem como o conhecimento técnico e cultural envolvidos no manejo das lavouras, as principais tecnologias utilizadas, etc.

8. A Produção do Tabaco na Unidade de Produção Familiar

A produção de tabaco é uma atividade que envolve todos os membros da família e ocupa todo o ano agrícola.

No início de cada ano agrícola, a primeira ação do produtor de tabaco é assinar o contrato de produção com a indústria. Os orientadores agrícolas, funcionários da indústria visitam os produtores, preferencialmente aqueles mais fidelizados, e apresentam as condições do contrato de integração para aquela safra, também denominado de “Pedido”. O contrato é a vinculação jurídica do agricultor familiar à lógica capitalista da indústria.

Com base nesse contrato é acertada a quantidade de tabaco que será produzida, a qualidade desejada de tabaco, os insumos que serão necessários para a produção, indicação do transportador, etc. Geralmente a assinatura do contrato⁴² vincula (por opção de adesão⁴³) o produtor à Afubra e à assistência mútua⁴⁴ (similar

⁴²Os contratos são iguais em todas as empresas vinculadas ao SINDITABACO. Desde 15 de dezembro de 2008 e 1º março de 2011, após a assinatura dos Termos de Ajustamento de Conduta com a Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, os contratos entre os agricultores e empresas integradoras tiveram uma revisão de suas cláusulas, evitando abusos principalmente por parte das empresas.

⁴³A contratação do sistema mutualista da Afubra não é obrigatória; é opcional do produtor. As empresas integradoras não o exigem como uma condição para assinatura do contrato, mas orientam sobre a importância de possuir a cobertura da assistência mutualista, principalmente àqueles agricultores que possuem um alto grau de endividamento decorrente de investimentos realizados com pagamento futuro.

⁴⁴Existem diferenças entre a assistência mutualista e seguro agrícola. Por ser uma entidade de classe sem fins lucrativos, a Afubra não oferece aos seus associados um seguro comercial a exemplo das empresas seguradoras. A Afubra mantém um sistema que rateia uma contribuição de cada família associada. Na safra 2015/2016 o custo dessa proteção para um contrato de 30 mil pés plantados era de R\$ 1.484,11 para cobertura contra granizo e R\$ 3.275,37 para cobertura contra granizo/tufão. Com o valor arrecadado entre todos os associados, descontado os custos de manutenção do sistema, são indenizados proporcionalmente os eventuais prejuízos decorrentes de granizo,

a seguro) em casos de prejuízos contra intempéries climáticas, principalmente o granizo (Figura 8) e incêndios em estufas e galpões.



Figura 8 – Lavoura de tabaco atingida por tempestade de granizo.

Fonte: Afubra.

Após a assinatura do contrato de produção, a indústria encaminha em nome dos produtores as propostas de financiamento no sistema bancário assumindo o ônus de garantidor do crédito, se abastece por meio de sua rede de fornecedores, envia ao produtor a título de adiantamento, todos os insumos necessários ao pacote tecnológico da produção. O transporte desses insumos é terceirizado aos transportadores da região. A indústria se beneficia com a política de preços dos insumos que fornece ao produtor ao obter descontos junto aos seus fornecedores devido ao volume e diante da exclusividade de fornecimento de insumos ao produtor a preços de mercado previstos no contrato de integração.

granizo/tufão, incêndios em estufas, auxílio-funeral de produtor associado e sua família, etc. Os valores das contribuições e das indenizações são definidos em Assembleias Gerais Ordinárias, que ocorrem periodicamente.

Dependendo da localização geográfica, quanto mais ao norte, o calendário agrícola inicia mais cedo que no sul, de forma genérica as sementes de tabaco são semeadas de maio a junho.

O processo de cultivo das mudas sofreu inovações. Antigamente eram semeadas em canteiros feitos diretamente no solo. Atualmente predomina o sistema *float*⁴⁵ como está retratado na Figura 9.

Nesse sistema são construídas piscinas retangulares, vedadas com lonas plásticas pretas, tapadas com talagarça e lonas plásticas transparentes, criando um ambiente controlado (estufa).



Figura 9 – Sistema *float* para produção de mudas de tabaco.

Fonte: Acervo do Autor/Trabalho de Campo/2015.

Em vez de usar o solo como base para a fixação das plantas e propagação dos nutrientes, no sistema *float* esse papel é desempenhado pelo nível de água, em seu interior, nivelada (manualmente ou automaticamente) para permitir que as bandejas de isopor (ou de plástico) flutuem na água, ou pelo menos mantenham a umidade necessária para a germinação e desenvolvimento inicial. Os nutrientes e os agroquímicos são na quase totalidade das vezes aplicados sobre as mudas nas

⁴⁵ Esse sistema de produção de mudas foi desenvolvido pela Souza Cruz. É considerado ecologicamente como menos agressivo ao meio ambiente, pois elimina a utilização do brometo de metila utilizado no sistema anterior para a esterilização do canteiro, redução do uso de agrotóxicos, além de permitir a produção de mudas mais uniformes e mais vigorosas, o que resulta em aumentos de produtividade da lavoura.

bandejas com auxílio de regador, ficando o residual também na água, evitando assim a contaminação do solo.

Cada bandeja, semelhante à Figura 10, possui de 200 a 242 repartições (tubetes). Antes da semeadura, as bandejas precisam ser desinfetadas, os tubetes preenchidos com substrato para plantas, condicionador de solo e composto de húmus. As sementes *peletizadas* são semeadas com auxílio de uma semeadora que aplica uma semente a cada repartição da bandeja. As sementes germinam entre 10 a 20 dias, conforme a variação de temperaturas e incidência solar.



Figura 10 – Bandeja de plástico com mudas de tabaco.

Fonte: Acervo do Autor/Trabalho de Campo/2015.

Com o uso de sementes individualizadas com o sistema de peletização⁴⁶, se torna quase desnecessário desbastar as mudas na bandeja após a germinação. Quando a semeadura é realizada de forma tradicional, com sementes nuas, torna-se necessário desbastar as mudas após a germinação.

O desbaste consiste em eliminar as mudas sobressalentes/dobradas, de modo que cada repartição da bandeja contenha apenas uma muda. Todo esse

⁴⁶ Peletização é a aplicação de um revestimento rígido e seco que visa modificar individualmente o formato e o tamanho das sementes, tornando-as esféricas. Este processo tem a finalidade de facilitar o manuseio de sementes ou permitir a utilização de semeadoras mecânicas de precisão, reduzindo grandemente o consumo de semente e o gasto com mão-de-obra para o desbaste das plântulas excedentes. (EMBRAPA/ http://www.cnph.embrapa.br/CNPH_proj/05099023.htm).

processo de revisão das bandejas demanda muita paciência e atenção, leva em torno de uma semana.

Durante o desenvolvimento das mudas, quando as mudas alcançarem 7 centímetros (6 a 7 folhas) é necessário fazer a poda (corte na parte aérea das folhas ainda na bandeja). São necessárias de três a quatro podas nas mudas, para que a muda cresça uniforme e forte, de modo a permitir que em aproximadamente 60 dias ou mais – dependendo da localização geográfica e condições climáticas – elas estejam bem desenvolvidas para suportar o *stress* do transplante definitivo na lavoura.

Enquanto as mudas estão no *float*, de dez em dez dias, são colocados os agroquímicos (inseticidas e fungicidas) num total de seis aplicações até o transplante na lavoura. O número de aplicações pode variar conforme o grau de infestação e comportamento do clima, etc. Em períodos muito úmidos propagam-se fungos, ácaros.

Após a emergência das mudas é necessário manejar a estufa (piscina) diariamente, abrindo e fechando as laterais, conforme o clima, temperatura, insolação, etc. Também é necessário controlar o nível de água das piscinas, diluir a adubação na água.

Enquanto as sementes germinam e as mudas desenvolvem o seu primeiro estágio vegetativo, o agricultor precisa estar atento para outros detalhes da produção. Ele precisa cortar a lenha que será utilizada na secagem das folhas (cura), manejar os solos conforme seu modo de preparo do solo (dessecação da vegetação, aração, gradeação, adubação de base e execução das aleiras) das lavouras que irão receber as mudas.

Conforme a Figura 11, geralmente as lavouras de tabaco ficam localizadas próximas à residência para facilitar o manejo da lavoura e porque são minifúndios.



Figura 11 – Propriedade familiar produtora de tabaco.

Fonte: Acervo do Autor (2010).

O preparo das lavouras sofreu inovações no decorrer da evolução da fumicultura. Inicialmente era comum aos produtores arar a terra com tração animal (cavalos ou bois). A terra era gradeada. Depois eram traçadas as aleiras com auxílio de um aleirador de tração animal. Como resultado obtinha-se aleiras baixas sobre as quais as mudas eram replantadas. A lavoura era cultivada por diversas vezes com capinadeiras e arados para controlar inços e fazer aterramentos.

Mais recentemente, a introdução mais intensa da mecanização (tratores) bem como a fabricação de implementos adaptados ao cultivo do fumo (aleiradores de tração motorizada, capinadeiras, etc.) introduziu a preparação dos solos com auxílio de implementos acoplados a tratores.

Isso permitiu novas metodologias de preparação dos solos. Além do sistema convencional (aração, gradeação, aleiração), atualmente, os solos podem ser conduzidos nos sistemas de plantio direto ou cultivo mínimo.

No cultivo mínimo, o agricultor faz a dessecação das ervas daninhas com herbicidas sistêmicos. Em seguida realiza as aleiras com aleirador acoplado ao trator. Como resultado obtém-se aleiras mais altas que as convencionais sobre as quais as mudas são transplantadas.

A adoção do plantio direto na lavoura de fumo é efetuada da seguinte forma: dessecação das ervas daninhas com herbicidas sistêmicos, realização das aleiras, semeadura de aveia. Essas tarefas são realizadas logo após o encerramento da safra anterior. Durante o inverno (abril, maio, junho), a lavoura será coberta pela aveia, controlando a erosão dos solos e a propagação de plantas daninhas.

Um mês antes do plantio a lavoura de aveia é dessecada. À medida que a aveia seca, as aleiras já estão prontas para serem adubadas e após ocorre o transplante das mudas.



Figura 12– Formas de preparo do solo para o cultivo do tabaco.

Fonte: Acervo do Autor/Trabalho de Campo/2015

A grande virtude dos sistemas de cultivo mínimo retratado na Figura 12 à esquerda e plantio direto retratado na Figura 12 à direita é o controle da erosão que no sistema convencional tende a ser severo, sobretudo em anos de chuvas volumosas. Uma desvantagem é o uso em larga escala dos herbicidas sistêmicos para controlar as plantas daninhas. Relatos de produtores durante o trabalho de campo também apontam maior infestação de pragas nas lavouras conduzidas sob o sistema de plantio direto.

Em anos (períodos) muito chuvosos e pouca incidência de sol pode ocorrer ataques de lesmas e lagarta rosca no início do desenvolvimento vegetativo.

O transplante das mudas se estende de agosto a novembro. Para que essa etapa seja bem acertada é fundamental que chova adequadamente. Recomenda-se

transplantar o fumo no espaçamento 1,20 entre fileiras e 0,50m entre plantas na fileira. “A marcação de 50 cm é realizada com um instrumento de madeira (chamado de cacho ou marcador), em forma de cova, indicando o local que irá receber a muda.” (HEEMANN, 2009).

Algumas semanas após o transplante, o tabaco requer adubação de cobertura⁴⁷, tratos culturais como controle de ervas daninhas (no sistema convencional), conforme retratado na Figura 13 à esquerda, controle de pragas⁴⁸ e doenças⁴⁹. Na maioria das vezes esse controle é realizado com auxílio de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, etc.). No sistema convencional o controle das ervas daninhas é feito com uso de capinadeiras e enxadas que revolvem a terra entre as aleiras.



Figura 13– Agricultores fazendo adubação de cobertura e o crescimento da planta.

Fonte: Acervo do Autor

De acordo com a quantidade de chuvas, aspecto fitossanitário, a planta apresenta um ciclo de intenso crescimento vertical e das folhas ao ponto da planta atingir a fase reprodutiva (Figura 13 à direita), quando, em média aos 60-70 dias a planta desenvolve um botão floral, que ao desabrochar se transforma numa flor.

A menos que o objetivo da lavoura seja a produção de sementes (restrita às empresas sementeiras) o desenvolvimento de flores na planta do tabaco é

⁴⁷ A adubação varia de 500 kg/ha a 800 kg/ha de fórmulas de fertilizantes, dependendo dos resultados de análises de solo e planta e planejamento da empresa integradora. Para a adubação de cobertura, aplicada em duas doses (15-30dias) ou dose única (20 dias) utiliza-se em média de 500 kg/ha a 600 kg/ha de fórmulas nitrogênio (N) potássio (K) (RUBIN, 2004). Rubin (2004) recomenda as seguintes fórmulas: 15:00:14, 15:00:15, 22:00:25, 26:00:25 ou semelhantes, como por exemplo: 30-00-00.

⁴⁸ As principais pragas que atacam as raízes, caule, folhas do tabaco são: os nematoides, a mosca *Fungus Gnats*, diversas espécies de lagartas, pulgão, etc.

⁴⁹ As principais doenças do tabaco são: Mosaico do tabaco, *Fusarium*, Podridão de *Pythium*, Murcha Bacteriana, *Rhizoctonia solani*, PVY – virose.

antieconômico. Para o produtor de tabaco (folha), a flor do tabaco é indesejável, pois ela retardará o crescimento das folhas.



Figura 14– Agricultor aplicando agrotóxico que impede a rebrotação após a capação da flor.

Fonte: Sinditabaco e INTAB (<http://www.intab.com.br> – acesso em: 02/11/2015)

Conforme ilustrado pelas imagens da Figura 14, o produtor desponta as flores e para evitar a rebrotação aplica agrotóxico⁵⁰ (antibrotante). Com isso o potencial vegetativo que a planta destinaria à parte reprodutiva é transferido no crescimento das folhas, sobretudo àquelas mais altas, também chamadas de “ponteiros” e ocorre o “engrossamento da folha”, característica que atribui peso e qualidade às folhas.

A planta do tabaco pode atingir dois metros de altura, e se encontra, coberta de pelos viscosos. Os caules apresentam-se eretos, robustos, cilíndricos e ramosos. As folhas são alternas, sésseis, ovais ou lanceoladas-ponteagudas, inteiras, pegajosas, com nervuras muito salientes na página inferior e de cor verde mais carregado na página superior, de cheiro fraco e sabor levemente picante, amargo e nauseoso. As flores são grandes, rosadas, munidas de brácteas dispostas numa espécie de panícula na extremidade dos ramos, tendo cálice tubuloso, esverdeado. Finalmente, o fruto forma uma cápsula ovóide, encerrando numerosíssimas sementes muito pequenas, rugosas, irregularmente arredondadas (BOIEIRO, 2008, p.3).

Nesse estágio a planta deve ter entre 18 folhas e 20 folhas, conforme a imagem da direita da Figura 15. O potencial produtivo da planta será transferido ao

⁵⁰ Para essa operação é utilizado o agrotóxico Prime Plus.

tamanho das folhas e ao seu peso. Se ela contar com muitas folhas, conseqüentemente as folhas serão menores e pesarão menos.



Figura 15 - Lavoura de fumo em fase de desenvolvimento intermediário e final.

Fonte: Acervo do Autor; 2012 e INTAB (<http://www.intab.com.br> – acesso em: 02/11/2015)

Geralmente antes da eliminação das flores, o produtor realiza a colheita das folhas mais rasteiras, também denominado de “*baixeiro*”. A colheita das folhas é iniciada cerca de 60 dias após o plantio. No fumo de estufa (Virgínia), a colheita ocorre em etapas, começando das folhas inferiores até as superiores, de acordo com seu crescimento e maturidade.

Os sinais que indicam que as folhas estão maduras e prontas para ser apanhadas são: talos esbranquiçados, a folha quebra facilmente na base do caule, cor verde-claro ou amarelado da folha, presença de manchas necrosadas na superfície das folhas. A maturação das folhas inicia na parte inferior da planta e à medida que as folhas maduras são apanhadas pelo produtor, o amadurecimento avança até os estratos superiores.



Figura 16– Colheita do tabaco.

Fonte: Souza Cruz (<https://www.produtorsouzacruz.com.br> - acesso em 02/11/2015)

As imagens da Figura 16 abordam a etapa da colheita do tabaco. A imagem da esquerda apresenta um agricultor utilizando EPI, conforme é solicitado pela indústria. A imagem da direita apresenta uma família de agricultores fazendo a colheita sem a utilização do EPI. As observações em campo constataam o predomínio do exemplo da imagem da direita. As razões para a negligência do agricultor com a sua segurança e saúde são diversas: culturais, desconforto com o vestuário emborrachado durante o calor do verão, etc.

Inicialmente o intervalo entre uma colheita e outra pode ser superior a 14 dias, ao passo que avança a safra e os nutrientes da planta são totalmente absorvidos, o ritmo de amadurecimento é maior e contrai o intervalo entre uma colheita a outra (chegando a ser inferior a 7 dias no final da safra). Em média são necessárias de 4 a 5 apanhas (colheitas) para colher todas as folhas da planta. As folhas maduras apresentam uma tonalidade mais clara do verde. Essas quando manejadas no processo de cura na estufa se transformarão em amarelo.

As folhas do tabaco de galpão (variedades Burley e Comum) amadurecem uniformemente, de forma que na colheita a planta é cortada de uma só vez. Essa característica diferenciada está permitindo uma possível mecanização da colheita do tabaco Burley⁵¹ e Comum. A variedade Burley, ilustrada na imagem da direita da Figura 17 não é cultivada no Sul do Rio Grande do Sul.



Figura 17– Lavoura de tabaco Virgínia e lavoura de tabaco Burley

Fonte: Acervo do Autor/2012.

⁵¹ O tabaco Burley é curado por até dois meses em contato com o ar em celeiros. Durante o processo o tabaco perde a maior parte dos seus açúcares naturais e desenvolve um sabor forte, quase como um charuto. Sua cor vai desde o castanho claro ao castanho escuro.

Após serem apanhadas as folhas são acomodadas em bolsas ou lonas⁵² para facilitar o seu carregamento em carroças puxadas a cavalos ou bois ou reboques acoplados ao trator e transportadas para casa.

Em casa, após a colheita, as folhas, ou as plantas, são amarradas, costuradas ou grampeadas em varas ou grampos (conforme o método usado) e levadas para secar nas estufas (Virgínia) ou nos galpões (Burley e Comum). Percebe-se que houve importantes avanços tecnológicos nessa fase de manejo do tabaco que reduziram a quantidade de mão de obra necessária para a colheita do tabaco. Antigamente esse processo era manual (cavaletes), passou a ser mecânico (tecedeiras ou atadeiras elétricas) e atualmente se utiliza um “grampeador” que prende as folhas, conforme ilustrado na Figura 18.

As varas costuradas com o fumo ou os “grampos” de fumo são acomodadas nas estufas de cura. Dependendo do tamanho da estufa de cura e a quantidade de mão de obra disponível, o processo de colheita, tecer ou grampear as folhas e carregar a uma estufa de cura demora em média dois dias de trabalho. Quanto mais rápida for essa etapa, melhor e mais uniforme será a qualidade do tabaco depois de seco. Cargas muito demoradas deterioram a qualidade do fumo colhido primeiro.



Figura 18 – Processo de grampeamento do tabaco para ser colocado na estufa elétrica.

Fonte: Internet.

⁵² As bolsas (lonas) são confeccionadas pelos próprios agricultores. Consiste em abrir os sacos de fertilizantes e prender dois ganchos em uma das extremidades para permitir o fechamento da bolsa quando estiver carregada com as folhas de tabaco colhidas.

Inicialmente na estufa de cura ocorre o processo de amarelção das folhas e murchamento. Na etapa seguinte ocorre a secagem das folhas. No processo de secagem, além da perda da água e da mudança de cor, as folhas sofrem uma série de transformações bioquímicas, essenciais para a característica de sabor específico às diferentes marcas de cigarros. A Figura 19 e 26 retratam alguns tipos de instalações utilizadas para secagem e o posterior armazenamento do tabaco.

O processo de secagem ocorre num ambiente controlado (estufa). A Figura 19 apresenta os principais tipos de estufas de cura, que são basicamente classificadas em dois modelos.

Existem as estufas de cura convencionais onde a circulação do ar quente ocorre numa tubulação instalada no interior da estufa e que distribui, por convecção, o calor.

Atualmente predominam as estufas de cura de ar forçado, também chamadas de estufas elétricas, porque a distribuição do calor pelo interior da estufa é forçada com auxílio de turbina/hélices.



Figura 19 – Mosaico com imagens de diferentes tipos de estufas⁵³ utilizadas para a cura do tabaco.

Fonte: Acervo do autor/Trabalho de Campo. Estufa LL (extraída de www.brastecc.com.br)

Na estufa de cura a temperatura é elevada gradativamente conforme as tabelas de cura disponibilizadas pelas empresas e/ou fabricantes das estufas.

À medida que a umidade do ar no interior da estufa cede. O tabaco passa por uma etapa de amarelção (48 a 60 horas) murchamento (24 a 36 horas), secagem da folha (48 a 60 horas) e por último a secagem do talo (24 a 30 horas).

⁵³A estufa no canto esquerdo superior é um exemplo de estufa pioneira. Geralmente era uma construção alta, estreita, com telhas de barro, com as paredes raramente rebocadas. O tabaco é costurado em varas e acomodado nos andaimes internos, carregando-os de cima para baixo. A imagem no canto direito superior é um exemplo de Estufa LL (*Loose Leaf*), que surgiu em 1997, inicialmente uma tecnologia exclusiva (patente) disponível aos produtores integrados à Souza Cruz. Nesse tipo de estufa o tabaco é acomodado em folha solta com auxílio de grades. Na imagem maior temos dois tipos de estufa. Ao fundo um exemplo de estufa convencional mais recente (uma construção mais baixa e larga, coberta com telhas de fibrocimento, e paredes rebocadas) com o galpão para estocar o tabaco em anexo. Na frente, temos um exemplo de estufa elétrica metálica, uma tecnologia semelhante à LL, porém livre. As folhas são acomodadas com auxílio de grampos e o carregamento começa da parte traseira para a dianteira.

O tempo necessário para avançar todas as etapas varia conforme o tipo de estufa, tipo de fumo, o volume, etc., mas fica entre 5 a 7 dias. É importante salientar que o processo de secagem acontece ininterruptamente, dia e noite, necessitando o produtor interromper o seu sono diversas vezes para não comprometer a qualidade do tabaco.

Para elevar a temperatura no interior da estufa é necessário alimentar com lenha um forno acoplado à estufa. A circulação do ar quente numa tubulação pelo interior da estufa é que permite, por convecção, a distribuição do calor.

O fogo no forno que aquece precisa ser reparado ao mínimo de 3 em 3 horas, noite e dia. Durante o processo de secagem da folha esse intervalo chega a ser inferior. A falta de energia elétrica pode, durante o período de cura, comprometer a qualidade do tabaco quando seco. A falta de ventilação possibilita que a umidade volte à folha, e em curto período de tempo, pode acarretar grandes perdas na qualidade final. Para não correr esse risco, os produtores costumam ter um gerador de energia, para superar momentos de queda do abastecimento da concessionária.

Houve avanços tecnológicos no processo de secagem. Inicialmente, há muitos anos, os fornos consumiam muita lenha, na maioria das vezes, proveniente do desmatamento de matas nativas. À medida que a legislação ambiental tornou mais severa a punição para o desmatamento, os produtores migraram para o uso de lenha proveniente de florestamento e reflorestamento (muito incentivado pela indústria que inclusive fornece muda de eucalipto e acácia). Paralelamente surgiram inovações tecnológicas nos fornos que visavam reduzir a quantidade de lenha, como por exemplo, o suspiro controlado por termostato, que abre o suspiro conforme precisa de calor e fecha o suspiro quando a temperatura desejada é alcançada. Nos últimos anos foram introduzidas as estufas elétricas de ar forçado que combinam a tecnologia anterior com o incremento de uma turbina que força a circulação do ar quente e seco no interior da estufa, facilitando todo o processo de secagem.

Após o processo de cura (secagem), as varas ou grampos são retirados da estufa e amontoados no galpão (Figura 19) de onde serão posteriormente classificadas de acordo com as classes sugeridas pela indústria para a sua comercialização. A deposição do tabaco seco em montes no galpão finaliza o processo de cura, define a cor e dá mais brilho às folhas de tabaco.

Antes da retirada do fumo da estufa, é necessário verificar a umidade do fumo ou será necessário umedecer as folhas a partir de uma mangueira de água e

ventilação para fazer uma neblina, pois se não forem umedecidas, as folhas quebram: isso leva em torno de duas horas.

O fumo retirado da estufa é empilhado no galpão e devidamente coberto para não pegar umidade e criar mofo. É preciso estocar o fumo seco para colher o fumo que ainda está na lavoura. Somente em março o fumo estocado no galpão é retomado, pois até lá o foco do produtor é a colheita, a mão de obra disponível é escassa para conciliar os dois processos ao mesmo tempo.

Após o término da colheita de todo o fumo na lavoura, seco e estocado no galpão inicia a fase a classificação do fumo no galpão. O tabaco é classificado nos galpões pelos agricultores com a ajuda de todos os membros da família, conforme ilustrado na Figura 20. Nesse período, o trabalho é feito somente no galpão, onde o fumo é classificado, separado em diferentes classes e suas folhas selecionadas. Embora a Normativa do Ministério da Agricultura possua 48 classes é comum o produtor classificar as folhas em 3 a 5 classes.



Figura 20 – Família de fumicultores de São Lourenço do Sul classificando o tabaco para a comercialização.

Fonte: Agência O Globo/Antonio Scorza. (<http://oglobo.globo.com> – Acesso em 02/11/2015)

O sistema de classificação do tabaco é bastante complexo e considera inúmeras especificidades de diversos tipos de fumos em folha. As classes de fumo são vinculadas à sua cor (qualidade da folha), tamanho de folha e posição na planta.

A metodologia da classificação foi definida pela Portaria nº 526 de 1993 e nº 79 de 1994, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A variedade Virgínia possui 48 classes diferentes, a variedade *Burley* possui 29 classes e, a variedade Comum possui 18 classes diferentes.

A Figura 21 retrata a posição das folhas de tabaco na planta de acordo com a sua classe. As folhas baixeras são menores e classificadas pela inicial **X**. Conforme a cor da folha após o processo de cura é acrescentada a segunda letra, como por exemplo, **O** quando a folha adquiriu uma tonalidade alaranjada escura. Para completar a classificação é acrescentado um número (1,2 ou 3) de acordo com a qualidade da folha, como por exemplo, a textura da folha, peso, etc.

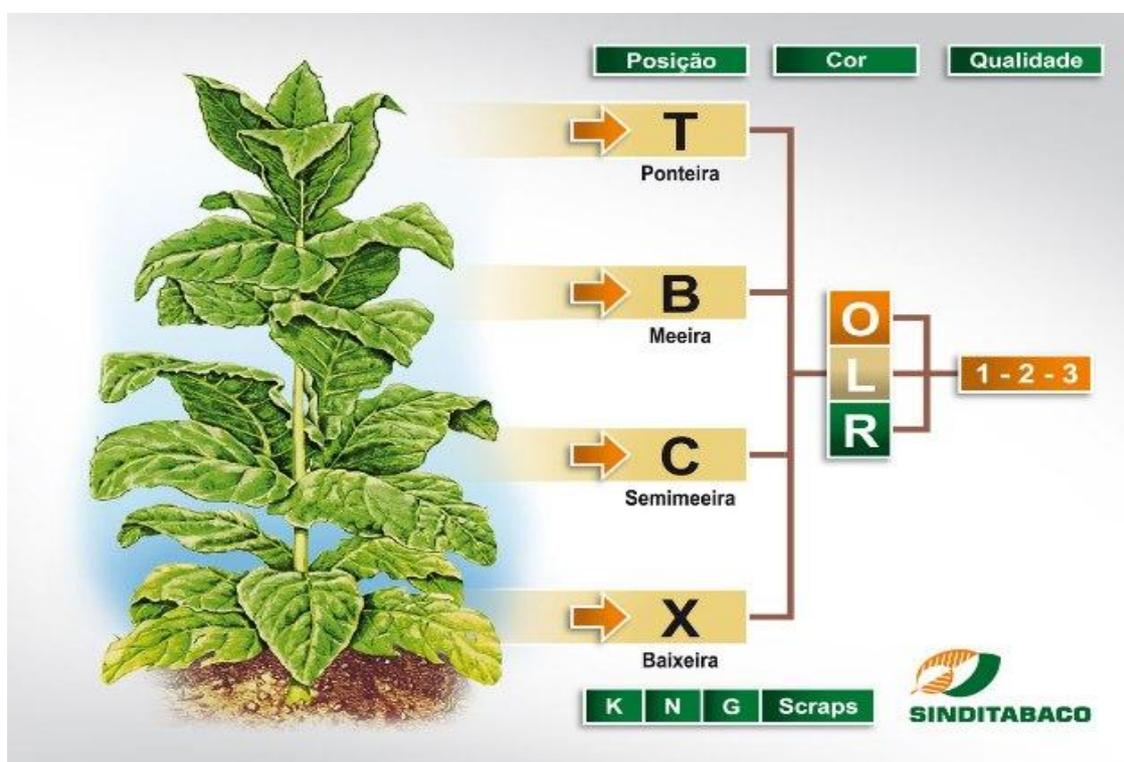


Figura 21 – As Classes de Tabaco e a sua localização da planta.

Fonte: Sinditabaco

Essa sistemática de classificação é aplicada para as folhas semimeeiras, meeiras e ponteiras. Dessa forma a classificação do tabaco *Virgínia* se torna bastante complexa e alcança até 48 classes diferentes.

Após a classificação, as folhas são agrupadas em manocas (maços com aproximadamente 25 folhas; um punhado; agrupadas conforme a classificação) amarradas no talo da folha com uma folha de tabaco dobrada, conforme ilustrado na Figura 22. O processo de classificação exige dias com umidade do ar mais elevada.

Quando a classificação é feita em dias muito secos, as folhas quebram com muita facilidade, ocasionando perdas.



Figura 22 – Manocas de tabaco e o modo de fazer das manocas ou bonecas de tabaco.

Fonte: CLIC Camaquã (<http://www.cliccamaqua.com.br> – Acesso em 31/03/2015) e Agência O Globo/ Antonio Scorza. (<http://oglobo.globo.com> – Acesso em 02/11/2015)

Para reduzir o volume, o fumo após classificado (Figura 20) e manocado (Figura 22) é prensado numa caixa de madeira, onde é amarrado com cordões que formam os fardos, conforme ilustrado na Figura 23. Os fardos recebem etiquetas com o nome do produtor, a classe e o peso, que deve ser entre 55 e 65 kg. Os fardos são transportados em caminhões do galpão do produtor até a indústria para a comercialização. A atividade de transporte é desenvolvida por terceiros, geralmente transportadores que moram na localidade, previamente selecionados pela indústria. O produtor também pode indicar o transportador.



Figura 23 – Tabaco em manocas após o processo de enfardamento.

Fonte: Souza Cruz (<https://produtoresouzacruz.com.br> – Acesso em 02/11/2015)

Nesse momento se encerra a parte de trabalho do produtor. A próxima etapa fica sob a responsabilidade do transportador terceirizado (Figura 24). Após o descarregamento da produção na unidade de beneficiamento, o transportador aguarda o despacho da documentação (notas de venda, ordens de pagamento) e retorna para a comunidade de origem. Geralmente o transportador aproveita o deslocamento e carrega junto aos fornecedores da indústria, os insumos (calcário, fertilizantes, cama de aviário, defensivos agrícolas, etc.) necessários para a próxima safra que serão distribuídos aos produtores integrados que fizeram seus pedidos (contrato) para a próxima safra.

O custo do transporte do tabaco até a unidade de beneficiamento é assumido pela indústria integradora.

Após o agricultor enviar o fumo classificado para a empresa por meio do transportador terceirizado, toda a família costuma ficar apreensiva para saber se a classificação que fizeram e com a qual etiquetaram o fardo será aceita pelo classificador da empresa, pois dependendo da classificação o preço sofre alteração.



Figura 24 – Funcionários de uma empresa transportadora de São Lourenço do Sul carregando o tabaco para ser comercializado na Unidade de Beneficiamento.

Fonte: Agência O Globo/Antônio Scorza ((<http://oglobo.globo.com> – Acesso em 02/11/2015) e Acervo do Autor/2015.

Após o retorno do transportador para a sua localidade de origem ele realiza a distribuição das notas fiscal de venda aos produtores que comercializaram o fumo. Nenhuma folha de tabaco é comercializada sem nota fiscal. A nota fiscal é um importante instrumento de acompanhamento da média de preços e a classificação praticada durante determinado momento da safra.

Normalmente a comercialização do fumo classificado é fracionada. À medida que o produtor consegue classificar o fumo estocado no galpão ele é comercializado. O número de comercializações é ilimitado e vinculado ao volume de produção, normalmente fica entre 5 a 10 etapas. A temporada de comercialização costuma iniciar em dezembro e se estende até julho/agosto do ano seguinte.

Alguns produtores costumam acompanhar a comercialização da sua produção junto à empresa beneficiadora. A frequência desse acompanhamento varia, no caso da maioria produtores é restrito (uma ou duas vezes na safra), devido ao custo do deslocamento (geralmente por conta do produtor) e demanda de tempo de espera para o transportador descarregar a carga.

No entanto as empresas integradoras não apresentam objeções ao acompanhamento da comercialização pelo agricultor. Conforme os produtores entrevistados que costumam acompanhar a comercialização na unidade de recebimento, o contato do produtor com o classificador permite melhores negociações na classificação do produto.

Percebeu-se também que os agricultores mais limitados (pobres) que não têm o costume de acompanhar pessoalmente a comercialização de sua produção. Na sua simplicidade, resta acatar ao que foi definido pelo classificador.

Na indústria de beneficiamento, a Figura 25 retrata as esteiras da recepção, onde o tabaco é novamente classificado pelos classificadores da indústria. É de acordo com essa classificação que os produtores são remunerados.

Conforme o agricultor comercializa a sua produção, a indústria desconta os adiantamentos realizados, acrescidos de juros e correção monetária. Posteriormente a empresa salda os financiamentos junto à instituição financeira.

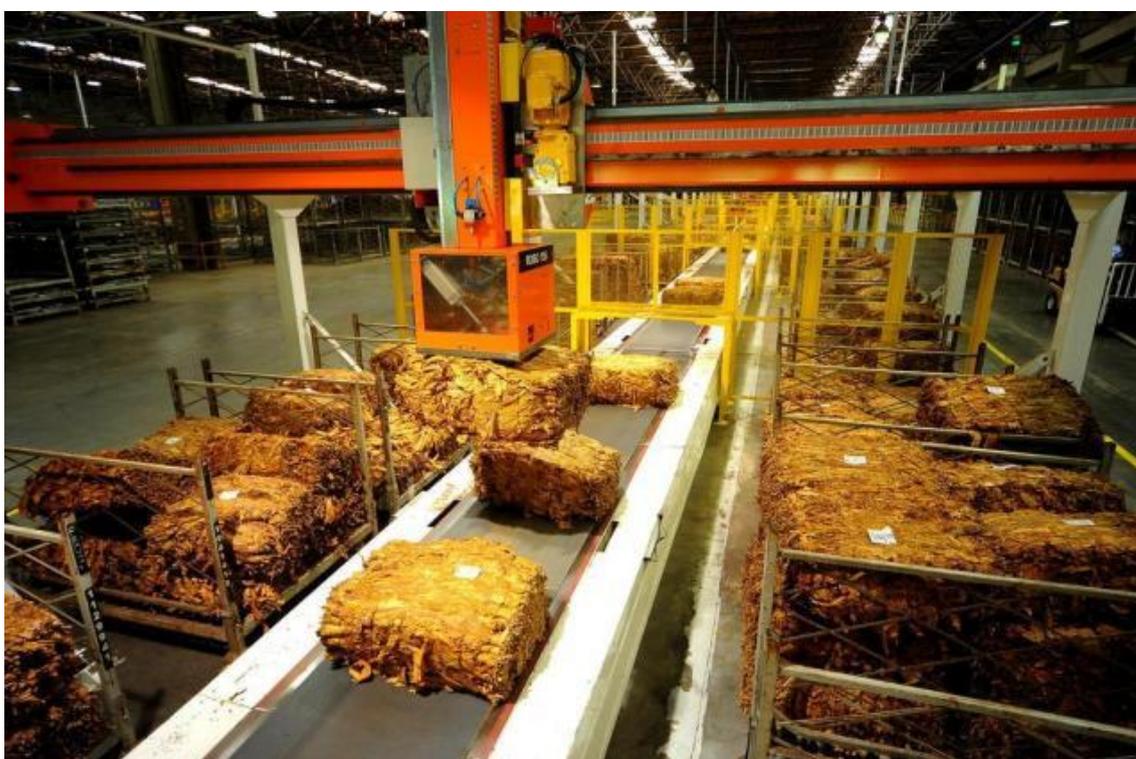


Figura 25 – Os fardos de tabaco deslizando na esteira da Unidade de Beneficiamento.

Fonte: Souza Cruz / Foto: Junio Nunes/Divulgação (<http://zh.clicrbs.com.br/rs> - Acesso em: 02/11/2015)

Da produção da muda até o tabaco chegar à indústria de beneficiamento, se estima que cada folha tenha sido manuseada no mínimo 60 vezes pelo produtor. As diferentes etapas da produção ocupam todo o ano agrícola, é um ciclo que emenda uma safra na outra. Conforme encerra a etapa da comercialização (última na safra), o agricultor já passa a planejar a próxima safra (semeadura das sementes; corte da lenha, etc.)

Naturalmente a produção de tabaco exige modificações na organização do trabalho, das benfeitorias e prédios, das máquinas a serem utilizadas em cada etapa

da produção, conforme ilustrado em parte pela Figura 26 e pela Figura 40. A produção de tabaco altera a forma e a condução dos trabalhos numa propriedade agrícola familiar. Exige do produtor muito conhecimento empírico e técnico, muita competência nos manejos culturais, sobretudo, muita dedicação.



Figura 26 – Mosaico de fotografias que retratam as instalações e a forma de organização de uma propriedade produtora de tabaco.

Fonte: Acervo do Autor; 2012

A produção diversificada visando à subsistência passa a ser substituída gradativamente por uma agricultura especializada num produto comercial principal (tabaco) e de forma complementar e secundária outras atividades de subsistência com eventual comercialização dos excedentes. À medida que se eleva a área plantada com tabaco, outras culturas são reduzidas ou abandonadas devido à exigência de mão de obra requerida pelo tabaco.

A situação de dependência e dedicação à produção integrada não é exclusiva do setor fumageiro, também ocorre na criação de aves, suínos, produção de leite, etc. Na grande maioria das vezes, o produtor nem tem consciência da “engrenagem” da qual faz parte. O produtor está alienado.

A produção integrada permite que os produtores gozem de uma relativa liberdade proporcionada por padrões de vida e de renda satisfatórios, mas a dependência contratual com a indústria limita a sua independência, em última análise, condicionando a sua liberdade ao cumprimento satisfatório do contrato.

O cotidiano de um produtor de tabaco evidencia que se trata de um setor altamente centralizado nas decisões da indústria, que define mediante contratos e acompanhamento dos orientadores agrícolas (“instrutor de fumo”) a quantidade de tabaco que deve ser produzido, os indicadores de qualidade do produto, os pacotes tecnológicos que devem ser seguidos, a responsabilidade social e ambiental na produção da matéria-prima, etc.

As decisões econômicas a respeito da cadeia produtiva são lideradas pela indústria para com os produtores. Essas seguem critérios financeiros e de acumulação e nos quais procuram atender satisfatoriamente as expectativas dos agricultores visando construir uma relação de dependência mútua e duradoura. Trata-se de uma relação assimétrica, em boa medida favorável à indústria.

A indústria fumageira transfere ao agricultor integrado a missão de produzir a matéria-prima de qualidade que seus clientes nacionais e estrangeiros demandam, uma vez que ela é altamente intensiva de mão de obra, portanto, inviável economicamente à indústria. Em troca, a indústria assegura a compra de toda a produção dos produtores com uma remuneração média que permita a reprodução social da família produtora de fumo.

A remuneração pelo produto é definida em reunião prévia pela indústria em parceria com a Afubra, Emater e sindicatos. Na ocasião é elaborada uma tabela de preços por classes, conforme o Quadro 1 na página 157. A política de preços visa remunerar em níveis razoáveis o trabalho despendido pelo agricultor e garantir a sua permanência na atividade. Pelo lado da indústria, a política de preços visa resgatar o investimento feito no SIPT e obter uma rentabilidade definida pelos seus sócios.

Embora os preços pagos ao produtor (Quadro 1) já sejam conhecidos por ambos durante a safra, os maiores descontentamentos ocorrem no momento da comercialização quando o tabaco entregue pelo agricultor passa por uma classificação⁵⁴ da qualidade definida unilateralmente pelos classificadores da indústria. O rigor da classificação é que definirá a remuneração do produtor. Mesmo que o produtor possa acompanhar a classificação⁵⁵ de seu tabaco pelo classificador

⁵⁴ O sistema de classificação do tabaco é bastante complexo e considera inúmeras especificidades de diversos tipos de fumos em folha.

⁵⁵ A classificação constitui uma questão muito polêmica. O produtor não possui garantias de que seu produto será classificado de acordo com a sua qualidade. Existe uma relação direta entre a classificação satisfatória do tabaco, a oferta/demanda por tabaco, situação cambial e o mercado internacional favorável. O contrário também é verdadeiro. Em safras em que o mercado não se

da empresa, possa inclusive questionar a desconformidade na classificação realizada pelo classificador, nesse momento que fica evidente, quem de fato tem mais peso na relação indústria-produtor.

A Afubra assegura que a classificação do tabaco é acompanhada por técnicos da Emater/RS contratados pela entidade representativa dos produtores. De acordo com a Afubra e orientadores agrícolas entrevistados, a classificação do tabaco no momento da comercialização segue a normativa (Portaria nº 526 de 1993 e nº 79 de 1994) do MAPA.

Ocorre que nos anos em que a oferta de tabaco não é tão grande (problemas climáticos), as empresas necessitam preencher o volume de tabaco estimado para conseguir fechar os contratos de exportação previamente estipulados junto aos seus clientes externos. Com isso a procura das empresas pelo tabaco aumenta durante o período de compra interferindo na classificação e consequentemente nos preços praticados.

Para evitar a perda de tabaco para as empresas concorrentes, as empresas relaxam a classificação criteriosa prevista na normativa. Com isso, mesmo o tabaco não atendendo a todos os critérios, sofre uma classificação mais permissiva (o número de classes tende a ser menor), elevando consequentemente os preços pagos. Logo, as polêmicas sobre classificação envolvendo os produtores a indústria ficam mais raras.

Os conflitos e polêmicas de produtores e indústrias aumentam nas safras em que há excesso de oferta de tabaco no mercado. As empresas processadoras passam a aplicar integralmente os critérios de classificação previstos na normativa. O número de classes identificadas pelos classificadores aumenta, reduzindo consequentemente os preços pagos ao tabaco de qualidade inferior.

A classificação não costuma penalizar os produtores de tabaco de qualidade (cor, textura e tamanhos adequados das folhas, folhas colhidas no momento ideal, etc.). As polêmicas geralmente envolvem tabacos de qualidade inferior, que em anos de boa comercialização, costumam ser classificados a maior, e que em anos normais ou com excesso de oferta, são classificados no rigor na normativa.

Preços Referenciais do Tabaco por Classe – Safra 2013/14

Virgínia			Burley / Mariland			Comum	
CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	R\$/kg	R\$/arr.
TO 1	8,77	131,55	T 1	7,80	117,00		
TO 2	7,41	111,15	T1L	7,05	105,75		
TO 3	6,29	94,35	T 2	6,85	102,75	3,67	55,05
TR 1	6,83	102,45	T2L	5,43	81,45	3,61	54,15
TR 2	4,69	70,35	T 3	4,87	73,05		
TR 3	2,73	40,95	T3L	4,28	64,20		
TL 1	5,70	85,50	T K	3,14	47,10	2,58	38,70
TL 2	4,42	66,30	B 1	8,11	121,65		
T K	3,36	50,40	B1L	7,31	109,65		
BO 1	9,22	138,30	B 2	6,93	103,95	4,58	68,70
BO 2	7,98	119,70	B2L	6,10	91,50	4,53	67,95
BO 3	6,42	96,30	B 3	5,50	82,50	3,68	55,20
BR 1	7,18	107,70	B3L	4,57	68,55	3,56	53,40
BR 2	5,27	79,05	B K	3,94	59,10	3,06	45,90
BR 3	3,52	52,80	C 1	7,92	118,80		
BL 1	7,01	105,15	C1L	7,25	108,75		
BL 2	5,67	85,05	C 2	6,9	103,5	5,2	78
B K	4,42	66,30	C2L	6,1	91,5	5,05	75,75
CO 1	8,85	132,75	C 3	5,36	80,40	4,38	65,70
CO 2	7,77	116,55	C3L	4,41	66,15	4,12	61,80
CO 3	6,28	94,20	C K	3,94	59,10	3,36	50,40
CR 1	6,21	93,15	X 1	7,31	109,65		
CR 2	4,42	66,30	X1L	7,01	105,15		
CR 3	2,84	42,60	X 2	6,23	93,45	4,12	61,80
CL 1	7,01	105,15	X2L	5,83	87,45	3,94	59,10
CL 2	5,67	85,05	X 3	4,87	73,05		
C K	3,52	52,80	X3L	4,41	66,15		
XO 1	7,77	116,55	X K	3,52	52,80	2,84	42,60
XO 2	6,53	97,95	N	1,43	21,45	1,47	22,05
XO 3	5,36	80,40	G	0,60	9,00	1,01	15,15
XR 1	5,83	87,45					
XR 2	3,60	54,00					
XR 3	2,12	31,80					
XL 1	6,21	93,15					
XL 2	5,04	75,60					
X K	2,58	38,70					
G 2	3,36	50,40					
G 3	0,87	13,05					
N	2,22	33,30					
SC	0,87	13,05					
ST	0,54	8,10					

Quadro 1 - Tabela de Preços para o tabaco brasileiro – Safra 2013/2014

Fonte: Afubra/Sindicato

É no momento da classificação/comercialização que a exploração da mais-valia dos agricultores é exercida pelas indústrias multinacionais, é quando a relação de opressão, subordinação, dependência se materializa entre os agricultores e a indústria.

É o momento que a indústria equilibra o custo de manutenção do sistema de integração. A lei da oferta e procura fica evidente e é variável de safra para safra e

também definida pelo cenário da produção da matéria-prima nos demais territórios produtores (nacionais e internacionais).

Ao menos que o produtor tenha condições de trazer de volta para a sua propriedade o tabaco que pretendia comercializar e posteriormente comercializá-lo com outra indústria compradora, o que é raro, devido ao custo do transporte terceirizado, a sua inferioridade na relação contratual e sua dependência para comercializar sua produção, as circunstâncias levam os produtores acatar silenciosamente o desejo e a vontade da indústria.

8.1 As Alternativas dos Produtores de Tabaco

Ao contrário do que se divulga com frequência na mídia, o tabaco não é a única atividade econômica desenvolvida nas propriedades agrícolas familiares. A Figura 27 retrata diversas atividades econômicas mantidas paralelamente nas propriedades familiares. Embora a sua crescente especialização e profissionalização, a fumicultura no Sul do Brasil não constitui uma monocultura⁵⁶. Todavia observa-se uma profunda alteração do modo de vida dos agricultores, que ficam mais dependentes de suprimentos externos.

A indústria, os sindicatos e a Afubra inclusive incentivam a diversificação produtiva das famílias produtoras de tabaco como uma estratégia de diluir os riscos de colapso da renda das famílias, conforme retratado na Figura 27.

A condução da lavoura de tabaco inclui a utilização de agrotóxicos. O uso de agrotóxicos⁵⁷ orientado pelos técnicos das empresas fumageiras, em praticamente todas as fases do ciclo de produção, podem provocar intoxicações dos produtores. Nos dias de hoje é sabido que o efeito dos agrotóxicos sobre as pessoas é cumulativo. Após algumas safras, as consequências se manifestam na deterioração da saúde dos agricultores.

⁵⁶ O que ocorre em muitos casos é o abandono gradativo da agricultura de subsistência, ou seja, aquela destinada principalmente para o auto-consumo. As estratégias de produção envolvem a produção de um número determinado de produtos com finalidade comercial. As pessoas que vivem na zona rural adotam cada vez mais estilos de consumo, dependentes de fornecimento externo, que eram exclusivos da população urbana. Com isso o custo de vida no meio rural também se eleva, necessitando um aporte financeiro maior.

⁵⁷ Na produção de tabaco são utilizados diferentes agrotóxicos. Os principais produtos utilizados são: Classe IV (pouco tóxicos): Orthene, Confidor, Cobre Sandoz, Prime Plus; Classe III (medianamente tóxicos): Solvirex, Dithane e Manzate; Classe II (altamente tóxicos): Doser, Gamit e Poast; Classe I (extremamente tóxicos) Bromex e Furadan. Em 2012, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Agrofit) existiam 92 produtos comerciais diferentes indicados para o cultivo do fumo.



Figura 27 - Mosaico de Fotografias que Retratam a Diversificação Produtiva das Propriedades Fumicultoras no Sul do Brasil

Fonte: Acervo do Autor; 2012

Contudo o uso de agrotóxicos na agricultura está amplamente difundido nas mais diversas culturas. Algumas culturas mais sensíveis (morango, pimentão, tomate, entre outras) utilizam mais agroquímicos do que o cultivo do tabaco.

Pesquisas vêm demonstrando que a adoção de novos manejos tem permitido reduzir o volume de agrotóxicos no cultivo do tabaco quando comparamos com décadas passadas. O maior problema relacionado com o uso de agrotóxicos na produção de tabaco é a negligência do produtor com o risco de intoxicação.

Mesmo com a obrigação de frequência no curso de aplicação de agrotóxicos (oferecido pela empresa em parceria com o SENAR ou outras entidades), exigência do diploma na contratação do pedido, a fiscalização por meio das visitas dos orientadores agrícolas, que podem reverter penalizações, como por exemplo, a expulsão do produtor do SIPT da empresa, não são argumentos suficientes para o produtor adotar práticas de segurança, como por exemplo, utilização do Equipamento de Proteção Individual (EPI).

De forma alternativa, buscando um nicho de mercado mais específico, algumas empresas vêm fomentando o cultivo do *tabaco orgânico*. Sua participação é muito restrita, mas em expansão. Durante o trabalho de campo foi verificada a ocorrência desse tipo de cultivo principalmente no município de Canguçu. Duas empresas (Universal Leaf Tabacos e JTI) mantinham essa forma de cultivo até a

safra passada. Na safra 2014/15 apenas a Universal Leaf Tabacos mantinha essa forma de cultivo.

Mesmo com uma remuneração atraente, a produção dentro dos princípios da agricultura ecológica sofre resistência dos agricultores familiares devido à hegemonia do modelo dominante baseado nos princípios da revolução verde. Ser diferente num contexto hegemônico, como pretende a produção de tabaco orgânico exige muita dedicação. Torna-se ainda mais trabalhoso.

A propriedade precisa adotar os princípios da agricultura orgânica. A propriedade não pode cultivar variedades transgênicas (milho, soja). Os galpões precisam ser desinfetados e pintados com cal. As estufas e galpões não podem acomodar tabaco convencional durante aquela safra.

A produção tende a ser menor que em lavouras tradicionais. As folhas do tabaco orgânico são mais finas e macias. A maturação é mais acelerada (talvez devido à adubação orgânica).

O cultivo orgânico é realizado sem utilização de agrotóxicos, adubos químicos. Para a adubação são permitidos produtos orgânicos (esterco, compostos). Para o controle de pragas e doenças são disponibilizadas formulações com princípios ativos naturais (calda bordalesa, calda sulfocálica, pó de fumo, etc.). O controle de plantas daninhas ocorre por capina mecânica (enxada e capinadeiras).

Um dos momentos mais críticos da produção orgânica é o controle da rebrotação da planta após a capação da flor. Conforme os produtores orgânicos visitados, para a agricultura orgânica existe um substituto natural que deve ser aplicado em dias quentes, mas reconhecem que tem eficácia inferior ao produto químico. Em dias sem sol forte seu efeito é ainda menor.

A produção orgânica apresenta compensações bem interessantes para os agricultores adeptos, como: a classificação das folhas é simplificada (apenas 3 classes em média) as folhas não são organizadas em manocas, as folhas são enfardadas em folha solta (redução do trabalho de classificação); o preço do fumo orgânico segue a classe BO1⁵⁸ acrescido de 60%.

A comercialização é feita em parcela única (o fumo convencional é comercializado em parcelas). Isso se deve às exigências impostas ao transportador, como por exemplo, não misturar com o tabaco orgânico com tabaco convencional,

⁵⁸ Na safra 2013/2014 o valor da arroba de tabaco (15 quilos) da classe BO1 era de R\$ 138,30.

os caminhões precisam ser higienizados (desinfetante) antes do embarque do tabaco orgânico, etc.

A rotina de trabalho que a produção de tabaco (orgânico ou convencional) exige muita dedicação dos agricultores e/ou dos trabalhadores contratados, é cansativa, sobretudo no período da colheita e classificação. O sucesso na atividade está em grande parte na dedicação do agricultor com a condução da lavoura.

A grande demanda de trabalho exige que eventualmente as famílias insiram no processo produtivo inclusive a força de trabalho das crianças e idosos. O uso de mão de obra infantil levou o Ministério Público ajuizar uma ação contra as indústrias integradoras. Para reverter esse passivo, a indústria reagiu exigindo dos agricultores integrados a não utilização de mão de obra infantil na produção de tabaco e a participação das famílias no Programa Crescer Legal, desenvolvido pelo Sinditabaco. Atualmente, as empresas fumageiras controlam diretamente com as escolas, a matrícula e a frequência de crianças e adolescentes inseridas nas regiões produtoras.

A colheita do tabaco coincide sempre com o verão. Além da exposição à radiação solar que pode causar câncer de pele e o envelhecimento precoce, as pancadas de chuvas (chuvas convectivas), típicas da estação, obrigam os agricultores a trabalhar em ambientes de trabalho insalubres. Essas condições naturais potencializam outro problema sério; a intoxicação com a nicotina liberada pela planta do tabaco verde, conhecida como Doença do Tabaco Verde.

Para evitar essa intoxicação foram desenvolvidas roupas específicas (impermeáveis) que devem ser usadas pelas pessoas durante a colheita que garantem até 98% de segurança contra contaminação. (Sinditabaco; Colheita Segura, 2015). Da mesma forma que ocorre em larga medida com o uso do EPI para aplicação de agrotóxicos, os produtores são negligentes com a proteção à sua saúde, justificam desconforto com as vestimentas no calor.

Com o passar das safras é possível perceber a fragilização das condições de saúde dos membros da família, a pressão causada pelos contratos de integração com a indústria principalmente quando ocorrem frustrações de safra ou problemas com a comercialização. Isso se deve a desproporção entre a mão de obra disponível e a quantidade de pés de tabaco cultivados.

A legislação resguarda a propriedade familiar de ações de execução de dívidas, diante do poder exercido pela indústria ou sistema bancário. No passado já

houve casos em que os agricultores sofrem o arresto da produção e as propriedades ou bens de agricultores inadimplentes eram colocados em leilão, conforme confirmaram agricultores de Canguçu, Turuçu e Cristal.

O endividamento do produtor não é desejável ao SIPT. Ironicamente quando isso ocorre, a indústria precisa utilizar estratégias para manter os agricultores ao SIPT para permitir a recuperação dos créditos inadimplentes e conseqüentemente manter o fornecimento de matéria-prima à indústria. Em caso de rompimento do relacionamento produtor-empresa, os prejuízos ficam por conta da empresa integradora, muitas vezes de difícil recuperação.

Durante as entrevistas no trabalho de campo (veja roteiro de perguntas na seção de Apêndices) constatou-se que o endividamento dos agricultores vinculados ao CAI do tabaco e também aos demais CAIs é alto, contudo a inadimplência é baixa.

Num universo de 37 agricultores entrevistados, 4 produtores (Cristal, Turuçu e Canguçu) admitiram que possuem dívidas com as empresas. Todos tinham renegociados os débitos em prazos bem elásticos e continuam na atividade, pagando a dívida em parcelas anuais.

A origem do endividamento é na maioria das vezes decorrente da realização de vultosos investimentos, às vezes superiores à capacidade futura de pagamento, principalmente de máquinas agrícolas (tratores, implementos), veículos (automóveis, motocicletas), equipamentos utilizados na atividade (estufas elétricas, galpões, equipamentos, etc.), a compra de terras e inclusive festas de casamento de filhos, as reformas de casas, despesas médicas com familiares, etc. De forma complementar se observa um considerável endividamento no comércio local (crediário, caderninho no mercado, etc.), durante a entressafra, de uma parte considerável dos agricultores.

A situação de endividamento prossegue para a situação de inadimplência em determinados momentos críticos que ocorrem periodicamente, como por exemplo, safras comprometidas por estiagens, temporais de granizo⁵⁹ e ventos,

⁵⁹ A cobertura do sistema mutualista da Afubra não assegura uma renda para o agricultor. De acordo com os produtores entrevistados, a cobertura do sistema mutualista da Afubra, em caso de perda total da lavoura, cobre tranquilamente as despesas de custeio; mas não garante indenização compatível com a renda potencial que poderia ser obtida com a comercialização da produção perdida na intempérie. Ademais, os valores das indenizações são variáveis a cada safra, são calculados anualmente levando em conta as ocorrências de prejuízos em todo o sistema; todos os produtores associados.

incêndios de estufas, crises econômicas, morte de familiares, etc. Também contribui para a inadimplência dos produtores de fumo o desvio da produção para comercialização no mercado paralelo e/ou com *picaretas*.

O processo de secagem e cura das folhas de tabaco demanda anualmente uma grande quantidade de lenha, conforme ilustrado na Figura 28. Embora o desmatamento de florestas nativas já tenha um controle maior pelos órgãos ambientais, uma parcela pequena ainda é proveniente do desmatamento de florestas nativas, sobretudo a Mata Atlântica. A indústria subsidia o fornecimento de mudas de eucaliptos e acácia-negra para os fumicultores utilizar em projetos de silvicultura e reflorestamento.

As tecnologias utilizadas para a secagem das folhas evoluíram com a tecnologia das estufas elétricas numa tendência de redução do consumo de lenha, mas mesmo assim a produção de tabaco demanda anualmente 1,8 milhões de toneladas de madeira para a secagem e cura das folhas de tabaco. Estima-se que cada estufa consuma em média 50 metros de lenha/safra. Se utilizarmos esse parâmetro, se estima que a cada safra, na Região Sul seja cortado o equivalente a 24 milhões de árvores. Estimativas da OMS indicam que 200 mil hectares de florestas são desmatados no mundo pelo cultivo do tabaco.



Figura 28– Lenha proveniente de reflorestamento para utilização nos fornos das estufas de fumo.

Fonte: Acervo do Autor/Trabalho de Campo/2015

A indústria do tabaco tem conhecimento desse passivo ambiental. Para amenizar as consequências na opinião pública, as indústrias fiscalizam os

produtores (prevendo punições) e apoiam projetos de educação ambiental⁶⁰, principalmente com alunos de escolas públicas de municípios onde ocorre produção de tabaco.

Também buscam desenvolver projetos de responsabilidade social e ambiental dentro das empresas e junto com os fornecedores e produtores, com uso de certificações internacionais (ex. ISO) para tornar o tabaco um produto menos agressivo no mercado e conseqüentemente melhor valorizado no mercado internacional.

O cultivo do tabaco e o tabagismo são questionados pela sociedade. A grande fragilidade da cadeia é que o tabaco não se trata de um alimento ou uma matéria-prima versátil, com várias aplicações industriais. A principal aplicação industrial para o tabaco é a fabricação de cigarros.

⁶⁰ O Projeto Verde é Vida, desenvolvido pela Afubra, é um exemplo dessa política ambiental. Surgiu em 1978, por meio do convênio com IBAMA, e na época visava o reflorestamento. Atualmente trabalha também outras questões ambientais com milhares de alunos em centenas de escolas no Sul do Brasil.

9. O Território do Tabaco no Sul do Rio Grande do Sul

9.1 Características Naturais

A microrregião de Pelotas está localizada na margem oeste da Laguna dos Patos sobre o embasamento de rochas cristalinas antigas e bastante erodidas que tem várias denominações locais e regionais – *Complexo Canguçu*, Serra dos Tapes ou Serra do Sudeste, Planalto-Sul-Rio-grandense – pertencente ao Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense formado no período Pré-Cambriano.

SUERTEGARY (Et. Al.) denominam o Escudo Cristalino Sul-Rio-grandense como Planalto Sul-Rio-grandense.

O planalto Uruguaio Sul-Rio-grandense está situado no setor sul-sudeste do Estado. Constitui-se, basicamente, de rochas ígneas e metamórficas de idade Pré-cambriana geradas durante estágios de evolução do Cinturão Dom Feliciano e Cráton rio de La Plata. Esse cinturão foi originado pela colisão entre dois antigos continentes, um sul-americano e outro africano. (SUERTEGARAY, 2004, p.13)

Devido aos intensos processos erosivos ocorridos ao longo do Terciário, o Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense possui altitudes que não ultrapassam os 450 metros. A Figura 29 ilustra a paisagem predominante na área de estudo.



Figura 29 – Visão panorâmica do relevo da área estudada.

Fonte: Acervo do Autor/Trabalho de Campo.

A sua malha hidrográfica apresenta uma grande concentração de arroios que possuem um padrão de drenagem dendrítica ou arborescente. (CUNHA, 2001, p. 225). Os cursos d'água apresentam regime perene sem grande variação no volume no decorrer do ano. O principal rio que drena a região estudada é o rio Camaquã. Ao mesmo tempo ocorrem vários outros rios (localmente denominados de arroios) de menor volume d'água, tais como, o Arroio Santa Isabel, Arroio São Lourenço, Arroio Grande, todos localizados em São Lourenço do Sul; o Arroio Pelotas (Pelotas), Arroio Sapato (Cristal), etc. Todos deságuam na Laguna dos Patos.

Alguns municípios (com exceção de Canguçu, Arroio do Padre, Morro Redondo e Cerrito) estão localizados parcialmente sobre a Planície Costeira da Laguna dos Patos, que não é ocupada pela produção de tabaco. Os limites entre a Planície Costeira e o Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense se destacaram nitidamente durante os trabalhos de campo com a produção de tabaco.

A Figura 30 facilita a localização das unidades do relevo do Rio Grande do Sul.

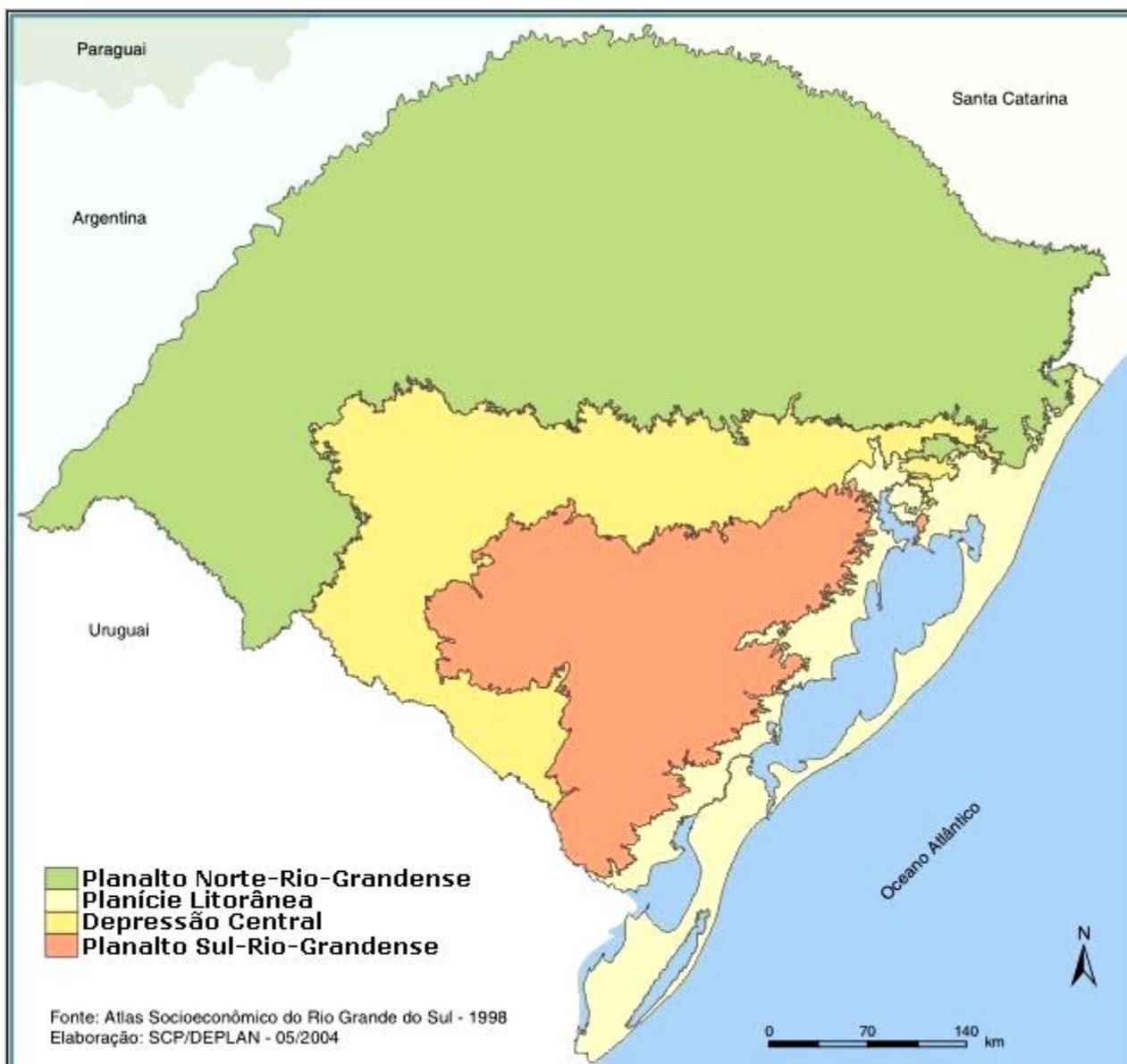


Figura 30 – Unidades do relevo do Rio Grande do Sul

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul – 1998/FEE

O clima predominante no Rio Grande do Sul é o subtropical, com índice médio anual de pluviosidade elevado (superior a 1.500 mm) bem distribuído durante todo o ano, fazendo com que não exista a estação da seca.

O bioma dominante é o Pampa que ocupa mais da metade do território gaúcho. Na microrregião de Pelotas, o Pampa evidencia resquícios da transição do bioma da Mata Atlântica para o bioma Pampa à medida que avança em direção ao Sul ou ao interior do estado do Rio Grande do Sul, onde o Pampa se torna mais característico.

Difícilmente encontramos nesta Microrregião, sobre o Planalto Sul-Rio-grandense, propriedades que possibilitam o uso agrícola em toda a sua extensão. Os terrenos íngremes e a fertilidade dos solos determinam lavouras descontínuas e apresentam limitação à mecanização. O aspecto do relevo local exerce influências nas condições hídricas dos cursos d'água. Sabendo-se que os terrenos em relevos acidentados exigem maiores cuidados que outros, nesse sentido é possível afirmar que a ação humana influencia quer na reconstituição dos solos e na sua fertilidade como também na degradação ambiental devido a práticas agrícolas, florestais e/ou pastoris não adequadas às condições edafo-ambientais.

Por isso é muito importante a conscientização do agricultor quanto as suas práticas agrícolas. A adoção de técnicas conservacionistas (como por exemplo, o plantio direto ou o cultivo mínimo) por parte de alguns agricultores, ainda que quase como uma “imposição tecnológica” das empresas integradoras, parecem leva-los à uma maior conscientização dos agricultores. As recentes discussões acerca do novo Código Florestal, como por exemplo, a necessidade de todos os agricultores realizarem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), mesmo que seja uma exigência burocrática para a obtenção de financiamento agrícola, tendem a levar a uma melhor conservação das matas ciliares em torno dos cursos d'água e da reserva florestal legal. Estas práticas são fundamentais para a preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e da própria propriedade do agricultor.

Em muitas propriedades encontramos trechos com lavouras que são inadequadas devido a constituição de solos e topografia e ao tipo de exploração baseado na lavração-gradeação-plantio que ainda é adotado por alguns agricultores. São solos de encosta que requerem cuidados redobrados com a erosão, sendo potenciais fontes de assoreamento dos cursos d'água. É preciso desenvolver alternativas viáveis que não acarretem prejuízos financeiros e ambientais ao proprietário dessas áreas por meio da implantação de cultivos perenes que dispensam a lavração a cada safra e que desse modo preservariam os solos da erosão e os cursos d'água do assoreamento.

9.2 Características Socioeconômicas

A produção de tabaco no Brasil se evidencia nos municípios da região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo nas microrregiões geográficas de

Pelotas e Camaquã. A cada ano é mais evidente a força produtiva da fumicultura em Canguçu, São Lourenço do Sul e Camaquã e outros municípios periféricos. Esses três municípios detêm o status de maiores produtores gaúchos e brasileiros e soma juntos mais de 11,5 mil fumicultores, uma produção estimada de 46,7 mil toneladas na safra 2011/2012, conforme dados da Afubra.

A análise dos dados da produção de tabaco na microrregião de Pelotas-RS entre 1991 e 2010 revela que os municípios que apresentam a maior produção são Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas. Após 2000 o crescimento do volume produzido e área ocupada deram saltos (até 10 X), principalmente nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul.

Os municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu tem se alternado na liderança de maior produção. Até os anos 1990, a liderança da produção de fumo na microrregião de Pelotas-RS era de São Lourenço do Sul, posteriormente o destaque foi Pelotas como zona de expansão, e nos anos 2000, Canguçu desponta na liderança. (IBGE, 1985, 1996 e 2006). A queda observada em Pelotas e em alguma medida em São Lourenço do Sul pode ser atribuída ao processo de emancipação de municípios, como por exemplo, Arroio do Padre, Turuçu e Cristal (SILVEIRA Et All, 2010, p.1)

Alguns dados chamam a atenção na análise estatística da produção de tabaco na microrregião de Pelotas: os municípios de Cristal e Turuçu, de emancipação recente, apresentam percentuais de crescimento bastante ascendentes, considerando a sua dimensão territorial reduzida, a sua produção é expressiva. Portanto nesses municípios jovens a produção de tabaco assume um papel de principal fonte de renda e arrecadação.

A afirmação da produção de tabaco nos municípios selecionados foi influenciada pelas estratégias de expansão da produção empreendidas pelas empresas integradoras em diferentes momentos. Uma dessas ondas de expansão ocorreu na primeira década de 2000 quando houve uma forte entrada das empresas integradoras buscando novos produtores e/ou a ampliação da quantidade produzida. Isso foi observado nos relatos de campo obtidos nos municípios de Canguçu, Cristal, Turuçu.

Não é possível delimitar até que ponto é intencional, mas os municípios onde a fumicultura se afirmou, possuem uma vinculação histórica muito forte com a colonização alemã, pomerana e italiana ocorrida na segunda metade do século XIX.

A indústria do tabaco assimilou esse recurso cultural e priorizou no seu processo de expansão horizontal os municípios vinculados à colonização europeia.

Em momentos de forte expansão, como por exemplo, início da década de 2000, o critério cultural teve uma importância menor. Porém, em muitos casos, o tempo demonstra que as famílias que não possuíam o vínculo cultural, não se adaptaram tão facilmente à lida da produção de tabaco, por isso muitas famílias desistiram da atividade. A Figura 31 ilustra uma realidade que é bastante frequente, existência de construções abandonadas (estufas, casas, galpões, etc.) que evidenciam a produção de tabaco e o posterior êxodo.



Figura 31 – Imagem de uma propriedade fumicultora abandonada no interior do município de Cangucu/RS.

Fonte: Acervo do Autor/Trabalho de campo, 2015.

A grande maioria dos imigrantes europeus que chegaram aos municípios selecionados era composta por agricultores. Alguns imigrantes europeus já possuíam experiência com a produção de fumos claros – diferente do tabaco até então produzido no Brasil.

O imigrante procurou reproduzir no Brasil os métodos de produção e costumes que traziam consigo. Dedicou-se a policultura de vários gêneros alimentícios priorizando o autoconsumo e destinando ao mercado os excedentes. Por essa ligação com a agricultura e com a terra ganharam o adjetivo de *colonos*, o seu local de moradia; *colônia*, etc.

A produção de fumo sempre esteve presente na economia dos municípios selecionados desde pelo menos a década de 1950. Conforme a chegada da Souza Cruz ao Rio Grande do Sul e o estabelecimento dos pilares do Sistema de Produção Integrada de Tabaco (SIPT), principalmente nas microrregiões de Santa Cruz e Vale do Rio Pardo, a produção de tabaco passa a ser expandida e incentivada também em outras regiões do Rio Grande do Sul.

Na Microrregião de Pelotas essa expansão se inicia na década de 1950-60. A Figura 32 retrata uma das estufas de cura pioneiras no município de São Lourenço do Sul. A Souza Cruz sempre foi a empresa integradora de maior respaldo dentro da cadeia. Concomitantes existiam diversas empresas menores, das quais muitas não existem mais nos dias atuais, pois foram adquiridas e incorporadas por outras empresas.



Figura 32 – Estufa de secagem de tabaco pioneira⁶¹ no interior de São Lourenço do Sul.

Fonte: Trabalho de Campo/Autor, 2015.

Posteriormente (após a década de 1970), os interesses expansionistas da indústria multinacional do tabaco, instalada na região de Santa Cruz, sincronizaram

⁶¹ Conforme relatos da proprietária, a estufa possui 50 anos. A sua família foi uma das pioneiras na produção de tabaco na localidade. As estufas desse período tinham um estilo arquitetônico bem característico: eram estreitas, altas, o telhado com telhas de barro; paredes raramente rebocadas, etc.

com a necessidade dos agricultores de encontrar alternativas de produção e, conseqüentemente se tornar mais rentáveis.

Em Pelotas, a implantação do cultivo do fumo ocorreu na década de 1960, bem como nos municípios de Canguçu e São Lourenço. A dificuldade em comercializar produtos tradicionalmente cultivados, como a cebola, a batata inglesa e o milho (e mais recentemente isso também se aplica ao pêssego) estimulou o crescimento da fumicultura. (Agostinello *et al.*, 2000 *apud* PINHEIRO, 2010, p.167).

Essa necessidade se acentuou nas décadas de 1980 e 1990 que foram marcadas por sérias crises econômicas que afetaram seriamente o setor agropecuário, como por exemplo, os vários planos econômicos, a inflação, problemas climáticos, etc.

Durante as últimas décadas do século XX, a dificuldade de comercialização para produtos tradicionalmente cultivados nos municípios (cebola, feijão, batata inglesa⁶² e milho) e a queda dos preços reduziram a renda dos produtores e os conduziu para segmentos mais rentáveis ligados à agroindústria, tais como leite, fruticultura e conservas, soja, tabaco, etc. Os produtores que não se adaptaram a essa nova realidade econômica, acabaram se desfazendo de suas propriedades e migrando para cidades em busca de um emprego na nova e crescente industrialização.

Cada município selecionado apresenta uma realidade quanto a entrada da fumicultura. Em São Lourenço do Sul, uma das primeiras estratégias de superação da crise adotada por grande parte dos agricultores foi a cultura da soja⁶³. Depois de alguns anos, o manejo incorreto do solo que provocou sérios problemas de erosão e perdas de solo, o uso intensivo de agrotóxicos de formulação extremamente nociva à saúde das pessoas e ao meio ambiente, começou a expor os limites da oleaginosa.

Por outro lado alguns produtores se capitalizaram com o cultivo da soja, iniciaram a mecanização das suas lavouras e assim obtiveram importantes ganhos de escala, enquanto outros não suportaram frustrações de safra causadas pelo

⁶² Por décadas, São Lourenço do Sul foi considerado o município maior produtor gaúcho de batata-inglesa. Perdeu o título por várias razões: queda dos preços, pragas de solo, mecanização em outras regiões produtoras.

⁶³ Conforme relatos obtidos no trabalho de campo, eram tempos bastante difíceis. Os agricultores plantavam a semente da soja com plantadeiras manuais ou de tração animal. As lavouras eram de pequena extensão. A aplicação de agroquímicos era realizada com pulverizadores costais, e em alguma exceção, com pulverizadores tratorizados. A colheita era feita com o corte manual (com foice) e a trilha era feita com trilhadeiras movidas a motor. Se comparadas com as safras atuais, a produtividade era inferior à metade dos dias atuais.

clima, pelas produtividades decrescentes e abandonaram a cultura da soja, que se consolidava entre os agricultores mais capitalizados.

No município de Canguçu, Turuçu, Pelotas foi bastante intensa a vinculação da agricultura familiar à indústria de conservas, principalmente de pêssego, aspargo, pepino, morango, figo, etc. A crise da indústria de conservas da região de Pelotas (RS) no final da década de 1990 e início da década de 2000 acentuou a crise vivida pelos agricultores.

Diversas outras iniciativas foram experimentadas pelos agricultores que buscavam soluções para a crescente crise no meio rural e conseqüentemente perda de renda. Alguns agricultores passaram a se integrar à agroindústria do leite, do frango, do suíno, à olericultura, etc.

Todavia a fumicultura acabou se tornando uma importante saída para um grande número de agricultores familiares, uma vez que o agronegócio do leite; a avicultura ou a suinocultura eram sistemas bem mais seletivos e geralmente exigiam um maior aporte financeiro inicial.

Esse momento histórico vivido pela agricultura familiar coincide com a estratégia da indústria do tabaco multinacional expandir as suas áreas fornecedoras de matéria-prima para se consolidar como grande exportador de tabaco para o mercado externo. No cenário internacional, durante a década de 1960, a guerra civil Rodésia (atual Zimbábue), permitiu que a indústria do tabaco brasileiro conquistasse importantes mercados antes ocupados por este país.

O estímulo à produção de tabaco teve a participação importante de medidas estimulantes do Estado Brasileiro mediante o financiamento oficial subsidiado, para custeio das lavouras e construções de estufas e galpões, isenções fiscais concedidas às indústrias, etc. No senso comum de muitas pessoas (inclusive de produtores) se aceita a ideia de que é a empresa integradora que financia a atividade produtiva. Exceto os recursos próprios de cada empresa integradora, o grande volume de recursos consumidos pela cadeia produtiva é custeado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Esses dados ajudam a entender a consolidação recente da Microrregião de Pelotas, retratada na Figura 34, como grande produtora de tabaco. Evidencia o aumento da sua importância no cenário estadual. O gráfico da Figura 33 evidencia o progressivo aumento de produção de tabaco na Microrregião de Pelotas, sobretudo após 2004 quando a quantidade produzida rompe a barreira de 50 mil toneladas.

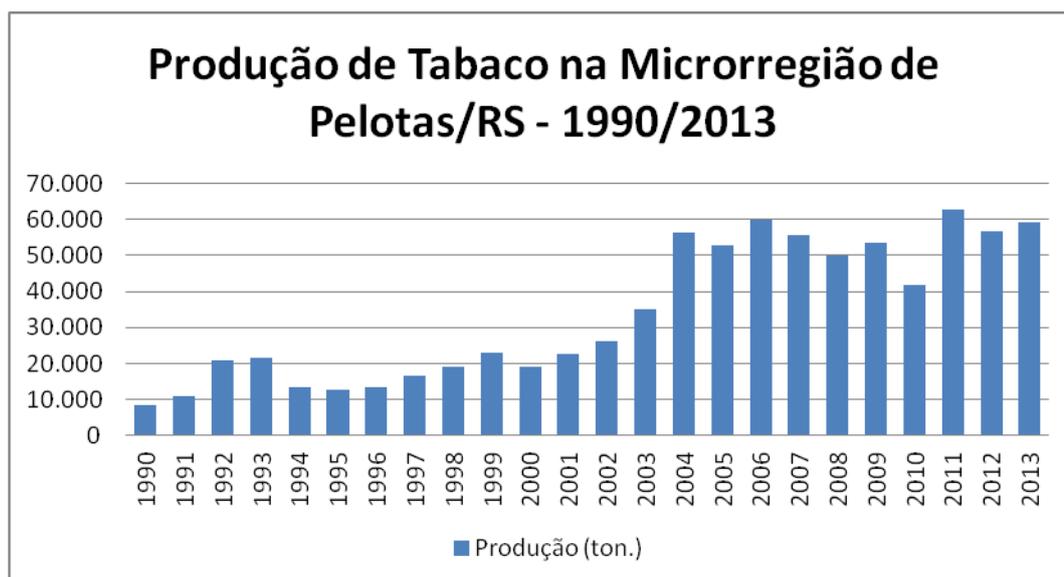


Figura 33 – Gráfico da Produção de Tabaco na Microrregião de Pelotas/RS entre os anos de 1990 e 2013.

Fonte: Organizado pelo autor com dados de Afubra e IBGE.

A Tabela 7 detalha os dados da Microrregião de Pelotas e permite constatar que os municípios que detêm as maiores produções são Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas. Observem na Figura 34 os municípios que compõem a Microrregião de Pelotas.

Tabela 7- Produção de Tabaco nos Municípios da Microrregião de Pelotas – 2010

Município	Número de Produtores	Área plantada (Hectares)	Área colhida (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Valor da produção (Mil Reais)
Canguçu - RS	4.701	8.908	8.908	13.362	R\$ 80.172,00
São Lourenço do Sul - RS	4.020	8.500	8.500	14.875	R\$ 73.150,00
Pelotas - RS	2.006	3.500	3.500	7.875	R\$ 45.675,00
Cristal – RS	335	1.350	1.280	2.394	R\$ 12.858,00
Arroio do Padre - RS	590	1.170	1.170	1.755	R\$10.450,00
Turuçu – RS	408	806	806	1.269	R\$ 6.296,00
Morro Redondo - RS	24	250	250	250	R\$ 1.250,00
Capão do Leão - RS	1	10	10	17	R\$ 92,00
Cerrito – RS	13	55	55	91	R\$ 482,00
Pedro Osório - RS	0	-	-	-	-
TOTAL		24549	24479	41888	R\$ 230.425,00

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário/Afubra

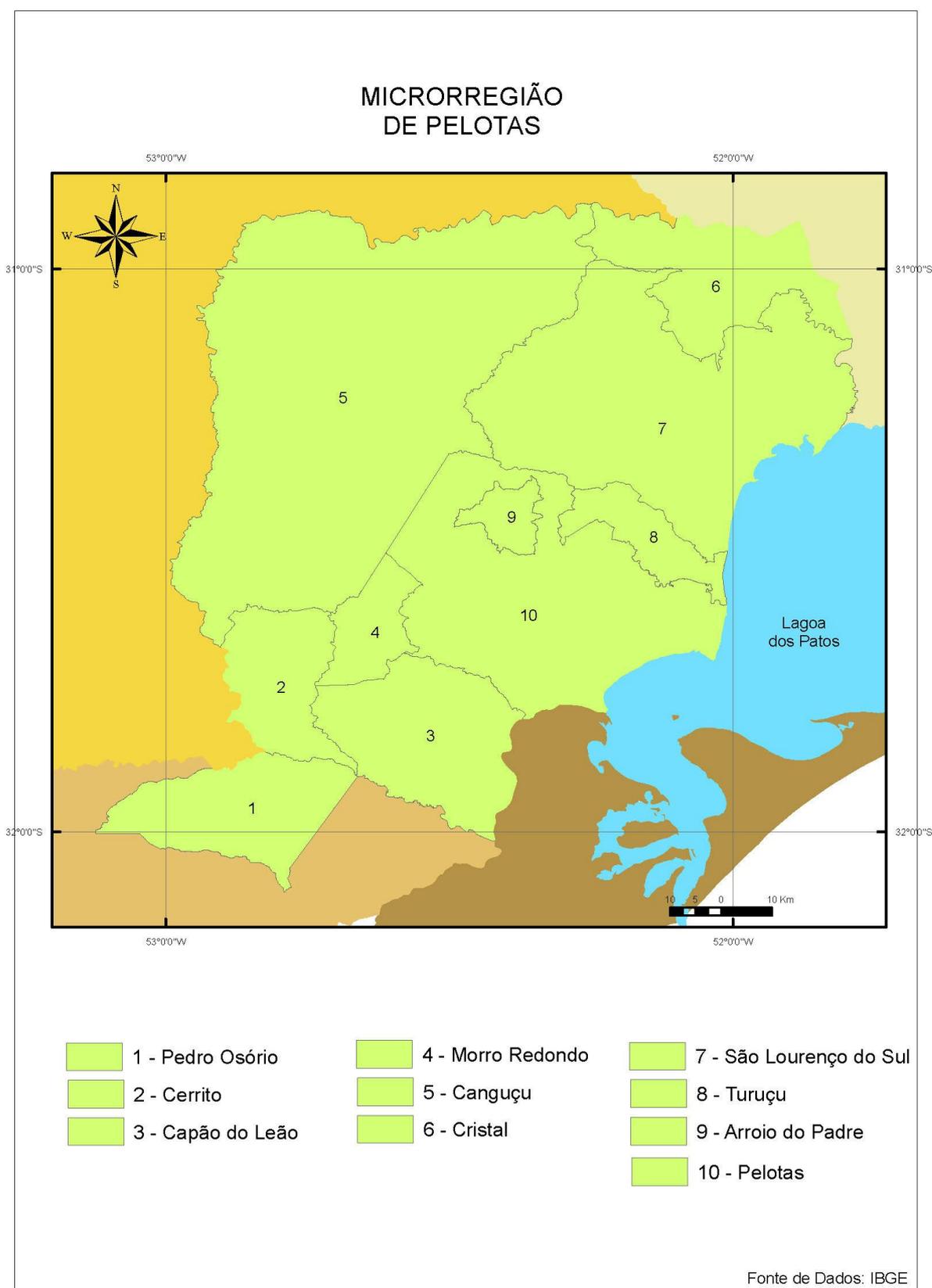


Figura 34 - Mapa da Microrregião de Pelotas e seus respectivos Municípios

Fonte: FEE/IBGE. Elaborado por Michele B. da Silva Moraes

Com base na Tabela 7, o primeiro grupo constituído por São Lourenço do Sul e Canguçu aponta no ranking dos maiores municípios produtores de tabaco do Brasil. Como podemos observar no mapa da Figura 35, são os dois municípios com maior extensão territorial dentro da Microrregião de Pelotas.

Os dados do IBGE (quantidade produzida) e Afubra (número de produtores) apontam o município de São Lourenço do Sul como o maior município produtor de tabaco na Microrregião com aproximadamente 4.020 famílias produtoras de tabaco que cultivam 8.500 hectares e que obtiveram uma produção de 14.875 toneladas de fumo seco em folha.

No município de São Lourenço do Sul a produção de tabaco é constante em toda a zona rural do município de origem colonial, localizada sobre a Serra do Sudeste. Apenas na planície costeira da Laguna dos Patos, domínio natural das propriedades agrícolas maiores, geralmente ocupadas com o cultivo do arroz e pecuária, que não encontramos a plantação de tabaco.

O município de Canguçu vem logo a seguir. São aproximadamente 4.701 famílias produtoras de tabaco que cultivam 8.908 hectares e obtiveram uma produção de 13.362 toneladas de fumo seco em folha. O levantamento de DUTRA (2015) durante o seu trabalho de campo no município de Canguçu aponta,

a enorme concentração de produtores de fumo no primeiro e segundo distritos, áreas de predomínio da agricultura familiar. Dentre as localidades do segundo distrito, o Iguatemi concentra 384 produtores, o Herval 305. O primeiro distrito concentra a maior parte dos produtores em uma região tradicional produtora de variedades agrícolas para as indústrias conserveiras. Três localidades são expressivas: Canguçu Velho com 227 produtores, Fávila também com 227 produtores e Glória com 90 produtores. Essas localidades eram basicamente fornecedoras de produtos para as indústrias conserveiras e lenta e gradualmente aderem à fumicultura. (DUTRA, 2015, p.136)

Um segundo grupo intermediário é composto pelos municípios de Pelotas, Cristal, Arroio do Padre e Turuçu que possuem uma produção menos expressiva. Com exceção de Pelotas, são municípios com extensão territorial menor, emancipados na década de 1990. Esse grupo está representado cartograficamente na Figura 35.

Um fato importante a ser destacado em relação a Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre e Morro Redondo é a diminuição das áreas destinadas ao fornecimento de matéria-prima para as tradicionais indústrias de conservas e que conseqüentemente ingressaram na fumicultura, fato bastante presente em localidades como Vila Nova, Bachini e Santa Silvana, entre outras localidades da colônia pelotense.

O terceiro grupo é composto pelos municípios de Morro Redondo, Capão do Leão, Cerrito e Pedro Osório. Com alguma exceção para o município de Morro Redondo, a produção de tabaco não é muito tradicional nesses municípios. Em Morro Redondo, por exemplo, os agricultores permanecem produzindo frutas para atender à demanda de pêssego e morango, das unidades industriais conserveiras instaladas no município. No município de Pedro Osório não havia registros da atividade no ano de 2010.

O mapa da Figura 35 apresenta de forma cartográfica esses três grupos de municípios dentro da Microrregião de Pelotas.

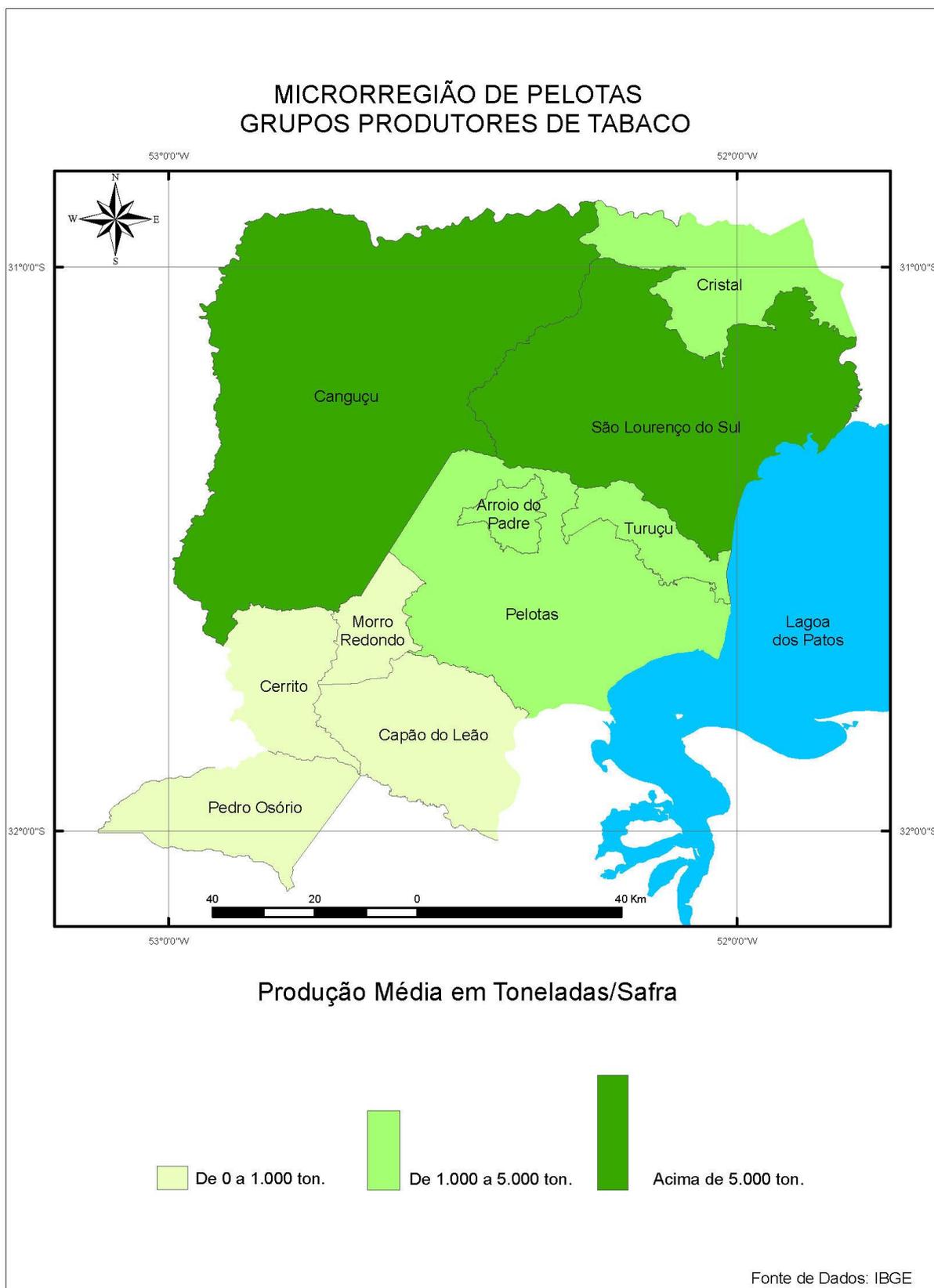


Figura 35 - Mapa da Produção de Tabaco nos Municípios da Microrregião de Pelotas.

Fonte: FEE/IBGE. Elaborado por Michele B. da Silva Moraes

9.3A Organização do Território do Tabaco na Microrregião de Pelotas

Os dados levantados sobre a produção agrícola da Microrregião de Pelotas e a observação *in loco* permitem a afirmação de que a zona rural dos municípios da Microrregião de Pelotas, especialmente àquela localizada sobre o Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense, também denominado como Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul ou Serra dos Tapes, apresenta características sociais, culturais, arquitetônicas e produtivas que configuram um território específico; um território do tabaco.

A cadeia produtiva do tabaco é bastante complexa, constituída por uma organização oligopsônica concentrada composta por um número reduzido de empresas de porte considerável que possuem na base, como fornecedores de matéria-prima, centenas de milhares de produtores com perfil bastante heterogêneo.

No nosso trabalho de campo apenas não foram mencionadas pelos agricultores duas empresas de menor porte: Industrial Boettcher de Tabacos Ltda e Tabacos Novo Horizonte Ltda. Embora não tenham sido mencionadas pelos agricultores entrevistados descobriu-se que ambas também operam no território do tabaco da Microrregião de Pelotas. Portanto, todas as empresas integradoras filiadas ao Sinditabaco, atuam no território do tabaco da Microrregião de Pelotas.

Segundo os produtores, a Souza Cruz detém o *status* de empresa mais exigente, que procura classificar os melhores produtores, cria muita inovação tecnológica (que geralmente representam custos aos produtores) para a produção do tabaco. Ao mesmo tempo é também considerada pelos produtores como a empresa que mantém uma classificação mais equilibrada durante o processo de compra do tabaco, evitando grandes oscilações de rentabilidade para os produtores.

As empresas mais citadas foram: Souza Cruz (pioneira na região), Universal Leaf Tabacos, JTI, Philip Morris e China-Brasil Tabacos (as três últimas são empresas mais jovens). Essas cinco empresas receberam as melhores qualificações por parte dos produtores. São empresas transnacionais consideradas bastante exigentes (sobretudo a Souza Cruz), mas que também se destacam por serem boas compradoras de tabaco, praticando uma classificação mais bem aceita.

Outras empresas com predomínio de capital transnacional concentram produtores menos especializados. Algumas regras de seu SIPT são mais flexíveis e inicialmente mais vantajosas aos produtores nem sempre dispostos ou com condições de fazer grandes investimentos. De acordo com os agricultores, essas

empresas tendem, conforme cada caso, ser mais instáveis no processo de compra, pagando por uma classificação muito vantajosa ao produtor em safras com carência de matéria-prima e penalizando na classificação do tabaco do produtor em anos com excesso de oferta.

Algumas empresas menores não possuem uma capitalização muito grande e conseqüentemente são muito dependentes de empréstimos bancários para a manutenção de seu SIPT e do seu processo de compra do tabaco dos produtores ou são empresas com atuação reduzida ou muito específica, atuando na comercialização de determinados tipos de tabaco.

Geralmente as empresas menores integram um número reduzido de agricultores. As condições impostas pelo seu SIPT são menos rigorosas. As promessas de comercialização são atraentes e vantajosas aos agricultores. O foco são os agricultores com uma estrutura mais fragilizada, mais carente, produtores com débitos nas empresas integradoras maiores, etc. As polêmicas decorrentes da classificação do produto durante a comercialização tendem a serem maiores. A expropriação tende a ser mais intensa.

O trabalho de campo identificou diferentes formas de relacionamento dos produtores de tabaco com as empresas integradoras. Um grupo é formado por agricultores fidelizados a apenas uma empresa; produtores exclusivos. Geralmente trata-se de relacionamentos estáveis e antigos. Outro grupo é formado por agricultores que possuem relacionamento com mais de uma empresa integradora; denominados produtores mistos.

Ambas as formas de relacionamento apresentam vantagens e desvantagens. *A priori* as empresas integradoras privilegiam os produtores exclusivos porque significam segurança e a estabilidade no fornecimento de matéria-prima. Essa garantia tende a ser recompensado com bons preços pagos ao tabaco durante a comercialização.

Por outro lado, a opção dos produtores de ter vínculos com mais de uma empresa faz parte de uma estratégia de expandir as possibilidades de uma melhor comercialização, uma vez que pode ocorrer que em determinada safra uma empresa tenha uma compra melhor que a outra. Isso é comum ocorrer devido ao mercado específico de cada empresa integradora bem como às necessidades de tipos específicos de tabaco. Por outro lado, para a empresa integradora, os produtores mistos podem representar potenciais desvios de tabaco de uma empresa para outra.

O território do tabaco da Microrregião de Pelotas assume um papel periférico dentro da cadeia produtiva especializada no fornecimento de matéria-prima. A escolha da indústria do tabaco pelo território da Microrregião de Pelotas segue critérios econômicos e agrônômicos. Naturalmente a agricultura familiar dessa Microrregião é muito forte, diversificada, relativamente tecnificada e produtiva, semelhante ao que se verifica no norte e noroeste do Estado.

As empresas integradoras são concorrentes entre si na estratégia de garantir o fornecimento de matéria-prima. A concorrência busca agregar os melhores agricultores ao seu SIPT o faz com que as empresas não consigam completar o seu quadro de fornecedores apenas com os produtores com melhor score no sistema de classificação dos produtores utilizado pelas empresas. Em segundo plano, as empresas precisam completar com outros produtores, por vezes menos estruturados ou fiéis às regras de seu SIPT para completar o seu quadro de fornecedores.

Lado a lado existem produtores bastante tecnificados que estão na atividade por motivação financeira, e por outro, produtores bastante limitados com uma organização produtiva por vezes precária, para os quais o tabaco talvez configura como uma das poucas, senão a única alternativa de sobrevivência no meio rural.

Também estão inseridos a essa cadeia diversas associações de classe (produtores, indústria, transporte), orientadores agrícolas, transportadores, empresas fornecedoras de insumos vinculadas ao SIPT (indústria de fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos, etc.), empresas fornecedoras de insumos independentes (metalúrgicas que vendem estufas, implementos, etc.), empresas prestadoras de serviço vinculadas ao SIPT (laboratórios de análise de solos, transportadores, etc.), empresas prestadoras de serviço independentes (eletricistas, pedreiros, oficinas mecânicas, etc.).

Ao mesmo tempo existem diversos outros atores vinculados à cadeia no nível da indústria, no processamento e exportação e/ou industrialização do tabaco. Conforme dados apurados pela Afubra, relacionados no quadro abaixo, a cadeia produtiva do tabaco no Brasil envolve de forma direta e indireta 2,2 milhões de pessoas.

FUMICULTURA BRASILEIRA				
IMPORTÂNCIA SOCIAL				
Safra: 2013/14				
DESCRIÇÃO	EMPREGOS		TOTAL	%
	Diretos	Indiretos		
Lavoura	731.880		731.880	33,3
Indústria	29.000		29.000	1,3
Diversos		1.440.000	1.440.000	65,4
TOTAL	760.880	1.440.000	2.200.880	100,0

Quadro 2 - Número de Empregos na Cadeia Produtiva do Tabaco

Fonte: Afubra

Para compreender melhor o funcionamento da cadeia produtiva do tabaco e a forma como ele se territorializa no espaço, foram desenvolvidas atividades de trabalho de campo, com utilização de entrevistas, conversas, visitas, etc. tentando envolver os atores vinculados ao SIPT, sobretudo os agricultores, e as entidades de classe. A indústria do tabaco se mostrou muito reservada e de acesso restrito.

9.3.1 Produtores

Embora o trabalho não tivesse o propósito de fazer uma tipologia dos produtores de tabaco, as constatações empíricas apontaram a existência de uma tipologia conforme DUTRA⁶⁴ (2015, p.140) já havia apontado, associado a uma classificação qualitativa⁶⁵ que, grosso modo, parte de produtores bem equipados, especializados na atividade e integrados ao sistema, identificados pelas empresas fumageiras como parceiros com melhor score, com grande fidelidade à empresa (mantém contratos com apenas uma empresa), que cumprem as quantidades estipuladas no contrato; passando por outra categoria intermediária que geralmente é menos estruturada e menos fiel, mantendo contratos com mais de uma empresa,

⁶⁴ A partir do critério espaço-temporal adotado, identificam-se cinco tipos de produtores, a saber: i) produtores com larga trajetória na atividade, antigos ou tradicionais; ii) produtores que ingressaram a partir dos anos 2000, novos; iii) produtores reconvertidos, iv) produtores que não estão vinculados às empresas fumageiras e, por fim, v) produtores orgânicos.

⁶⁵ Todas as empresas integradoras mantêm algum tipo de classificação de seus produtores, com formações de scores baseados em diversos critérios de avaliação, restritos ao planejamento das empresas, semelhante à classificação de clientes utilizados pelos bancos, Serasa, etc. Naturalmente as empresas preferem os agricultores com melhor pontuação, porém, devido a concorrência entre as empresas, não é possível completar o seu quadro de fornecedores, apenas com produtores melhor pontuados.

eventual desvio de tabaco de uma empresa para outra; até chegar numa categoria de produtores empobrecidos que estão na atividade simplesmente por necessidade, devido à dimensão reduzida da propriedade, onde muitos possuem dívidas com o SIPT que as mantém no sistema.

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE), organizados no gráfico da Figura 36, apontam que a fumicultura é dominante nos estratos de área: 5-10 hectares, 10-20 hectares onde se concentram a maior parte da produção e, 20-50 hectares onde se encontram os maiores produtores individuais.

Os dados apurados pela Afubra são semelhantes e confirmam os dados nacionais. Os dados apontam que o tamanho médio das propriedades onde é cultivado tabaco é de 16,1 hectares. O maior percentual de famílias produtoras (35,4%) está no estrato de 1-10 hectares seguido pelo estrato de 11-20 hectares onde estão 24,8% das famílias produtoras. Menos de 1% das famílias produtoras possui uma área maior de 50 hectares. (WERNER/AFUBRA, 2013)

Os dados de campo confirmaram que a produção de tabaco é uma atividade agrícola típica de pequenas propriedades.

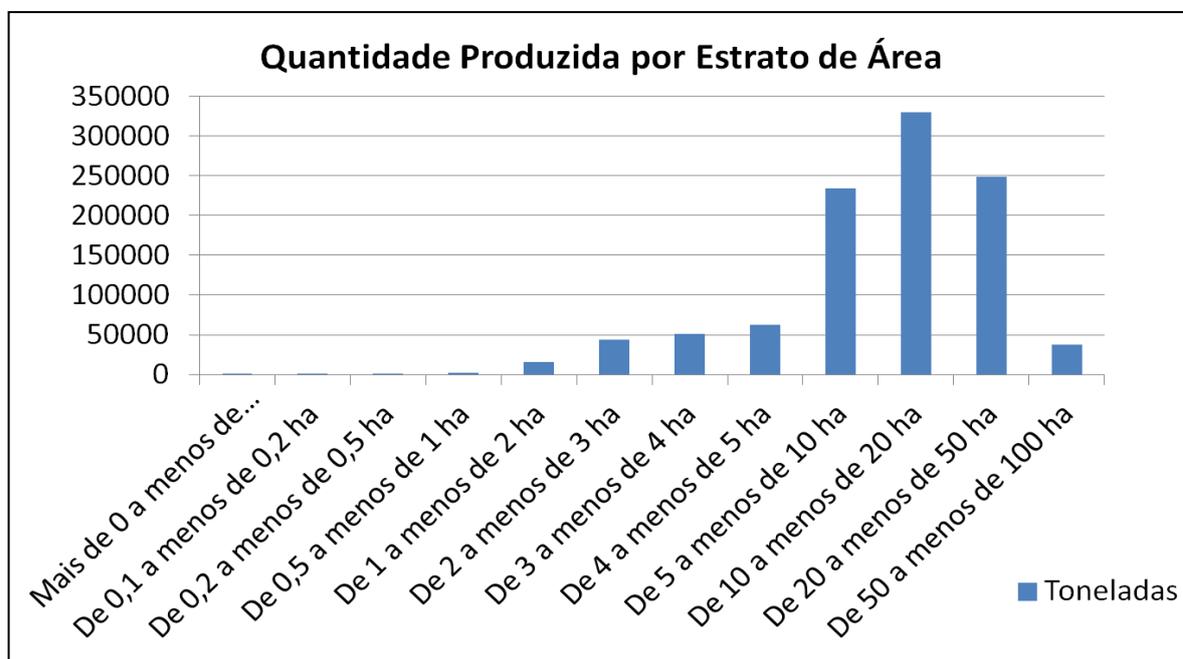


Figura 36 - Quantidade de Tabaco Produzido por Estrato de Área no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Agropecuário 1996/2006

Constatou-se que a principal fonte de renda dos agricultores familiares provém da integração com o CAI. Nesse caso, a fonte de renda mais importante

provém da fumicultura. Todavia, esse fato não configura um caso de monocultura como é facilmente aceito no senso comum.

Em todos os casos verificados durante o trabalho de campo são desenvolvidas concomitantemente, outras atividades. Afinal, a vocação de uma propriedade agrícola familiar não é definida apenas pelo mercado. A propriedade também cumpre a função de moradia e subsistência da família.

Mesmo nas propriedades agrícolas familiares especializadas na produção de tabaco, são mantidas em graus diversos plantações/criações de subsistência, como por exemplo, cereais, tubérculos, leguminosas, gado de corte, gado de leite, aves, suínos, etc. Nas visitas a agricultores não houve nenhum caso de especialização total e única na produção de tabaco.

A Figura 37 apresenta dois exemplos de diversificação encontrados durante o trabalho de campo. É muito frequente encontrarmos agricultores engajados com a olericultura (Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre), com a fruticultura (Canguçu, Pelotas, Turuçu, São Lourenço do Sul), com a produção de soja e milho (São Lourenço do Sul, Turuçu), com a produção de leite (Canguçu, São Lourenço do Sul).



Figura 37 – Cultivo de pessegueiros ao lado de uma plantação de tabaco no município de Canguçu/RS e cultivo de morango no município de Turuçu/RS.

Fonte: Trabalho de Campo/Autor

Conforme o gráfico da Figura 38, a maioria dos produtores são proprietários da área que exploram em regime familiar. É comum a propriedade ter sido obtida por processos de sucessão familiar e por laços de casamento. Essa posse nem sempre é bem clara ou determinada juridicamente (escritura, contrato, etc.), mas definida principalmente por relações que se estabelecem no interior das famílias. Em alguns casos também ocorre de duas ou mais famílias com vínculo sanguíneo residir na mesma propriedade.

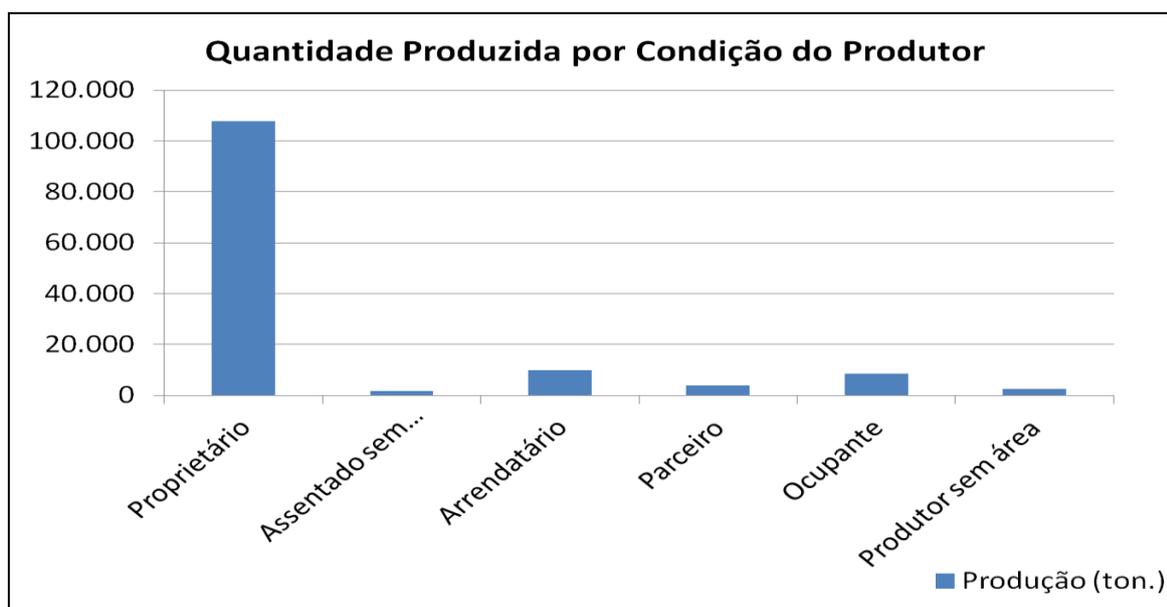


Figura 38 - Quantidade de Tabaco por Condição do Produtor no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Agropecuário 1996/2006

O cultivo do tabaco exige uma grande quantidade de trabalho manual. É uma atividade que ocupa todos os membros da família. Conforme projeções da Afubra, o tabaco envolve um contingente de 509.720 pessoas acrescidas de 116.120 pessoas contratadas, que a cada safra, dependem diretamente da produção de tabaco no Sul do Brasil.

Nas décadas de 1960 e 1970 as famílias rurais costumavam ser bastante numerosas. Logo a necessidade de mão de obra não representava problemas. Gradativamente a taxa de fecundidade no meio rural acompanhou a tendência urbana e a existência de êxodo rural intenso até a década de 1990, levaram ao ponto que a existência de mão de obra representa o principal limitante para a expansão do cultivo de tabaco nas propriedades rurais. Atualmente, cada família produtora é composta por 4,6 pessoas.

A limitação por mão de obra representou unanimidade nas respostas durante a entrevista dos produtores. Muitos produtores admitiram que vêm reduzindo a produção devido a carência de mão de obra.

A pesquisa identificou junto aos agricultores a dificuldade de encontrar mão de obra na zona rural para trabalhar como empregado e/ou diarista. Além da escassez, os agricultores familiares demonstram muito receio em contratar mão de obra devido ao risco de ações trabalhistas. É comum os agricultores elencar

episódios de litígios envolvendo fumicultores e diaristas ocorridos em localidades próximas.

A Figura 39 traz exemplos que permitem superar em certa medida a carência de mão de obra pelo aumento da mecanização ou inovações tecnológicas aplicadas às principais tarefas do cultivo do tabaco (preparo da terra, tratos culturais, secagem do fumo). Contudo, algumas tarefas (plantio, colheita, classificação) ainda são muito dependentes de trabalho manual.



Figura 39 – Exemplos de mecanização e inovações tecnológicas aplicadas à produção de tabaco.

Fonte: Trabalho de Campo/autor.

Há, portanto, o predomínio de famílias pouco numerosas com a média de 1 a 2 filhos. A redução da taxa de fecundidade na zona rural também é constatada nas matrículas escolares. Diversas escolas multisseriadas (existentes em cada localidade) foram desativadas e os alunos foram encaminhados às escolas-polo.

Outro aspecto demográfico é a presença de população idosa no meio rural ou o envelhecimento da população rural. Em muitos casos há pelo menos um membro da família que está aposentado (sobretudo do sexo feminino). Sem dúvida, os benefícios de aposentadoria desempenham uma função importante na economia local.

Em alguns casos, os agricultores se aposentaram e permanecem na propriedade mesmo que morando sozinhos. Isso acontece quando os filhos migraram para as cidades ou se afastaram da propriedade por motivo de casamento, etc.

Geralmente, o nível de escolaridade dos produtores de tabaco é baixo, dificilmente supera o Ensino Fundamental, típico de zonas rurais e bem específico

àquelas pessoas com mais de 40 anos. Quando nos referimos a produtores mais jovens, o nível de escolaridade aumenta (alcança o Ensino Médio).

Como o nível de escolaridade no meio rural vem se expandindo nas gerações mais recentes, a tendência é levar muitos destes jovens a migrar para outras atividades não agrícolas ou ocupações urbanas.

Há uma expansão do acesso dos jovens ao ensino médio no meio rural decorrente da facilidade do transporte escolar.

9.3.2 O SINDITABACO

A atuação do Sinditabaco é percebida na área estudada por meio das ações conduzidas pelas empresas integradoras. Algumas ações desenvolvidas no território do tabaco da Microrregião de Pelotas, com respaldo institucional do Sinditabaco são:

- O recolhimento de embalagens de agrotóxicos vazias em parceria com a Afubra;
- Campanhas de educação ambiental;
- Auxilia as empresas integradoras na fiscalização do controle da matrícula e da frequência escolar dos filhos de fumicultores nas redes de ensino municipais e estadual;
- Combate ao trabalho infantil na produção de tabaco prevendo punições ao agricultor que for flagrado utilizando trabalho infantil;
- Incentivo à segurança do trabalho e saúde do fumicultor (incentivo ao desenvolvimento de trajes agrícolas para prevenir a contaminação com as folhas de tabaco verde) e utilização de EPI nas aplicações de agrotóxicos;
- Incentivo à diversificação da produção agrícola por meio do programa Plante Milho e Feijão Após a Colheita do Tabaco;

Foram feitos diversos contatos via e-mail com o Sinditabaco para a troca de informações e dados. O encontro presencial entre o pesquisador e o Sinditabaco ocorreu na sede do sindicato, em Santa Cruz do Sul. Na entrevista o Sinditabaco expôs a sua postura atuante frente às discussões que envolvem o setor, inclusive sobre a CQCT. O Sinditabaco afirma que é perceptível que o setor do tabaco sofre gradativamente uma deterioração do seu ambiente de atuação, por meio de legislação cada vez mais restritiva, algo que outras cadeias produtivas não sofrem.

Acrescenta-se a essa regulamentação governamental, o crescente problema do contrabando e o mercado ilegal de cigarros.

O Sinditabaco representa o setor industrial e defende com argumentos e números a importância socioeconômica da cadeia produtiva do tabaco, tanto para o setor agroindustrial, para a agricultura familiar e inclusive para o consumidor (fumante). Ao mesmo tempo rebate com dados e fatos as críticas que são lançadas a respeito da cadeia produtiva, como por exemplo, trabalho infantil, malefícios à saúde, degradação ambiental, etc. Desafia outros setores da produção a apresentar práticas de gestão socioambiental tão responsáveis quanto aquelas que são usadas na produção, beneficiamento e industrialização do tabaco.

9.3.3 A AFUBRA

A Afubra com matriz em Santa Cruz do Sul está presente no território do tabaco da Microrregião de Pelotas por meio de duas filiais (São Lourenço do Sul e Canguçu). A entidade atua na oferta para os fumicultores da região da sua tradicional assistência mútua (similar a seguro) contra sinistros causados por granizo e/ou tufão; contra incêndios em estufas e auxílio funeral.

É uma entidade que atua por meio de vários departamentos. O departamento agrícola dá suporte aos fumicultores por meio de seus técnicos agrícolas, na coleta de amostras de solos e envio aos laboratórios, fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos, etc. É uma das entidades da região parceiras do INPEV no recolhimento de embalagens de agrotóxicos vazias.

Mantém uma loja com uma variada gama de produtos (eletrodomésticos, insumos agrícolas, ferramentas, etc.) destinada ao público geral e com benefícios especiais (descontos, taxas de juros menores, prazos de pagamento) para os fumicultores sócios do sistema mutualista (similar a seguro).

Por meio de sua matriz participa da discussão de assuntos relacionados à cadeia produtiva do tabaco, na defesa do setor diante da elevação da tributação, o antitabagismo, a convenção quadro, do aumento dos estoques mundiais e da redução de renda dos agricultores nos principais países produtores.

De acordo com o presidente da entidade, a Afubra está engajada perante a cadeia produtiva do tabaco na busca por alternativas para que o produtor possa

continuar no campo com vida digna e garantindo a sua sucessão (incentivo à diversificação produtiva), adequação do setor às legislações que incluem desde o agricultor produtor de tabaco até o mercado consumidor final.

9.3.4 Os Sindicatos

Na área de estudo existem sindicatos ligados à FETAG/RS em todos os municípios. Uma das lutas mais recentes encampadas pelas entidades representativas dos agricultores/produtores de tabaco na área de estudo foram os problemas de falta no pagamento aos produtores integrados à INTAB na safra de 2014/2015 que ficou devendo para centenas de agricultores integrados. No município de São Lourenço do Sul são 134 fumicultores que tem a receber R\$ 8,8 milhões (Jornal O Lourenciano, 27/10/2015). O mesmo ocorre com fumicultores dos demais municípios do território do tabaco da Microrregião de Pelotas.

Os postos de atendimento da FETRAF-Sul se consolidaram nos municípios pesquisados utilizando a sustentação territorial criada por outras entidades, como por exemplo, a cooperativa de crédito rural Cresol Boa Vista, que possui filiais em São Lourenço do Sul, Canguçu, Pelotas, Cristal, Camaquã e Dom Feliciano. Onde a Cresol Boa Vista abriu filiais, houve um trabalho de constituição de associações sindicais ligadas à FETRAF-Sul.

No entanto, a posição da FETRAF-Sul quanto à CQCT frustrou os produtores de tabaco no território da Microrregião de Pelotas (uma das maiores produtoras de tabaco do RS). Vendo que sua base é composta quase exclusivamente de produtores de tabaco fez com que os sindicatos da região ligados à FETRAF-Sul evitassem discussões sobre a CQCT, pelo menos nos termos que a FETRAF-Sul defendia.

No entender do pesquisador e de acordo com que foi observado no trabalho de campo, a representatividade do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é muito restrita. Sabe-se da existência do MPA no município de Canguçu, onde exerce seu trabalho principalmente com agricultores familiares empobrecidos e os produtores dos assentamentos da Reforma Agrária existentes naquele município. Tradicionalmente, por questões, inclusive ideológica, os agricultores com ligação com o MPA não possuem uma vinculação forte com o CAI do tabaco.

Considerações Finais

A discussão sobre agricultura familiar, a sua integração ao CAI do tabaco, as incertezas colocadas pela criação, ratificação por parte do Brasil e implementação da CQCT são questões sobre as quais o entendimento e discussão não se encerram aqui.

O trabalho buscou analisar as bases da formação e consolidação do CAI do tabaco que envolve milhares de agricultores familiares, gera milhares de empregos diretos e indiretos, etc. É inegável a importância do cultivo do tabaco para a agricultura familiar brasileira, sobretudo no Sul do Brasil.

Atualmente o tabaco é cultivado predominantemente nos países em desenvolvimento. O tabaco vem cedendo espaço nos países desenvolvidos e cresce nos países subdesenvolvidos.

Desde a década de 1990, o Sul do Brasil responde por aproximadamente 90% da produção brasileira de tabaco, envolve em torno de 186.350 famílias, sendo 89% localizadas no Sul do Brasil. O tabaco ocupa 345.050 hectares onde 95% da área estão localizados no Sul do Brasil. Na safra 2012/2013 a produção brasileira alcançou 712.750 toneladas sendo 97% produzido nos três Estados do Sul do Brasil. (SCHNEIDER/AFUBRA, 2012)

O trabalho permitiu compreender que o tabaco brasileiro assume o papel de *commodity* agrícola na divisão internacional do trabalho. Cerca de 85% é exportado para os mais diversos mercados na forma de matéria-prima. Há pelo menos duas explicações para essa forte inserção do tabaco brasileiro no mercado internacional: a cadeia produtiva é liderada por vários grupos transnacionais que elegeram a

agricultura familiar brasileira como fornecedora de matéria-prima barata (comparada com outros países) e o tabaco brasileiro é de qualidade superior, por isso muito demandado na formação dos *blends* dos mais variados tipos de cigarros.

Ainda que o tabaco seja predominantemente exportado com baixa agregação de valor, a sua exportação representa importante fonte de divisas para a economia gaúcha e brasileira. Em 2012 o Brasil exportou US\$ 3,2 bilhões de fumo em folhas, o que equivale 1,32% das exportações brasileiras. Em 2011, o Rio Grande do Sul exportou mais de US\$ 1.5 bilhão. O fumo em folhas e seus derivados representaram 8,91% das exportações gaúchas em 2011 (MIDIC/SECEX, 2013). Os principais destinos para o tabaco brasileiro são China, Bélgica, Estados Unidos, Rússia, Holanda, Alemanha, Polônia, Indonésia, Reino Unido e Paraguai, respectivamente.

É possível compreender que à medida que o CAI do tabaco se organiza e ganha importância – inicialmente na Microrregião de Santa Cruz do Sul – o seu cultivo se expande para todas as Microrregiões gaúchas. Embora a Microrregião de Santa Cruz do Sul continue liderando o ranking da produção, a sua participação na produção estadual vem caindo. Em 1990, 43% do tabaco gaúcho era oriundo dessa Microrregião. Em 2013 essa participação era de apenas 35%.

Por outro lado surgiram novas regiões importantes na produção do tabaco. É bastante evidente o aumento da participação da Microrregião de Pelotas no cenário estadual da produção de tabaco. Em 1990, apenas 4% do tabaco gaúcho era oriundo dessa Microrregião, ao passo que em 2013 esse percentual se elevou para 13,76% da produção gaúcha. A produção multiplicou por 7 nos últimos 24 anos. Dos 10 municípios brasileiros maiores produtores de tabaco, 7 são do Rio Grande do Sul, sendo 2 da Microrregião de Pelotas (São Lourenço do Sul e Canguçu).

Ao percorrer a zona rural dos municípios, especificamente as localidades situadas sobre o relevo irregular do Planalto Sul-Rio-grandense, uma paisagem é recorrente à visão do pesquisador: as lavouras de tabaco (nos mais variados estágios de desenvolvimento), as construções (estufas, galpões, equipamentos). O cultivo do tabaco está fortemente entranhado na história de vida e na cultura das pessoas, no vocabulário e o assunto das conversas das pessoas, na organização social das comunidades, configurando uma identidade do agricultor com a atividade que desenvolve e com o lugar onde vive.

Esses fatos confirmam a hipótese de que há evidências empíricas que permitem delimitar um território da produção de tabaco nos municípios da Microrregião de Pelotas.

A importância econômica e social do cultivo do tabaco para a economia do Sul do Brasil e para os territórios fumicultores, como por exemplo, o território do tabaco da Microrregião de Pelotas, não implica, entretanto, na ausência de críticas a este cultivo. Embora o objetivo central desse trabalho seja uma abordagem partindo do ponto de vista do agricultor familiar vinculado à cadeia – portanto defendendo o seu cultivo – admitimos que a produção de tabaco seria um *case* de sucesso se não fosse o passivo de que o tabaco é uma droga lícita que causa dependência química, inúmeras doenças e diversos problemas sociais e ambientais. Além disso, trata-se de um produto não alimentício, utilizado basicamente para a fabricação de um único produto final; o cigarro.

Diante do cenário econômico e social vivido atualmente, os agricultores familiares integrados à cadeia produtiva do tabaco o assim fazem principalmente por motivações econômicas e financeiras que permitem a sua manutenção, sobrevivência e reprodução no meio rural.

Na origem, todos foram agricultores e produtores de alimentos. Basicamente continuam sendo produtores de alimentos porque a fumicultura não representa uma monocultura. De forma concomitante são mantidas a produção para o autoconsumo. As adversidades mercadológicas e conjunturais exigiram adaptação do agricultor familiar. Essa adaptação aos tempos da revolução verde, da constituição dos CAIs levou os agricultores a se integrar ao mercado e transformar a estrutura produtiva de suas propriedades para fornecer de matérias-primas para os mais diversos CAIs.

O argumento econômico é constantemente comprovado, pois todas as tentativas de substituição do tabaco por outras culturas ou atividades econômicas já testadas e incentivadas pelo Governo Federal, e em parte introduzidas por parte dos agricultores, comprovaram que nenhuma obteve os resultados comparáveis. A rentabilidade obtida com o cultivo do tabaco é imbatível na maioria dos casos, considerando a topografia, a estrutura fundiária, o perfil socioeconômico dos agricultores e o mercado.

Considerando que a produtividade do tabaco é de 2.200 Kg/ha e o preço médio na safra 2012/2013 de R\$6,00/kg, o produtor pode obter uma receita bruta de R\$13.200,00. Na cultura da soja a receita bruta não ultrapassaria R\$4.000,00.

Aplicando esses indicadores a pequenas áreas de exploração, a racionalidade do produtor tende para o cultivo do tabaco.

Com isso confirmamos a hipótese que prevê que os agricultores não plantam tabaco necessariamente por que gostam, mas fundamentalmente, por causa dos retornos financeiros proporcionados pela cultura.

Os trabalhos de campo foram importantes para afirmar que na maioria dos casos, as famílias vinculadas à produção de tabaco (como também acontece nos demais CAIs) possuem um bom padrão e boas condições de vida comparado aos padrões normais encontrados no meio rural. Salvo algumas exceções, as famílias vinculadas aos CAIs possuem um padrão de vida melhor do que àquelas (poucas) que não se integram oficialmente aos CAIs.

Essa condição superior sobre os demais é percebida de inúmeras maneiras, seja de forma tangível (casa nova ou reformada, automóvel novo, galpões novos, internet para uso dos filhos nas tarefas escolares, renovação de implementos agrícolas, aquisição de novas frações de terra, construção de açudes, etc.) ou de forma intangível (formação universitária para os filhos, cuidados médicos e odontológicos, participação em excursões e viagens, etc.)

A contradição está na autonomia do agricultor. Quanto mais ele se vincula ao mercado, menor é a sua autonomia. Essa perda de autonomia não ocorre apenas quando ele se integra a um CAl, como por exemplo a agroindústria do tabaco, mas também, quando por exemplo, um produtor de morangos coloca o seu produto no mercado local (feira, comércio de porta em porta), ou quando outro produtor planta verduras para abastecer o CEASA, etc.

Inevitavelmente a sobrevivência do agricultor familiar está no mercado. Não há dúvida de que essa vinculação assume um caráter de subordinação aos interesses da indústria e/ou do consumidor.

Nas observações do trabalho de campo bem como nas entrevistas concedidas pelos agricultores, percebe-se que a essa exploração do trabalho familiar pelo capital agroindustrial não se mostra tão nociva, como é frequentemente questionado pelos teóricos e lideranças sindicais (ex. FETRAF, MPA). A exclusão do agricultor das relações de mercado parece ser bem mais nociva ao desenvolvimento de uma localidade.

Na maioria dos casos, se a integração com o CAl fosse tão exploradora, o agricultor familiar não se submeteria a essa situação por muitos anos. Essa visão é

compartilhada por um orientador agrícola (em conversas). “Ninguém é obrigado a continuar integrado à nossa empresa. Se ele permanece, é um sinal de que o nosso relacionamento propicia vantagens para ambos”. (Relato de Orientador Agrícola, 2015)

De fato os agricultores permanecem integrados (alguns são fieis a mesma empresa por até 50 anos) porque o SIPT propicia vantagens e garantias que ele não encontra no mercado quando atua de forma isolada ou autônoma. Esse aspecto confirma a hipótese de que o sistema integrado de produção de tabaco (SIPT) permitiu a organização da cadeia produtiva.

A organização da cadeia por meio do SIPT é uma grande virtude do CAI do tabaco. Ela permitiu uma estabilidade e uma garantia de reprodução para todos os elementos da cadeia. À indústria permite o fornecimento estável de matéria-prima de qualidade para o mercado internacional de tabaco. Ao produtor de tabaco o SIPT representou uma atividade econômica rentável, garantia de comercialização da produção (o que nem sempre ocorre com as outras produções), o estabelecimento de preços mínimos, acesso ao sistema de crédito, etc.

De fato a indústria atuando como coordenadora do SIPT conseguiu o mérito de criar e expandir a cadeia produtiva do tabaco de modo controlado, o que impediu excesso de oferta e conseqüentemente crise de preços, à medida que conquistou mercados (sobretudo no exterior). Essa formatação do SIPT teve a decisiva participação do Estado, por meio do financiamento oficial subsidiado, isenções fiscais, etc.

O Estado Brasileiro é um grande parceiro da cadeia produtiva do tabaco. Ele se beneficia com a alta carga de impostos que incidem sobre o tabaco e seus derivados. As indústrias de cigarro são as maiores pagadoras de impostos. No Brasil, os impostos representaram 74,73% do preço final do cigarro. O setor foi responsável por uma arrecadação estimada em R\$ 8,50 bilhões em tributos e taxas, no ano de 2010. (SCHNEIDER/Câmara Setorial do Tabaco, 2010).

Isso não significa que o CAI do tabaco seja um modelo de relacionamento perfeito para todas as partes. Trata-se de um relacionamento que expõem o jogo de poder que envolvem as relações de mercado. Conseqüentemente o agricultor familiar assume o papel de elo frágil.

O momento mais visível da assimetria de poder dos atores dentro do SIPT ocorre no momento da comercialização do produto. O sistema de classificação do

tabaco é complexo e considera inúmeras especificidades de diversos tipos de fumos em folha. As classes de fumo são vinculadas à sua cor (qualidade da folha), tamanho de folha e posição na planta.

A classificação do tabaco ocorre no momento da comercialização do produto do agricultor com a indústria e no estabelecimento da empresa processadora. As margens para negociação são pequenas. O preço pago ao produtor decorre principalmente das leis de mercado (excesso de oferta é sinônimo de classificação ruim e vice-versa) do que simplesmente das qualidades do tabaco entregue pelo produtor.

Evidências apontam que mesmo quando o agricultor atua por meio de suas entidades representativas permanece frágil. Isso ocorre por que nem todas as entidades representativas têm participação das discussões – principalmente na formação da política de preços a serem praticadas pelas indústrias – que envolvem a cadeia (ex. FETRAF, MPA, ANPA). Observa-se que as entidades representativas mais tradicionais adotam uma postura conivente com os interesses da indústria. Essa fragilidade e parcimônia entre os atores principais da cadeia produtiva se acentuaram após o início das discussões da CQCT. Buscam unidos defender o setor.

O processo conturbado de assinatura da CQCT e posterior ratificação pelo Governo Brasileiro demonstra que o avanço das medidas restritivas previstas na CQCT é marcado por ações ambíguas e/ou antagônicas do Governo Brasileiro. Dessa maneira confirmamos a terceira hipótese do estudo.

Um bom exemplo da ambiguidade do Governo Brasileiro com relação à CQCT foi a inclusão da cláusula interpretativa expedida pelo Congresso Nacional e anexada à documentação da ratificação brasileira a CQCT, que prevê que o Governo Brasileiro não irá proibir o cultivo do tabaco.

A cláusula interpretativa expõe o intenso debate existente entre duas visões bem definidas e antagônicas. Ao mesmo tempo, a inclusão da cláusula interpretativa ao documento de ratificação da CQCT pelo governo brasileiro deu tranquilidade à cadeia produtiva.

Existem setores que compreendem a realidade frágil assumida pela agricultura familiar no contexto atual de globalização econômica, do fortalecimento do capital financeiro transnacional, etc. Limitar ou barrar as estratégias de sobrevivência e reprodução dessa importante categoria social seriam, sem dúvida,

uma ação muito irresponsável por parte do Governo Brasileiro. Essa visão é defendida pela Afubra, pelo Sinditabaco, FETAG, FARSUL, e em parte também pela FETRAF.

Por outro lado existem setores dentro do Governo Brasileiro que defendem a necessidade de conter o tabagismo (destino final da produção de tabaco). Essa visão é compartilhada pela FETRAF, MPA, ANPA e setores da saúde pública, como por exemplo, o INCa.

No Brasil atravessamos o século XX, num movimento de expansão ininterrupta do número de fumantes. A estabilização do tabagismo começou a partir da década de 1990 e recentemente acompanhamos a redução do tabagismo. A pressão moral exercida pela sociedade sobre o tabagismo é a exclusão social dos fumantes – o fumante é atualmente visto como alguém que está se matando lentamente e que estar próximo dele pode ser mortal. Ser fumante representa atualmente uma barreira importante nos relacionamentos interpessoais, no trabalho, convívio social, etc.

A atuação do INCa inclui diversas estratégias já elencadas que visam impedir a entrada de novos consumidores no tabagismo, sobretudo jovens, e estimular a cessação do tabagismo em fumantes. Essa postura está permitindo ao Brasil obter resultados positivos na redução do tabagismo.

Isso indica que a médio e longo prazo a sustentabilidade e viabilidade da atividade fumageira ficarão mais comprometidas. É possível que dentro de alguns anos o excesso de oferta de tabaco para uma demanda decrescente afete os preços levando o setor a uma crise. A concretização desse cenário fica condicionada ao comportamento do mercado internacional de tabaco (redução do consumo, concorrência com outras regiões produtoras, como por exemplo, os países africanos), uma vez que aproximadamente 85% do tabaco brasileiro são destinados à exportação.

Ao mesmo tempo em que a legislação se torna cada vez mais severa e que conseqüentemente reduzirá o consumo e o número de potenciais novos fumantes; na produção, as medidas adotadas pelo Governo Brasileiro se referem ao controle tributário mediante aumento de sua carga sobre os cigarros e restrições à propaganda. A recente tributação e instituição de um preço mínimo para uma carteira de cigarros levaram a uma queda de 10,5%, no consumo de cigarros, de 2011 para 2014 e uma queda ainda maior, de 24,7%, se considerarmos somente o

cigarro legal. Isto está levando à diminuição do consumo. (WERNER, 2015, entrevista ao pesquisador)

Contudo, à medida que o cigarro legal sofre com a tributação progressiva, o Brasil não consegue evitar a proliferação do cigarro ilegal e/ou contrabandeado que está alheio a qualquer tipo de tributação ou controle de sua composição. Essa polêmica é frequentemente abordada nas reuniões da Câmara Setorial do Tabaco, no MAPA. Trata-se de uma concorrência desleal, sonegação de impostos e também um problema de saúde pública, uma vez que os cigarros pirateados/contrabandeados não seguem nenhum padrão mínimo de qualidade (composição, teores de nicotina, etc.) a exemplo do que é exigido pela ANVISA aos fabricantes nacionais.

Durante o trabalho de campo, nenhum agricultor questionou os efeitos do tabagismo ou os objetivos da CQCT. O único grande questionamento dos agricultores é sobre o que irão fazer ou o que lhes seria oferecido para poderem continuar na sua propriedade, na sua localidade, no seu contexto cultural. Esse detalhe crucial para a agricultura familiar produtora de tabaco nem a OMS e nem o Governo Brasileiro sabem como equacionar.

Esse exemplo demonstra que somente a decisão administrativa, tomada por órgãos governamentais ou supranacionais visando a proibição ou a limitação, seja do consumo de cigarros ou da produção do tabaco ou qualquer outro exemplo, não garantem resultados efetivos devido a incapacidade de fiscalização do Governo Brasileiro e a sua oferta é suprida no mercado clandestino ou ilegal.

Para a Afubra e para o Sinditabaco o próprio processo de implementação da CQCT no Brasil pelo CONICQ (Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco) é questionável pela sua imposição quase unilateral. As duas entidades de classe reclamam que durante todo o processo foram proibidas ou não puderam ter voz ativa na participação das discussões sobre os rumos da CQCT no Brasil, uma vez que representam o setor em discussão.

Esse isolamento das entidades diretamente vinculadas à cadeia produtiva do tabaco parece estar sendo superado após a COP 6 realizada em 2014, em Moscou (Rússia).

No parágrafo primeiro do Princípio 2 do documento final da COP 6, ocorrido na Rússia em 2014, acerca dos artigos 17 e 18, diz que: “os produtores de tabaco e trabalhadores devem estar envolvidos no desenvolvimento de

políticas concernentes aos Artigos 17 e 18 e envolvidos em sua implementação, de acordo com as leis nacionais, através de um método de debaixo para cima e territorial, garantindo que seu envolvimento esteja livre dos inerentes interesses comerciais das indústrias do tabaco.” Ou seja, o documento inicia aprovando a participação dos fumicultores nestas discussões e definições, para finalizar impondo restrições à participação de entidades que defendem os produtores de tabaco ou trabalhadores, como Fetag, Fetaesc, Fetaep, Farsul, Faesc, Faep e Afubra e Fentifumo. O setor, agora, começa a ser representado dentro da Conicq pela AmproTabaco, o que nos deixa seguros de que a importância do setor começará a ser conhecida. (WERNER, 2015, entrevista ao autor)

A impressão que passa é que aos poucos as entidades que representam os interesses da cadeia produtiva passam a ter participação efetiva nas discussões de implementação da CQCT. Um indício dessa participação foram as recentes reuniões preparatórias para a COP7 – reunião que acontecerá em Nova Déhli (Índia) em novembro de 2016 – pelo CONICQ. (SINDITABACO, 2015 In: <http://sinditabaco.com.br/representantes-da-cadeia-do-tabaco-participam-de-reuniao-da-conicq>)

A hipótese levantada de que a redução do plantio de tabaco acontecerá naturalmente no médio e longo prazo motivado pelas políticas de redução do tabagismo e opção pessoal dos jovens agricultores não pode ser confirmada em sua totalidade.

Os dados para a safra 2012/2013 apontam para uma redução de ocupação de área, famílias envolvidas e produção. Na safra 2012/2013 o cultivo do tabaco estava presente em 640 municípios (já foram mais de 700 municípios em 2010), ocupava aproximadamente 313.675 hectares (já foram 376 mil hectares em 2010) e integrava 159.595 produtores (já foram 186 mil pequenos produtores em 2010). (SCHNEIDER/Câmara Setorial do Tabaco, 2010 e WERNER/AFUBRA, 2013).

Existem indícios de que possa haver uma redução do plantio à medida que os atuais produtores se aposentarem, uma vez que os produtores mais jovens demonstraram nas pesquisas de campo ser menos estáveis quanto à condição de produtor de tabaco. Estão mais propensos a mudar de atividade em caso de crise no setor ou eventual regulamentação. Outro número considerável de jovens vem migrando para outras atividades, inclusive não agrícolas à medida que ampliam a escolaridade (Ensino Médio ou Superior).

Por outro lado não é possível ignorar os potenciais avanços técnicos e as inovações tecnológicas constantemente aplicadas à produção que podem compensar uma eventual redução do número de plantadores em virtude da idade. À

medida que tarefas intensivas de mão de obra (plantio, colheita e classificação) forem mecanizadas, pode inclusive significar uma ameaça para os produtores mais limitados.

Como a CQCT pode afetar os produtores de tabaco do território do tabaco da Microrregião de Pelotas?

É impossível fazer afirmações definitivas. Embora os rumos da CQCT preocupem a todos os agricultores familiares, os agricultores entrevistados não percebem claramente se a CQCT já os afeta. A CQCT vem sendo implementada lentamente, de forma fracionada (por meio de artigos) e até o presente permanece nas discussões envolvendo a restrição do consumo, não chegou na esfera da produção.

Talvez um dos indícios das consequências da implementação da CQCT já sentidas seja a exigência de limites mínimos da composição da renda do produtor com outras atividades (30% ou mais) como requisito para obtenção de crédito agrícola, ou seja, forçando o agricultor a diversificar a sua propriedade. Outra medida fiscal adotada pela política de crédito agrícola é conceder subsídios (redução de juros, descontos) para os agricultores que não produzem tabaco no acesso ao sistema de crédito rural, como por exemplo, o Programa Mais Alimento para aquisição de máquinas e equipamentos.

No nível da produção (agricultor) não são encontradas outras evidências que apontem para uma redução do plantio por deliberação da implementação da CQCT. O setor da produção de tabaco se mostra muito estável. As oscilações cíclicas tanto do volume produzido quanto do número de famílias envolvidas observadas nas últimas safras geralmente são derivadas de anomalias do clima, crises econômicas, etc. Não é possível afirmar que essa redução tenha uma relação direta com a implantação da CQCT.

Em caso das discussões da CQCT alcançarem diretamente a esfera de produção (os agricultores), a caracterização socioeconômica já descrita (agricultura familiar, pequenas propriedades, alta rentabilidade do tabaco, etc.) configurará um sério problema social rural. A grande saída para um número considerável de produtores será o êxodo rural.

Observações *in loco* comprovam o que muitas vezes já foi defendido por entidades de classe dos produtores (sindicatos, Afubra) de que, na maioria dos casos, sobretudo daqueles produtores mais antigos (20, 30,40 até 50 anos) na

atividade, a reconversão produtiva espontânea é utopia. Toda a estrutura produtiva, todo o conhecimento empírico, a organização social está definida ou em acordo com a produção de tabaco.

Os produtores antigos não apresentam disposição de transformar a estrutura produtiva de sua propriedade. São pessoas conformadas com a sua condição social e ocupação econômica. É compreensível. Quando analisamos a história de vida desses agricultores, veremos que muitos levaram 20, 30 anos ou mais para alcançar o atual estágio, investindo as economias, de uma vida inteira, frutos de seu trabalho. Portanto, sugerir que eles migrem repentinamente para outras culturas ou outras atividades sem a garantia e a estabilidade proporcionadas pelo SIPT é realmente difícil deles compreender e aceitar.

Os produtores mais jovens ou recentes na atividade do tabaco são teoricamente os mais suscetíveis a migrar para outras atividades, em caso de uma eventual exigência legal ou crise prolongada do setor. Isso ficou evidente durante o trabalho de campo.

Porém a possibilidade de reconversão produtiva esbarra num fato econômico. O grande trunfo da indústria fumageira e de seus coligados é que depois de uma década de CQCT, a OMS ou o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) não produziram um único estudo que aponte a viabilidade de uma cultura substituir o tabaco numa região produtora ou num país.

Ocorrem exemplos pontuais como, por exemplo, a produção de hortifrutigranjeiros, mas a sua replicação a vários fumicultores causaria naturalmente excesso de produção e conseqüentemente problemas de comercialização.

Isso não significa que não seja estimulada a diversificação produtiva das propriedades onde é cultivado o tabaco. Além do MDA, as próprias entidades de classe defendem e incentivam a diversificação produtiva da agricultura familiar. É importante citar os trabalhos desenvolvidos pelos departamentos agrícola, florestal e bioenergia da Afubra e os projetos incentivados pelo Sinditabaco (Milho e Feijão), o incentivo à agro industrialização por parte da FETRAF.

O Programa de Diversificação da Produção e Renda em Áreas Cultivadas com Tabaco no Brasil desenvolvido entre 2006 e 2010 pelo MDA e parceiros, esboçou várias estratégias de diversificação e reconversão diferentes, porém nenhuma proporciona rendas semelhantes à obtida com a produção de tabaco. Esse argumento econômico é uma justificativa verdadeira que a indústria utiliza para

promover o cultivo de tabaco entre os agricultores familiares e defender a atividade perante fóruns nacionais e internacionais.

Além da rentabilidade muito superior proporcionada pelo tabaco, relatos de produtores durante o trabalho de campo mostram os problemas e dificuldades de comercialização de sua produção alternativa no mercado local. É o que ocorre principalmente com os produtores de verduras e hortaliças (Pelotas e Arroio do Padre), as oscilações de preço do morango dentro da safra (Turuçu), rejeição do pêsego pela indústria e a falência de indústrias de conservas (Canguçu e Morro Redondo), o preço baixo do leite após as recentes fraudes e adulterações que ocorreram na cadeia produtiva no nível estadual afeta principalmente São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu, etc.

Também é preciso fazer ressalvas sobre o discurso ambiental que aponta o cultivo do tabaco como uma atividade agressiva ao ambiente, principalmente quanto ao desmatamento e utilização de agrotóxicos.

As inovações tecnológicas incorporadas pelos processos de cura (secagem) das folhas de tabaco, como por exemplo, as estufas elétricas (Figura 40), tem permitido uma redução substancial do consumo de lenha. As empresas integradoras exigem o uso de lenha proveniente de reflorestamento para a utilização nos processos de cura das folhas de tabaco. Essa exigência é acompanhada com muita rigidez pelos orientadores agrícolas das empresas integradoras.



Figura 40 – Estufa elétrica utilizada para fazer a secagem das folhas de tabaco.
Fonte: Trabalho de Campo/autor.

Por questões de certificação socioambiental, é do interesse das empresas integradoras obter uma matéria-prima produzida sem agredir a natureza. A certificação positiva reverte em benefícios mercadológicos principalmente nos mercados mais exigentes (Europa, Japão). São exemplos dessa tendência, as experiências de cultivo do fumo ecológico, a redução e/ou a substituição de agrotóxicos por outros menos agressivos, etc.

Percebe-se que há em curso uma maior profissionalização na atividade. As indústrias dão prioridade aos agricultores que preenchem plenamente os requisitos dos contratos de integração. Esses agricultores são mais bem remunerados por produzirem uma matéria-prima de alta qualidade e em quantidades desejadas.

Algumas empresas rejeitam agricultores idosos (aposentados), agricultores que não seguem as inovações tecnológicas apoiadas pela empresa, agricultores que desrespeitam normas ambientais (ex. corte de mata nativa), agricultores que não mantêm seus filhos estudando, etc.

Silenciosamente vem ocorrendo uma seleção dos agricultores por parte das empresas integradoras. As empresas maiores, vinculadas ao mercado internacional, são mais seletivas e priorizam no seu quadro de produtores, os mais dedicados e bem estruturados. A contrapartida da empresa se reflete numa boa classificação do produto (consequentemente uma melhor remuneração), benefícios, etc.

Percebe-se a inclusão de avanços tecnológicos na atividade, como as tendências de mecanização do transplante das mudas e a colheita das folhas apresentadas em feiras e exposições agropecuárias, ilustradas na Figura 41.

A tecnificação eleva a quantidade produzida e reduz a necessidade de mão de obra. Esses avanços tecnológicos (em alguns casos ainda experimentais) já estão chegando ao plantio e ao processo de colheita, que naturalmente são tarefas muito intensivas de mão de obra. Máquinas colhedoras estão sendo desenvolvidas e testadas, porém até o momento não se mostraram viáveis para a adoção em larga escala.



Figura 41 – Mosaico de Fotografias que Retratam as Inovações Tecnológicas Voltadas para a Mecanização da Fumicultura

Fonte: Acervo do autor_Expoagro Afubra 2012/Gazeta de Itaiópolis, publicado em 09/02/2013

No momento em que essas etapas do processo de produção de tabaco forem mecanizadas, a produção irá aumentar consideravelmente. A quantidade produzida irá sofrer maior influência da lei da oferta e demanda. Os produtores médios e com as melhores terras (topografia plana, lavouras grandes, etc.) tendem a dominar a produção. Associado com a tendência de seleção dos melhores produtores por parte das empresas integradoras, inevitavelmente, os pequenos produtores e/ou aqueles mais carentes, para os quais a fumicultura é única possibilidade de sobrevivência no meio rural, estarão marginalizados dentro da cadeia produtiva (semelhante ao que já se observou na produção de soja, leite, aves, suínos, etc.).

Diante desse cenário construído nas últimas décadas, desde instâncias supranacionais até as instâncias locais, a defesa do agronegócio do tabaco, atividade desenvolvida com muita intensidade no Sul do Brasil, tem presenciado cada vez mais elementos complicadores.

Atualmente está comprovado que a opção de fumar implica em riscos à saúde. Por outro lado é igualmente verdadeiro o argumento dos defensores do agronegócio do tabaco de que o tabagismo não é a única causa de morte que pode ser evitada. O que dizer das bebidas alcoólicas, dos acidentes de trânsito, da alimentação inadequada das redes de *fast food*, a obesidade, a fome e a desnutrição, da indústria de armas, etc. O próprio tráfico de drogas, ilegal e combatido pela polícia representa uma grande mazela com imensas sequelas na

saúde pública, na vida das pessoas, etc. perante o qual o Poder Público expõe toda a sua fragilidade.

Esses argumentos servem para justificar que a saída mais prática – proibição do cultivo, comercialização e consumo do tabaco – não é a mais adequada, uma vez que equiparar atualmente o tabaco a uma droga ilícita causaria problemas extremamente complexos para serem controlados, com difícil solução e consequências sociais.

Embora seja uma atividade econômica cada vez mais questionada moralmente, é impossível tirar o mérito de que a fumicultura permite a sobrevivência com dignidade, no meio rural, de milhares de famílias de agricultores familiares.

Com razão a dependência da agricultura familiar ao CAI do tabaco deve ser motivo de preocupação. Embora o CAI do tabaco tenha se mantido estável por décadas permitindo uma boa remuneração aos agricultores, em grande parte determinado pelo planejamento da cadeia por meio do SIPT, isso não significa estar ileso às turbulências do mercado internacional de *commodities*, como ocorre, por exemplo, com a carne suína, aves, cereais, etc.

É fundamental a agricultura familiar manter alguma forma de diversificação nas suas unidades de produção para torna-las preparadas e com condições de esboçar estratégias de resistência frente às adversidades – não apenas àquelas potencialmente advindas da CQCT – que podem afetar a cadeia produtiva do tabaco.

A reprodução social da agricultura familiar, importante ator social e produtor de alimentos, dependem de um planejamento estratégico que procure prever as transformações da agricultura e da economia brasileira para evitar a marginalização e a exclusão das pessoas. A compreensão e a reflexão da realidade da agricultura familiar brasileira bem como a identificação de estratégias de resistência são um campo fértil de oportunidades para novas pesquisas.

Referências

ABIFUMO. Disponível em: <http://www.abifumo.org.br/>. Vários acessos desde 2012 até 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

ABRUNOSA, António. **O tabaco fica.** In: POLL, Heloísa (et. All.). **Anuário Brasileiro do Tabaco 2013.** Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2013. (p.152-155).

ACT - Aliança de Controle do Tabagismo. Disponível em: < <http://actbr.org.br/>> Vários acessos a partir de 2012.

AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil). Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Vários acessos a partir de 2012 e visita pessoal em 2015.

Agência O Globo/Antônio Scorza ((<http://oglobo.globo.com> – Acesso em 02/11/2015)

ALMEIDA, J. **Pesquisa em Extensão Rural: um manual de metodologia.** Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO FUMO. – publicação anual da Ed. Gazeta, Edições desde 2005 a 2015.

BIOLCHI, M.A.**A cadeia produtiva do fumo.** *Revista Contexto Rural*, Curitiba, v. 5, n. 5, 2005.

BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica.** Vol. 500. Itajaí: Editora da Univali, 2002.

BOEIRA Sérgio Luís & JOHNS, Paula. **Indústria de Tabaco vs. Organização Mundial de Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de stakeholders.** In: *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v4, nº1, Florianópolis, Jan-jun-2007.

BOIEIRO, M. **Tabaco.** Portugal, 2008. Disponível em: <http://www.institutohipocrates.pt/index.php/medicinas-nao-convencionais/fitoterapia/192-tabaco.html>. Acesso em: 30 jan. 2012.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia.** In: **Ambientes: estudos de geografia.** (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BRASIL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – **Agrofit.** Disponível em: < <http://agrofit.agricultura.gov.br/agrofit>> Acesso em 23/02/2013.

BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE/INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. - **A ratificação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco pelo Brasil. Mitos e Verdades.** Rio de Janeiro, 2004a.

BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE/INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER/SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. - **Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis,** Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO – IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2006. ISSN 0103-6157

BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. **DECRETO Nº 5.658.** (Lei que promulga a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5658.htm> Acesso em 23/02/2013.

BRASIL – SENADO FEDERAL – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA. **Parecer sobre a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.** Publicado no Diário do Senado (28/10/2005) Parecer nº 1.830; 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.** Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; Coordenação de Elaboração Tânia Cavalcante. Rio de Janeiro: Inca, 2012. 58 p.

- BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes. 1998. 19ed. 571p.
- BUAINAIM, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meireles de. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- CAVALCANTE, Tânia Maria. **O controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios**. In: *Rev. Psiq. Clín.* 32 (5); 283-300, São Paulo, 2005. (ISSN 0101-6083)
- CESAR, Guilhermino. **Ocupação e diferenciação do espaço**. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e política**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CLIC RBS**. Junio Nunes/Divulgação Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs> - Acesso em: 02/11/2015.
- COLLINS, W.K.; HAWKS Júnior, S.N. **Principles of flue-cured tobacco production**. 3ed. Raleigh: N.C. State University. 1993. 301p.
- CORRÊA, R. L. **Corporação e Organização Espacial: Um Estudo de Caso**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 53 (3): 33-66.
- CORRÊA, R. L. (1991). "**Corporação e Espaço. Uma Nota**." *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 53 (1): 137-145.
- CORRÊA, R. L. (1992). "**Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território**." *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 54 (3) : 115-121.
- CORRÊA, R. L. (1995). "**Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia**." In: *Geografia: conceitos e temas*. Organizado por. I. E. Castro, P.C. C. Gomes e R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand.
- COSTA, D. A. S. da & COSTA, B. P. da. **Geografia das (micro)territorializações culturais nas praças do centro urbano de Manaus**. *Revista do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações*. Curitiba, 2008.
- COSTA, Moisés Meira & BENITES, Miguel Gimenes. **Realismo na Fotografia: Um Ensaio sobre o Estudo da Linguagem Fotográfica para o Ensino de Geografia**. *Geografia em Atos*, n. 9, v.2. UNESP, Presidente Prudente, 2009.
- CUNHA, Sandra Baptista da. (orgs.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (211-308).
- DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**; Tese

(doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2006.

DEFONTAINES, J.P.; PETIT, M. **Comment étudier les exploitations agricoles d'une région?** Présentation d'un ensemble Méthologique. Dijon: INRA-SAD; 1985.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos.** Brasília/DF: LiberLivros, 2004b.

DESER (Departamento de Estudos Sócio- Econômico Rurais). **Manual do PRONAF.** Curitiba, 1997.

DESER (Departamento de Estudos Sócio- Econômico Rurais). Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Vários acessos em: nov. 2011.

DUTRA, Éder Jardel da Silva. **A produção de fumo em perspectiva: a tipologia dos produtores de fumo no município de Canguçu, RS, Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2015. (Tese de Doutorado).

EBERHARD, Aline. **O Crédito Rural e a produção de fumo no Brasil.** In: <http://www.fetrafsul.org.br> (publicada em 10/12/12)

Estatísticas de Comércio Exterior. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.gov.br> > Acesso em: 26/09/2013.

ETGES, V. E. **Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.** Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1991.

ETGES, V. E. **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000a.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: Ed UFPel, 2002.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília: 1996.

FAO. **Cuestiones relacionadas com la economia mundial del tabaco: estúdios de casos seleccionados.** Roma, 2003.

FAO/2014. **FAOSTAT. – Produção Mundial de Tabaco.** In: <http://faostat3.fao.org/faostat-gateway/go/to/download/Q/QC/E>. Acesso em 17/01/2014.

FAUCHER, D. **Introduction: pricipes généraux de géographie agraire.** In.: _____. *Géographie agraire: types de cultures.* Paris: Libr. De Médicis, 1949. p. 9-28.

FAUCHER, D. **Reflexiones sur la méthode en géographie agraire**. In: *Revista de Géographie Régionale, les études rhodaniennes*, n. 1-2, p. 87-92, 1946.

FEE Dados. Séries Históricas/Microrregiões. Disponível em: www.fee.rs.gov.br. Acesso em: 03/10/2013.

FETAG RS. Disponível em: <http://www.fetags.org.br/> Acesso em 12/12/2015.

FETRAF-Sul. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/> Acesso em 12/12/2015.

FOUCALT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FROZZA, Ari *et alii*. **O PRONAF e a integração fumicultor e a agroindústria fumageira**. Curitiba: DESER. 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional. 1991. 24ed.

GUILHOTTO, Joaquim J.M. [et all.] **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD nº 9)

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOTTMANN, Jean. **A Evolução do Conceito de Território**. In: Boletim Campineiro de Geografia. V.2, nº 3, 2012. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do „fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEEMANN, F. **O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22063>>. Acesso em: Outubro/2015.

INCA. (Instituto Nacional do Câncer). Disponível em: <http://www2.inca.gov.br>. Vários acessos.

INTAB. (Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.) Disponível em: <http://www.intab.com.br> – acesso em: 02/11/2015)

JORNAL GAZETA DE ITAIÓPOLIS. Chefe do executivo prestigia testes de máquina colhedeira de fumo. Disponível em: <<http://www.clickriomafra.com.br/portal/noticias/itaiopolis/?p=5208>> Acesso em 09/02/2013.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. Commodities agrícolas atraem investidores. (20/11/12). Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2910170/commodities-agricolas-atraem-investidores>> Acesso em: 19/09/2013.

JORNAL O LOURENCIANO. Empresa que deve R\$ 8,8 milhões a 134 fumicultores pretende pagar a dívida em cinco parcelas no próximo ano. Disponível em: www.jornalolourenciano.com.br Acesso em 27/10/2015.

KAGEYAMA, Ângela (org.) O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais. Campinas: S/N, 1987.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. 1952.

MDA. (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Disponível: <www.mda.gov.br> Vários acessos.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, cultura e inovações. En publicação: **América Latina: cidade, campo e turismo.** Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

MENGEL, Alex Alexandre. Tratados internacionais e disputas locais: a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e as disputas entre os atores da cadeia produtiva no Brasil. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2011. (Dissertação de Mestrado).

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIDIC/SECEX. Estatísticas de Comércio Exterior. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br> Acesso em 26/09/2013.

MONBEIG, P. A Geografia no ensino secundário. *Boletim Geográfico*, v.3, n.26, p.163-71, 1945c.

MONBEIG, P. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, P. **Estudos geográficos**. In: *Boletim Geográfico*, v.1, n.11, p.7-11, 1944a.

MOURE, Telmo. **A inserção da economia imigrante na economia gaúcha**. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

NARDI, Jean Baptiste. **Um bom tempo que se vai**. In: POLL, Heloísa (et. All.). **Anuário Brasileiro do Tabaco 2013**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2013. (p.66-67).

NARDI, Jean-Baptiste. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro, ABIFUMO, 1985.

NARDI, Jean-Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo, Brasiliense, 1996.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. In: *Estudos Avançados/Universidade de São Paulo (Periódico)*. São Paulo; IEA, 2001.

NETO, Manuel Domingos. **O “Novo Mundo Rural”**. In: **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004. (organização de Mônica Dias Martins)

NEUMANN, Inácio, Romeu Inácio (coord.). **Anuário Brasileiro do Fumo 2000**. Santa Cruz do Sul, GAZETA. 2000.

OLIVEIRA, Fernanda de. & COSTA, Maria Cristina F. **Cultivo de Fumo (*Nicotiana tabacum L.*)** São Paulo: EdUSP, 2012. (Dossiê Técnico)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira, transformações recentes**. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PIRES, A.P. **Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico**. In: POUPART, J; DESLAURIERS, J.P.; GROULX, L.H.; LAPIERRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A.P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008. (p.154-201)

PINHEIRO, Patrícia dos Santos. **Saberes, plantas e caldas: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul**. Porto

Alegre: UFRGS, 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

POLL, Heloísa (et. All.). **Anuário Brasileiro do Tabaco 2013**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1972. 354p.

RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. **Escala e Ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia**. *Revista Brasileira de Geografia*, v.45, n 1, p.123-135, jan-mar/1983.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: **Ratzel**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo-SP:Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Secretaria da Receita Federal. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 28/01/2014

ROCHA, L.H.M. da, MIORIN, V.M.F. **A importância da terra na organização espacial: a formação econômico-social do espaço sul-rio-grandense**. In: *Revista Geografia Ensino e Pesquisa*, nº 3 (dez/1989). Santa Maria: UFSM, 1989.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. (6ª Ed.)

RUBIN, R. B. **Produção e Adubação da Cultura do Fumo**. **Boletim Informativo [da] YARA**. [RS], nov., 2004. In: OLIVEIRA, Fernanda de. & COSTA, Maria Cristina F. **Cultivo de Fumo (*Nicotiana tabacum* L.)** São Paulo: EdUSP, 2012. (Dossiê Técnico)

SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável. O exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS**. Rio Claro: 2000. (Tese de Doutorado)

SANGIRARDI Jr. **O índio e as plantas alucinógenas**. Editora Ediouro, 1983.

SANTOS, Francis dos. **Práticas Agrícolas, paisagem e terroir: um estudo na fumicultura do município de Camaquã – RS**. Porto Alegre: 2010. (Dissertação nº 130 – Série Plageder/UFRGS)

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**, Parecer nº 1.830; 2005) Publicado no Diário do Senado (28/10/2005).

SCHNEIDER, Romeu. **Setor do Tabaco**. In: Anais da Reunião da CONICQ. Brasília (23/06/2010)

SCHNEIDER, Romeu. **Fumicultura Brasileira 2010-2011 (tabelas)**. In: Anais da 37ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco. Brasília, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; LIBARDONI, Paulo José; PANDOLFO, Graziela Castro. **As características e o perfil dos produtores de tabaco com base no Censo Agropecuário 2006**. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da, **Tabaco, sociedade e território: relações e contradições no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHÜNKE, Iro. **Exportações Brasileiras de Tabaco. Ano 2012 e perspectivas 2013**. In: Anais da Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco. Santa Cruz do Sul (19/03/2013).

SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul, AFUBRA. 1995.

SILVA, C. H. da. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de uma ação social. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009

SILVA, Carla Holanda da. **Território: Uma combinação de Enfoques – Material, Simbólico e Espaço de Ação Social**. In: Revista Geografar, Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009 ISSN: 1981-089X.

SILVA, Carla Holanda da. Território e identidade cultural: a possível presença de uma rede em Assaí – PR. **Monografia de conclusão de curso**. (Bacharelado em Geografia). UEL. Londrina, 2005, p. 1-99.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer charutos: uma atividade feminina**. Salvador (Bahia), 2001. (Dissertação de Mestrado em História na Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas - UFBA).

SILVA, Leonardo Xavier da. **Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro Sul-brasileiro sob o enfoque da Economia dos Custos de Transação**. Porto Alegre, UFRGS. 2002. 280p. (Tese de doutorado em Economia).

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Et. All. **A Expansão da Produção de Fumo em Folha no Sul do Brasil: Características Sócioespaciais das Principais Áreas de Produção.** In: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre. 2010.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500/1820).** São Paulo: Nacional. 1967. 5ed. 475p.

SindiTabaco (Sindicato da Indústria do tabaco). Disponível em: <<http://www.sindifumo.com.br>>. Vários acessos em: 2012, 2013, 2014, 2015 e visita pessoal em 2015.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Nacional, 1977.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** Tese de Doutorado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SOUZA CRUZ. Disponível em: (<https://www.produtorsouzacruz.com.br> - Vários acessos)

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico.** - São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria; VERDUM, Roberto.; BASSO, Luis Alberto. **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação.** Porto Alegre,: UFRGS, 2004.

TACCA. Fernando de. **Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação.** In: *Psicol. Soc.* vol.17 no.3 Porto Alegre Sept./Dec. 2005

TAMBARA, Elomar. **RS: modernização & crise na agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TERUCHKIN, Sônia Unikowsky. **O intercâmbio comercial do RS com o Exterior: jan.– set./98.** In: *As contas regionais e o desempenho da economia gaúcha em 1998. Indicadores Econômicos.* Porto Alegre: FEE. 1999. v. 26. n.4. p. 130-156.

TONIETTO, Jorge. **Afinal, o que é terroir?** *Bom Vivant*, Flores da Cunha, v. 8, n. 98. p. 08, abr. 2007. Disponível em: www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos.

TOSCANO, Marcela Parada. **A Formação do Regime Internacional de Controle do Tabaco: 1999 a 2005.** Brasília, 2006. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília).

TRINDADE, Gêssica. **Artesãos moldaram a indústria.** In: *Jornal Zero Hora* (19/07/2004), p.24.

VALVERDE, Orlando. **Metodologia da Geografia Agrária.** In: *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

VEIGA, José Ely da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2ª Ed. Campinas; SP: Autores Associados, 2003.

VENCATO, Angela Zamberland. **Anuário Brasileiro do Fumo 2011.** Santa Cruz do Sul: Gazeta do Sul. 2011. (ISSN 1808 7485)

VERDUM, R. **Depressão Periférica e Planalto: potencial ecológico e utilização social da natureza.** In: VERDUM, R; BASSO, L.A.; SUERTAGARAY, D.M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VERDUM, Roberto. **Temáticas rurais: do local ao regional.** UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção do fumo em Santa Cruz do Sul: 1894-1993.** Santa Cruz do Sul: Edunisc. 1997. 283p

WERNER, Benício Albano. **Tabaco Sul Brasileiro.** In: Anais da 37ª Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco. Brasília, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Report on the global tobacco epidemic, 2011: warning about the dangers of tobacco.** Genebra (Suíça), 2011. Disponível em: www.who.int.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). - **Tobacco or Health Program Guidelines for controlling and monitoring the tobacco epidemic.** Geneva, Switzerland, 1996.

Apêndices

Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista de Produtores

1. Você vive nessa comunidade há quanto tempo? Já morou em outro lugar antes?
2. Quantas pessoas vivem na propriedade? Existem membros da família que não moram na propriedade? Por quê?
3. Como a sua família avalia a vida no campo? As políticas públicas? A infraestrutura (escolas, estradas, postos de saúde)?
4. Qual é a principal fonte de renda da família? Existem outras fontes de renda?
5. Que outros cultivos/criações são mantidas na propriedade?
6. Com qual empresa fumageira você mantém relacionamento (“pedido”)? Mantém contratos com mais alguma empresa?
7. Como você avalia o seu relacionamento com a empresa fumageira? Recomendaria essa(s) empresa(s)? Como é seu relacionamento com instrutores, transportadores, bancos, etc?
8. Você costuma se informar de todas as cláusulas do contrato? Você lê o contrato?
9. Quantos hectares possui a propriedade? A propriedade é própria? A família arrenda/aluga outras terras? Quantos hectares?
10. Aproximadamente o tabaco ocupa quantos hectares da sua propriedade? A família planta quantos mil pés de fumo na atual safra? Tem reduzido ou aumentado a quantidade plantada?
11. Que tipo de mão de obra é utilizada?
12. Quando a sua família começou a plantar tabaco?
13. Por que a sua família é ou se tornou produtora de tabaco?
14. Você considera que a sua família gosta/é feliz sendo produtora de tabaco?
15. Os jovens que vivem na propriedades continuarão a atividade de produção de tabaco o dia em que sucederem os pais na administração da propriedade?
16. As crianças e jovens frequentam a escola? Em que estágio escolar estão na formação educacional?
17. Como a sua família vê as medidas implantadas pelo governo federal mediante a adesão à CQCT?
18. A indústria tem lhe remunerado satisfatoriamente a produção nas últimas safras? Você acompanha a comercialização?
19. A família tem conseguido viver dignamente com a renda obtida na atividade fumageira?
20. A propriedade tem acumulado dívidas devido a produção de tabaco?
21. A família tem buscado acompanhar a evolução tecnológica, como por exemplo, estufa elétrica, irrigação, manejo de solos, mecanização, cursos de capacitação, etc?
22. Que outros aspectos importantes não foram abordados na nossa conversa:

Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista com a Afubra

1. Explane sobre o trabalho desenvolvido pela Afubra. Uma avaliação das últimas safras.
2. A sua instituição possui dados relevantes para a presente pesquisa que não estejam disponíveis publicamente nos sites e publicações institucionais? Dados atuais sobre o setor.
3. Quantos produtores de tabaco existem nos municípios da Microrregião de Pelotas e qual a sua produção: (São Lourenço do Sul, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Pelotas, Turuçu, Cristal, Morro Redondo e Arroio do Padre).
4. Detalhe como ocorreu a expansão da fumicultura em direção ao Sul do Rio Grande do Sul (Microrregião de Pelotas e de Camaquã):
5. A Afubra é uma entidade comprometida com a defesa da produção de tabaco no Brasil. É uma liderança atuante nas discussões da Convenção Quadro de Controle do Tabaco. Explique como tem se dado a participação da Afubra nesse processo que está em curso no nível mundial. O que a CQCT afeta direta e imediatamente a produção de tabaco do Sul do Brasil?
6. A análise de dados disponibilizados publicamente permite identificar algumas tendências para o futuro do tabaco e para o tabagismo, como por exemplo, a redução da produção nos EUA, a redução do consumo na América Latina, o aumento crescente do consumo na Ásia, etc. No seu entender, que outras tendências podem ser apontadas? Quais as perspectivas para a cultura do tabaco no Sul Brasil num cenário de médio a longo prazos?
7. O argumento econômico pesa bastante favorável ao setor fumageiro. Você conseguiria definir, hipoteticamente, a situação da agricultura familiar do Sul do Brasil, caso a produção de tabaco fosse proibida ou restringida repentinamente?
8. Como você avalia os projetos-pilotos desenvolvidos dentro do Programa Nacional de Reconversão Produtiva das propriedades produtoras de tabaco, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário?
9. Alguns autores (Boeira e Johns, 2007, INCa, 2004), líderes sindicais e inclusive alguns produtores apontam a Afubra e o International Tobacco Growers Association (ITGA) como entidades comprometidas com a indústria do tabaco. O que a Afubra tem a dizer sobre essa alegação.
10. Uma das maiores polêmicas e reclamações dos produtores estão no preço do tabaco e na classificação que o tabaco recebe quando entregue na indústria. Qual a postura da Afubra diante desses “impasses” entre a indústria e o produtor?

11. Os projetos socioambientais, como por exemplo, o Projeto Verde é Vida, são programas institucionais da Afubra desenvolvidos a pedido do Sinditabaco? Não é contraditório a Afubra manter uma política socioambiental tão intensa ao mesmo tempo em que a associação reúne os responsáveis por significativa parcela de desmatamento das florestas nativas do Sul do Brasil?

Apêndice 3 – Roteiro de Entrevista com o Sinditabaco

1. Exponha o trabalho desenvolvido pelo Sinditabaco. Uma avaliação das últimas safras.
2. A partir de que ano o Sindifumo passou a ser Sinditabaco? Qual a motivação dessa troca do nome?
3. Quantas empresas existem no mercado atualmente? Existem empresas que não pertencem ao Sinditabaco?
4. Como a indústria do tabaco se define e como define o produto que produz?
5. A sua instituição possui dados relevantes para a presente pesquisa que não estejam disponíveis publicamente nos sites e publicações institucionais?
6. Detalhe como se deu a expansão da fumicultura em direção ao Sul do Rio Grande do Sul (Microrregiões de Pelotas e Camaquã):
7. Considerando que a produção de tabaco é mais expressiva em três microrregiões do Rio Grande do Sul; Santa Cruz do Sul (onde está instalada a indústria), Pelotas e Camaquã: não seria interessante a indústria instalar unidades de beneficiamento e indústrias de cigarros em municípios do Sul do Rio Grande do Sul, onde está localizada um importante polo produtor de matéria-prima e o Porto de Rio Grande , e cujo o investimento poderia dar uma maior dinâmica àquela região tão deprimida economicamente?
8. A análise de dados disponibilizados publicamente permite abstrair algumas tendências para o futuro do tabaco e para o tabagismo, como por exemplo, a redução da produção nos EUA, a redução do consumo na América Latina, o aumento crescente do consumo na Ásia, etc. Quais as perspectivas para o tabaco e conseqüentemente para a indústria processadora do tabaco e a indústria de cigarros num cenário de médio a longo prazos?
9. Vivendo um momento histórico de Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), redução do número de fumantes no Brasil, Europa, EUA, uma restrição de comercialização e consumo crescentes, etc. Como a indústria tem acompanhado os movimentos da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)? O que a CQCT afeta direta e imediatamente a produção de tabaco do Sul do Brasil? A CQCT é uma lei “ para inglês ver”?
10. A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é um desafio para todos os integrantes da cadeia produtiva do tabaco. Ao mesmo tempo, que outros desafios são enfrentados pela indústria processadora de tabaco e pela indústria de cigarros?
11. Por alguns o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) é visto como a grande virtude do sucesso da organização da cadeia produtiva do tabaco no Sul do Brasil (BUAINAIN, 2009, p.30). Outros atribuem ao SIPT a

formalização da exploração dos produtores, etc. Como você avalia o SIPT? Qual a importância do SIPT para a indústria do tabaco?

12. Na safra 2014/2015 houve um episódio de uma indústria processadora (INTAB) não honrar os seus compromissos com diversos agricultores. No sentido oposto, outrora já houve casos em que agricultores perderem suas terras por falta de pagamento de suas dívidas com a indústria processadora. Que medidas o Sinditabaco adota em relação a esses episódios? Existe algum motivo específico para essa dificuldade da empresa honrar os seus compromissos com os agricultores?
13. O SIPT surgiu como ferramenta de planejamento da produção (oferta/demanda) pelas processadoras de tabaco e pela própria indústria do tabaco. Um dos objetivos do SIPT é evitar que muitos agentes econômicos possam alterar a regularidade de oferta de matéria-prima. Como a indústria vê a atuação do “picareta” na cadeia produtiva?
14. Uma das maiores polêmicas e reclamações dos produtores estão no preço do tabaco e na classificação que o tabaco recebe quando entregue na indústria processadora do tabaco. Qual a postura da Sinditabaco diante desses “impasses” entre a indústria e o produtor?
15. As indústrias beneficiadoras classificam os produtores de acordo com critérios de produtividade, capricho na atividade? Esses dados serão determinantes na classificação do produto oriundo desses produtores? Defina o perfil dos melhores fornecedores de tabaco para a indústria:
16. A indústria beneficiadora tem restringido “pedido” a produtores menos qualificados durante as últimas safras? Por quais motivos?
17. O Sinditabaco mantém um controle da frequência escolar dos filhos de produtores. Algum produtor de tabaco já teve seu contrato cancelado sob a alegação de não manter seus filhos na escola? Uma estimativa de quantos:
18. Como você avalia os projetos desenvolvidos dentro do Programa Nacional de Reconversão Produtiva das propriedades produtoras de tabaco, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário?
19. Qual é o posicionamento da indústria do tabaco a respeito dos malefícios à saúde atribuídos ao tabagismo? Na visão do Sinditabaco o cigarro é prejudicial à saúde?

Apêndice 4 – Roteiro de Entrevista com a FETRAF-Sul

1. Qual é o posicionamento da FETRAF-Sul perante à CQCT? A FETRAF-Sul tem tido papel atuante nas discussões da CQCT junto ao CONICQ?
2. Qual a postura da FETRAF-SUL dentro da cadeia produtiva do tabaco? A FETRAF-SUL tem conseguido atender as reivindicações dos agricultores?
3. Como a FETRAF-SUL avalia as frequentes polêmicas que envolvem a classificação do tabaco produzido pelos agricultores. A classificação segue as normativas técnicas ou isso nem sempre acontece?
4. A FETRAF-SUL se posiciona favorável ao SIPT (sistema integrado de produção de tabaco)? Como é o relacionamento da FETAG com as principais empresas?
5. A FETAG consegue estimar um cenário se eventualmente acontecesse a proibição do cultivo do tabaco?
6. A FETRAF-SUL tem participado das discussões na Câmara Setorial do Tabaco?
7. Existem divergências entre a FETAG/RS, a FETRAF-Sul e o MPA com relação à produção de tabaco e à CQCT?
8. Uma análise da entidade a respeito da produção de tabaco no Sul do Brasil?
9. A entidade possui informações específicas a produção de tabaco nos municípios da Microrregião de Pelotas?

Apêndice 5 – Roteiro de Entrevista com a FETAG/RS

1. Qual é o posicionamento da FETAG/RS perante à CQCT? A FETAG/CONTAG tem tido papel atuante nas discussões da CQCT junto ao CONICQ?
2. Qual a postura da FETAG/RS dentro da cadeia produtiva do tabaco? A FETAG/RS tem conseguido atender as reivindicações dos agricultores?
3. Como a FETAG/RS avalia as frequentes polêmicas que envolvem a classificação do tabaco produzido pelos agricultores. A classificação segue as normativas técnicas ou isso nem sempre acontece?
4. A FETAG/RS se posiciona favorável ao SIPT (sistema integrado de produção de tabaco)? Como é o relacionamento da FETAG com as principais empresas?
5. A FETAG consegue estimar um cenário se eventualmente acontecesse a proibição do cultivo do tabaco?
6. A FETAG/RS tem participado das discussões na Câmara Setorial do Tabaco?
7. Existem divergências entre a FETAG/RS, a FETRAF-SUL e o MPA com relação à produção de tabaco e à CQCT?
8. Uma análise da entidade a respeito da produção de tabaco no Sul do Brasil?
9. A entidade possui informações específicas a produção de tabaco nos municípios da Microrregião de Pelotas?